CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

ISSN: 2966-2893

03.

2025

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA
FICHA TÉCNICA

Editores

Júlio Barroso, UNIFESP
Liana de Paula, UNIFESP
Lilian Maria Pinto Sales, UNIFESP
Maurício Ferreira Silva, UFRB

Conselho Editorial

Marília Veríssimo Veronese, UNISINOS
Melvina Araújo, UNIFESP
Gabriela Nunes Ferreira, UNIFESP
Maria Fernanda Lombardi, UNIFESP
Carolina Pulici, UNIFESP
Maria Inês Caetano Ferreira, UFRB
Cláudio André de Souza, UFRB
Mariella Pitombo Vieira, UFRB

Comitê Científico

1. Adriano Codato (Universidade Federal do Paraná - UFPR)
2. Ângela Figueiredo (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB)
3. Breno Souto-Maior Fontes (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)
4. Bruno Wanderley Reis (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)
5. Carlos Benedito Martins (Universidade de Brasília – Unb)
6. Carlos Roberto Sanchez Milani (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – IESP/UERJ)
7. Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp)
8. Edison Gastaldo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)
9. Fabiano Engelmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
10. Gustavo Sorá (Conicet/Universidad de Córdoba)
11. Irlys Barreira (Universidade Federal do Ceará - UFCE)
12. Luís Felipe Miguel (Universidade de Brasília – Unb)
13. Marie-Aude Fouéré (École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS)
14. Miriam Rabelo (Universidade Federal da Bahia - UFBA)
15. Patricia Hill Collins (University of Maryland, College Park)
16. Paula Montero (Universidade de São Paulo – Usp)
17. Pedro Meira Monteiro (Princeton University)
18. Rachel Meneguello (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)
19. Rafael Bayce (Universidad de la República – Uruguai)
20. Sérgio Costa (Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin)
21. Véronique Boyer (École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS)

Projeto gráfico, diagramação e capa: Duo Criativo Comunição

duo.criativocc@gmail.com

PARTICIPE DA CSR
Envie seu texto, sugestões, críticas ou qualquer outra informação que julgue importante para o fortalecimento da CSR para o e-mail:

csr@unifesp.br

UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

UFRB
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

sumário

ARTIGOS

Passado pobre, inquieto presente: memórias e imagens da pobreza no Brasil 06
Marcos Santana de Souza

Agenda pública para Renda Básica Universal no Brasil em meio à pandemia da Covid-19 30
Luciano Henrique F. Botelho; Thiago de M. T. da Costa; Davi Augusto S. de Lelis; Camila B. Gusmão

Estruturas elementares das políticas públicas para agricultura familiar brasileira: estudo de caso em assentamento rural 53
Diogo Marques Tafuri; Joelson Gonçalves de Carvalho; Victor Marchesin Corrêa

Junho de 2013 como acontecimento político e espacial: enredos, efeitos e resíduos mobilizados 73
Gustavo Souza Santos

The instantaneous temporality of the public sphere: an observation of communicative practices in digital media 92
Emerson Palmieri

Corpos em disputa: a análise da controvérsia das cirurgias profiláticas de Angelina Jolie 110
Guilherme Sant Ana

A economia linguístico-emocional de *Casa-Grande & Senzala* 138
João Arthur Macieira

RESENHAS

Desiguais e divididos: situação interseccional e ordenamento das hierarquias 156
Resenha de Costa, S. (2025). *Desiguais e divididos* – uma interpretação do Brasil polarizado. São Paulo: Todavia.
Renato Francisquini

Uma defesa do liberalismo e as vantagens e desafios de se viver o modo de vida liberal 165
Resenha de Lefebvre, A. (2024). *Liberalism as a way of life.* Princeton: Princeton University Press
Julia Moura

Passado pobre, inquieto presente: memórias e imagens da pobreza no Brasil

Poor past, restless present: memories and images of poverty in Brazil

Pasado pobre, inquieto presente: recuerdos e imágenes de la pobreza en Brasil

Marcos Santana de SOUZA

mss-santana@hotmail.com

Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Este artigo discute sobre as representações sociais relacionadas à pobreza a partir da análise de um conjunto de redações elaboradas por alunos de um curso de aperfeiçoamento sobre educação, pobreza e desigualdade social desenvolvido em Sergipe no primeiro semestre de 2018. Com base nessas produções discursivas, centradas de um lado no relato de experiências pessoais na/com a pobreza e por outro na sinalização em torno de quais seriam as formas mais adequadas para enfrentar esse fenômeno social no país, o texto reflete, considerando as categorias de classe e gênero, sobre os significados de ser/conviver com os pobres, assim como os principais desafios relacionados à implementação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento da pobreza no contexto brasileiro.

Palavras-Chave: Pobreza; Desigualdade social; Representações sociais; Sergipe; Educação.

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2025.61.3.17408

This article discusses, from the analysis of a set of essays prepared by students of a improvement course on education, poverty and social inequality developed in Sergipe in the first semester of 2018, concerning the social representations related to poverty in Brazil. From these discursive productions, centered on the one hand on the account of personal experiences in/with poverty and one the other hand the signaling around what would be the most appropriate ways address this social phenomenon in the country, the text reflects, considering the categories of class and gender, on the meanings of being/living with the poor, as well as the main challenges related to the implementation of public policies aimed at facing poverty in the Brazilian context.

***Keywords:* Poverty; Social inequality; Social representations; Sergipe; Education**

Este artículo analiza las representaciones sociales relacionadas con la pobreza a partir de un conjunto de composiciones elaboradas por alumnos de un curso de perfeccionamiento sobre educación, pobreza y desigualdad social, desarrollado en Sergipe en el primer semestre de 2018. Basándose en esas producciones discursivas, que por un lado contienen relatos de experiencias personales sobre la pobreza y por otro señalan cuáles serían las formas más adecuadas de enfrentar ese fenómeno social en el país, el texto reflexiona, teniendo en cuenta las categorías de clase y género, sobre los significados de ser y convivir con pobres, así como sobre los principales retos relacionados con la implementación de políticas públicas destinadas a enfrentar la pobreza en el contexto brasileño.

***Palabras clave:* Pobreza; Desigualdad social; Representaciones sociales; Sergipe; Educación.**

A novidade veio dar à praia
Na qualidade rara de sereia
metade o busto de uma deusa Maia
Metade um grande rabo de baleia
A novidade era o máximo
Do paradoxo estendido na areia
Alguns a desejar seus beijos de deusa
Alguns a desejar seu rabo pra ceia
Ó mundo tão desigual, tudo é tão desigual, ô ô
De um lado este carnaval, de outro a fome total, ô ô
E a novidade que seria um sonho,
O milagre risonho da sereia
Virava um pesadelo tão medonho,
Ali naquela praia, ali na areia
A novidade era a guerra
Entre o feliz poeta e o esfomeado
Estraçalhando uma sereia bonita
Despedaçando o sonho pra cada lado

(A Novidade, Gilberto Gil/Bi Ribeiro/Herbert Vianna/João Barone)

A figura de um garoto negro, molhado e apenas de bermuda ocupa o centro da fotografia, enquanto distante, ao fundo, uma multidão vestida de branco comemora de forma efusiva a chegada do novo ano, na célebre praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. A fotografia do garoto anônimo e olhar perdido, com água do mar na altura dos joelhos, a acompanhar o espetáculo da queima de fogos, tornou-se, logo nos primeiros dias de 2018, diante da sua força imagética combinada às apreensões próprias de um tempo marcado por uma longa crise econômica e política, uma das imagens mais reproduzidas em diversas matérias jornalísticas e postagens nas redes sociais no Brasil.

O olhar extasiado voltado para o alto, enquanto as mãos descansam cruzadas à frente do corpo, na altura do umbigo, parece confirmar a leitura de quem vê no semblante da criança a revelação clara do fascínio e esperança próprios da infância, naquele instante capturada pelos desenhos e colorido do espetáculo de fogos de artifício. Por outro lado, muitos interpretaram a postura do menino de olhos arregalados e boca aberta como tradução real de medo e abandono ao qual os pobres são relegados por séculos no país, especialmente a partir da chegada de um ano já mergulhado em incertezas.

A versão da imagem em preto e branco, reproduzida na imprensa escrita e nas redes sociais, parecia traduzir de maneira irônica e contundente a sociedade brasileira atual a carregar seus dramas sociais e históricos, como os mais de três séculos de escravidão, com suas marcas e efeitos no presente, a exemplo da sua profunda desigualdade social e dos seus assustadores índices de violência, próprios de um país situado na periferia do capitalismo e sob os efeitos diversos da globalização. Não por acaso, mostrava-se especialmente reveladora a oposição entre a cor da criança e a relação com o seu entorno, onde o público parecia alheio ao presente e ao futuro, com os olhos vidrados nas câmeras dos celulares, a comemorar o *réveillon* na areia ou nas varandas iluminadas dos luxuosos edifícios da praia famosa.

Nos momentos seguintes à publicação da fotografia, como resposta à sua inegável força junto ao imaginário social, surgiram muitos posicionamentos a respeito de como ela foi ou "deveria" ter sido interpretada. Em um dos importantes textos produzidos na ocasião, publicado no Jornal El País, em 03 de janeiro de 2018, a jornalista María Martin[1] discutia as ambiguidades provocadas pela imagem, desde uma aparente comoção com o suposto abandono infantil, até a essencialização da pobreza, apontada por movimentos negros, que destacavam importantes questionamentos, a exemplo da forma como vemos uma criança negra aparentemente sozinha em espaços públicos. Além de discutir

[1] "A foto do menino negro que fala como vemos um menino negro: Imagem de criança observando fogos no revéillon de Copacabana levanta debate". Fonte: El País Brasil, 03 de janeiro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/02/politica/1514924485_498274.html. Acesso em: 03 jan. 2018.

sobre a face e a cor da pobreza no Brasil, o texto de María Martin sobre a imagem e as reações por ela provocadas lançava questionamentos importantes sobre os aspectos definidores da experiência de ser pobre e sobre o quanto de fato a reconhecemos em nosso cotidiano.

Na foto publicada sobre o garoto na praia no ano novo - que cheguei a utilizar como ponto de partida para a discussão com alunos do curso de aperfeiçoamento aqui tratado e que se une a tantas histórias impactantes vindas de outras realidades ao redor do mundo, como o drama do personagem Zain, no filme libanês Cafarnaum (2018)[2] – o tema surgia de forma semelhante como "a novidade", título da canção de Gilberto Gil[3]. A imagem evocava um tipo de consciência pouco clara a pairar no imaginário social do país sobre os fundamentos da sua pobreza, ainda que permeada por diferentes paradoxos, sobre "um mundo tão desigual".

Considerando a força imagética da fotografia do garoto "solitário" na praia durante o *réveillon*, pretende-se, assim, tomá-la como ponto de partida para refletir sobre experiências relacionadas à pobreza a partir das memórias de estudantes. Buscou-se, nesse exercício, refletir sobre as seguintes questões: O que marca a memória sobre a pobreza? Quais aspectos costumam se destacar no processo de construção das imagens e narrativas sobre a experiência de ser pobre ou de enfrentar a pobreza no Brasil? O que pensam sobre essa realidade as pessoas que de algum modo costumam lidar com o enfrentamento da pobreza no país? Neste texto, pretendo refletir sobre essas questões, ainda que a fotografia famosa não seja o seu objeto, mas sim um conjunto de construções discursivas sobre a experiência de ser pobre no contexto brasileiro.

Embora não exista um consenso entre estudiosos acerca do conceito de pobreza, esta tende a ser concebida, de modo geral, como a experiência de privação dos recursos considerados fundamentais para a existência humana (Giddens, 2005). Reconhecido, de acordo com Crespo e Gurovitz (2002), como um fenômeno complexo e multidimensional inter-relacionado, cuja configuração e causas variam conforme a idade, gênero, cultura e fatores sociais e econômicos, prevalecem as abordagens que partem dos conceitos de pobreza como juízo de valor, pobreza relativa, pobreza absoluta, pobreza relativa/absoluta, assim como da pobreza como privação de capacidades e a que prioriza a compreensão dos próprios indivíduos pobres sobre "o

[2] Escrito e dirigido pela diretora libanesa Nadine Labaki, o filme foi indicado à Palma de Ouro no Festival de Cannes, onde recebeu o Prêmio do Júri. A película conta a história de Zain, garoto de 12 anos, que move um processo contra os pais.

[3] Recupero a referência à música de Gilberto Gil a partir de uma entrevista que fiz, em 2018, com a major Denice Santiago, então comandante da Ronda Maria da Penha da PMBA. Ao ser questionada sobre como acreditava que a sociedade via as polícias no Brasil, ela disse que a polícia era a própria "novidade". Em grande medida, a demanda por inclusão identitária, comum entre policiais, expressa uma importante conexão com as classes populares, de onde sai grande parte de seus agentes.

que é ser pobre". Os autores, com base nos estudos de Sen (2000) e Narayan (2000), definem a pobreza como um fenômeno multidimensional no qual a falta do que é necessário para o bem-estar material soma-se à falta de voz, de poder e autonomia, que submete os pobres a processos de exploração e aos efeitos da falta de infraestrutura básica, bem como "[...] à falta de ativos físicos, humanos, sociais e ambientais e à maior vulnerabilidade e exposição ao risco" (Crespo; Gurovitz, 2002, p. 11).

De forma específica, a reflexão aqui desenvolvida parte da análise das representações sociais, definidas como "formas de conhecimento prático" (Spink, 1995), sobre a pobreza no país presentes em redações produzidas por alunos do curso de aperfeiçoamento em "Educação, Pobreza e Desigualdade Social"[4], no qual tive a oportunidade de atuar como coordenador de um dos módulos ofertados.

Na sua totalidade, os autores dos textos, ainda que tivessem nascido no estado de Sergipe, nele residiam e/ou trabalhavam, seja na capital ou em cidades do interior. Neste sentido, os relatos produzidos, analisados a partir do método de análise de conteúdo, de Laurence Bardin (2016), foram tomados como oportunidade para "penetrar no mundo simbólico das representações" (Guareschi, 1995) e, assim, acessar os significados atribuídos por um grupo de estudantes e profissionais à pobreza, bem como sobre as formas privilegiadas para enfrentá-la. Ao considerar que "escrever é 'mostrar-se', dar-se a ver, fazer parecer o rosto próprio junto ao outro" (Foucault, 1992, p. 150), buscou-se refletir, portanto, a partir da análise de conteúdo, como conjunto de técnicas que visa os sentidos de um documento, sobre o significados e a forma como esse público expressa, por meio das redações, as suas experiências pessoais e no trabalho quanto se imaginam, de algum modo, "enfrentando" a pobreza em seu cotidiano familiar e/ou profissional, sem desconsiderar a ilusão retórica, traduzida no esforço por ele empreendido, de tratar a vida como uma história, ou seja, como "[...] o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção [...]" (Bourdieu, 2006, p. 185).

Embora o texto reconheça a existência de pontos de vista comuns nas narrativas, em razão de terem sido realizadas ao final de uma primeira etapa de formação e a partir de questões e leituras específicas sobre o tema, os aspectos biográficos demandados servem como material revelador dos pontos convergentes e de tensões comuns frente ao material didático trabalhado, constituindo-se assim como oportunidade para compreender como os autores constroem o entendimento sobre o passado e como a percepção sobre os pobres no presente

[4] Coordenado pela Rede Nacional de Altos em Segurança Pública (Renaesp-UFS), a partir de edital do Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Sergipe e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação, o módulo foi realizado entre os dias 06 de fevereiro e 05 de março de 2018.

se enlaça às suas próprias memórias, experiências e expectativas, constituindo a sua identidade e leitura de mundo.

Apesar de existirem limites esperados à utilização de relatos dessa natureza, que envolvem não apenas as armadilhas próprias da memória, em particular por seu caráter especialmente ambíguo e impreciso, a reflexão aqui desenvolvida pretende ponderar a respeito dos elementos e significados mais comuns nas representações sociais sobre a pobreza por meio da observação tanto de variação, dos detalhes sutis e da retórica (Potter; Whetherell, 1987 apud Spink, 1995). Tomada como um construto social, a memória opera como um jogo discursivo, como uma "invenção", visto que expressa "sempre um processo de subjetivação, de positivação, de refazer, de criação" (Venson; Pedro, 2012, p. 128). Portanto, pretende-se compreender a maneira e os sentidos que marcam a construção desse passado por meio dos seus vestígios e fundamentos (Bloch, 2001), a exemplo de quais aspectos são evidenciados nos discursos e como eles, em certa medida, podem fornecer elementos importantes para pensar os possíveis impactos nas trajetórias profissionais, bem como no desenvolvimento de políticas públicas no país, especialmente nos campos da assistência e da educação.

1. "A pobreza tem rosto de mulher?"[5]

Conforme destaquei, este texto parte da análise das redações elaboradas pelos discentes do curso de aperfeiçoamento "Educação, pobreza e desigualdade social", no qual atuei como responsável pela coordenação do módulo I: "Pobreza, Desigualdade e Educação". O módulo teve como objetivo principal desenvolver uma discussão em torno da construção histórica da pobreza e das desigualdades no Brasil, com destaque para a maneira como tais aspectos têm sido retratados na sociedade brasileira, bem como sobre os mecanismos utilizados para a sua reprodução, sobretudo a partir do contexto escolar.

Do total de 357 inscritos no curso, majoritariamente formado por alunos de graduação, professores, técnicos do Bolsa Família[6] e gestores públicos em Sergipe, distribuídos em sete polos em diferentes regiões do estado, 137 deles apresentaram o trabalho final, que consistia na elaboração de um texto entre 2 a 5 páginas a partir de um roteiro com algumas questões. Na atividade, destinada a servir como experiência de autoanálise e algo próximo ao exercício da escrita de si (Foucault, 1992; Rago, 2013) para os discentes sobre a trajetória

[5] O título do tópico é inspirado no livro premiado da escritora ucraniana Svetlana Aleksiévitch, "A Guerra Não tem Rosto de Mulher" (2016), que narra a participação feminina na Segunda Guerra Mundial, a partir de relatos de ex-combatentes femininas do Exército Vermelho.

[6] O Bolsa Família foi criado em 2003, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da unificação de programas sociais de transferência de renda existentes no Governo Fernando Henrique Cardoso como Bolsa-Escola, Auxílio Gás e Vale Alimentação. O programa foi rebatizado de Auxílio Brasil no governo de Jair Bolsonaro. No início do terceiro mandato do presidente Lula, em 2023, o programa voltou a se chamar Bolsa Família.

pessoal e possível participação ativa na superação de desigualdades, foi solicitado que cada aluno expusesse desde a primeira lembrança pessoal sobre a pobreza, a forma como as suas experiências, desde a família, passando pela formação na escola até o trabalho, relacionavam-se à visão que possuíam sobre a pobreza e os pobres atualmente, além de solicitar que eles indicassem se vinham fazendo algo para alterar a percepção comum da sociedade sobre o tema.

Assim, do conjunto de orientações, foi solicitado ainda que no processo de elaboração do texto, que poderia ser dividido em tópicos ou corrido, cada cursista refletisse sobre a sua trajetória familiar e profissional, indicando situações, pautado pelo reconhecimento do direito de não identificar pessoas e instituições, que considerava importantes para a construção da percepção sobre a pobreza. A escolha pela atividade considerou o seu potencial reflexivo frente aos textos abordados no módulo e às suas trajetórias pessoais. Conforme assinalou Foucault (1992, p. 134): "Como elemento do treino de si, a escrita tem, para utilizar uma expressão que se encontra em Plutarco, uma função *etopoiética:* é um operador da transformação da verdade em *ethos*".

Apesar das convergências esperadas, tendo em vista a inscrição no curso ter sido voluntária e o grupo ser composto por pessoas com claro envolvimento e/ou interesse pela abordagem dos temas discutidos, a heterogeneidade desse mesmo grupo mostrou-se uma oportunidade bastante rica para desenvolver uma discussão sobre o conteúdo predominante nas representações sociais sobre a pobreza em um estado do nordeste brasileiro e como a experiência de ter sido ou estar em contato com ela marca os discursos em torno do seu enfrentamento, assim como as ideias do que possa representar uma mudança do olhar social sobre os pobres.

Tendo em vista a riqueza e grande variedade de aspectos presentes nas narrativas, o trabalho de análise, orientada pela perspectiva de Bardin sobre a análise de conteúdos, sejam eles latentes ou manifestos, das representações sociais e do trabalho de inferência sobre as condições de sua produção e recepção (Campos, 2004), concentrou-se basicamente sobre a primeira e última questões da atividade, que tinham como propósito provocá-los à construção de um exercício ao mesmo tempo de memória e autocrítica, na medida em que os instigava tanto a falar sobre a própria trajetória pessoal e identidade, quanto de questionar o seu lugar como (re)produtores da realidade[7]. Partia-se naquele momento de uma perspectiva próxima a discutida por Michel Foucault (1992) e pela historiadora Margareth Rago (2013, p. 56), que assinala o ato de escrever-se como "um modo de transformar o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade".

[7] Dada a inviabilidade da atribuição de pseudônimos para cada autor, os textos serão citados a partir da numeração empregada à cada redação.

Desse modo, cabe, antes de iniciar a exposição de parte comum do conteúdo dessas produções, apresentar, de modo geral, algumas informações sobre a atividade desenvolvida e o perfil do público responsável pela elaboração dos textos aqui analisados, assim como a respeito dos procedimentos metodológicos empregados na análise de conteúdo das narrativas produzidas, considerando a opção realizada pela categorização não apriorística (Campos, 2004; Dalla Valle; Ferreira, 2024) e as etapas indicadas por Bardin (2016) de pré-análise, exploração do material e de tratamento dos resultados e interpretação. É importante, ainda, destacar a riqueza dos textos, especialmente marcados por uma miríade de sentimentos, desde saudosismo, gratidão, orgulho, dor, revolta, angústia, rancor, tristeza, indiferença e/ou (des)esperança.

Os relatos, coalhados de afeto, dizem mesmo quando buscam não dizer, numa via de (im)pessoalidade que tem não apenas as marcas de gênero, mas o peso de distintas experiências que vão explicar não raramente a escolha pelo silêncio ou pelo confronto com a memória e o seu sentido por vezes apaziguador, como alguns dos alunos fizeram questão de destacar. Representam tanto uma via de compreensão de si mesmos e dos contextos onde foram forjadas, mas também servem como expressão de uma angústia em torno de algo que embora evidencie contornos mais claros em relação a um passado geralmente marcado pelo contato ou convívio com a pobreza e aparentemente superado, mas também se mostra razão de grande inquietude no presente.

Assim, buscarei evidenciar desde algumas das formas mais comuns como essas narrativas acionaram as memórias, bem como os significados associados às experiências de ser ou estar próximo à pobreza e as estratégias consideradas fundamentais não apenas em seu processo de superação, mas para o próprio entendimento sobre esse lugar. É por meio da exploração das tensões, contradições e ambiguidades na forma como a pobreza é percebida e bastante comum nas histórias de vida (Debert, 1986) que se pretende explicar quem são os seus principais atores e como eles se veem reformulando ou não representações sociais sobre a realidade.

Conforme assinalado no título deste tópico, é possível afirmar que as narrativas têm uma forte marca de gênero, sensível não apenas na composição do conjunto dos alunos que apresentaram a atividade final, mas no estilo e no conteúdo diferente apresentado por alunos do sexo masculino e feminino. Das 137 redações apresentadas, 103 textos são de autoria de discentes do sexo feminino, aspecto que corresponde a mais de três quartos[8] do material analisado e indica o claro processo de feminização de algumas carreiras como o magistério e o serviço social, além da prevalência de

[8] Considerando o total de inscritos, a composição por sexo ficou próxima. Dos 357 inscritos, registramos 261 do sexo feminino e 96 do sexo masculino.

um maior interesse feminino em torno das discussões relativas ao tema, concebido como um campo, predominantemente, no Brasil, orientado pelo cuidado e pela assistência dedicados aos mais vulneráveis socialmente.

A partir das etapas da análise de conteúdo, desde a fase de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes, passando pela seleção das unidades de significados até o processo de categorização (Bardin, 2016; Campos, 2004), observou-se que são significativas as diferenças na forma como os alunos e alunas expressam as suas experiências e conferem significados bastante particulares a desafios enfrentados desde a infância e ao mundo do trabalho, de modo que comumente são as mulheres, sejam as da própria família, em especial as mães e avós, ou aquelas que passam a ser vistas na rua, a partir da figura de pedintes acompanhadas dos filhos, que destacam-se como as principais "construtoras" das primeiras imagens sobre a pobreza. Relacionadas em sua maioria à experiência da infância, por volta dos 08 ou 09 anos, são as personagens femininas que conferem uma face mais clara, através dos relatos sobre o passado familiar diante da separação ou morte dos pais, as incertezas entre choros e lutas, frente àquilo que os alunos denominam como a experiência de "não ter nada" ou de ter muito pouco, sobretudo ao enfrentar as crises da família ou situações de humilhação em diferentes espaços, a exemplo da própria escola ou na rua.

Se os textos elaborados pelas alunas expressam detalhes sobre essas situações, nas quais a pobreza pode ser sentida na diferença de tratamento reservada aos familiares com mais recursos, na discriminação vinda de professores, no aprofundamento das dificuldades de sobrevivência diante da dissolução do casamento, na violência decorrente do alcoolismo do pais ou nas restrições impostas pelo baixo rendimento das famílias, nos textos dos alunos do sexo masculino há um claro silenciamento sobre os dramas da vida íntima da família e também uma ênfase na superação das adversidades através da incorporação do compromisso com os estudos e com o trabalho. Esse processo, em particular, emerge nos discursos como o resultado de educação rígida vinda das mães, personagens que assumem, na maior parte das vezes sozinhas, o sustento da família e que são apontadas como principal razão para terem resistido às dificuldades e tentações do mundo social, fazendo-se "homens". São, portanto, as figuras femininas, em ambos os casos, que predominam nas representações sociais sobre a experiência da pobreza, com ressalvas sobre as diferenças na maneira como elas aparecem representadas por homens e mulheres.

A pobreza aparece de forma pulsante e viva nos textos femininos, indicando um exercício mais livre de reconhecimento das fragilidades, ainda que sejam apontadas, em alguns casos, não como uma experiência direta, mas como uma herança sustentada na memória discursiva dos pais, marcada por referências de fome, abandono e maus-tratos, como narra um dos textos. Nele, a autora conta sobre o sofrimento que os pais teriam vivido, desde as experiências de desnutrição, de violência e abandono por eles enfrentadas ainda na infância. Enquanto o pai teria sido entregue logo ao nascer para outra família, que uma vez mergulhada na fome

o devolve para a mãe biológica, de quem passa a ser vítima de maus-tratos, a mãe acompanha as dificuldades da mãe e da avó, que trabalhava numa fábrica, para criá-la. Nesse relato, como em muitos outros, destaca-se o papel das mães tanto na garantia do sustento dos filhos quanto na reprodução de diferentes violências, revelando, assim, os efeitos dramáticos da fome sobre homens e mulheres:

> *A primeira lembrança que tenho do meu contato com a pobreza foi crescer escutando o relato dos meus pais sobre as condições de pobreza em que foram criados. Ambos passaram por muitas dificuldades para conseguirem sobreviver, principalmente meu pai que ao nascer foi entregue a outra família para ser criado. As condições dessa família oriundos da pobreza rural eram tão precárias que quase não tinham o que comer. A minha avó paterna servia muitas vezes o único alimento disponível para o meu pai. Quando existia alimento disponível na roça ou proveniente da pesca todos se alimentavam, mas quando não, a necessidade alimentar era tão grande ao ponto de meu pai ficar desnutrido e acamado sem forças ao menos para levantar. O mesmo diz não ter morrido de fome porque conseguiu ajuda de um dos tios que o visitou. Mediante situação tão precária, a mãe adotiva do meu pai o devolve para a mãe biológica que o recebe de volta propiciando uma série de maus-tratos. A vivência com a mãe biológica até que ele se torna adulto foi difícil prejudicando o seu lado emocional, e desenvolvimento pessoal e profissional. No caso de minha mãe, a mesma não chega a passar fome, pois minha avó materna trabalhava em uma fábrica o dia inteiro para receber apenas um salário-mínimo. A residência em que habitavam era muito humilde com uma estrutura totalmente danificada e que a qualquer momento poderia desabar. Sem nenhuma condição de fazer qualquer ajeitamento, viveram assim por um longo tempo. Até que receberam ajuda pra cobrirem a casa e reconstruir uma parede que estava muito danificada. Sem a presença do pai biológico, minha mãe foi criada apenas por minha avó. A única coisa que conseguiu oferecer além de um pouco de alimento e uma simples casa para se abrigar foi o estudo. [...] Então cresci escutando esses relatos, mas não vivenciando essa pobreza que meus pais passaram, pois os mesmos procuraram oferecer o melhor para seus filhos não passarem pelas mesmas dificuldades (Redação 07).*

Em algumas redações, a pobreza, sobretudo para os alunos do sexo masculino, embora vivida diretamente, é algo que passou a ser percebido apenas próximo à fase adulta, sendo a infância um período no qual as brincadeiras teriam funcionado como uma espécie de "blindagem" diante das adversidades enfrentadas pela família ou no qual o trabalho teria atuado para torná-los mais "responsáveis"; enquanto para as alunas, o confronto com o passado e com as dificuldades enfrentadas ao longo da trajetória pessoal surgem como parte de um processo particular de socialização mais inclinado a reconhecer "fracassos" e a lidar com a ideia de fragilidade.

Tal "blindagem" masculina indica ser a tradução de um afastamento consentido aos meninos desde cedo em relação à dimensão doméstica da pobreza e que, segundo os relatos, teria funcionado, a partir do contato direto nas ruas, como recurso primordial para fazê-los "homens" e inseri-los, a partir da moral dos pobres, no mundo do trabalho, ainda que em condições bastante precárias. A sociabilidade desenvolvida em grande parte do tempo nas ruas termina por se

constituir, para uma parcela expressiva dos garotos pobres, num tipo de *habitus* no qual a esfera lúdica se converte numa "esfera totalizadora da vida", como destacam Rocha e Torres (2009) a partir da história do jovem Carlos, cuja experiência na escola esteve desde cedo marcada pelo "sentimento de não ser". São esses indivíduos, representantes da chamada ralé, que vão desde cedo em sua maioria sendo orientados a desenvolver uma relação refratária com a escola e a seguir uma dinâmica na qual os dias se repetem e a imediaticidade se impõe como verdadeiro significado existencial. Para os chamados pobres honestos que desenvolveram um vínculo afetivo com o trabalho e com os estudos, o hedonismo, que caracteriza o comportamento do pobre delinquente, é o mal a ser evitado. Ele se destaca como causa primeira do fracasso e da ruína pessoal e familiar dos pobres.

Por outro lado, indicando ter passado por uma infância restrita, durante grande parte do tempo, ao espaço doméstico, as estudantes do sexo feminino traduzem com mais detalhes o período dramático de convivência com a fome, com a restrição de oportunidades e também com os reflexos da escassez e da violência física e/ou simbólica nos relacionamentos no interior da família. São elas que dão nome e cores às dores e infortúnios vivenciados pelos homens, em geral recolhidos no silêncio e na invisibilidade do sofrimento da infância e que se traduz nos dramas do desemprego, do alcoolismo, da depressão, da violência, entre outros, na vida adulta. O fato de estarem geralmente mais próximas das mães e circunscritas em grande medida ao espaço da casa, onde o exercício da fala sobre as dificuldades parece ser parte do cotidiano e explica a referência a maiores detalhes sobre uma fase de restrições e preconceitos, como o caso em que uma delas afirma recordar o dia em que, num aniversário na casa de uma vizinha, a mesma a fez levantar para ceder a cadeira a uma outra criança, cujos pais, segundo ela, tinham mais condições financeiras que a sua família; assim como outra, que conta a experiência, marcada pelo sentimento dividido por felicidade e culpa, de passar alguns dias na casa do tio considerado "rico" pela família. Tendo a oportunidade de receber presentes e acessar os privilégios da prima, como o conforto de partilhar os lanches que eram servidos no quarto por empregadas, bem como o de poder comprar revistas, ela diz ter experimentado também o desconforto trazido pela culpa de acessar, longe dos irmãos e dos pais, as vantagens de um mundo muito distinto do seu. Já adulta, ela disse ter compreendido o seu lugar naquelas ocasiões como companhia para a prima "rica".

A face feminina da pobreza apresenta, assim, os seus contornos mais dramáticos a partir da separação dos pais, decorrente seja da iniciativa das mães ou delas próprias em encerrar não raramente um ciclo de violência doméstica ou pela via do abandono do companheiro ainda na fase do namoro. É a experiência, por sinal, do fim do casamento, neste caso normalmente subentendida nos textos dos alunos, o principal motivo a forçar a inserção feminina no mercado de trabalho, na maior parte das vezes como domésticas ou em outras ocupações marcadas por baixos salários e condições precarizadas, que não raro são motivo de vergonha, firmando um sentimento de inferioridade. O acesso a programas assistenciais do governo, a exemplo do

Bolsa Escola[9] ou Bolsa Família, aparece como um recurso apontado como importante para a sobrevivência familiar e para a compra de itens escolares básicos como cadernos e lápis.

Tais situações evidenciam como o casamento e a separação, respectivamente, atuam tanto como via de fuga quanto de retorno à experiência mais dramática da pobreza. Se o casamento aparece, sobretudo, como possibilidade para muitas mulheres de sair da casa dos pais em busca de maior segurança econômica e social, a separação, por sua vez, representa, na maior parte das vezes, uma inevitável queda no padrão de vida da família e, sobretudo, das mulheres, que passam a assumir exclusivamente a responsabilidade do cuidado e criação dos filhos, sendo o retorno para o interior, onde ficaram os pais ou outros familiares, uma saída nesse processo, ao oferecer um contexto que promete garantir a sobrevivência com menor custo financeiro:

> *Oriunda de uma família com condições financeiras medianas tive os direitos básicos assegurados durante a infância, porém na adolescência, após a separação dos meus pais, veio a minha primeira experiência com a pobreza: tivemos de mudar para o interior do estado, a partir de então a situação financeira favorável sofreu alterações. O divórcio ocorreu de forma hostil, pois meu pai não aceitava a situação e até a partilha dos bens vivíamos em uma casa alugada, minha mãe em seguida adoeceu e a única renda era uma irrisória pensão alimentícia para suprir as necessidades básicas (habitação e alimentação) (Redação 82).*

Assim, o casamento costuma empurrar as jovens em condições precárias de existência e com limitadas perspectivas educacionais e de trabalho para o abandono ou adiamento dos projetos de estudo, constituindo-se também como uma "tábua de salvação" frente aos infortúnios vividos na família e ao desejo de mudar de vida. A expectativa de superação da pobreza pelo casamento assume um papel claramente instrumental, ainda que não se firme, no entanto, exclusivamente em razões econômicas, tendo em vista a prevalência de um modelo tradicional de feminilidade que tem no casamento e na maternidade os seus principais fundamentos[10].

Criada pelos avós após à morte da mãe decorrente de um câncer, pouco meses após o nascimento da irmã, a autora de outra redação sinaliza as dificuldades enfrentadas pela família, que segundo ela nem sempre tinham todas as refeições e

[9] Primeiro programa nacional de transferência de renda condicionada ligado à educação, o Programa Bolsa-Escola foi criado em 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso, e realizava pagamento de bolsa a famílias de baixa renda com crianças de 7 a 14 anos, de modo a contribuir para a universalização do ensino fundamental.

[10] O casamento, via de regra, continua sendo visto como recurso bastante utilizado para a superação na pobreza. Esse fato explica o grande número de casamentos precoces no Brasil. Segundo dados da Unicef, em números absolutos, o país ocupa a quarta posição em casamentos infantis no mundo. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/853645-dados-do-unicef-apontam-que-o-brasil-ocupa-o-4o-lugar-em-casamentos-infantis-no-mundo. Acesso em: 20 fev. 2023.

as roupas novas eram um "luxo" a cada final de ano. É ainda na adolescência que a autora diz ter enxergado no casamento a chance de mudar a própria realidade atravessada por sérias restrições, naquele momento agravada após a morte do avô. Segundo a sua narrativa: "Como muitas outras mulheres, me casei para ter uma vida mais confortável e com o incentivo do meu marido concluí o ensino médio e entrei para a universidade. Virei professora!" (Redação 30).

Conforme evidenciado no fragmento de outra redação a seguir, a separação dos pais, por sua vez, aparece como o momento que costuma não apenas lançar mães e filhos na situação de dependência da ajuda mais direta de familiares, vizinhos e/ou patrões, mas na obrigação para mãe e filhos do trabalho fora de casa. A experiência da separação, em muitos casos acompanhada pelo abandono paterno, marca a ampliação das dificuldades vividas pela família, sentidas, de um lado, pela falta de moradia própria, pela falta do material escolar, de vestuário e, de outro, pela precariedade das instalações físicas da escola, onde a "única coisa boa era a merenda". Chama à atenção a experiência conflituosa enfrentada pela autora: se de um lado a escola aparece como lugar de sofrimento, tanto em sua dimensão coletiva, representada pela falta de carteiras para a turma sentar-se, quanto na vergonha pessoal de não possuir um calçado, por outro é no espaço escolar que o acesso à merenda, não raramente a principal refeição para muitas crianças, constitui-se o principal elemento das poucas lembranças positivas nele construídas. Na escola, a criança pobre enfrenta as contradições que marcam um frágil vínculo com os estudos, razão pela qual, como na história anterior, a autora, apesar de compreender que os estudos representavam oportunidade para superar a pobreza, é o casamento de fato visto como "esperança" para transformar a sua realidade:

> *Eu conheci a pobreza quando ainda era criança, quando via minha mãe chorar porque não tínhamos o que comer e nem tínhamos dinheiro para comprar o que comer. Passei por muitas dificuldades na vida, fui abandonada pelo meu pai, minha família não tinha casa para morar e morávamos de favor na casa do patrão da minha mãe. Minha mãe trabalhava junto com meu padrasto de caseiro, isso me fez ter uma infância muito difícil, não tinha material escolar para estudar, para isso contava com doação, assim também como roupas e chinelos, eu cheguei até a ir para escola descalça porque minha havaiana tinha quebrado e minha mãe não podia comprar outra. Na escola era outro problema, não tinha carteiras para sentar, todos sentávamos no chão, a única coisa boa era a merenda, eu gostava muito da sopa, do macarrão com almôndegas e do arroz doce, foi muito difícil, mas eu continuei estudando, porque tinha um sonho de sair daquela situação. Continuei estudando, nunca reprovei, era uma boa aluna e por isso um professor mim (sic) ofereceu um emprego aos 14 anos de idade para trabalhar ensinando banca*[11] *na escolinha da sua irmã que era defronte à escola que eu estudava e*

[11] Reforço Escolar.

> *eu aceitei, era uma oportunidade de mudar de vida, mas como sempre a base de muito sofrimento porque trabalhava e no fim do mês não recebia nada, até que eu conheci meu esposo e resolvi fugir com ele. Ele era minha esperança de mudar de vida [...] (Redação 27).*

Outro aluno também indica a separação dos seus pais como o momento que marcou, a partir da intensificação das dificuldades financeiras da família, o início da sua experiência no mundo do trabalho. Ainda com 07 anos de idade, ele teria começado a realizar atividade de "carrego" em feiras para ajudar no sustento da casa. Segundo ele: "filho de pobre precisa começar a trabalhar cedo, pois quem trabalha Deus ajuda". Destaca-se, assim, o claro esforço de justificação do trabalho infantil, que aparece ancorado na noção, bastante presente na maior parte dos textos, de que o esforço pessoal é o principal elemento para a superação da pobreza.

A ideia de uma ética do trabalho nutrida desde a infância ganha relevância nos discursos e serve para marcar a distinção entre os "pobres honestos" e os "pobres marginais" ou "acomodados", cartografando o mundo entre aqueles que mereceriam o respeito de toda sociedade e aqueles para os quais estaria reservado o desprezo por "assumirem" uma postura "parasitária" diante da realidade. Por essa razão, a ênfase conferida ao trabalho na infância, não por acaso, é utilizada para marcar o "esforço" individual, desde cedo, como dispositivo por excelência para vencer a fome, os vícios e a vergonha que se abateriam com maior força sobre os pobres. A vergonha aparece, assim, como a situação de desnudamento do indivíduo em razão da falta do alimento, de um objeto ou de um trabalho historicamente associado aos pobres. Sobre esse aspecto, numa das redações, a autora cita a experiência de acompanhar na feira, como ajudante do pai, que tinha uma banca, desde o trânsito frequente de meninos fazendo "carrego" ao movimento de adultos revirando as sobras deixadas pelos feirantes na busca de alimento. É em um desses dias de trabalho no mercado ao lado do pai que ela disse ter tido o reencontro com o olhar envergonhado de uma ex-colega de escola que naquele momento trabalhava na venda de temperos como ambulante (Redação 29).

Mergulhados num contexto de ampla desigualdade socioeconômica e da ideologia meritocrática, os indivíduos tendem a encarar a pobreza mais como um problema individual que coletivo. Quando se trata dos projetos de ascensão, os ricos são, até que se prove o contrário, "recompensados" por seu esforço pessoal, enquanto os desafortunados apenas colheriam as consequências de seu "comodismo". Desse modo, o trabalho infantil, seja em feiras, nas ruas como ambulantes ou como professores de reforço escolar, emerge nos relatos como exemplos de um "sacrifício" que acompanha os autores desde a infância e que os fez vitoriosos frente às tentações do hedonismo e à ausência de perspectivas de mobilidade social no seu grupo.

Nos relatos anteriores, destaca-se a prevalência entre os alunos de uma visão meritocrática da realidade. Em diversos momentos, a meritocracia, que pode ser entendida, segundo Barbosa (2003, p. 21), como ideologia e "principal critério de hierarquização social das sociedades modernas", alia-se ao discurso religioso. Conforme esclarecem Balibar e Wallerstein (2021), a meritocracia revela-

se eficiente em termos econômicos e também políticos, visto que ataca o ressentimento dos que ganham menos ao fazer da desigualdade um aspecto natural e desejável da realidade. Nos textos analisados, a ideia de superação da pobreza é compreendida, sobretudo, como resultado do esforço pessoal através do trabalho e dos estudos e, também, como obra da graça divina, cuja ação se faz sentir, por exemplo, na tenacidade para suportar com fé os infortúnios do mundo, como fome e a violência na família e no trabalho ou a vergonha de ter que utilizar o uniforme escolar até que ele rasgasse pelo uso.

2. "Pobre é o cão!": o processo de urbanização e os males da pobreza

Emergem com bastante força nos textos referências aos contextos rural e urbano. O primeiro contexto geralmente serve de passagem ao outro na busca de realização dos sonhos de superação da pobreza, enquanto o segundo marca um tipo de retorno frente à dissolução de laços de convivência.

É na vida no interior, representada pela vida simples, porém "feliz" a sinalizar a experiência de desenraizamento (Bosi, 2003), que a pobreza surge materializada nas casas de taipas, na ausência de mobília e/ou utensílios básicos, na água escassa que nos casos extremos leva à morte dos animais e das plantações e que normalmente é limitada para o banho ou para a preparação dos alimentos, bem como no recurso à pesca ou à venda de frutas como cocos, goiabas, carambolas retirados do terreno como uma estratégia de sobrevivência da família. O habitante do meio rural sente assim os prejuízos da separação e como migrante experencia a perda, segundo Ecléa Bosi 2003, p. 17), não apenas da paisagem originária, mas também dos elementos que lhes dão sentido. Perde, assim:

> *[...] a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus. Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada 'código restrito' pelos linguístas; seu jeito de viver, 'carência cultural'; sua religião, crendice ou folclore. Seria mais justo pensar a cultura de um povo migrante em termos de desenraizamento. Não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão.*

Para aqueles cujos pais têm alguma posse, a pobreza é lembrada como uma visita frequente de vizinhos em busca de auxílio ou de oferta de braços para o trabalho. Para os que não têm terra, animais ou recursos para garantir o sustento, além de dependência da ajuda e do trabalho sazonal, as memórias apontam para a sujeição a relações de compadrio como forma de proteção e auxílio, representadas por práticas de subserviência. Assim se refere um dos alunos sobre como a distribuição do alimento que chegava à mesa traduzia as hierarquias no lugar e o sistema de dominação:

> *Ainda nesse primeiro contato, percebíamos os tratamentos dados ou bajulações aos de "mais condições", geralmente fazendeiros ou criadores de gado que comiam "bife e lombo", coxa e peito" em detrimento dos que comiam peixe e fato, os famosos mocotós, fígado e demais vísceras bovinas (Redação 98).*

Nas cidades, vistas num primeiro momento como lugar a reservar possibilidades mais tangíveis de melhoria das condições de vida, as famílias encontram a dura constatação de uma continuidade na pobreza em moldes semelhantes ou mais dramáticos que os que conheciam, mas que traz como diferença a obrigação do afastamento entre pais e filhos, em razão da rotina do trabalho, fazendo muitas vezes dos mais velhos da prole os responsáveis pelo cuidado dos mais novos. Embora não tenha sido possível realizar um levantamento da faixa etária dos autores dos textos, as referências contidas informam a predominância de uma geração na faixa dos 30/40 anos e que acompanhou a retomada da democracia, a crise econômica no período de abertura política e as consequências mais duras da intensificação da inversão campo/cidade no país (Silva, 2003). No caso de Sergipe, o estado experimentou nas décadas 1970-80 expressivo crescimento industrial seguido por acelerado processo de urbanização.

É na circulação nos centros urbanos, cada vez mais pressionados pelo êxodo rural e pela ausência de planejamento nas últimas décadas, que são confrontados com a ideia de trabalho infantil, até então naturalizado pelas relações que desde cedo se estabelecem no interior das famílias, a partir da criança que circula na feira com carrinho de mão fazendo "carrego" e que faz evidenciar na memória da convivência com os pais a recorrência de um conselho, que vem sob a forma de ameaça: "se não estudar vai continuar sendo pobre!". A admoestação vem também com o retrato dramático da miséria apresentado nos noticiários ou programas televisivos.

Não raro, o trabalho na infância é romantizado e vem acompanhado da justificativa de proteger a criança da fome, do ócio e dos vícios. Ao mesmo tempo em que desponta nos discursos como instrumento de "proteção" frente às tentações que cercariam desde cedo os pobres, o trabalho pensado para os pobres vem acompanhado pelo discurso ressentido com as supostas transformações sociais que, segundo eles, terminaram por afastar o valor do trabalho das famílias. Assim, segundo essa lógica, a falta de rigor e a ampliação de direitos aos mais pobres teriam enfraquecido a disposição desse grupo para o trabalho, como destaca um dos alunos:

> *a pobreza, para mim, foi encarada como objeto de superação e nunca em algum momento eu me senti vítima dela, em minha fase adulta de hoje relembro alguns momentos que vivi em minha infância e pré-adolescência quando minha mãe fazia doces e salgados e pedia pra eu ir vender no portão das escolas, foi uma época muito boa e inocente pois não existia proibição em relação a esse tipo de trabalho. Tinha muitas amigas minhas que faziam a mesma coisa, vendendo os doces e ajudando os pais nas despesas de casa, trabalho digno que nos dava muitas alegrias e diversão também, jamais senti vergonha de vender os doces, graças a eles eu pude ajudar minha mãe a comprar alimentos pra nossa sobrevivência [...]. Meus pais sempre estiveram do meu lado me orientando nos estudos apesar deles não terem estudado. Eles queriam que os filhos deles tivessem o que eles não tinham: uma educação de qualidade, pois aonde eles moravam não tinha a facilidade que as crianças de hoje têm (Redação 31).*

Esse tipo de referência, bastante presente, é citada, por exemplo, em um dos textos, no qual o aluno reproduz a

fala, segundo ele frequente, da própria mãe: “estude para não ser pobre, como mendigos, garis, trabalhadores rurais”, para, em seguida, na fase adulta, reafirmar o esforço permanente, através de jornadas sucessivas, em diferentes empregos, de fugir daquilo que desde cedo se manifestou mais como uma ameaça representada por um tipo de mal que deixa marcas visíveis e causa não apenas vergonha, um tipo de repulsa pouco dissimulada do outro, que como o resultado da concentração de poder e renda que limita a vida dos pobres, submetendo-os a situações de exploração, maior vulnerabilidade e ao risco. A pobreza, que move o desejo de ascensão social, é concebida como algo que se destaca aos olhos do outro, aparece na referência a dor da fome e no corpo, a partir das doenças de pele que denunciam a falta de saneamento básico e de equipamentos de saúde, bem como na ausência de limpeza pessoal através do cheiro de urina das roupas surradas que chamam a atenção de colegas e professores e que são motivo de discriminação. Conforme destaca David Le Breton (2011, p. 37): “nas sociedades ocidentais de tipo individualista, o corpo funciona como interruptor da energia social; nas sociedades tradicionais ele é, ao contrário, a conexão da energia comunitária. Pelo seu corpo, o ser humano está em comunicação com os diferentes campos simbólicos que dão sentido à existência coletiva ”.

Como microcosmo social, o corpo expressa os sentimentos, as emoções e as marcas da cultura (Strathern, 2006), estendendo-se para as roupas, que despontam como recursos expressivos da própria identidade e como motivo de orgulho ou vergonha. Os sentidos que encerram a pobreza a um lugar de constantes constrangimentos costumam partir da ideia de um esforço reduzido para vencer um tipo de condenação baseada em fundamentos morais e metafísicos, explicando assim a prevalência de uma identidade dividida entre o medo e a culpa. Um tipo de sentimento que pode ser sintetizado no trecho de uma das redações: “Um dos piores sentimentos quando se é pobre demais, é justamente o desconforto de se sentir inferior e sem valor social. Parece que a gente não cabe em lugar algum” (Redação 42).

Parece ser em razão da necessidade de vencer o medo do julgamento e dos olhares de comiseração, sentidos em situações como o recreio na escola, onde as diferenças entre os que possuíam ou não o que lanchar emergiam como um forte indicador da suspeição sobre a constrangedora experiência da fome, que muitos dos autores aprenderam a partir de uma gramática própria entre a rua, a casa e a escola, a definir que pobre é o “outro”, o “desafortunado”, o indivíduo infeliz apartado da “graça divina”, aquele que tem menos do que eu tive ou aquele que eu fui por um tempo até me restabelecer pelos estudos. Segundo essa lógica, é comum concluírem que não chegaram a experimentar a fome propriamente dita, visto que pelo menos um membro de sua família possuía um emprego, ainda que precário. A fome aparece representada em sua face mais dura, como a ausência de alimentos básicos e também por suas consequências mais sensíveis, como a magreza, a fraqueza e o choro da criança e dos pais por não terem o que comer.

O emprego destaca-se, assim, como um tipo de garantia que permitia à família poder mais ajudar que receber auxílio de outras pessoas ou do governo, logo, não foram pobres, mesmo que a pobreza more ao lado, sob a forma da família que chega do interior numa noite de chuva num caminhão quase sem mobília para se instalar na vizinhança; nas conversas entre os moradores sobre a rua próxima, repleta de casebres e definida como perigosa; ou nos olhos da menina pobre que se aproxima para brincar, mas que permanece do lado de fora da grade. A partir do ato solidário, aquele que dá permite também, segundo o sistema da dádiva (Mauss, 1974), receber, na forma de troca, a confirmação de pertencimento a um outro grupo.

A história de participação em um "leilão" numa comunidade rural, narrada por uma das alunas, ilustra bem esse sistema de reciprocidade. Segundo a autora da redação, aos 06 anos, acompanhou a mãe arrematar uma boneca de pano no evento, que costuma ocorrer como forma de possibilitar os recursos seja para a construção de uma casa ou para o tratamento médico. Logo após entregar a boneca, a sua mãe teria percebido uma criança da comunidade se aproximar e se encantar pelo brinquedo. Diante do olhar de encantamento da menina, ela conta que a mãe pediu para que entregasse a boneca para a garota, argumentando diante da sua visível tristeza: "Filha, você tem outros brinquedos e nós temos condições de te dar outra boneca em outro momento, e os pais dela talvez não tenham, porque eles trabalham na roça e o que ganham é quase todo para comprar o que comer". A partir da fala da mãe, ela destaca: "imediatamente dei a boneca para a menina, e assim conheci o que era ser pobre" (Redação 16).

Conforme observou Miguel Arroyo (2018) no primeiro tópico do material didático do curso, destaca-se uma concepção fortemente moralista sobre os pobres que atravessa os diferentes setores sociais no país, a exemplo da educação. Embora os autores das redações destaquem a existência de uma leitura moralista sobre os pobres, geralmente apresentados como sujeitos "indisciplinados" para os estudos e para o trabalho, "preguiçosos", "imorais", enfim, "inferiores", eles continuam nas narrativas sendo o principal alvo de uma espécie de "cruzada" conscientizadora, razão pela qual o sentido maior da ação dos profissionais da área da educação e da assistência social é apontado como ligado ao esforço de "conscientização" dos pobres e muito raramente de transformação das estruturas do Estado e de mudança da lógica de trabalho desses profissionais.

Assim, embora afirmassem não concordar com a compreensão de que as pessoas são pobres por não saberem fazer escolhas, no campo da ação que consideravam desenvolver para alterar as representações sociais sobre esse segmento social, destaca-se quase que como único objetivo a ideia de conscientizar as classes populares a respeito da importância da educação e do esforço desde a infância e de afastarem-se de uma violência iminente que ameaça o convívio. Um aspecto que reforça o entendimento dos estudos como recurso individual no projeto de superação da pobreza, como ficará mais claro adiante.

3. O sentido instrumental da educação: a pobreza como mal (a ser) superado

Ao mesmo tempo em que os textos confrontam situações de dor e angústia decorrentes da falta de alimentos e de produtos como roupas novas e brinquedos, a limitação desses mesmos recursos tende a assinalar não apenas as experiências de sofrimento, mas de construção moral vinda por meio da família, especialmente das mães, para a importância dos estudos como via fundamental para a superação da pobreza.

A pobreza aparece no conjunto das memórias como uma etapa representada por claras limitações financeiras ao lado da família, representada como *lócus* onde foi forjado, a partir dos ensinamentos tanto diretos quanto indiretos dos pais, o sentimento de disposição para os estudos e para o trabalho. Assim, na maior parte das redações, os autores veem-se, após enfrentar uma série de dificuldades, diante da constatação de terem "vencido" pelo compromisso com os estudos, algo, segundo eles, alimentado desde cedo pelos pais. Um aspecto que evidencia uma reduzida compreensão sobre a natureza multidimensional da pobreza e o predomínio de raciocínio utilitarista associado à educação.

É no âmbito das famílias, na quase totalidade sem uma tradição de formação escolar, que os filhos dizem ter incorporado a crença e as expectativas depositadas desde cedo nos estudos, que aparecem envoltos por um sentido redentor, ao serem apontados como a única possibilidade "acessível" aos pobres de mudança da própria realidade. A educação emerge como uma espécie de passaporte para um contexto de maior respeito e segurança.

Neste sentido, a educação possui um forte significado instrumental, visto ser ela a chave que vai permitir o acesso a bens, serviços e experiências negadas seja na infância e/ou às gerações anteriores da família, desde coisas aparentemente simples como doces e roupas novas, em alguns momentos fundamentais para a inserção nos grupos de referência, até o investimento nas condições de vida, moradia e estudo. Essa compreensão é o que explica, por exemplo, a apresentação e ênfase presentes nos discursos sobre o fato de apostarem num trabalho de "convencimento" ou "conscientização" dos mais pobres para a importância da escola, de vencerem a apatia e irem em busca dos seus "sonhos", uma vez que os estudos despontam como "a base de tudo", aquilo que torna "capaz de mudar muito a vida do pobre, ele faz o pobre, o preto, o branco o pardo virar doutor todos da mesma forma" (Redação 05).

Ainda que algumas das redações tenham questionado a lógica meritocrática e apontado os diferentes dispositivos institucionais responsáveis pela reprodução das desigualdades materiais e simbólicas, sobressai-se a compreensão de que a principal contribuição que eles têm dado para a mudança das representações sociais sobre a pobreza mantém relação estreita com a missão de conscientizar os pobres, sejam eles alunos ou assistidos por programas sociais, para a importância de dedicarem-se aos estudos. Não são levados em consideração os fatores diversos relacionados ao contexto familiar e social dos estudantes, bem como da natureza

do ensino e das condições objetivas e simbólicas que atravessam as instituições escolares e que interferem na construção do vínculo afetivo desse público com os estudos, a exemplo do racismo estrutural. Apenas num conjunto bastante reduzido de textos, quando instados a falar sobre possíveis iniciativas pessoais para alterar as representações sociais, os autores afirmaram não realizarem qualquer ação ou mesmo de pouco fazerem para mudar a compreensão comum sobre a pobreza, a exemplo da ideia de que esta é uma condição reservada àqueles que não se esforçaram de modo suficiente.

Desse modo, constitui uma marca das redações tanto uma reduzida disposição para o desenvolvimento de uma análise (auto)crítica, o que explica o fato de grande parte ter assinalado a participação em ações de caridade, o direcionamento de um olhar piedoso aos mais necessitados e, sobretudo, o compromisso de, na própria prática profissional, esclarecer os alunos das classes populares para a importância da construção de uma disposição ativa em torno da superação de sua condição. Tal aspecto explica e legitima, conforme assinalou Miguel Arroyo (2018), o reduzido compromisso com o conhecimento nas práticas pedagógicas, uma vez que a pobreza moral é percebida como causa primeira da pobreza material.

Percebe-se que há um duplo processo de ancoragem (Guareschi, 1995) nas representações sociais mais comuns nos textos, de modo que a educação e a família representam o "bem" e a pobreza o "mal". Como "mal" a ser vencido, a educação surge, antes de tudo, não como um valor, mas como "amuleto" a proteger ou livrar da condenação da pobreza, em certa medida entrelaçada a uma dupla concepção pautada tanto em um ideário religioso quanto econômico, que visa orientar à superação do sentimento de fracasso. Na impossibilidade de conhecer o "sucesso" pelos estudos, aposta-se nas soluções mágicas do mundo religioso (Rocha; Torres, 2009). A pobreza, portanto, é o resultado primeiro da ausência de formação escolar, razão pela qual as instituições e profissionais por ela responsáveis seguem protegidos de maiores questionamentos, revelando assim a ausência de uma compreensão mais clara sobre a dimensão comunitária e um forte desconhecimento sobre os pobres, visto que a quase totalidade dos males está ancorada na própria pobreza, que se por um lado revela ter gênero, por outro esconde ter uma cor ou responsáveis para além da classe política dirigente e dos próprios pobres.

Embora a corrupção, que aparece nos textos associada exclusivamente aos políticos, tenha sido assinalada principal fator para a manutenção da pobreza, as soluções indicadas, salvo algumas redações que apontaram a participação comunitária e mobilização de diferentes instâncias sociais, aparecem restritas ao espaço das famílias ou como projeto a ser assumido pelo indivíduo e para quem o trabalho dos técnicos dos programas sociais e educadores cumpre uma função essencialmente conscientizadora. Assim, compreendem que o tratamento atencioso aos assistidos ao lado da discussão sobre a pobreza, acompanhada da apresentação de exemplos de superação pessoal funcionem como chave principal para transformação da realidade e passagem de uma realidade dominada pelo "mal", representado pela fome e a

impossibilidade de adquirir bens, para um patamar de superioridade, resultado da proteção da família e de Deus.

No fundo, a despeito de num primeiro momento corroborarem com as observações presentes no módulo do curso, em particular a que enfatiza a percepção comum na sociedade, segundo a qual os pobres são vistos como diretamente responsáveis por sua própria condição, ao silenciarem em relação aos mecanismos institucionais geradores da pobreza, os alunos parecem endossar essa mesma compreensão. Uma vez identificados com a lógica estatal e forjados em projetos individualistas e numa ética religiosa, os autores do texto enfrentam dificuldades de refletir sobre a própria ação, concebendo a pobreza como um estágio que foi "superado", essencialmente, a partir do esforço pessoal e do apoio de Deus e das famílias, não raro afirmem ter contado com programas assistenciais de diferentes governos.

É bastante curioso, por exemplo, o fato de a discriminação de classe surgir como realidade percebida em seu processo de formação, mas ser ocultada uma vez que eles se tornam profissionais. As relações sociais e o seu papel como cidadãos são ocultados quando convidados a indicar o que eles têm feito para alterar a realidade. Em grande medida, a inclinação demonstrada, frente à fome e outras necessidades dos alunos, volta-se para o desenvolvimento de soluções circunscritas ao espaço da sala e ao atendimento de demandas específicas, como a compra, com os próprios recursos, de lanches pelo próprio professor, enquanto nenhum dos textos analisados tenha manifestado questionamentos sobre a responsabilidade imediata dos gestores e deles mesmos como profissionais ou cidadãos quanto à falta de merenda nas escolas e outros problemas na oferta dos serviços públicos. Algo que expressa não apenas uma limitada disposição para criticar a própria ação, mas também uma reduzida confiança em soluções decorrentes da atuação política no cotidiano, a exemplo do compromisso com a oferta, aperfeiçoamento e controle do serviço prestado pelas instituições. O mundo da vida e da política destacam-se nas redações como instâncias separadas. A partir da crença na impossibilidade de mudar a política, o esforço volta-se para um trabalho de "conversão" dos pobres.

Percebe-se que a descrença na política, associada diretamente à ideia da corrupção decorrente dos políticos como única ou maior produtora das desigualdades sociais, termina por reforçar lógicas e projetos centrados em soluções individuais. Por essa razão, as respostas para a última questão apresentada sejam marcadas por um forte tom evasivo ou estejam centradas na sinalização de soluções genéricas e pouco práticas, visto que sendo responsabilidade de um "outro" distante a responsabilidade termina por recair sobre ninguém.

4. Considerações finais

O que representa ser pobre no Brasil? A resposta a esse questionamento não é possível sem o (re)conhecimento dos processos identitários, das sociabilidades dos grupos historicamente excluídos e da atuação das instituições destinadas ao seu enfrentamento no país.

O esforço aqui desenvolvido de reflexão sinaliza para a importância da história e da memória como recursos fundamentais no trabalho de compreensão das múltiplas

identidades existentes, assim como dos aspectos estruturantes no processo de (re)produção da pobreza no Brasil, desde os fatores que atuam, por exemplo, na restrição de direitos fundamentais de mulheres, jovens e negros, principais vítimas da violência.

Ainda que não seja possível afirmar que os discursos constituem espelho das ações, eles indicam que por trás da desigualdade existem as ideias como forte elemento de sustentação. Os textos analisados, ainda que extraídos de um contexto em particular, apresentam um mosaico bastante rico das representações sociais que marcam, como maior ou menor intensidade em diferentes regiões, a realidade brasileira, sobretudo quando considerados os elementos e a forma como os diferentes atores reconstroem a própria trajetória pessoal e a relação com a pobreza, assim como os debates existentes no campo político do país atualmente. Vista, de modo geral, como um não lugar de prevalência do feminino, a pobreza forja imagens pautadas na negação de direitos, sendo tanto uma experiência de passagem quanto de encontro com um "outro" a ser "resgatado" pela via da palavra e do esclarecimento, razão pela qual o testemunho de uma combatente a respeito do comprometimento da sua memória materna sirva para representar a relação estabelecida por muitos dos autores sobre a experiência da pobreza: "Na minha memória só ficaram umas sombras vagas... Os contornos... Às vezes o rosto dela, às vezes a silhueta quando ela se inclinava sobre mim" (Aleksiévitch, 2016, p. 78).

Assim, ainda que em sua maioria os autores tenham vivido à margem e sofrido com a fome e a violência, para esses mesmos atores, o indivíduo pobre frequentemente surge como representação, sobretudo, de um passado pessoal "superado" por meio da crença individual nos estudos e no futuro. É em relação ao tempo passado, que assinala uma experiência próxima ou direta com a ausência de recursos e de situações de discriminação e da violência, que eles se sentem encorajados a lutar contra as desigualdades por meio, essencialmente, de um trabalho de "conscientização" que visa esclarecer os pobres, em geral o espelho do que eram ou do que podem vir a tornar a ser novamente, para o propósito redentor dos estudos e do trabalho.

Chama bastante a atenção o fato de no contato com as alteridades negadas, esses profissionais ou estudantes entenderem que devem ser os pobres e não as estruturas o alvo preferencial de sua intervenção, o que faz pensar não apenas na existência de uma imagem extremamente negativa sobre a pobreza, como lugar onde habita o "outro" a ser permanentemente negado, o "mal" a ser esconjurado, quanto a prevalência de um alto nível de descrença em relação à possibilidade de mudar o funcionamento das instituições, o que pode ser compreendido como um reflexo do esvaziamento da experiência política.

De modo geral, os discursos, sustentados numa ética meritocrática, evidenciam formas de compreender as instituições como estruturas direcionadas à permanente reprodução das regras, na medida em que costumam premiar o esforço de superação pessoal em detrimento da pobreza e do fracasso profissional, encarados como expressão

do "abandono de si". Esse é um dos fatores que, provavelmente, explica a ausência de referência à questão racial nos relatos.

A perspectiva que prevalece nos discursos sinaliza para a importância fundamental, como destacou Miguel Arroyo (2018), da reestruturação dos currículos e do pensamento pedagógico, a fim de promover uma outra compreensão e posicionamento a respeito da visão dos diferentes em desiguais. Um esforço que deve combinar a ampliação do sentido das políticas públicas, de modo que elas não estejam restritas à transferência de renda, mas que ataquem os fundamentos das diversas desigualdades sociais, uma vez que estas não estão desligadas da forma como professores e operadores atuam no cotidiano e no desenvolvimento dessas mesmas políticas.

Em linhas gerais, o conjunto das imagens que emergem dos textos celebrando a vitória individual sobre a pobreza desponta de forma semelhante à "novidade". Assim como na canção, ela surge sedutora na areia da praia "metade o busto de uma deusa Maia/ metade um grande rabo de baleia". É também a imagem do menino no Ano Novo, ao tempo em que atordoa também fascina através dos tempos como paradoxo que desafia a compreensão e que resiste como mistério. Fato que provavelmente explique o sentimento de vitória sobre o passado desaguar em poucas linhas num sentimento de inquietude e desesperança no presente, como o feliz poeta e o esfomeado a estraçalhar uma sereia bonita como realidade de um mundo incrivelmente desigual.

Referências

Aleksiévitch, S. (2016). *A guerra não tem rosto de mulher.* São Paulo: Companhia das Letras.

Arroyo, M. G. (2018). *Módulo Introdutório* - Pobreza, desigualdades e educação. Brasília: MEC, Secadi.

Balibar, É.; Wallerstein, I. (2021). *Raça, nação, classe*: as identidades ambíguas. São Paulo: Boitempo.

Barbosa, L. (2003). *Igualdade e meritocracia:* a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: FGV.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo.* São Paulo, Edições 70.

Bloch, M. L. B. (2001). *Apologia da história, ou, O ofício do historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Bosi, E. (2003). Cultura e desenraizamento. In: Bosi, A. (Org.). *Cultura brasileira:* temas e situações. São Paulo: Ática.

Bourdieu, P. (2006). A ilusão biográfica. In: Amado, J.; Ferreira, M. M.; Portelli, A. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV.

Campos, C. J. G. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *RevBrasEnferm*, 57(5), p. 611-4. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019

Crespo, A. P. A.; Gurovitz, E. (2002). A pobreza como um fenômeno multidimensional. In: *RAE-eletrônica,* 1(2), p. 1-12. DOI: https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200003

Dalla Valle, P. R.; Ferreira, J. L. (2024). Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em Educação. *SciELOPreprints.* DOI: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7697

Debert, G. G. (1986). Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: Cardoso, R. C. L. *A aventura antropológica.* Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Foucault, M. (1992). A escrita de si. In: Foucault, M. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, p. 129-160.

Giddens, A. (2005). Pobreza, Previdência Social e Exclusão Social. In: Giddens, A. *Sociologia.* 4. ed. Porto Alegre: Artmed.

Guareschi, P. A. (1995). "Sem dinheiro não há salvação": ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In. Guareschi, P. A.; Jovchelovitch, S. (orgs.) *Textos em representações sociais.* Petrópolis, RJ: Vozes.

Le Breton, D. (2011). *Antropologia do corpo e modernidade.* Petrópolis, RJ: Vozes.

Mauss, M. (1974). Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In. Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp.

Narayan, D. (2000). *Voices of the poor - Can anyone hear us?* Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press.

Rago, L. M. (2013). *A aventura de contar-se:* feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP, Editora da Unicamp.

Rocha, E.; Torres, R. (2009). O crente e o delinquente. In: Souza, J. *Ralé brasileira:* quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Silva, F. C. T. (2003). Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: Ferreira, J. D.; Neves, L. A. (orgs). *O Brasil republicano*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX, volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Spink, M. (1995). Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In. Guareschi, P. A.; Jovchelovitch, S. (orgs.) *Textos em representações sociais.* Petrópolis, RJ: Vozes.

Sen, A. K. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Strathern, M. (2006). *O gênero da Dádiva:* problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Venson, A. M.; Pedro, J. M. (2012). Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *História Oral*, 15(2), p. 125-139. DOI: https://doi.org/10.51880/ho.v15i2.261

Recebido em 08/05/2024*. Aprovado em 12/12/2025.
Recebido em 0/2025. Aprovado em 07/10/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Agenda pública para Renda Básica Universal no Brasil em meio à pandemia da Covid-19

Public agenda for universal basic income in Brazil amid the COVID-19 pandemic

Agenda pública para la Renta Básica Universal en Brasil en el contexto de la pandemia de Covid-19

Luciano Henrique Fialho BOTELHO
luciano.botelho@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Thiago de Melo Teixeira da COSTA
thiagocosta@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Davi Augusto Santana de LELIS
davi.lelis@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Camila Botelho GUSMÃO
camila.gusmao@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Diante de dificuldades no mercado de trabalho e da emergência da pandemia da covid-19, objetivou-se examinar a formação da agenda pública para implementação da Renda Básica Universal (RBU) no Brasil no período entre 2020 e 2022. Na revisão de literatura, abordou-se sobre cidadania, Estado de bem-estar social e a pandemia de covid-19, políticas públicas e agenda pública e políticas de renda e RBU. Em termos metodológicos, este é um estudo qualitativo de abordagem descritiva que se utiliza de entrevistas semiestruturadas em profundidade e levantamentos documentais, sendo a operacionalização realizada a partir da técnica análise de conteúdo. Os resultados apontaram que não existiram forças nos fluxos políticos e de soluções para a entrada da RBU na agenda pública, sendo essa dominada pelo interesse neoliberal. Todavia, verificou-se que houve elevação da confiança sobre as transferências condicionadas de renda.

Palavras-Chave: Renda Básica Universal; Auxílio Brasil; Covid-19; Agenda Pública; Mercado de Trabalho.

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2025.61.3.17296

In view of difficulties in the labor market and the outbreak of the COVID-19 pandemic, the aim of this study was to examine the formation of the public agenda for the implementation of Universal Basic Income (UBI) in Brazil in the period between 2020 and 2022. The literature review addressed citizenship, the welfare state, and the COVID-19 pandemic, as well as public policies and the public agenda and income policies and UBI. In methodological terms, this is a qualitative study with a descriptive approach that uses in-depth semi-structured interviews and documentary surveys, with the operationalization carried out using the content analysis technique. The results indicated that there were no forces in the political flows and solutions for the inclusion of UBI in the public agenda, which was dominated at that time by neoliberal interests. However, it was found that there was an increase in confidence in conditional income transfers.

Keywords: Universal Basic Income; Auxílio Brasil; COVID-19; Public Agenda; Labor Market.

Ante las dificultades del mercado laboral y el surgimiento de la pandemia de COVID-19, este estudio examinó la formación de la agenda pública para la implementación de la Renta Básica Universal (RBU) en Brasil entre 2020 y 2022. La revisión bibliográfica abordó la ciudadanía, el estado de bienestar y la pandemia de COVID-19, las políticas públicas y la agenda pública, así como las políticas de ingresos y la RBU. Metodológicamente, se trata de un estudio cualitativo descriptivo que utiliza entrevistas semiestructuradas en profundidad e investigación documental, operacionalizándose mediante análisis de contenido. Los resultados indicaron la ausencia de fuerzas impulsoras en los flujos políticos y las soluciones para la inclusión de la RBU en la agenda pública, la cual estuvo dominada por intereses neoliberales. Sin embargo, se observó un aumento en la confianza en las transferencias monetarias condicionadas.

Palabras clave: Renta Básica Universal; Ayuda a Brasil; COVID-19; Agenda Pública; Mercado Laboral.

1. Introdução

A pandemia de covid-19 (SARS-CoV-2) levou a economia mundial à maior recessão econômica desde a Segunda Guerra Mundial, gerando desemprego em massa, além de crescimento da pobreza e concentração de renda (Banco Mundial, 2020; Cepal, 2020). Além disso, dificuldades já eram percebidas nas primeiras décadas no século XXI, principalmente sobre cargos tradicionais de trabalho, com a evolução da economia digital e globalização, afetando a estabilidade e a proteção social dos trabalhadores (Atkinson, 2015; Piketty, 2014, 2020; Castel, 2017; Banerjee; Duflo, 2020).

No Brasil, anteriormente à pandemia da covid-19, já existia deterioração nos indicadores sociais, sendo que de 2014 a 2019 ocorreu o período de maior elevação das desigualdades

de renda desse país, ao passo que a renda dos 50% mais pobres decresceu aproximadamente 17% e a do 1% mais ricos expandiu 10% (Neri, 2019). O Produto Interno Bruto (PIB), por sua vez, ocupou, em 2020, a 12° colocação mundial, em oposição a 7° classificação que possuía em 2016 (G1 Economia, 2021).

Por outro lado, foi possível observar como no Brasil investimentos sociais podem resultar em benefícios econômicos, cidadania e proteção social (Carvalho, 2020; De Bolle, 2020), sendo essa aplicação vinculada ao Estado de bem-estar social (Draibe, 2007; Hemerijck, 2017). No momento em que a administração pública federal executou o primeiro auxílio de renda emergencial (Lei 13.982/20), em ataque às consequências da pandemia da covid-19, promoveu-se, temporariamente, importantes arrecadações e reduções de desigualdades de renda (Gonzalez; Barreira, 2020).

A atuação exposta, condicionada à pandemia e temporária, contudo, não foi suficiente, tendo em vista o agravamento social que já vinha em evidência no Brasil. Nesse sentido, denota-se que o segundo semestre de 2021 fechou com uma taxa de desemprego de 12,6% e de desalentados, aqueles que desistiram de procurar emprego, de 4,76%, o que representa 5,1 milhões de cidadãos (IBGE, 2022).

A insegurança alimentar expandiu 63% de 2013 até 2022 e 44% apenas de 2020 a 2022, existindo no Brasil 33 milhões de pessoas com dificuldades para se alimentar em 2022, sendo a falta de renda um dos principais fatores relacionados (Penssan, 2022). A partir de 2023, com a mudança de governo e do paradigma de investimentos públicos, tal situação começou a passar por melhorias expressivas, corroboradas por avanços em políticas públicas de renda.

Os contextos apresentados, além da necessidade de auxílio à sociedade através de políticas de transferências de renda, caso do auxílio emergencial durante a pandemia, evidenciaram o diálogo sobre os objetivos das políticas públicas de renda, as quais se enquadram no conceito de segurança financeira ao cidadão, defendido pelo Estado de bem-estar social (Hemerijck, 2017; Carvalho, 2020).

Além da política de renda emergencial, existem outras políticas de renda, como a Renda Básica Universal (RBU) ou Renda Básica Incondicional, importante para geração de cidadania e no combate à exclusão social, executada a partir de transferência de valores para todos os cidadãos; as transferências condicionadas de renda, exemplo do Bolsa Família (Lei 10.836/2004); auxílios-desemprego e políticas de previdência e pensão, essa última de caráter contributivo, com participação do cidadão no financiamento (Pase; Melo, 2017; Martinelli, 2020; Noel, 2020; Van Parijs; Vanderborght, 2018).

Pelo Mandado de Injunção (MI) 7.300 de 2021, haja vista as consequências sociais da covid-19, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a implementação da RBU em 2022, diante da omissão dos governos em regulamentar a Renda Básica de Cidadania (RBC), aprovada pelo Congresso Nacional em 2004 (Lei

10.835) (STF, 2021). Segundo Suplicy (2004), a RBC deveria ter sido adotada como uma etapa subsequente ao Bolsa Família.

É evidente que a função transitória do Bolsa Família não se concretizou até então, pois não houve a migração da renda condicionada à incondicionada (RBU) no Brasil. No entanto, acreditou-se que o auxílio de renda emergencial (Lei 13.982/20) poderia ter se tornado um estímulo à RBU no Brasil, na visão da sociedade, grupos civis e interessados, e de atores políticos.

Cita-se, ainda, que no período da pandemia foi sancionado o Programa Auxílio Brasil (Leis 14.284/2021 e 14.342/2022), em substituição ao Bolsa Família e em resposta ao (MI) 7.300 de 2021, ocorrendo nova mudança nas políticas de renda. Após as eleições presidenciais de 2022, o novo governo retornou com o Bolsa Família em 2023.

Questiona-se, diante de todo o exposto, se os contextos diagnosticados entre 2020 e 2022, que incluem a erupção da covid-19, teriam tido potencial para incorporar na agenda pública (interesse de ação do Estado) a RBU, como determinou o STF, ocorrendo uma situação de ruptura com o cenário anterior. Ou se a 'janela de oportunidade' teve força para apontar incrementos para os programas de transferências condicionadas de renda no Brasil. Objetivou-se neste artigo, portanto, examinar a formação da agenda pública para implementação da RBU no Brasil, diante do estímulo pela renda emergencial em meio à pandemia da covid-19 e da aprovação do programa Auxílio Brasil (Leis 14.284/2021 e 14.342/2022), considerando o período entre 2020 e 2022.

2. Referencial teórico

2.1 Cidadania, Estado de Bem-Estar Social e a Pandemia da covid-19

A cidadania compreende a possibilidade de liberdade individual, inclusão e participação social e direitos sociais. Para Marshall (1967), aos cidadãos pertencem as igualdades de oportunidade e o sentimento de inclusão à comunidade, sendo os direitos civis, políticos e sociais de propriedade do cidadão. Priorizando os direitos sociais, o Estado de bem-estar social consiste em um sistema para a geração de assistência à sociedade pelo Estado, visando o fornecimento de garantias básicas de vida digna para todos em qualquer idade (Titmuss, 1963; Esping-Andersen, 1990).

As primeiras medidas formais, em termos de bem-estar, datam das propostas do plano *Beveridge* na Inglaterra em 1942, que se defrontando com amplos problemas sociais decorrentes de graves crises econômicas e humanitárias, principalmente resultantes das guerras mundiais e medidas liberais sem efeitos no desenvolvimento, criou programas priorizando as demandas sociais (Esping-Andersen, 1990; Hobsbawm, 1995).

Tem-se notado em pesquisas recentes a expansão de uma nova corrente de estudiosos que se propõem

a estabelecer um "novo Estado de bem-estar social". Procura-se a reorganização das políticas sociais, tendo em vista mudanças desde a criação do Estado de bem-estar social, principalmente no mercado de trabalho (fortalecimento da entrada de mulheres e idosos, expansão do setor de serviços e mudanças tecnológicas) e no crescimento neoliberal a datar dos anos 70 (Hemerijck, 2017; Piketty, 2014; Carvalho, 2020).

Para fins deste estudo, neoliberalismo representa medidas de redução da ação do Estado em políticas públicas e preocupações austeras, com reformas em investimentos e orçamentos públicos (Rossi; Dweck; Arante, 2018). Suas bases, ademais, são o livre mercado, o domínio do capital sobre o trabalho, a inserção do privado no orçamento público e a expansão dos ideais de mérito individual e propriedade privada (Paterson, 2015; Abdala; Pauello-Socarrás, 2019).

No que se refere à atuação do Estado de bem-estar social, Carvalho (2020) expõe as funções que o Estado deve fortalecer, principalmente diante das complexidades apresentadas pela pandemia da covid-19. Argumenta-se sobre os papéis fundamentais: estabilizador da economia, investidor em infraestrutura física e social, protetor dos mais vulneráveis, provedor de serviços à população e empreendedor. Sobre o Estado estabilizador e seu objetivo distributivo, Dweck, Silveira e Rossi (2018, p. 37-38) relatam: "Cabe ao Estado, adotar uma política que minimize os efeitos concentradores do sistema produtivo e de geração e concentração de riqueza. A forma de fazer isso é por meio de arrecadação e gasto público".

Com relação à pandemia da covid-19 e suas implicações socioeconômicas, diversos países, em 2020, criaram políticas de renda emergencial. Na América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) sugeriu que todos os países desenvolvessem programas de transferência de renda emergencial para todas as famílias em situação de pobreza (Barrientos, 2020). Na visão de Barrientos (2020), as rendas emergenciais objetivam mitigar dificuldades financeiras, corroborando Gonzalez e Barreira (2020), que enfatizam a meta de combate aos impactos financeiros nas populações de baixa renda, como trabalhadores informais e desempregados.

Além da ação prática de promoção de políticas de renda emergencial, conforme demonstra a literatura, parece ter sido criada uma sinergia no fortalecimento do entendimento sobre a importância da atuação do Estado no investimento e proteção social. De Bolle (2020) e Carvalho (2020) denotam que o contexto da pandemia pode proporcionar uma virada com relação às políticas econômicas. Segundo De Bolle (2020, p. 17), o panorama da covid-19 "oferece à economia a oportunidade de voltar às suas origens e reaproximar-se das pessoas, que, afinal, são o seu objeto de estudo e devem ser suas destinatárias". Portanto, retornando à economia da ética (Sen, 1999). Para Carvalho (2020, p. 121), "a pandemia pode abrir caminhos para a expansão de políticas sociais e tributação progressiva, com base em propostas keynesianas", sendo fonte de janelas de oportunidade.

2.2 Políticas Públicas e Agenda Pública

O investimento social e a atuação econômica, com fins nos objetivos da administração pública de geração de cidadania, desenvolvimento socioeconômico e igualdade social, perpassam pela implementação de políticas públicas, as quais são definidas por Souza (2006) como o governo em ação. As políticas públicas podem ser observadas como um ciclo deliberativo formado a partir de estágios dinâmicos (Figura 1) (Souza, 2006; Rua, 2009).

O interesse deste estudo se encontra sobre o primeiro estágio, a formação de agenda pública. Nessa etapa, o problema público é percebido pelo governo e por grupos da sociedade, tornando-se interesse da ação do Estado, diante de mobilização política, situação de crise ou oportunidade (Souza, 2006; Rua, 2009). Em estudo seminal que debatia sobre agenda pública e democracia, Cobb e Elder (1971) classificaram a formação de agenda a partir de controvérsias políticas que serão percebidas em determinado momento, transformando-se em preocupação legítima de atenção do Estado, embora apenas uma pequena parcela dessas inquietudes se tornará alvo de ação do governo (Capella, 2020).

É importante entender que a formação da agenda indica prioridades, urgências e conveniências presentes em momentos específicos (Kingdon, 2003; Jones; Baumgatner, 2005), ainda que existam diferentes atores políticos e sociais envolvidos, o que torna, no argumento de Parente (2018), a formação da agenda flexível a fatores estruturais e conjunturais presentes em articulações entre diferentes atores e instituições sociais.

Encontram-se na literatura sobre políticas públicas diferentes modelos de formação de agenda. O Modelo de Múltiplos Fluxos (MMF), desenvolvido

Figura 1. Ciclo de Políticas Públicas

Fonte: Elaboração própria, com base em Souza (2006).

por Kingdon (2003), permite a compreensão da evolução e dinâmica das ações dos atores em termos de fluxos de problemas, de políticas ou soluções e de políticos na formação da agenda, como se verifica na Figura 2.

O MMF de Kingdon (2003) tem sido utilizado com frequência para a verificação da ação do Estado pelas políticas públicas e a observância da "janela política" para a formação da agenda pública no Brasil (Capella, 2020). Segundo esse modelo, é necessário que exista harmonia no mesmo momento entre os três fluxos para se criar a janela de oportunidade, a qual será aproveitada a partir da presença de empreendedores de políticas (indivíduos ou grupos organizados) aplicando grandes esforços (Ribeiro, 2020; Andrade, Brasil; Capella, 2021). Pelo MMF é possível interpretar porquê determinados temas interessam, ganham relevância e integram as agendas públicas e outros não (Oliveira et al., 2021).

A Teoria do Equilíbrio Pontuado (TEP) também é um modelo relevante para análise da formação de agenda pública, a qual trabalha tanto com os processos políticos de debate de problemas quanto na definição da agenda pública (Carvalho, 2018). Nessa teoria, há o entendimento de que as mudanças em agenda pública são pontuais e incrementais, baseadas em aprendizados políticos, os quais abrangem observações de erros passados, desejos de decisores em períodos de incerteza e conflitos e interações institucionais (Jones; Baumgartner, 2005; Silvestre; Araújo, 2015).

Figura 2. Modelo de Kingdon (2003) para Formação da Agenda

Fonte: Zapelini (2014, p. 800).

Existem, entretanto, argumentos presentes na TEP a respeito de que choques externos podem quebrar monopólios em incrementos de longo prazo e causar reorientações em larga escala, incorporando novos processos incrementais. Como exemplo, processos eleitorais podem ser importantes para a observância de rupturas (Jones; Baumgartner, 2005; Silvestre; Araújo, 2015; Carvalho, 2018).

2.3 Política Pública de Renda Básica Universal

Foi realizada a análise da formação de agenda política a despeito da política de Renda Básica Universal (RBU), a qual o contexto pandêmico reforçou a sua necessidade, sendo que essa política possui grande potencial para atacar as grandes inseguranças econômicas e exclusões sociais.

É importante enfatizar, a princípio, que o termo RBU, utilizado por Van Parijs e Vanderborght (2018), é aplicado neste estudo, porém são encontradas na literatura outras nomenclaturas com significados semelhantes. No Brasil a Renda Básica de Cidadania (RBC) é um exemplo, assim como o conceito de Rendimento Básico Incondicional, mais comum na Europa.

Carvalho (2020 p. 63) retrata a RBU, dentro do Estado de bem-estar social, como uma política na qual "todos os cidadãos recebem automaticamente um valor mensal alto o suficiente para colocá-los acima da linha de pobreza, sem a exigência de critérios de elegibilidade", uma transferência de renda incondicional. Portanto, a RBU "é entendida como um direito básico, tal como o direito à saúde ou à educação". No argumento de De Bolle (2020 p. 85), "em tempos de escuridão, doença e tragédia, a renda básica nos apresenta a oportunidade de alcançarmos maior justiça social e liberdade".

Os princípios da RBU foram idealizados pelo político inglês e um dos fundadores dos Estados Unidos na América, Thomas Paine, no século XVI. Para Thomas Paine, a pobreza não deve existir, assim como era antes da civilização e da propriedade privada. Entende-se que a disponibilidade de recursos em dinheiro é favorável à geração de cidadania, ao passo que proporciona maior liberdade aos indivíduos e, assim, traduz eficiência às famílias no ensejo de atacar os seus principais incômodos (Suplicy, 2004). As liberdades e as oportunidades são relevantes para que o cidadão consiga conquistar novas capacidades, com ganhos de atributos pessoais que garantam bem-estar (Sen, 2011). Diante do exposto, Piketty (2020) considera que os sistemas de renda básica passarão a ser cada vez mais universais e automáticos, embora seja importante compreender que a RBU não é sinônimo de justiça social.

No Brasil, a Lei 10.835 de 2004, defendida pelo ex-senador da República Eduardo Suplicy, prevê a instituição da RBU, a qual, todavia, ainda não foi regulamentada (Lelis; Clark; Corrêa, 2020). Suplicy (2004) argumenta que o programa brasileiro de renda condicionada ao acesso à saúde e educação das crianças (Bolsa Família - atual Auxílio Brasil – Lei 10.836 de 2004), foi criado como uma primeira etapa visando a migração futura para a

RBU. Destaca-se que o Bolsa Família, segundo Roque e Ferreira (2015), foi o programa de renda condicionada de maior cobertura em âmbito mundial, auxiliando indiretamente 55 milhões de brasileiros.

Com relação à viabilidade financeira das políticas de renda básica, existem debates acadêmicos intensos. No caso brasileiro, por exemplo, De Bolle (2020 p. 85) argumenta que é possível criar transferências de renda no valor de R$ 600,00 para todos os 77 milhões de cidadãos do Cadastro Único, o que representaria uma despesa de 7% do Produto Interno Bruno (PIB), a qual deve ser financiada por uma reforma tributária progressiva. A mencionada autora, todavia, a longo prazo, é favorável à RBU, sendo essa "o caminho que temos que trilhar [...]".

De Bolle (2020) acrescenta que é necessário que se criem sistemas tributários progressivos para gerar recursos promovedores da RBU. A tributação progressiva procura tributar de forma superior os maiores detentores de capital (riqueza e patrimônio) e, assim, proporcionar redistribuição e justiça social (Murphy; Nagel, 2002; Koyuncu; Turnovsky, 2016). Noel (2019) relata que existe uma relação positiva e favorável entre robustos sistemas tributários de redistribuição de renda e sistemas de transferência de renda mais generosos.

Banerjee e Duflo (2020, p. 362) entendem que a RBU é praticável em países desenvolvidos. Contudo, para países em desenvolvimento é relevante a criação da Renda Super-Básica Universal (RSBU), a qual consiste em transferências universais de valores mais baixos. Martinelli (2020), por outro lado, sugere que a carga fiscal necessária para programas de RBU é economicamente insustentável e politicamente inviável.

O apoio popular às políticas de renda mínima foi investigado por Baute e Meuleman (2020) no contexto da União Europeia, verificando que os cidadãos ligados às preocupações com a proteção social e com condições socioeconômicas inferiores são mais favoráveis a essas políticas, assim como países que possuem sistemas de bem-estar social mais fortes. Rincón, Vlandas e Hiilamo (2022), estudando experimentos com a RBU na Finlândia, indicam que essa política perde força popular justamente pelo seu caráter incondicional, ao passo que muitos cidadãos consideram injusto a transferência de renda sem contrapartidas ou condições, o que também é exposto por Van Parijs e Vanderborght (2018). Outro ponto que dificulta a conquista de apoio, segundo Rincón, Vlandas e Hiilamo (2022), é a possibilidade de reduzir outras políticas para conseguir financiar a RBU.

É importante entender, por fim, que a RBU é considerada mais do que uma política de margem da sociedade que atua para mitigar a pobreza. A RBU procura, com sua incondicionalidade, atacar as relações de poder, gerando liberdade, ao passo que permite que os cidadãos se desvinculem das armadilhas do emprego (trabalhos precários) e do desemprego, de relações de dependência financeira e da falta de segurança econômica para capacitação pessoal e profissional (Van Parijs; Vanderborght, 2018).

3. Metodologia

Este é um estudo qualitativo de abordagem descritiva. Quanto à temporalidade, conta com corte temporal entre 2020 e 2022, avaliando o contexto da pandemia de covid-19, com efeito sobre a RBU. São utilizados dados primários e secundários apropriados a partir de entrevistas semiestruturadas em profundidade com atores sociais e políticos dos poderes executivos, legislativos e judiciários no Brasil, envolvidos nos processos políticos e técnicos no contexto da pandemia da covid-19, e de levantamentos documentais, respectivamente.

No Quadro 1 são detalhados os dados documentais e as entrevistas realizadas. É importante citar que as entrevistas foram agendadas após contatos diversos realizados via telefones e e-mails institucionais. Ainda a respeito da escolha dos entrevistados, focou-se em abarcar as opiniões e argumentos de diferentes atores, desde a sociedade civil até servidores públicos diretamente

Quadro 1. Detalhamento da Coleta de Dados

DADOS	DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTO DE COLETA
Levantamento Documental	Leis 14.284/2021 e 14.342/2022.	*Site* da Câmara dos Deputados do Brasil.
Entrevistas Semiestruturadas	E1 – Assessor parlamentar de ator vinculado à RBC e presidente de associação civil em defesa da RBU.	Entrevista Semiestruturada via *Google Meet.*
	E2 – Servidor público do Ministério da Cidadania.	Entrevista por escrito com liberdade de argumentação.
	E3 – Assistente social, secretário de governo e participante de associação civil em defesa da RBU.	Entrevista Semiestruturada via *Google Meet.*
	E4 – Defensor público vinculado a processos sobre RBC.	Entrevista Semiestruturada via *Google Meet.*
	E5 – Servidor público do Ministério da Economia/Tesouro Nacional	Entrevista Semiestruturada via *Google Meet.*
	E6 – Consultor legislativo federal na área social	Entrevista Semiestruturada via *Google Meet.*

Fonte: Dados da Pesquisa

ligados à execução das políticas públicas de assistência social, passando por articuladores políticos e membros no poder judiciário que trabalham sobre o tema da renda básica universal.

A operacionalização dos resultados foi executada a partir da técnica de análise de conteúdo (em 3 etapas: pré-análise, descrição analítica e interpretação referencial), a qual, segundo Bardin (2009), possibilita a construção de análises sistemáticas e objetivas do conteúdo de entrevistas, documentos, mensagens e textos.

Com a finalidade de avaliação das entrevistas realizadas, foram criadas as categorias definidas no Quadro 2, as quais se relacionam com o objetivo deste estudo.

É importante entender que as categorias seguem o modelo fechado, exposto por Laville e Dionne (1999), sendo definidas a *priori* pelo pesquisador. Portanto, as categorias são baseadas no MMF para formação de agenda de políticas públicas (Kingdon, 2003), pretendendo avaliar fluxos de problemas, políticas ou soluções e políticos e empreendedores de política.

Quadro 2. Categorias de Análise

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	AUTORES
Fluxo de Problemas	Deterioração social, crise econômica, desemprego e mudanças no mercado de trabalho e pandemia do COVD-19.	Banco Mundial (2020), CEPAL (2020), Atkinson (2015), Piketty (2020), Banerjee e Duflo (2020), Neri (2019), IBGE (2022) e PENSSAN (2022).
Fluxo de Políticas ou Soluções	Aceitação política e social, viabilidade financeira e técnica e outras soluções.	Carvalho (2020), Gonzalez e Barreira (2020), Seemann et al., (2021), Leisring (2021), Lelis, Clark e Corrêa (2020), Amaral (2021) e Brasil, Capella e Ferreira (2021).
Fluxo Político	Forças políticas e sociais organizadas, 'humor nacional' e mudanças de governo.	Piketty (2020), Martinelli (2020), Seemann et al., (2021), Leisring (2021) e Noel (2019).
Empreendedores de Política e Janela de Oportunidade	Grupos organizados e especializados capazes de alavancar a aceitação da solução. A janela de oportunidade representa a união dos fluxos de política.	Baute; Meuleman (2020), Brasil, Capella e Ferreira (2021) e Rincón, Vlandas e Hiilamo (2022).

Fonte: Adaptada de Zapelini (2014).

4. Resultados e discussões

4.1 Auxílio Brasil: Renda Condicionada ou RBU?

Na introdução da Lei 14.284/2021 (Auxílio Brasil), parágrafo único, há uma descrição do seu propósito, expondo o interesse de se constituir uma etapa do processo gradual para implementação da 'universalização da renda básica de cidadania'. Portanto, os formuladores do Auxílio Brasil indicam que, com a sanção da referida lei, estão caminhando para o cumprimento do MI 7.300/2021, ou seja, existe uma evolução com novas condicionalidades, mas não há a implementação da RBC, determinada pelo referido remédio constitucional.

Embora existam pontos incrementais de renda condicional no Auxílio Brasil, salienta-se que diversos elementos presentes no Auxílio Brasil são distintos das características da RBU expostas por Van Parijs e Vanderborght (2018) e da própria RBC indicada por Suplicy (2004), como se discute na sequência. A renda básica deve ser individual, universal, sem obrigações, em dinheiro e para toda a comunidade (Van Parijs; Vanderborght, 2018). Sobre renda condicionada, Van Parijs e Vanderborght (2018, p. 38) relatam: "ataca pobreza, porém atua na margem da sociedade, enquanto a incondicional é abrangente e afeta as relações de poder justamente no seu cerne, além de aliviar miséria e pobreza, é um mecanismo universal de liberdade".

A meta de ampliação das condicionalidades para inclusão de novos grupos sociais no Auxílio Brasil é evidente em novas formas de transferência de renda criadas; relata-se: 'auxílio esporte escolar', 'iniciação científica júnior', 'auxílio criança cidadã' e 'inclusão produtiva rural e urbana'. Por outro lado, existem elementos conflitantes com os interesses da RBC ou da RBU. Em que pese o interesse por múltiplas fontes de financiamento (diretriz do Auxílio Brasil), a qual foi proposta por Suplicy (2004) para a RBC, a partir de recursos públicos do Fundo Brasil de Cidadania (Suplicy, 2005), o Auxílio Brasil elenca a participação direta de financiamento privado e organizações civis para sua concretização, sem levantar qualquer forma de execução.

A inclusão da iniciativa privada, de forma direta, evidencia a aproximação do governo ao neoliberalismo e a inserção do mercado privado nas decisões da política, com características próximas aos ideais neoliberais apresentados por Paterson (2015) e Abdala e Puello-Socarrás (2019). Tal situação se difere das observações literárias a respeito das propostas de políticas de transferência de renda, sendo o financiamento privado uma novidade. O financiamento da RBU, na visão de Van Parijs e Vanderborght (2018), deve se basear em contribuições públicas de assistência e seguridade social.

Feita a colocação anterior, aponta-se que existem propostas de estudiosos liberais para políticas de transferências de renda, todavia as características dessas proposições são distintas das visualizadas na RBU ou na RBC. Por exemplo, o economista Milton Friedman propôs, em 1962, a

ideia do Imposto de Renda Negativo. Nesse programa, em que o Estado deveria disponibilizar *voucher* de consumo para os cidadãos com rendas inferiores, a intenção era a menor interferência possível no mercado (Ferreira, 2019; Carvalho, 2020).

Outro aspecto que se aproxima à visão de neoliberal é a diretriz proposta no Auxílio Brasil para o 'incentivo ao esforço individual'. Não se critica o esforço individual, contudo o que se busca com a RBU é a emancipação geral da sociedade e não a premiação ao destaque entre os cidadãos (Suplicy, 2004; Lelis; Clark; Corrêa, 2020; Van Parijs; Vanderborght, 2018).

Em termos dos valores das transferências em dinheiro, pela Lei 14.342/2022, denota-se esforço na procura pela expansão dos benefícios, todavia não é observado um plano estruturado de financiamento que preveja tal ação. Assim, pode se considerar, com base na TEP, a busca por efeito eleitoral em ano de eleição presidencial e parlamentar no Brasil (Silvestre; Araújo, 2015; Carvalho, 2018).

Há outras características controversas que podem ser notadas pela análise da Lei 14.284/2021; cita-se a urgência de articulação entre os entes federativos (Diretriz do Auxílio Brasil), existindo elevadas obrigações para os entes subnacionais; o grande leque de situações e complexidades que demandam ampla estrutura administrativa para implementação e a necessidade de condição de pobreza para participar do programa, foco na margem da sociedade.

Não se verifica, por fim, nenhuma indicação de política de proteção social a respeito da mudança no mercado de trabalho integral e do emprego fora do padrão que vem se acentuando na contemporaneidade, conforme debate Atkinson (2015), assim como na degradação da sociedade salarial, indicada por Castel (2017). Novamente, nesse âmbito, cabe dar atenção ao debate de Van Parijs e Vanderborght (2018) que afirmam que a RBU, alinhada a novas políticas de incentivo, promoveria segurança para que os cidadãos explorem novas ideias.

4.2 Modelo de Múltiplos Fluxos para a RBU no Brasil

4.2.1. Fluxos de Problemas

Fluxos de problemas são, para este estudo, dificuldades sociais que podem proporcionar visões favoráveis à RBU. Nessa seara, E1 argumenta: "No cenário de pobreza, desigualdade e [...] desemprego, que [...] parece não estar se recuperando, [...] a RBU cresce em apelo e pode ter uma aceitação mais ampla na sociedade, como foi o próprio auxílio emergencial".

No mesmo sentido, E4 aponta que políticas de RBU podem gerar "um círculo virtuoso, promovendo a redução das desigualdades sociais e viabilizar a liberdade real dos cidadãos". Além disso, é possível valorizar "o trabalhador, permitindo que os mesmos não fiquem reféns dos empregadores". Tal afirmação vai ao encontro da exposição de Van Parijs e Vanderborght (2018) de que a RBU

liberta os trabalhadores da armadilha do desemprego e do emprego precário, assim como do trabalho autorregulado identificado por Castel (2017). Para E2, possibilita-se "dar maior liberdade individual, permitindo que as pessoas possam fazer suas próprias escolhas de trajetórias de vida, eliminando a marginalização social".

E3, por outro lado, acredita que, embora existam maiores forças para as transferências de renda diante dos graves indicadores sociais, principalmente de pobreza e miséria, há "dúvidas sobre se esta política seria uma política de RBC", pois a prioridade acaba sendo "atender extremamente pobres e não um conjunto da sociedade". Portanto, a renda condicionada se manteria, o que a literatura internacional também tem argumentado (Seemann *et al.,* 2021; Leisering, 2021; Béland *et al.*, 2021) e o debate sobre o Auxílio Brasil deste artigo demonstrou.

Na mesma linha, E4 ressalta que "os problemas socioeconômicos não têm sido suficientes para sensibilizar a maioria da classe política". O entrevistado acredita que "[...] para quem financia as campanhas, é bom ter desemprego e pobreza para garantir a mão de obra barata". Portanto, a pandemia sensibilizou a classe política, "[...] mas a universalidade tem sido algo difícil de se conseguir de fato". Corroborando, E5 indica que "o pessoal tem uma certa restrição em políticas universais". Assim, a pandemia da covid-19 "não ajudou uma renda universal, ajudou a focalizar mais quem tem renda baixa". E2 também tem visão semelhante: "não vejo no governo uma discussão mais aprofundada para a implementação de uma RBU", ao passo que "[...] a pandemia trouxe uma nova discussão no sentido de ampliar a disponibilidade de uma renda mínima para uma faixa mais ampla da população".

As afirmações de E4, E5 e E2 evidenciam o domínio de uma visão mais próxima ao entendimento neoliberal sobre as políticas de renda, com menor interferência pelo Estado e longe da universalidade (Carvalho, 2020). Além disso, a lógica do desemprego, pobreza e desigualdade não são problemas centrais, pois favorecem a continuidade do poder do capital sobre o trabalho (Paterson, 2015; Abdala; Pauello-Socarrás, 2019).

4.2.2. Fluxos de Soluções

Em termos de fluxos de soluções, procura-se observar a aceitação política e social e possível viabilidade financeira e técnica da RBU para os problemas observados.

Ao ser indagado sobre a migração do Bolsa Família para a RBC como uma solução, E1 se posicionou da seguinte forma: "Há lógica interna que permite afirmar que havia ali um início de transição dos programas para uma RBU. [...] Agora, [...] dependia de uma janela de oportunidades [...] sobre a ideia de que ela pode se tornar uma solução para essa situação". E6 tem visão contrária sobre a migração para a RBC: "não acredito que precise realmente dessa universalidade toda, [...] para quem tem capacidade de trabalhar, para quem está no mercado de trabalho, [...] não precisa dar renda para todo brasileiro como está em lei".

Sobre a situação de merecimento e justiça, E5 argumenta: "no Brasil uma pessoa de baixa renda que é contra cotas, contra benefícios assistenciais, então é meio contraintuitivo. Essa construção do pensamento político [...] é mais complexa que a distribuição de renda". Os estudos de Rincón, Vlandas e Hiilamo (2022), no mesmo sentido, observam que o apoio popular sobre a RBU dos cidadãos mais interessados, muitas vezes, é menor.

A questão do trabalho levantada por E6 e do pensamento político de E5, são pontos conturbados nas discussões sobre a RBU. Diferentemente de E6, Van Parijs e Vanderborght (2018) vêm no trabalho um sentido amplo além da renda, o qual permite entender que a transferência de renda não compromete a oferta de trabalho, sendo que este representa necessidades motivacionais, de costumes, de relações sociais e de ganhos de conhecimento e habilidades. A partir de ampla revisão sistemática, Paz-Báñez *et al.* (2020), nesse contexto, indicam que a disponibilização de RBU não reduz a oferta de trabalhadores, pelo contrário, a existência da referida política potencializa a disponibilidade de trabalhadores em idade ativa.

Sobre o processo de implementação e universalidade da RBC, E1 entende que deve acontecer um processo gradual de transição até a efetividade, existindo "racionalização das políticas até que se torne universal, mas isso deve acontecer por etapas, [...] para não gerar grandes choques". E3 acredita que é necessário avançar na implementação da RBC, pois é urgente "enxergar o quanto este mundo do trabalho vem se transformando e enquanto não se tomar medidas que garantam um grande colchão de proteção social através da renda, não vamos garantir nenhum mínimo necessário para a população".

E3 entende que o âmbito da pandemia foi interessante "para desmistificar conceitos que são bastantes importantes para RBU, como é a universalidade". O ponto de desmistificação está presente na quebra do conceito de justificabilidade ética dialogado por Van Parijs e Vanderborght (2018, p. 256), no sentido de que a transferência incondicional de renda não é vista como justa por parte da sociedade, "a proposta vai contra uma ideia de justiça amplamente aceita: é injusto que as pessoas fisicamente aptas vivam do trabalho alheio. A maior parte dos trabalhadores considera a proposta [...] exploração dos industriosos pelos ociosos".

Além da crise proporcionada pela pandemia, E2 apontou que a discussão sobre o Auxílio Emergencial demonstrou que se deve observar mais do que "proteger a renda dos pobres ou extremamente pobres, também daqueles vulneráveis em relação ao emprego". Destarte, "com o avanço tecnológico, [...] várias profissões não vão mais existir e será necessária uma renda básica para essas pessoas vulneráveis". Assim, a RBU é solução também neste sentido (Atkinson, 2015; Van Parijs; Vanderborght, 2018). E3 indica que "a precarização do mundo do trabalho, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a existência de 34 milhões de brasileiros trabalhando como informais" torna necessário "

[...] entender que a gente precisa abrir espaço de carga horária, de estudo, de produção científica e de tantas outras coisas que o Brasil precisa, e, para isso, precisa instituir RBU".

A despeito da solução de viabilidade financeira da RBU, E1 defende que seria necessária revisão dos sistemas fiscais e em políticas sociais ineficientes. Assim, conclui que "[...] o custo líquido de uma renda básica não é tão alto quanto uma conta simples de multiplicação do valor que desejamos que seja pago vezes o número de pessoas que desejamos que receba". Em prosseguimento, E1 especifica que "o custo líquido vai ser dado depois que elementos [...] de racionalização ocorrerem". [...] É muito fácil fazer uma conta de padaria de que é muito caro pagar um benefício igual para toda população do Brasil, seja ele de que valor for, muito mais difícil é desenhar um processo de transição para alcançar o que nós desejamos".

Do ponto de vista econômico, utilizando o exemplo do Bolsa Família, E1 apresenta que "para cada um real investido pelo Estado no Bolsa Família, [...] o país cresce um real e setenta e oito centavos". Portanto, "o ganho é maior do que o gasto do Estado, então é preciso também considerar o efeito multiplicador que esse tipo de programa tem na economia". Corroborando, E4 cita: "Espera-se um aumento gradativo da arrecadação tributária por conta do aumento do consumo, o que serviria para auxiliar no financiamento das próximas etapas de implementação". Tais falas são de acordo com o estudo de Neri, Vaz e Souza (2013) avaliando os efeitos econômicos do Bolsa Família.

Sobre a criação de novos tributos e estabelecimento de uma tributação progressiva, E5 argumenta: "Não é fácil fazer o aumento de receita, porque o Congresso tem uma certa restrição a criar imposto, é mais fácil não isentar [...]. A repercussão geral não é muito boa, porque o perfil do Congresso tem muito empresário, um perfil um pouco diferente da população".

E2 focou na questão orçamentária e do fornecimento de outros serviços públicos ao debater sobre a não viabilidade financeira da RBU no Brasil: "considerando o orçamento atual, teria que haver um remanejamento de recursos de outras áreas, prejudicando a oferta de outros serviços essenciais [...]". Mesmo assim, "não teríamos uma RBU suficiente para garantir uma vida sem privações para toda a população".

Amaral (2021) realizou estudo de simulação sobre a implementação de uma RBU no Brasil. Os resultados indicaram que a referida implementação é desejável pois reduziria pobreza e desigualdade de renda, além de cobrir falhas nos sistemas de proteção social existentes e contribuir com os trabalhadores. Sobre a viabilidade financeira, o referido autor argumenta que seria possível com expansão da tributação sobre rendas elevadas, todavia sendo fundamental mudanças graduais, planejadas e monitoradas.

Pelas falas dos entrevistados, assim como pelo debate sobre o Auxílio Brasil apresentado neste artigo, notam-se dificuldades financeiras, ideológicas, estruturais e de capacidades tendo em visto o complexo sistema federativo brasileiro e a urgência de ações coordenadas entre os entes públicos, o que também é empecilho no fluxo de soluções.

4.2.3. Fluxo Político

O fluxo político representa a existência de ações políticas e sociais organizadas que suportem a implementação da política pública. Dessa forma, procura-se visualizar o 'humor nacional' necessário para a mudança demandada. Nesse âmbito, E1 relata que "as pessoas compreenderam durante a pandemia que o Auxílio Emergencial era um direito que elas tinham e não um favor do Estado". Portanto, existiu na sociedade "um ganho de qualidade na percepção sobre políticas de transferência de renda existentes no Brasil".

Tratando da classe política, de forma oposta, E4 avalia: "não consigo ver o atual governo[1] propondo a implantação da RBU, creio que a almejada implementação poderá ocorrer através de decisões judiciais ou um novo governo". E3 aborda a questão do 'humor nacional' também de forma pessimista, afirmando que a aprovação do Auxílio Emergencial foi muito em função do "grande apelo social em relação ao distanciamento e isolamento social e questões mundiais", ao passo que o Congresso Nacional "até pode entender a necessidade de ampliar a política de renda", todavia não tem interesse em "rever a questão de como o Estado usa o seu orçamento".

E2, de forma relacionada, aponta que "não há força política nem 'humor nacional' para implementação de uma RBU no Brasil. A pandemia lançou um pouco de luz sobre essa discussão, mas não foi suficiente para ampliar o debate", para o entrevistado a discussão "durante a pandemia foi casual e [...] não resultado de ampla conscientização".

A respeito da questão tributária, E1 acredita em mudanças graduais: "não vamos reformar o sistema tributário como um todo em um único ato, isso vai ser um longo caminho". E4 acrescenta que "uma reforma tributária sempre é difícil fazer. Acredito mais em alterações pontuais em algumas leis para aumentar a cobrança sobre os mais ricos". E2 apresenta que no Brasil os debates sobre a estrutura tributária "já ocorrem há várias décadas [...] e estão pautados mais em temas como eficiência, federalismo e competitividade".

A respeito do 'humor nacional', portanto, os resultados deste estudo parecem ir ao encontro do que acenaram Seemann et al. (2021), Leisering (2021) e Béland et al. (2021), acreditando que o contexto pandêmico apenas apontou força política emergencial e temporária para a RBU, pelo menos a curto e médio prazo. O fluxo político é verificado, portanto, como barreira para a abertura da janela de oportunidade para a RBU no Brasil em meio à pandemia da covid-19. Parece não existir a conveniência do 'mundo político', apontada por Jones e Baumgatner (2005) pelo MMF para a RBU.

[1] Refere-se ao Governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022)

4.2.4. Empreendedores e Janela de Oportunidade

Considera-se nesta subseção a análise da existência de grupos organizados e especializados capazes de alavancar a aceitação da solução RBU. Sobre empreendedores políticos E1 relata: "Existe uma coalizão em prol da renda básica organizada dentro da Rede Brasileira de Renda Básica [...]". "Ainda tem o 'plus', que é o papel do Suplicy, [...] o maior empreendedor de política pública no longo prazo que se pode ter notícia".

E3 cita apoio de Defensorias Públicas e do STF, em referência ao MI 7.300. Ademais, aponta-se para o movimento 'Renda Básica que Queremos', que reuniu 240 organizações sociais de diferentes vertentes. Tudo isso, segundo E3, ocorreu porque "a pandemia, sem nenhuma dúvida, trouxe o bode para sala". Colaborando, E1 aponta: "é inédito na história do mundo que a RBU tenha sido matéria de julgamento de uma corte suprema de qualquer país que seja".

A respeito da janela de oportunidade, E1 indica que o pós-pandemia traz mais força para a corrente pró-RBU, mesmo entendendo que "a renda básica não pode ser constituída da noite para o dia, que a mudança do ponto de vista [...] está acontecendo gradativamente". Outro ponto considerado importante para E1 é a próxima eleição[2]: "é preciso aguardar o resultado das eleições deste ano para ter certeza que o resultado do abalo macropolítico foi capaz de alterar o equilíbrio pontuado". E3 observa a eleição presidencial e parlamentar do Brasil de 2022 como ponto de atenção, uma vez que "certamente quem está concorrendo à presidência vai ter que se posicionar sobre o futuro do Auxílio Brasil [...], além de imposições internacionais que também vão contribuir para esse processo no Brasil".

E2 relata, por outro lado, que "no Brasil ainda não é o momento para adoção de uma RBU". Em complemento: "não vejo ainda uma discussão mais estrutural que ligue, por exemplo, desemprego tecnológico e necessidade de uma renda universal". As considerações de E5 também são céticas, "olhando nossa estrutura tributária e distribuição de renda, acho que o espaço é bem pequeno". E4 é direto ao afirmar que "não tenho visto sinergia entre os problemas a motivar a implantação". As afirmações são possivelmente baseadas nas visões de austeridade e entendimento das bases neoliberais do Congresso Nacional atual já destacadas pelos entrevistados. O estudo de Andrade, Brasil e Capella (2021), com base em falas dos membros dos poderes executivos e legislativos, indicam que as agendas de políticas macroeconômicas neoliberais são majoritárias e dificultam o avanço das agendas de políticas sociais.

Considerando as colocações anteriores, assim como os entraves dos fluxos de soluções e político descritos,

[2] Refere-se à Eleição Presidencial de 2022.

entende-se que o contexto pandêmico não foi capaz de 'abrir' a janela de oportunidade para a RBU, não existindo a sinergia entre os fluxos na análise pelo MMF. As ações em renda foram incrementais, frutos de aprendizados políticos, períodos de incerteza, ou até mesmo de ações eleitorais, todas indicações da TEP (Jones; Baumgartner, 2005; Silvestre; Araújo, 2015).

5. Considerações finais

Este estudo examinou a formação da agenda pública para implementação da RBU no Brasil em 2020 e 2022, tendo em vista o estímulo pela Renda Emergencial em meio à pandemia da covid-19. Foi discutido, também, o programa Auxílio Brasil como uma alteração em políticas de renda ocorrida em meio ao contexto pandêmico. Foram avaliados os fluxos de problemas, soluções e políticos, assim como a janela de oportunidade e os empreendedores sociais, pelo MMF.

O fluxo de problemas foi claro e entendido por todos os entrevistados, porém ações casuais de renda tiveram mais força na classe política, a qual não expôs, no contexto da pandemia, maior preocupação a longo prazo. Isso se deveu, como foi verificado, pela agenda neoliberal majoritária no âmbito político nacional, a qual não foi abalada pelas consequências da pandemia. No fluxo de soluções, ao se debater a viabilidade financeira, notou-se que existem soluções de financiamento, desde que sejam criados mecanismos de racionalização e construção por etapas em longo prazo. Portanto, dentro do contexto de análise temporal deste estudo, a questão do financiamento foi entrave, assim como deficiências técnicas e de capacidades, exemplificadas por incertezas operacionais presentes no Auxílio Brasil.

No âmbito do fluxo político, acreditou-se que não existiam forças suficientes para a implementação da RBU. As forças para as políticas de renda estão focadas apenas em ações incrementais e temporárias, não sendo suficientes as consequências socioeconômicas da pandemia da covid-19 para mudar esse cenário ainda ligado a ideais não universais em renda.

Observou-se, todavia, que houve ganho sobre a percepção da sociedade a respeito das transferências de renda no Brasil no período analisado. Fato esse que foi preponderante para o retorno do Bolsa Família e a criação de novos programas de renda condicionada, como o Pé de Meia, logo após a mudança no governo federal pós-eleições de 2022.

Conclui-se, que a pandemia não trouxe mudança imediata de visão para a RBU no Brasil. Contudo, foi elevada a confiança da sociedade sobre as transferências de renda e a despeito da percepção de justiça em referência ao direito social. Os aspectos que mais incomodam a sociedade e a classe política, na visão dos entrevistados, para a implementação da RBU, que são sustentabilidade financeira e justificabilidade ética, cresceram em debate e estão recebendo maior atenção e apoio.

Este estudo contribui empiricamente ao verificar que o contexto pandêmico pode ter favorecido a incremento nas

políticas de transferência de renda e maior aceitação da sociedade, porém a inclusão da RBU na agenda pública ainda está distante. Teoricamente, apontou-se para predomínio ideológico macroeconômico neoliberal sobre a agenda pública no Brasil, dificultando a sinergia entre os fluxos para as políticas sociais universais. Ademais, a respeito dos modelos de formação de agenda, foram verificadas ações incrementais (TEP) e não de ruptura (MMF) sobre a agenda pública para políticas de renda no Brasil.

A dificuldade em realizar entrevistas com os atores do legislativo brasileiro pode ser considerada uma limitação deste estudo. Ademais, as entrevistas foram realizadas em período próximo às eleições do executivo e legislativo no Brasil, isso pode ter se tornado uma limitação no sentido que os entrevistados podem tomar partido de lados políticos, influenciando em suas respostas. Espera-se que os resultados apresentados possam encorajar novos estudos na área.

Referências

Abdala, P. R. Z.; Puello-Socarrás, J. F. (2019). Reflexiones sobre la administración pública y el neoliberalismo en nuestramérica, siglo XXI. *REAd. Revista Eletrônica de Administração,* 25(2), p. 22-39. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-2311.247.94991

Amaral, V. L. do. (2021). *Renda básica*: fundamentos, experiências internacionais e perspectivas para o Brasil. Orientadora Adriana Moreira Amado. Dissertação (Mestrado - Economia do Setor Público), Universidade de Brasília.

Andrade, M. P.; Brasil, F. G.; Capella, A. C. N. (2021). Agenda governamental brasileira: discursos presidenciais e Mensagens ao Congresso (1995-2014). *Agenda Política*, 9, p. 280-306. DOI: https://doi.org/10.31990/agenda.2021.1.10

Atkinson, A. B. (2015). *Desigualdade*: o que pode ser feito? São Paulo: Leya.

Banco Mundial. (2020). Covid-19 para mergulhar a economia global na pior recessão desde a segunda guerra mundial. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2020/06/08/covid-19-to-plunge-global-economy-into-worst-recession-since-world-war-ii>. Acesso em 21 Jan 2021.

Banerjee, A. V.; Duflo, E. (2020). *Boa economia para tempos difíceis*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.

Barrientos, A. (2020). COVID-19 and Social Protection in Latin America. *Bulletin of Latin American Research*, 39(S1), p. 52-55. DOI: https://doi.org/10.1111/blar.13186

Baute, S.; Meuleman, B. (2020). Public attitudes towards a European minimum income benefit: How (perceived) welfare state performance and expectations shape popular support. *Journal of European Social Policy*, 30(4). DOI: https://doi.org/10.1177/0958928720904320

Béland, D. *et al.* (2021). Social policy in the face of a global pandemic: policy responses to the COVID-19 crisis. *Social Policy and Administration*, 55(2), p. 249–260. DOI: https://doi.org/10.1111/spol.12718

Brasil, F. G.; Capella, A. C. N.; Ferreira, L. C. (2021). Eventos focalizadores e a pandemia da COVID-19: a renda básica emergencial na agenda governamental brasileira. *Revista de Administração Pública,* 55(3), p. 644-661. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220200619

Capella, A. C. N. (2020). Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54(6), p. 1498-1512. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200689.

Carvalho, D. I. de. (2018). Teoria do Equilíbrio Pontuado: uma análise da execução orçamentária no Brasil no período de 1980-2014. *Rev. Serv. Público*. 69(1), p. 85-110. DOI: https://doi.org/10.21874/rsp.v69i1.1639

Carvalho, L. (2020). *Curto-circuito*: o vírus e a volta do Estado. São Paulo: Todavia.

Castel, R. As transformações da questão social In. Castel, R.; Wanderley, L. E. W.; Paugam, S.; Belfiore-Wanderley, M. *Desigualdade e a questão social.* São Paulo: EDUC, 2017.

Cobb, R. W.; Elder, C. D. (1971). The politics of agenda-building: An alternative perspective for modern democratic theory. *Journal of Politics,* 33(4), p. 892-915. DOI: https://doi.org/10.2307/2128415

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). 2020. Panorama Fiscal de América Latina y el Caribe. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45730-panorama-fiscal-america-latina-caribe2020-la-politica-fiscal-la-crisis-derivada>. Acesso em 21 Jan 2021.

De Bolle, M. B. (2020). *A pilha de areia*: ruptura. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Draibe, S. M. (2007). Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In. Hochman, G. (org.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 27–64.

Dweck, E.; Silveira, F.; Rossi, P. (2018). Austeridade e Desigualdade social no Brasil. In: Rossi, P.; Dweck, E.; Oliveira, A. L. M. (orgs). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil.* São Paulo: Editora Autonomia Literária.

Esping-Andersen, G. (1990). As três economias políticas do Welfare State. In. Esping-Andersen, G. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press.

Ferreira, L. T. (2019). *Renda Básica*: implementação e controvérsia. 225 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do ABC, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo – SP.

Gonzalez, L.; Barreira, B. (2020). *Efeitos do auxílio emergencial sobre a renda:* excessivas são a pobreza e a desigualdade, não o auxílio. São Paulo: FGV-EAESP.

G1 Economia. (2021). Brasil sai de lista das 10 maiores economias do mundo e cai para a 12ª posição, aponta ranking. Disponível em: < https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/brasil-sai-de-lista-das-10-maiores-economias-do-mundo-e-cai-para-a-12a-posicao-aponta-ranking.ghtml>. Acesso em 14 abril 2021.

Hemerijck, A. (2017). A Revolução silenciosa do paradigma de investimento social na União Europeia. In. Rodrigues, P.H. de A.; Santos, I. S. (orgs.). *Políticas e riscos sociais no Brasil e na Europa: convergências e divergências.* São Paulo: Editora Hucitec, p. 25-60.

Hobsbawm, E. (1995). Rumo ao abismo econômico. In. Hobsbawm, E. *A era dos extremos:* o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Desemprego.* Disponível em:< https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 03 fev. 2022.

Jones, B.; Baumgartner, F. R. (2005). A model of choice for public policy. *Journal of Public Administration Research and Theory,* 15(3), p. 325-351. DOI: https://doi.org/10.1093/jopart/mui018

Kingdon, J. W. (2003). *Agendas, alternatives, and public policies*. New York: Longman.

Koyuncu, M.; Turnovsky, S. J. (2016). The dynamics of growth and income inequality under progressive taxation. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 57(3), p. 243–248.

Laville, C.; Dionne, J. (1999). A *construção do saber*. Belo Horizonte: UFMG.

Leisering, L. (2021). Social protection responses by states and international organisations to the COVID-19 crisis in the global South: Stopgap or new departure? *Global Social Policy,* 21(3), p. 396–420. DOI: https://doi.org/10.1177/14680181211029089

Lelis, D. A. S. de.; Clark, G.; Corrêa, L. A. (2020). O planejamento estatal e renda básica cidadã: em busca de um novo modelo. In. Bercovici, G.; Sicsú, J.; Aguiar, R. (orgs.) *Utopias para reconstruir o Brasil.* São Paulo: Quartier Latin.

Marshall, T. H. (1967). *Cidadania,* classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Martinelli, L. (2020). A Basic income trilemma: affordability, adequacy, and the advantages of radically simplified welfare. *Journal of Social Policy*, 49 (3), p. 461-482 DOI: https://doi.org/10.1017/S0047279419000424

Murphy, L.; Nagel, T. (2002). *The myth of ownership:* taxes and justice. Oxford University Press, Inc.

Neri, M. C. (2019). *A escalada da desigualdade:* qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e pobreza? (Relatório de pesquisa). Rio de Janeiro: FGV social.

Neri, M. C., Vaz, F. M., e Souza. (2013). Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In. Campello, T.; Neri, M. C. (orgs.). *Programa Bolsa Família:* uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, p. 193-206.

Noel, A. (2019). The politics of minimum income protection in OECD countries. *Journal of Social Policy,* 48(2), p. 227 – 247. DOI: https://doi.org/10.1017/S0047279418000351

Oliveira, R. A. S.; Tavares, B.; Costa, T. M. T.; Silveira, S. F. R. (2021). A formação da previdência no contexto da seguridade social: uma análise da policy agenda-setting. *Cadernos EBAPE.BR*, 19, Ed. Esp., p. 705-722.DOI: https://doi.org/10.1590/1679-395120200163

Parente, C. da M. D. (2018). Políticas de educação integral em tempo integral à luz da análise do ciclo da política pública. *Educação & Realidade*, 43(2), p. 415-434. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-623661874

Pase, H. L.; Melo, C. C. (2017). Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. *Revista de Administração Pública – RAP.* 51(2), p. 312-329. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7612150770

Paterson, B. (2015). Questioning the common sense: was Scottish independence really an alternative to UK neoliberalisation, *Capital & Class*, 39(3), p. 493-514. DOI: https://doi.org/10.1177/0309816815607245

Paz-Báñez, M. de; Asensio-Coto, M. J.; Sánchez-López C.; Aceytuno M. T. (2020). Is there empirical evidence on how the implementation of a Universal Basic Income (UBI) affects labour supply? A systematic review. *Sustainability*, 12, 9459. DOI: https://doi.org/10.3390/su12229459

Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI.* Rio de Janeiro: Intrínseca.

Piketty, T. (2020). *Capital e ideologia.* Rio de Janeiro: Intrínseca.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN). (2022). *2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil:* Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em 06 jun. 22.

Ribeiro, C. T. (2020). Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. *Cad. EBAPE.BR*, 18(3), p. 486-497. DOI: https://doi.org/10.1590/1679-395120190038x

Rincón, L; Vlandas, T.; Hiilamo, H. (2022). What's not to like? Benefit design, funding structure and support for universal basic income. *Journal of European Social Policy,* 32(4). DOI: https://doi.org/10.1177/09589287211072638

Roque, D. M.; Ferreira, M. A. M. (2015). O que realmente importa em programas de transferência condicionada de renda? Abordagens em diferentes países. *Saúde Soc.*, 24(4), p.1193-1207. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902015138971

Rossi, P.; Dweck, E.; Arante, F. (2018). Economia política da austeridade. In: Rossi, P.; Dweck, E.; Oliveira, A. L. M. (orgs). E*conomia para poucos:* impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Editora Autonomia Literária.

Rua, M das G. (2009). *Políticas públicas*. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB.

Seemann, A. et al. (2021). Protecting livelihoods in the COVID-19 crisis: A comparative analysis of European labour market and social policies. *Global Social Policy,* 21(3), p. 550–568. DOI: https://doi.org/10.1177/14680181211019281.

Sen, A. (1999). *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sen, A. (2011). *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silvestre, H. C.; Araújo, J. F. F. E. de. 2015. Teoria do Equilíbrio Pontuado nas políticas públicas brasileiras: o caso do Ceará. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(6), p. 696-711. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151721.

Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias,* 8(16), p. 20-45. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003.

Suplicy, E. M. (2004). *Renda Básica de Cidadania*: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez Editora.

Suplicy, E. M. (2005). O direito de participar da riqueza da nação: do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania. *XXXIII Encontro Nacional da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC),* Natal-RN.

Supremo Tribunal Federal (STF). 2021. *STF determina que governo implemente o programa de renda básica de cidadania a partir de 2022.* Disponível em: < https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464858&ori=1>. Acesso em: 11 maio 2021.

Titmuss, R. (1963). E*ssays on "the welfare state*". London, UK: Allen & UnWin.

Van Parijs, V. P.; Vanderborght, Y. (2018). *Renda básica:* uma proposta radical para uma sociedade livre e economia sã. São Paulo: Cortez.

Zapelini, M. B. (2014). Montagem de agenda no Comitê Itajaí: uma aplicação do modelo de Kingdon. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(6), p. 795-812. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20141214.

Recebido em 08/05/2025*. Aprovado em 06/05/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Estruturas elementares das políticas públicas para agricultura familiar brasileira: estudo de caso em assentamento rural

Elementary Structures of public policy for Brazilian family farming: case study in rural settlement

Estructuras elementales de políticas públicas para la agricultura familiar brasileña: un estudio de caso en un asentamiento rural

Diogo Marques TAFURI
diogotafuri@gmail.com
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Joelson Gonçalves de CARVALHO
joelson@ufscar.br
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Victor Marchesin CÔRREA
victormarchesincorrea@gmail.com
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Na década de 1990, em decorrência da pressão política exercida pelos movimentos sociais atuantes no meio rural, o estado brasileiro passou a formular e executar políticas públicas com objetivo de atender os camponeses marginalizados pelo processo de modernização conservadora da agricultura nacional. Destarte, propomos neste artigo apresentar e analisar as estruturas elementares das políticas federais voltadas para agricultura familiar, na interface que estabelece com as condições atuais de acesso de camponeses estabelecidos no Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra, região centro-leste do estado de São Paulo. Com base na apreciação de dados empíricos, através de metodologia de análise de políticas públicas, foi possível constatar a insuficiência e descontinuidade dos repasses financeiros realizados aos programas públicos federais voltados à agricultura familiar, o baixo grau de articulação com outras políticas relacionadas e a existência de contingências de implementação relacionadas ao seu alto grau de descentralização e à existência de níveis distintos e distantes de decisão.

Palavras-chave: Políticas públicas; Agricultura familiar; Assentamentos rurais.

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2025.61.3.17317

In the 1990s, in response to political pressure from social movements in rural areas, the Brazilian government began formulating and implementing public policies to address the challenges faced by peasants marginalized by the conservative modernization of national agriculture. This article aims to present and analyze the fundamental structures of federal policies focused on family farming, examining how they interact with the current access conditions of peasants established in the Barra Sustainable Development Project, in the central-eastern region of the State of São Paulo. Through an examination of empirical data using a public policy analyzes approach, it became evident that there is a lack of adequacy and continuity in the financial support provided to federal programs for family farming. Moreover, there is a limited coordination with other related policies, and the implementation faces contingencies due to its highly decentralized nature and the presence of distinct decision-making levels that are often distant.

Keywords: Public policy; Family farming; Rural settlements.

En la década de 1990, debido a la presión política de los movimientos sociales activos en las zonas rurales, el Estado brasileño comenzó a formular e implementar políticas públicas dirigidas a los campesinos marginados por la modernización conservadora de la agricultura nacional. Por lo tanto, este artículo presenta y analiza las estructuras básicas de las políticas federales dirigidas a la agricultura familiar, en relación con las condiciones actuales de acceso de los campesinos establecidos en el Proyecto de Desarrollo Sostenible de Barra, en la región centro-este del estado de São Paulo. Con base en datos empíricos y una metodología de análisis de políticas públicas, identificamos transferencias financieras insuficientes y discontinuas a los programas públicos federales dirigidos a la agricultura familiar, el bajo grado de coordinación con otras políticas relacionadas y la existencia de contingencias en la implementación relacionadas con su alto grado de descentralización y la existencia de niveles de toma de decisiones distintos y distantes.

Palabras clave: Políticas públicas; Agricultura familiar; Asentamientos rurales

1. Introdução

Tomados enquanto elemento constitutivo da ruralidade brasileira atual, os assentamentos rurais se configuram como fenômeno persistente cuja manifestação permite, dentro da análise de um horizonte temporal razoável, a problematização do modus operandi desta política de cessão de terras, considerando a importância dos espaços sociais de vida e reprodução da agricultura familiar para a construção da cidadania no campo (Moreira, 2009). Entretanto, as limitações históricas enfrentadas pelos assentamentos no tocante às possibilidades de sustentação de sua

produção agrícola, como também da qualidade de vida cotidiana das famílias assentadas, subsidiaram o debate e fortaleceram o dissenso acerca de seu papel para o desenvolvimento agrário nacional.

No decorrer da década de 1990, especialmente em decorrência da pressão política ensejada por movimentos sociais atuantes no meio rural, o estado brasileiro passou a formular e executar políticas públicas (PP) com objetivo de atender, especialmente, camponeses marginalizados pelo processo de modernização conservadora da agricultura nacional (De Lorenzo *et al.,* 2022). Em tal contexto, a categoria "Agricultura Familiar" (AF) foi concebida enquanto referência descritiva e analítica, "[...] capaz de abranger todas estas formas de agricultura, baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários de natureza étnica" (Wanderley, 2017, p. 69).

Dentre as principais políticas de fomento à agricultura familiar (AF) criadas no período apontado, destaca-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), considerado um marco fundamental no reconhecimento formal e político da condição de agricultor de um amplo e heterogêneo conjunto de viventes no meio rural (Schneider; Mattei; Cazella, 2021). Nos anos 2000, as políticas públicas voltadas à agricultura familiar se ampliaram, com destaque para a implantação dos programas de compras públicas e a criação de mercados institucionais, notoriamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Concomitantemente, se expande e solidifica um campo de pesquisas acadêmicas voltadas à compreensão de tais políticas públicas a partir de múltiplas dimensões (segurança alimentar, crédito, relações de gênero, educação do campo, entre outras), por meio de abordagens que privilegiaram sua efetividade no que tange à capacidade de garantir "[...] o prosseguimento e a sobrevivência das formas diversas de agricultura familiar no país, frente ao desenvolvimento recente e avassalador do agronegócio e suas consequências territoriais" (De Lorenzo *et al.*, 2022, p. 72).

No entanto, conforme pontua Grisa (2018), "[...] desde o segundo mandato da Presidente Dilma e, de forma mais clara, desde o seu *impeachment* e início do Governo Temer, outro referencial global foi ganhando força na política brasileira, o qual remonta elementos do neoliberalismo" (p. 46). Afirmam Leite e colegas (2023) que tanto a dissolução dos espaços participativos na administração pública como a ascensão de novos mediadores às instâncias decisórias do Estado, decorridas das mudanças político-institucionais ocorridas no período, alteraram substancialmente a correlação de forças entre os atores na condução das políticas para a AF e de desenvolvimento rural. Deste modo, temos que a redução significativa da capacidade de reivindicação dos grupos sociais campesinos e a imposição política de paradigmas "eminentemente setoriais e produtivistas para o rural brasileiro" (Grisa, 2018, p. 45) favoreceram a consolidação, no interior do Estado e fora dele, de discursos e práticas a favor da austeridade e do ajuste fiscal, abrindo caminho para o esvaziamento sistemático das políticas de fortalecimento da AF e impondo obstáculos e desafios à reprodução social camponesa nos territórios.

Considerando o processo recente de desmonte dos programas e ações de apoio à agricultura familiar, propomos

neste trabalho[1] apresentar e analisar as estruturas elementares de tais políticas setoriais, na interface que estabelece com as condições de acesso de camponeses estabelecidos no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Barra, assentamento localizado no município de Ribeirão Preto/SP, região centro-leste do estado de São Paulo. Por um lado, assumimos como pressuposto epistemológico que a origem social diferenciada dos agricultores assentados deve ser apreciada dentro da heterogeneidade estrutural da produção agrícola familiar, ensejando análises empíricas consistentes que permitam revelar complexidades e nuances do desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Por outro lado, a região pesquisada tem levantado o interesse de pesquisadores da questão agrária nacional e regional por se tratar de um território em que o desenvolvimento do setor sucroenergético tem afetado diretamente o processo contemporâneo de recampenização e de reordenamento dos territórios ensejado pela presença dos assentamentos rurais (Carvalho, 2011; Ferrante; Barone; Duval, 2012).

2. Metodologia

Metodologicamente, mobilizamos um referencial teórico de análise de políticas públicas relacionado à literatura de *policy dismantling* (Bauer et al., 2012), nos munindo das contribuições de Leite *et al*. (2023), Grisa (2018) e outros pesquisadores que vêm se debruçando sobre a agenda de pesquisa atrelada ao desmonte das ações e programas de apoio à agricultura familiar. Ademais, utilizamos como ferramenta conceitual a abordagem de análise de políticas públicas proposta por Di Giovanni (2009), autor que elaborou um modelo teórico pautado pela apreensão dos elementos primários que compõem as relações estruturadas e recorrentes que constituem as políticas públicas[2], os quais definiriam para ele suas quatro estruturas elementares, a saber: 1. Estrutura formal: constituída pelas relações indissociáveis entre um conjunto determinado de teorias, práticas e resultados esperados; 2. Estrutura material: refere-se aos aspectos econômicos das políticas, envolvendo elementos como volume, as condições e as regras de financiamento, suportes externos e custos; 3. Estrutura substantiva: composta pelos atores que participam da formulação, da implementação e dos resultados das políticas públicas, a partir de interesses específicos e de um conjunto normativo de regras definidas; 4. Estrutura simbólica: composta pelos valores, saberes e linguagens específicos que expressam modos particulares de manifestação da

[1] O presente artigo é um dos resultados obtidos pelo desenvolvimento da pesquisa: "Nas franjas do progresso: efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo", vigente entre fevereiro de 2021 e abril de 2023, a partir de articulação institucional entre UFSCar e UFAL e financiamento Fapesp/Fapeal.

[2] "Penso a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal" (Di Giovanni, 2009, p. 02).

cultura, interferindo nas possibilidades e modos de execução das políticas públicas. Ainda de acordo com o autor:

> *[...] a proposta de análise assume que se trata de relações estruturadas e recorrentes. Assume, também, que é possível apreender os elementos primários que compõem tais relações - a partir de certos pontos de observação eleitos pelo investigador - verificando o grau de organicidade, coerência e consistência que se estabelece entre eles. Em outras palavras, é possível captar, a partir de "olhares" diversos e angulações sucessivas, configurações recorrentes em todas as políticas públicas (Di Giovanni, 2009, p. 03).*

Em termos empíricos, o estudo situou seu foco de investigação na realidade social de camponeses assentados no PDS da Barra, localizado no município de Ribeirão Preto/SP e instituído pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em São Paulo (Incra) por meio da Portaria n.º 21, de 20 de junho de 2007. Os dados primários utilizados nas análises apresentadas a seguir foram levantados pela pesquisa de campo empreendida ao longo o ano de 2022[3], por meio da realização de 13 entrevistas semiestruturadas com camponeses(as) assentados(as), como também representantes de movimentos sociais de luta pela terra e gestores de políticas públicas de desenvolvimento rural ali atuantes, de modo a possibilitar o confronto de perspectivas múltiplas propostas pelos sujeitos sociais e evidenciar as variadas dimensões da totalidade do fenômeno.

3. O assentamento rural PDS da Barra

O PDS da Barra tem capacidade para abrigar 474 famílias assentadas, com área total de 1.549,4 hectares (ha), parcelada principalmente entre as áreas destinadas aos 474 lotes individuais (829,3 ha), 16 lotes coletivos (24 ha), áreas comunitárias (4,1 ha) e reserva legal (688,5 ha). O tamanho médio individual dos lotes familiares é de 1,7 ha. O processo de constituição do PDS esteve relacionado a uma série de infrações ambientais praticadas pelos então proprietários da Fazenda da Barra, em função das plantações de cana-de-açúcar e soja realizadas em áreas de vegetação original e reserva legal, entre outras ilegalidades cometidas. O assentamento rural foi constituído pelo Incra no ano de 2007, após um longo processo de litígio jurídico e luta pelas terras da fazenda, realizada a partir da atuação política do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no centro leste paulista, o qual desde 2003 organizou uma série de manifestações públicas com objetivo de pautar a defesa do meio ambiente e da reforma agrária na região (Alves, 2024).

O assentamento possui diversas entidades atuantes em sua organização social, a fim de contribuir com os processos

[3] O presente artigo é um dos resultados obtidos pelo desenvolvimento da pesquisa "Nas franjas do progresso: efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo", vigente entre fevereiro de 2021 e abril de 2023. Este projeto foi uma articulação institucional entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com financiamento concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal).

de produção e comercialização agrícola, com destaque para a Cooperativa Orgânica Agroflorestal Comuna da Terra (2017), a Associação Vida Orgânica (2020) e a Associação dos Moradores do Assentamento Mario Lago (2016). Desde 2013, o assentamento também possui entidade constituída exclusivamente por mulheres, denominada Cooperativa Agroecológica Mãos da Terra (Comater). Em relação às condições de acesso às políticas públicas de saúde e educação, o PDS possui uma Unidade de Saúde de Apoio localizada no próprio assentamento, além de contar com atendimentos domiciliares de profissionais da saúde da família. Entretanto, não dispõe de escola formal em seu território, tendo seus moradores que recorrer aos serviços educacionais oferecidos no meio urbano de Ribeirão Preto (Carvalho, 2011).

Justifica-se a escolha deste assentamento federal para o estudo de caso empreendido por sua relevância ímpar no cenário da reforma agrária brasileira, ao se configurar como a primeira desapropriação obtida a partir do não cumprimento da função social da propriedade rural em relação à preservação do meio ambiente. Ademais, a região de pertencimento do assentamento tem levantado o interesse de pesquisadores da questão agrária nacional e regional por se tratar de um território em que o desenvolvimento do setor sucroenergético tem afetado diretamente o processo contemporâneo de recampenização e de reordenamento dos territórios ensejado pela presença dos assentamentos rurais (Corrêa; Carvalho, 2024; Alves, 2024).

4. Discussão

4.1. Pronaf

Em sua **estrutura formal,** o Pronaf pode ser considerado um marco em relação à formulação e execução de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, contribuindo com seu arranjo normativo para forjar e consolidar esta categoria política a partir de uma base social ampla e heterogênea. Criado pelo decreto n.º 1.946/ 1996, o programa buscava, por meio do provimento de apoio técnico e financeiro, "[...] promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda" (Brasil, 1996, p. 01). De acordo com Schneider, Mattei e Cazella (2021), o manual operacional do Pronaf apresentava quatro linhas principais de atuação: 1) Crédito de custeio e investimento; 2) Financiamento de infraestrutura; 3) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares; 4) Financiamento da pesquisa e extensão rural. De acordo com essas linhas, o programa se dividiu em 9 subprogramas distintos[4], visando diferentes necessidades da AF e da população rural – entre eles, uma linha específica voltada ao financiamento dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Segundo Pires (2013, p. 29):

> *A estrutura de financiamento do PRONAF foi elaborada com o objetivo de ofertar dois tipos*

[4] https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf

> *de créditos para os agricultores familiares: i) crédito para custeio; e ii) crédito para investimento. Estas modalidades de crédito criam as condições objetivas para o agricultor familiar se inserir no circuito da modernização da agricultura, através da aquisição de inputs modernos e provenientes dos setores industriais e urbanos da economia. Por tudo isto, o agricultor familiar, além de adquirir as inovações biológicas, mecânicas e físico-químicas necessárias para o incremento do produto agropecuário, recebeu também empréstimos na forma de crédito, para armazenamento e comercialização de suas mercadorias.*

Em relação aos critérios estabelecidos pelo governo federal para o acesso às ações do programa, afirma Pires (2013) que, "[...] até julho de 2006, não havia uma legislação que normatizasse e estabelecesse diretrizes para a formulação de uma política nacional para a agricultura familiar" (p. 21). A promulgação da Lei n.º 11.326/ 2006 finalmente estabeleceu os instrumentos orientadores de tal política pública, definindo a categoria dos agricultores familiares por meio da delimitação do tamanho da área da propriedade (menor que 4 módulos fiscais), da predominância da utilização de mão de obra familiar, e da definição de percentual mínimo da renda familiar originada por atividades econômicas realizadas no próprio estabelecimento (Brasil, 2006). Considerando tais critérios, os beneficiários do PNRA estavam incluídos no rol de agricultores atendidos pela Política Nacional de AF.

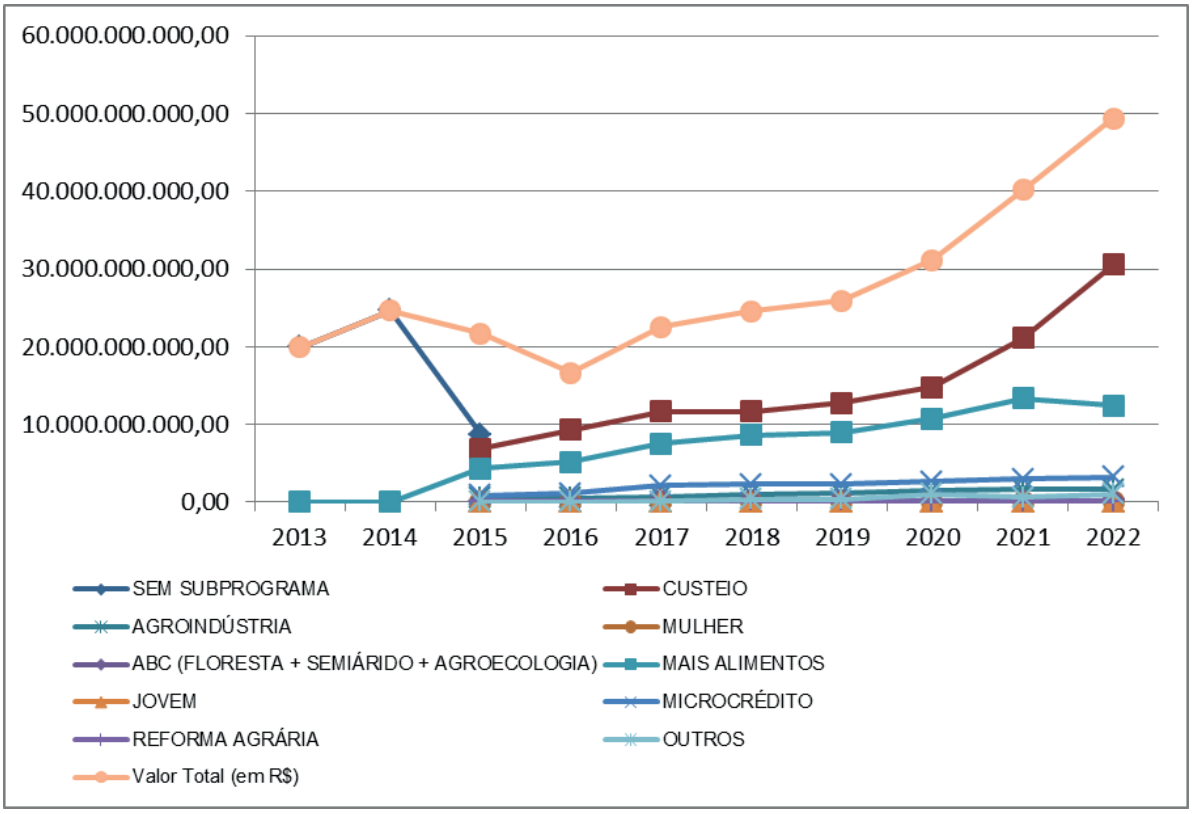
Ademais, aos agricultores assentados também eram oferecidos programas de crédito específicos, empreendidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Aqui, destacamos o Crédito Instalação, financiamento oferecido pela autarquia para a acomodação inicial das famílias nos assentamentos rurais, subdividido em nove modalidades: 1) Apoio Inicial; 2) Fomento; 3) Fomento Mulher; 4) Semiárido; 5) Florestal; 6) Recuperação Ambiental; 7) Cacau; 8) Habitacional; e 9) Reforma Habitacional.

Ao analisar a **estrutura material** de oferta de crédito de custeio e investimento do Pronaf entre os anos 2000 e 2010, Pires (2013) aponta uma tendência histórica do programa em concentrar os recursos financeiros destinados à execução de sua política de crédito aos grupos de agricultores familiares mais capitalizados, em detrimento do grupo majoritário de agricultores de menor renda, assim preterindo as populações assentadas, sabidamente mais empobrecidas. Os dados de execução do Pronaf correspondente ao período 2013-2022[5], indicam a continuidade de tal tendência histórica, dado que os valores operados nos programas destinados a tais grupos (Programa Reforma Agrária e Microcrédito grupo B) oscilaram de forma tímida e num patamar bem abaixo dos subprogramas voltados aos agricultores mais capitalizados, como se pode observar no gráfico abaixo.

Para além do baixo dispêndio relativo de recursos financeiros direcionados aos camponeses assentados, a desarticulação existente entre a execução da política de crédito agrícola e

[4] https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural

Gráfico 1. Valor total dos contratos Pronaf, por subprograma (2013-2022)



Fonte: Banco Central do Brasil (2023).

as demais políticas públicas destinadas ao programa de reforma agrária tendeu a tornar inócuo o usufruto do crédito rural por parte dos beneficiários que lograram êxito em acessá-lo. De acordo com as entrevistas realizadas com agricultores assentados, constatou-se nos assentamentos rurais a ausência aguda de suporte externo à política de crédito oferecida pelo Pronaf, tais como a política de crédito instalação e a política de assistência técnica rural, entre outras que compõem o ecossistema de políticas públicas atrelado ao PNRA[6]. Conforme aponta um dos agricultores do PDS da Barra, em Ribeirão Preto:

> *Aí que vem a questão da água pra produção, o Incra [...] a responsabilidade dele que era dar água pra produção [...] só que ele não fez nada disso, quem está fazendo são os assentados hoje, por conta própria. [...] Como vocês liberam crédito de 20 mil pra uma família que não tem água? Como que vai*

[6] Conforme afirma Di Giovanni (2009), "[...] não existe qualquer política pública que se esgote em si mesma, como uma totalidade fechada", sendo que "[...] os suportes materiais de uma *policy,* podem ser definidos no seu próprio interior, ou mesmo, externamente, em outras políticas correlatas" (p. 18).

> *produzir? Realmente é um crédito que foi liberado de qualquer jeito para as pessoas se endividarem [...]. Ainda que eu consegui usar acho que 80% bem usado, fiz uma caixa de 50 mil litros, furei o poço, comprei uma Tobata e usei um pouco pra muda, e um pouco eu usei de uma forma errada, que eu acho que todo mundo usou, que é pra arrumar a casa, porque é um crédito que não veio pra isso né, o Incra cobra muito isso, mas a gente fala pra eles, vocês começou [sic] a dar o dinheiro da casa pro pessoal, que na época era 7 mil, de 15 mil deu 7, aí não deu nem pra cobrir a casa, aí se você libera um dinheiro de 20 mil a pessoa vai fazer o quê, vai ficar com a casa descoberta? Tem que cobrir, né? (agricultor assentado, informação verbal concedida em 2022).*

Conforme indica a insuficiência e até mesmo ausência histórica de recursos destinados à instalação inicial dos agricultores assentados, a desestruturação material da política de reforma agrária direcionada aos assentamentos rurais implicou no redirecionamento (e na maioria dos casos, em inadimplência) do crédito produtivo obtido por meio do Pronaf para o provimento das condições de instalação não satisfeitas pelo Incra (de moradia e, sobretudo, água para consumo e irrigação). Zimmermann e colegas (2014) consideram que a privação do acesso à água é um elemento determinante para a reprodução social de grupos camponeses, ponderando sobre as condições de pobreza que marca a realidade rural brasileira[7]. No assentamento PDS da Barra, até o momento de realização da pesquisa, não haviam sido instalados poços e redes de distribuição suficientes para fornecimento regular e provisionamento integral de água para os agricultores assentados.

Ademais, no assentamento pesquisado, as políticas de incentivo à comercialização dos produtos da agricultura familiar, desempenhadas por órgãos executivos federais (Conab, Ministério da Educação), se revelaram como suporte imprescindível para que a política de crédito do Pronaf pudesse lograr êxito. Deste modo, a descontinuidade e intermitência da transferência de recursos financeiros dos programas de compras públicas no período analisado (notoriamente o PAA), dificultou igualmente a operacionalização dos programas de crédito nos assentamentos rurais, na medida em que retirou total ou parcialmente a garantia de escoamento da produção agrícola nos mercados institucionais, e com isso a possibilidade de geração de renda para os camponeses.

Em termos **substantivos**, é importante destacar que os atores ou grupos de atores relacionados à execução de determinada política pública buscam atingir com ela certos objetivos práticos, de natureza econômica, política e/ou de bem-estar, e para isso agem dentro de um espaço social institucionalizado e pautado por um conjunto de regras (leis, normas) que definem suas possibilidades de ação (Di Giovanni, 2009). Desta maneira, um dos aspectos passíveis de problematização quando discutimos o grau de efetividade das políticas públicas de fomento à agricultura familiar em assentamentos rurais refere-se ao

[7] Os assentados também reclamam da condição das estradas dentro do assentamento e do acesso à cidade, dificultado pela ausência de transporte municipal, que impõem obstáculos à comercialização da produção local, bem como à educação de jovens e crianças.

formato do arranjo institucional proposto para a articulação realizada entre União, estados e municípios, necessário ao cumprimento dos objetivos estabelecidos por determinada política e que, por sua vez, define os distintos níveis de decisão no bojo de sua execução.

De acordo com o que afirma Arretche (2001), a definição das estratégias de implementação de uma política pública está quase sempre baseada em informações incompletas e imperfeitas sobre a realidade social que se pretende agir, ou mesmo baseada em expectativa quanto à operacionalização de variáveis que não são diretamente controladas por quem formula o plano de ação. Assim, a autora propõe que as contingências de implementação são elementos inerentes a todo e qualquer projeto de intervenção por parte do Estado, sendo que sua manifestação é condicionada por três conjuntos principais de questões, relacionados a: 1) Problemas não previstos no momento da formulação, o que pode levar os implementadores a promover adaptações ao desenho original (imprevisibilidade e adaptação); 2) Existência de níveis distintos de decisão, postos em relação à cadeia estabelecida em dois ou mais níveis entre formuladores e executores; 3) Distanciamento entre formuladores e implementadores na execução efetiva das estratégias de ação definidas *a priori,* manifestado pela margem de autonomia dos agentes implementadores para determinarem a natureza e a qualidade dos bens e serviços oferecidos[8].

Do ponto de vista operacional, podemos afirmar que a execução do Pronaf é essencialmente descentralizada, visto que as operações de crédito rural contratadas pelos agricultores familiares são realizadas por bancos públicos, privados e cooperativas de crédito rural, além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De modo geral, políticas com arranjos operacionais descentralizados tendem, cada qual a seu modo, ampliar a margem de autonomia das decisões dos implementadores, uma vez que a operacionalização das variáveis executivas não é controlada diretamente por quem formula e normatiza o plano de ação da política pública.

Assim, na prática, as decisões em relação ao financiamento de projetos produtivos no meio rural são tomadas por agentes de crédito de forma mais ou menos unilateral, a depender da abertura ao diálogo que tais agentes estão dispostos a promover com o conjunto dos agricultores familiares da região. No caso dos camponeses estabelecidos em assentamentos rurais, esta abertura é dificultada, entre outros motivos, pelo preconceito que tais pessoas ainda sofrem por terem adquirido terra por meio da luta política pela reforma agrária.

Simbolicamente, é possível entender o universo das políticas públicas como um universo que expressa modos particulares de manifestação da cultura (Di Giovanni, 2009), na medida em que as realidades sociais dos formuladores,

[8] Propõe a autora, por fim, que uma metodologia adequada para avaliação de programas ou projetos sociais deve considerar, primeiramente, "os diversos pontos de estrangulamento, alheios à vontade dos implementadores, que implicaram que as metas e objetivos inicialmente previstos não pudessem ser alcançados" (Arretche, 2001, p. 49), mas, além disso, também deve investigar "as razões pelas quais a distância entre os objetivos e a metodologia de um programa – tal como previstos por seus formuladores – e sua implementação efetiva ocorre por decisão dos próprios agentes implementadores" (p. 49).

implementadores e beneficiários das políticas públicas são permeadas por valores que configuram seus modos distintos de ação e reflexão, ligando-se estreitamente com as possibilidades de consecução dos diferentes interesses e objetivos postos em jogo por eles dentro do arcabouço institucional, operacional e normativo existente. Tal *modus operandi* pode ensejar a ocorrência de situações que favorecem a manifestação, por parte de agentes técnicos implementadores, de idiossincrasias que limitam o cumprimento normativo adequado dos procedimentos legalmente regulamentados, no bojo da tomada de decisão em relação ao oferecimento de crédito.

4.2. PAA e PNAE

Após o início do processo de institucionalização das políticas públicas de fomento à agricultura familiar por meio do Pronaf, é importante destacar a implantação das políticas de incentivo à comercialização agrícola da agricultura familiar, notoriamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambas as políticas nasceram como programas intersetoriais que, dentre outros objetivos, buscaram articular as políticas de apoio à agricultura familiar com aquelas de promoção de segurança alimentar e nutricional da população em situação de vulnerabilidade social, por meio da utilização de compras governamentais como mecanismo de estímulo e garantia de melhores preços para aquisição dos alimentos oriundos da AF, criando um mercado institucional para tais produtos (Brasil, 2003; 2009a; 2009b).

Formalmente, o PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do surgimento do Programa Fome Zero, e alterada pela Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011. Possui como finalidade, de acordo com seus termos legais:

> *Art. 19 [...] incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.*
>
> *§ 2º [...] aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais (Brasil, 2003).*

Durante o período analisado, as principais modalidades de execução do PAA eram discriminadas da seguinte forma: 1) Compra com Doação Simultânea; 2) Compra Direta; 3) Apoio à Formação de Estoques; 4) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; 5) Compra Institucional; 6) Aquisição de Sementes. Na Compra com Doação Simultânea, modalidade mais acessada pelos agricultores assentados, o programa é executado por estados e municípios (em parceria com o governo federal), e também pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), promovendo a compra da produção local da agricultura familiar para atendimento das entidades da rede assistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos).

Em relação ao PNAE, de acordo com a Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, tal programa possui como princípio formal "[...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial,

a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições durante o período letivo" (Brasil, 2009a). A partir da Resolução n.º 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de 16 de julho de 2009, as escolas das redes públicas de educação básica passaram a usar produtos da agricultura familiar nas refeições oferecidas aos seus alunos:

> *Art. 18. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da Lei n° 11.947/2009.*
>
> *§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição, e que os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (Brasil, 2009b).*

Na ampla maioria das situações relatadas em campo, os programas de compras públicas adquiriram relevância fundamental para a promoção da comercialização da produção agrícola dos assentamentos rurais. Neste sentido, considerando a análise de sua **estrutura material**, de acordo com a ampliação, retração ou corte total de recursos financeiros destinados às compras públicas da produção agrícola familiar, os agricultores tomaram suas decisões sobre a viabilidade ou não da realização de operações de crédito para investimento e custeio, como também sobre a forma de destinação de trabalho dos integrantes da família, no lote agrícola ou em trabalhos temporários na cidade. Assim, sua capacidade de se reproduzir como uma unidade social tende cada vez mais a depender do modo como operacionalizam as estratégias para organizar seu processo produtivo e a sua forma de inserção nos mercados.

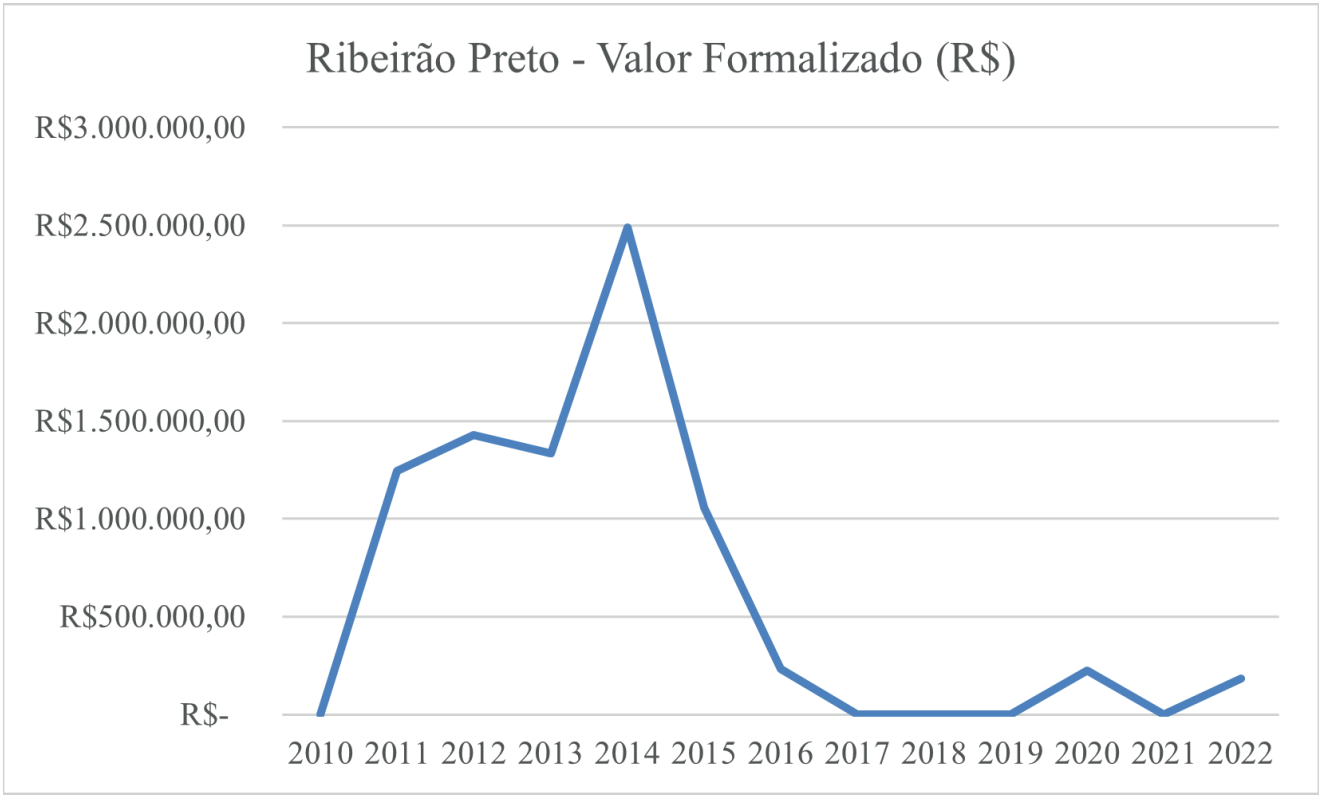
De acordo com a evolução dos gastos realizados pelo Ministério da Cidadania e Ministério do Desenvolvimento Social com o PAA (modalidade Compra com Doação Simultânea) no âmbito federal, estadual e regional, executados em parceria com a Conab, entre os anos de 2010 e 2022, houve um pico de recursos destinados à execução do programa no ano de 2014, considerando tanto o dado nacional agregado (R$ 285.529.236,08), quanto do estado de São Paulo, da ordem de R$ 95.484.966,71 (Conab, 2023). Do mesmo modo, constata-se uma queda vertiginosa em tais valores a partir de 2016, chegando no ano de 2021 a um montante de R$ 14.021.367,77 (soma dos estados) e R$ 782.000,00 (São Paulo), valores que representam apenas 4,91% do total investido no âmbito federal e 0,81% do total repassado ao estado de São Paulo em 2014. Em 2022, há uma pequena recuperação dos valores formalizados no país (R$ 65.275.076,56) e em território paulista (R$ 5.328.240,00).

No caso de Ribeirão Preto, município em que se encontra o assentamento PDS da Barra, a evolução no dispêndio de recursos federais para operacionalização do PAA/CDS pela Conab acompanhou a mesma tendência nacional e estadual, afetando as possibilidades

de escoamento da produção dos agricultores assentados. Entre 2011 e 2015, os contratos formalizados com as cooperativas e associações de agricultores familiares do município totalizaram R$ 7.555.953,51, uma média de R$ 1.511.190,70 por ano. Entretanto, entre 2016 e 2022, o valor total dos contratos caiu para R$ 640.000,00, o que corresponde a uma média de R$ 91.428,57 por ano.

Em relação aos recursos destinados ao PNAE, de acordo com os dados do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP, 2021), entre os anos de 2010 e 2020 houve um crescimento nominal de 42,3% no montante de recursos repassados aos estados e municípios, aumento insuficiente para cobrir a inflação do período de acordo com o índice IPCA. Em termos reais, os recursos destinados ao programa sofreram retração de 17,8% no período considerado, passando de R$ 5,6 bilhões em 2010 para R$ 4,6 bilhões em 2020. Em agosto de 2022, o então presidente da república Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), vetou o reajuste do valor de repasse ao PNAE aprovado pelo Congresso no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que estabelece as bases para o orçamento do ano de 2023 e que previa a correção, pela inflação, desses valores para a oferta de merenda escolar, estagnados desde 2017.

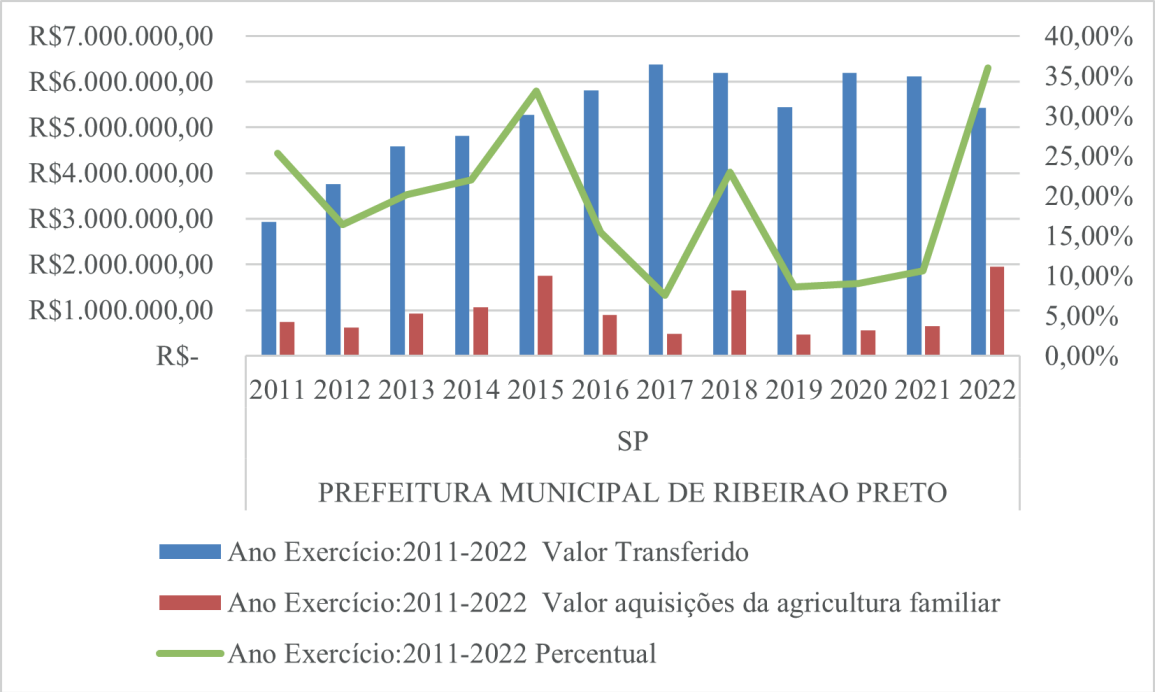
Gráfico 2. PAA Modalidade Doação Simultânea (PAA/CDS). Órgão Executor: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2023).

Abaixo, apresentamos os dados relativos à execução do PNAE no município de Ribeirão Preto, entre os anos de 2011 e 2022[9]:

Gráfico 3. Valores investidos pelo município de Ribeirão Preto/SP na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE (2011-2022)



Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2023).

Para além da confirmação da retração, em termos reais, dos recursos destinados para o PNAE de Ribeirão Preto, os dados apresentados acima permitem auferir a dificuldade do poder público municipal no cumprimento do percentual mínimo estabelecido por lei para compra da agricultura familiar com recursos oriundos do FNDE. No caso da Prefeitura de Ribeirão Preto, considerando a série histórica apresentada, apenas nos anos de 2015 (33%) e 2022 (36%) ela cumpriu a meta mínima de compra da AF. Em termos absolutos, os valores investidos na compra da agricultura familiar pelo PNAE do município variaram no período entre um mínimo de R$ 484.934,58 em 2017, e um máximo de R$ 1.956.567,79 em 2022.

[9] https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar

Em relação ao PDS da Barra, a descontinuidade e intermitência da transferência de recursos financeiros do PAA no período analisado, resultado direto da redução do montante total do valor destinado aos estados e municípios para execução do programa, além de limitar as possibilidades de geração de renda para os camponeses, tem resultado em desconfiança por parte dos beneficiários em relação à garantia de acesso ao programa, ensejando limitações no que tange a efetividades da aplicação das políticas públicas em nível local. Isto se evidencia ainda mais no relato de um dos engenheiros agrônomos da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo:

> *A questão das políticas públicas é o seguinte: infelizmente a política pública, ela não tem continuidade. A gente passou por um período muito bom de política pública, depois a gente passou por um período péssimo de política pública, e a gente ainda não tem uma resposta da política pública até agora. Então, a política pública, seja ela de compra, de financiamento, de renda, de qualquer coisa, ela tem que ter uma estrutura que funciona em continuidade, porque é muito complicado para o produtor, ele tem uma estrutura que produz continuamente e ele não ter o amparo (engenheiro agrônomo, informação verbal concedida em 2022).*

Outro aspecto relacionado à efetividade de acesso às políticas para a agricultura familiar por parte dos camponeses refere-se à sua **estrutura substantiva**, disposta no formato do arranjo institucional e aos distintos níveis de decisão estabelecidos entre União, estados e municípios para o cumprimento de seus objetivos. Assim sendo, as distintas regras que constituem o arranjo operacional dos programas de compras públicas podem impactar diretamente na estruturação da produção camponesa. Como aponta este agricultor do PDS da Barra:

> *O PNAE pra gente, pra fazer agroflorestal, é um grande desafio, porque às vezes você consegue acessar aí num projeto, um produto, dois, e aí você tem dificuldade de fazer consórcio, entendeu? Então assim, na minha avaliação, para os sistemas agroflorestais ajuda, mas não é um PAA. Então, por exemplo, eu tenho um contrato de mil quilos de alface, mas no mesmo canteiro que eu produzo mil quilos de alface eu consigo produzir ali junto, saindo ao mesmo tempo, um pouquinho antes, eu consigo produzir mil quilos de rúcula, e aí o que eu vou fazer com essa rúcula? [...] O PAA, por exemplo, ele alavancou muito as agroflorestas. [...] isso permitia que a gente fizesse, que a gente sonhasse com os consórcios nos sistemas agroflorestais porque tudo o que você produzisse você conseguia escoar. [...] E o mais bacana do PAA, e acho que muitos agricultores não conseguiam compreender, é que o PAA foi criado pra o excedente. Ele deu uma oportunidade, dá uma oportunidade pro agricultor pra abrir os seus negócios, montar suas coisas, o excedente que é escoado pro PAA (agricultor assentado, informação verbal concedida em 2022).*

No geral, a percepção dos grupos assentados é de que as compras públicas têm um papel fundamental para o desenvolvimento dos assentamentos da região e da produção agroecológica ali realizada. Conforme vimos, a execução do PAA ocorre tanto por meio dos Termos de Adesão estabelecidos entre prefeituras e governo federal (a partir da disponibilização de cotas anuais por agricultor de valores disponíveis para venda de alimentos, sem a necessidade de apresentação prévia de projeto de venda), como pelos projetos de venda enviados à Conab (sendo que a definição dos tipos de hortifrútis passíveis de integrar tais projetos é realizada

segundo uma listagem extensiva de produtos oferecidos pelos camponeses, incluindo aí as especificidades produtivas regionais). Destarte, seja com a elaboração de projetos de vendas mais diversificados e flexíveis, seja com a dispensa de sua elaboração prévia, a forma de execução do PAA permite com que o programa cumpra um importante papel no escoamento de excedente dos produtos não consumidos pela própria família, ou que não foram comercializados em outros mercados.

No caso do PNAE, podemos afirmar que do ponto de vista operacional sua gestão executiva ocorre de forma essencialmente descentralizada. É de responsabilidade do Governo Federal, por meio do FNDE, tanto a definição de suas regras de funcionamento quanto o repasse de recursos às secretarias de educação dos estados e municípios, entidades executoras da aquisição de alimentos para a merenda escolar no âmbito local. Ademais, sua estrutura operacional[10] também prevê a participação obrigatória de nutricionistas como responsáveis técnicos pelo programa, atribuição que envolve desde a elaboração dos cardápios, lista de compras e descrição técnica dos alimentos a serem adquiridos pelas entidades executoras, até a orientação e capacitação de agricultores familiares e merendeiras da localidade (TCU, 2017).

Considerando tal arranjo, as possibilidades de acesso do conjunto de camponeses assentados às compras públicas realizadas no âmbito do PNAE são também definidas pelos termos sobre os quais é elaborada a chamada pública, que por sua vez estabelecem as regras do processo de seleção das propostas apresentadas pelos agricultores familiares. A possibilidade de escoamento dos produtos é limitada, primeiramente, pelo leque restrito de tipos e quantidades de alimentos que compõem a tabela de itens a serem adquiridos via chamada pública, estabelecido por sua vez pela previsão de consumo das escolas, de acordo com o cardápio preparado pelas nutricionistas.

Ademais, para operacionalização do PNAE, as exigências contratuais são mais rígidas, pois se exige dos camponeses (individualmente ou agrupados em cooperativas) a definição prévia de um projeto de venda que deverá cumprido dentro de um prazo de tempo estabelecido pelo cronograma de refeições das escolas, o que exige a realização de planejamento produtivo mais rigoroso. Para além dos critérios legais definidos para classificação das propostas[11], os tipos e quantidades de hortifrútis a serem adquiridos por meio da chamada pública, assim como os preços que serão praticados, apresentam-se enquanto elementos determinantes para favorecer ou limitar o acesso dos camponeses assentados a tal política. Além disso, conforme indicam as falas dos agricultores entrevistados, é possível perceber a existência de uma **construção simbólica** responsável por restringir a legitimidade social de tais atores na arena pública:

[10] Também devemos destacar dentro de tal estrutura o papel dos Conselhos de Alimentação Escolar, responsáveis pelo controle social da execução PNAE e pela avaliação da prestação de contas das entidades executoras, com emissão do Parecer Conclusivo.

[11] A Resolução CD/FNDE n.º 04/2015 define prioridade para contratação de fornecedores locais, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (Brasil, 2015).

> *A merenda, a dificuldade é essa, é você conseguir conversar com as prefeituras, algumas eu vejo que tem pessoas lá dentro consciente, então acaba que ajuda um pouco. Em Ribeirão Preto tem umas duas nutricionistas que ajudam demais a gente, eu acho que sem elas talvez nós não conseguiria [sic] nem conversar. [...] você vê que algumas ali, que se fosse pra conversar com essa daqui, eu não ia conseguir vender na merenda não. Porque são pessoas bem radicais, além de ser pessoas que é contra assentamento, isso tem muito. Você vê que quando você chega lá com a bandeira do MST, qualquer lugar né, infelizmente se você entra dentro de um comércio a pessoa já olha aquela bandeira e já assusta né, fala que deve ser bandido (agricultor assentado, informação verbal concedida em 2022).*

Aqui, a possibilidade de universalização do acesso às políticas públicas a certas categorias de beneficiários é posta em questão, dada a vasta disseminação e aceitação da ideia de que camponeses são "invasores de terra", "vagabundos", "bandidos" e, portanto, estão excluídos do cômputo de pessoas com direito a ter direito, nos marcos da construção de uma suposta cidadania em uma sociedade formalmente democrática. Segundo Di Giovanni (2009), "[...] o campo das *policies* é um universo povoado por valores, não apenas no sentido das interferências ideológicas na produção do conhecimento científico sobre elas, mas também na sua própria concretização empírica" (p. 19). Conforme indica o relato proferido pelo agricultor assentado, é possível constatar a existência de uma construção simbólica hegemônica que desabilita os sujeitos sociais "sem-terra" enquanto atores políticos legítimos, limitando diretamente suas possibilidades de acesso e, portanto, a abrangência e efetividade das políticas públicas de fomento aos agricultores familiares viventes nos assentamentos rurais.

5. Considerações Finais

Intentamos no presente artigo apresentar e analisar as estruturas elementares das políticas federais voltadas para agricultura familiar, na interface que estabelece com as condições atuais de acesso de camponeses estabelecidos no Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra, região centro-leste do estado de São Paulo. Para tanto, utilizamos como ferramenta conceitual o modelo teórico pautado pela apreensão dos elementos primários que compõem as relações estruturadas e recorrentes que constituem as políticas públicas (Di Giovanni, 2009).

De forma geral, a análise das estruturas elementares e das condições de acesso das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, e que incidem sobre os camponeses viventes nos assentamentos rurais, permite constatar que, especialmente num período de retração e desmonte das ações e programas para AF, o acesso a tais políticas ainda está restrito a um número limitado de agricultores, não conseguindo abranger os camponeses menos capitalizados. A partir da análise empreendida sobre o caso do PDS da Barra, para além da constatação da importância de sua **estruturação formal** ocorrida desde a década de 1990, com a institucionalização do Pronaf, concluímos que as políticas públicas avaliadas caracterizam-se por uma **estrutura material** frágil, definida pela insuficiência e descontinuidade dos repasses financeiros realizados e pelo baixo grau de articulação com outras políticas relacionadas, o que define a ausência de suporte externo para suas ações.

Em **termos substantivos**, sua execução é condicionada por contingências de implementação relacionadas ao seu alto grau de descentralização e à existência de níveis distintos e distantes de decisão, o que se expressa pela importante margem de autonomia que os agentes implementadores possuem para determinar a natureza e a qualidade dos bens e serviços oferecidos aos camponeses. Por fim, destacamos como a **dimensão simbólica** afeta a efetividade do alcance da política pública, visto que para agir dentro de um espaço social institucionalizado, pautado por um conjunto regras burocráticas rígidas, ainda é exigida dos camponeses assentados uma legitimação política para interpor-se em tais espaços e fazer valer seus interesses específicos.

Referências

Alves, J. C. (2024) Reforma agrária como política de defesa do meio ambiente: um estudo sobre a emergência de conflitos socioambientais pela terra no território paulista – o caso de Ribeirão Preto-SP. *RURIS* (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 100–126, 2024. DOI: 10.53000/rr.v16i1.18283. Disponível em: https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/18283.

Arretche, M. T. S. (2001) Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: Barreira, M. C. R. N.; Carvalho, M. C. B. (Eds) *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.* São Paulo: IEE/PUC-SP, p. 43-56.

Bauer, M. W. et al. (2012) *Dismantling public policy:* preferences, strategies, and effects. Oxford (UK): Oxford University Press.

Brasil (1996). Decreto n° 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm

Brasil (2003). Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm

Brasil (2006). Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm

Brasil (2009a). Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm

Brasil (2009b). Resolução/CD/FNDE n° 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar. https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/CAE-Resolu%C3%A7%C3%A3o-38.pdf

Brasil (2015). Resolução/CD/FNDE nº 4, de 02 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE). http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimenatacao_escolar/resolucao042015_ceae.pdf

Carvalho, J. G. (2011) *Questão Agrária e Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo:* o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_40c22e46ce817343f2e22fef75ab1548

Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. (2021). *Avaliação Executiva do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. Brasília: Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.

Corrêa, V. M.; Carvalho, J. G. (2024) Campesinato e neoextrativismo em São Paulo: dinâmicas e conflitos da atividade sucroenergética na região de Ribeirão Preto. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,* 26(1). DOI: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202418pt

De Lorenzo, H. C., Nascimento, A. S., Ramalheiro, G. C. de F.; Almeida, L. M. de M. C. (2022). Análise bibliométrica das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. *Retratos de Assentamentos,* 25(2), p. 63-89. DOI: https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.526

Di Giovanni, G. (2009). As estruturas elementares das políticas públicas. *Cadernos de Pesquisa,* n. 82. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), Unicamp. https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/donwload/9/CadPesqNepp82

Ferrante, V. L. S. B.; Barone, L. A.; Duval, H. C. (2012) O final de um ciclo? Reflexões sobre assentamentos rurais no Estado de São Paulo. *REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, 5 (1), p. 1-28. DOI: https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2012.v5i1.5317

Grisa, C. (2018) Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. *Raízes,* 38(1), p. 36-50. DOI: https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.37

Leite, S. P.; Schmidt, C. J.; Grisa, C.; Silva, M. A. P.; Zimmerman, S.; Barbosa, Y. S. (2023) Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. In: Gomide, A. A.; Silva, M. M. S.; Leopoldi, M. A. (eds.) *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas* (2016-2022). Brasília: Ipea: INCT/PPED, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/2fc7c66c-6c6d-4ac2-bc06-dd6d0b78a6da

Moreira, R. J. (2009) Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, 11, p. 57-88. DOI: http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v12i2.316

Pires, M. J. S. (2013) Contradições em processo: um estudo da estrutura e evolução do Pronaf de 2000 a 2010. *Texto para discussão* n. 1914. Rio de Janeiro: Ipea. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2433/1/TD_1914.pdf

Schneider, S.; Mattei, L.; Cazella, A. A. (2021) Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: Schneider, S.; Silva, M. K.; Marques, P. E. M. (eds.) *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, p 21-50.

Tribunal de Contas da União. (2017). *Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).* Brasília: Tribunal de Contas da União. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/uploads/Cartilha_para_Conselheiros_do_PNAE_2025_da949f586a.pdf

Wanderley, M. N. B. (2017) “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: Delgado, G. C.; Bergamasco, S. M. P. P. (eds.) *Agricultura familiar brasileira:* desafios e perspectivas de futuro. (Parte II, p. 66-83). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Zimmermann, S. A.; Grisa, C.; Tecchio, A; Leite, S. P.; Bonnal, P.; Cazella, A. A.; Delgado, N. G.; Maluf, R.; Mattei, L. (2014) Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária,* 9(17), p. 540-573. DOI: https://doi.org/10.14393/RCT91723828.

Recebido em 08/05/2024*. Aprovado em 30/04/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Junho de 2013 como acontecimento político e espacial: enredos, efeitos e resíduos mobilizados

2013 June Brazilian protests as a political and spatial event: mobilized plotting, effects, and residues

Junio de 2013 como acontecimiento político y espacial: tramas, efectos y residuos movilizados

Gustavo Souza SANTOS

gustavo.ccpv@gmail.com

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); Centro Universitário (FIPMoc – UNIFIPMoc).

Marcadas nos autos das mobilizações populares no Brasil como deflagradoras de novas dinâmicas e reflexões sobre a ação coletiva, as Jornadas de Junho de 2013 possuem um caráter caleidoscópico em termos de reflexão sociopolítica. As origens, a organização, a conjuntura e os efeitos dos protestos despertam debates de diferentes angulações. Aqui, concentra-se o olhar sobre seus desdobramentos com um acontecimento político e espacial, marcadores constitutivos de suas particularidades e tônica. Reflete-se neste trabalho a conjuntura insurgente e política dos atos, bem como sua envergadura espacial e espacializante. Em sua conjuntura, observou-se um desenho de mobilização marcado por práticas e performances marcadas por dinâmicas socioespaciais e que desenvolvem exercícios de visibilidade e insurgência que escapam ao cânone dos movimentos sociais e redesignam as feituras e os sentidos da pólis no tempo e no espaço.

Palavras-Chave: ***Insurgência; Jornadas de junho; Espacialidade; Citadinidade; Cidade.***

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2025.61.3.17317

Marked in the records of popular mobilizations in Brazil as triggering new dynamics and reflections on collective action, the 2013 June Journeys have a kaleidoscope character in terms of sociopolitical reflection. The origins, organization, conjuncture and effects of the protests arouse debates from different angles. Here, the focus is on its developments with a political and spatial event, constitutive markers of its particularities and tonic. This work reflects the insurgent and political conjuncture of the acts, as well as their spatial and spatializing scope. In its conjuncture, a mobilization design was observed, marked by practices and performances that dispute political exercises and by socio-spatial dynamics, develop exercises of visibility and insurgency that escape the canon of social movements and redesign the makings and meanings of the polis in time and space.

***Keywords:** Insurgency; June journeys; Spatitality; Citadinity; City.*

Marcadas en la historia de las movilizaciones populares en Brasil como detonantes de nuevas dinámicas y reflexiones sobre la acción colectiva, las protestas de junio de 2013 poseen un carácter caleidoscópico en términos de reflexión sociopolítica. Los orígenes, la organización, el contexto y los efectos de las protestas suscitan debates desde diversas perspectivas. Este trabajo se centra en su desarrollo como evento político y espacial, marcadores constitutivos de sus particularidades y tono. Se reflexiona sobre el contexto insurgente y político de los actos, así como sobre su alcance espacial y espacializador. En dicho contexto, se observó un diseño de movilización marcado por prácticas y performances caracterizadas por dinámicas socioespaciales que desarrollan ejercicios de visibilidad e insurgencia que escapan al canon de los movimientos sociales y rediseñan las construcciones y significados de la polis en el tiempo y el espacio.

***Palabras clave:** Insurgencia; Protestas de junio; Espacialidad; Citadinidad; Ciudad.*

1. Introdução

"Não é por R$0,20, é por direitos", sinalizava um dos múltiplos cartazes empunhados nas ruas ao longo de junho de 2013, a partir de São Paulo, mas em reflexo por todo o Brasil em uma odisseia de protestos que, quase uma década após seu fim, ainda desafiam análises e interpretações acerca de seu escopo, significado, legado e conjuntura (Chauí, 2013a, 2013b; Souza, 2015, 2016; Singer, 2013; Santos, 2017, 2021).

Os atos, que começaram localizados na metrópole paulistana a partir dos protestos do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento da tarifa de transporte público e reivindicações por mobilidade e infraestrutura urbana, e alinhavadas em uma dinâmica pelo direito à cidade, foram ampliados por demandas sociais, econômicas e políticas de escopo amplo com contornos de todo o território nacional.

Por meio de flexões solidárias e um enxameamento sociopolítico, arregimentados pela visibilidade midiática tradicional e pelos laboratórios culturais das redes sociais on-line, o movimento cresceu, superou sua gênese e originou um movimento insurgente complexo em forma, conteúdo e consistência. Deflagram-se jornadas que tomaram o país, o imaginário social, os noticiários e as tribunas governamentais.

As manifestações conhecidas como Jornadas de Junho - já isoladas e ampliadas dos intentos do MPL - marcaram o período de 17 a 30 de junho de 2013 em 538 municípios, dos 26 estados e do Distrito Federal, reunindo cerca de 2,7 milhões de participantes, com reflexos em outras 73 cidades de 25 países (Santos; Cunha, 2018b).

Observa-se, destarte a turba midiática e a conversaçãopúblicaqueinsuflouoimaginário político, que junho de 2013 designou um evento-fenômeno que desafiou o espírito do tempo e a interpretação conjuntural do Brasil, sinalizando disputas, dissensões e atravessamentos interdisciplinares que permeiam o debate sobre mobilizações sociais, agência e potência das redes e a emergência de sujeitos e suas práticas insurgentes na contemporaneidade.

Desse modo, convém aproximar-se dos atos e repercussões de junho para analisá-los a partir de dois prospectos de base e que, arrolados, constituíram acontecimentos particulares de agência e insurgência: política e espaço. As ruas se viram atravessadas de práticas, estéticas e gramáticas mobilizadas particulares. O espaço como arena, constituiu-se como esteio de agência e potência para um movimento caleidoscópico em demandas, reprodução e repercussão, isto é, misto e simultaneamente contraditório em suas reivindicações, público e acepções.

Reflete-se aqui a conjuntura da mobilização como um acontecimento político e espacial, isto é, esquadrinhando sua produção e reprodução a partir dos marcadores constitutivos de suas particularidades, desde o seu conteúdo insurgente até sua envergadura espacial. Inicialmente examina-se junho como acontecimento político ante controvérsias e repercussões e, a seguir, orienta-se o olhar sobre as espacialidades entre escalas e territorialidades insurgentes.

O percurso metodológico incluiu exame cioso da mobilização em questão por meio de dados apurados pela fonte noticiosa dos jornais impressos de maior circulação no período: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. Os dados foram obtidos a partir de apuração do Instituto Verificador da Comunicação (IVC), filiado à Associação Nacional dos Jornais, considerando a circulação dos periódicos no ano de 2013. A circulação implica em posse, recepção e leitura do jornal por meio de múltiplos formatos de assinatura ou compra, fazendo que tais veículos possuam penetração social e poder de cobertura, consequentemente. A partir da narrativa factual e dos dados apurados, constrói-se o cabedal reflexivo para mapear o evento-fenômeno e sua repercussão caudalosa em aspectos espaciais e políticos.

2. O acontecer político de junho de 2013: da controvérsia à repercussão caleidoscópica

As Jornadas de Junho são marcadas pela conjuntura de protestos em série sob a liderança do MPL e que ganharam contornos multitudinários a partir das respostas governamentais, da repressão policial e da repercussão midiática. O

confronto localizado e a disputa de narrativas contribuíram para que o esteio amplificado e o ciclo de manifestações se desenvolvessem a partir das pautas iniciais e da visibilidade alcançada pelos esforços do MPL.

Em linha, 6 de junho é o marcador temporal inicial de visibilidade direta de protestos sobre o aumento da tarifa de transporte coletivo público em São Paulo (metrô, trens e ônibus), cujo aumento tinha aval do então prefeito Fernando Haddad e do governador Geraldo Alckmin. O valor passou de R$ 3,00 para R$ 3,20 e, conforme se noticiava, o reajuste ficou abaixo da inflação, em 6,7%, contra 15,6% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, o IPCA (Folha de S. Paulo, 2013, p. C1).

O MPL, que já atuava em negociações com o governo e em protestos em frente à Prefeitura de São Paulo, ocupou importantes vias da cidade para se opor ao reajuste, reivindicar melhoria e a gratuidade do serviço e queixar-se da ausência de diálogo do governo. A pauta era factual, isto é, concentrada no aumento das passagens e suas consequências ao cotidiano do trabalhador que depende do transporte público na metrópole, mas como é corrente na insurgência, dispôs-se como signo de ignição para as bandeiras de mobilidade e da causa urbana.

O ato reuniu duas mil pessoas com concentração no Largo da Batata, irradiando-se pela Avenida Paulista, 23 de Maio e Nove de Julho, gerando interrupção das vias, interdições e fechamento de estações de metrô. A Polícia Militar foi chamada para conter os manifestantes, desencadeando confrontos que se acirraram com uso de balas de borracha, gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. Prisões também foram executadas como resultado dos atos.

No dia seguinte, as manchetes noticiavam os atos, reforçando o confronto policial, qualificando os atos a partir de signos de desordem e, embora a pauta detonadora dos protestos estivesse presente na construção textual das razões de mobilização, o exame sobre a trajetória reivindicatória ou a conjuntura implícita no reajuste não foi discutida.

> *Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP (Folha de S. Paulo, 7 jun. 2013, p. C1).*
>
> *Protesto contra alta de tarifa para o centro de SP (O Estado de S. Paulo, 7 jun. 2013, p. 1).*
>
> *Protestos contra alta de ônibus em quatro capitais (O Globo, 7 jun. 2013, p. 1).*

Os dias que se seguem à primeira manifestação ganharam mais adeptos em outras cidades, sob contextos reivindicatórios similares, e sob aquiescência da repressão policial. O tratamento coercitivo, a ausência de resposta ou negociação ágil por parte do governo e a cobertura negativamente adjetivada da imprensa constituíram o estopim para a adesão e a multiplicação de protestos em consonância. Na progressão popular e escalar dos atos, outras pautas eram arroladas à demanda inicial.

Na progressão temporal, os atos se adensam até que em 17 de junho, as manifestações fazem emergir uma feição de ativação territorial, isto é, incorporando simultaneamente capitais e cidades de médio e pequeno portes por identificação, solidariedade e pautas em ressonância. As múltiplas bandeiras passam a circunscrever a reivindicação

pela garantia de direitos sociais, anticorrupção e demandas regionais. Os atos passam a devorar a pauta inicial do MPL crescendo para além de sua articulação pontual.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, projeto que daria prerrogativa de investigações criminais exclusivamente à polícia e limitando a ação do Ministério Público, "cura *gay*", debates sobre corrupção e reforma política, os gastos com a Copa do Mundo de 2014 que desencadearam levantes sobre cenários de saúde e educação passaram a povoar as ruas em gritos, palavras de ordem, cartazes e publicações indexadas sob nuvens de *hashtags*. O crescimento e a diversidade de pautas foram acompanhados em 17, 18 e 19 de junho.

Há que se chamar a atenção para o dia 19 de junho em que a redução da tarifa de transporte se verificou em São Paulo e no Rio de Janeiro, representando a primeira conquista dos atos. Fernando Haddad e Geraldo Alckmin, em São Paulo, e Eduardo Paes, no Rio de Janeiro, embora cedessem aos reajustes, reiteraram que a medida comprometeria investimentos nos estados, levando a cortes. A equação dos atos se complexificou: da repressão policial como desmobilização à legitimação dos atos, as ruas não verificavam um diálogo concreto dos representantes políticos com os significados que se desenhavam em atos replicados em todo o país.

A data de 20 de junho é notadamente outro marcador dos atos: observa-se uma fase de maturação com a transição de um momento episódico e pontual de protestos para uma reivindicação difusa, dotada de pautas diversificadas e tonificadas pela participação interestadual. A redução das tarifas do dia anterior não freou ou esvaziou as manifestações, mas dada a conjuntura de cobertura dos atos, gestos governamentais mal recebidos pelos manifestantes e a filiação expressiva pelo país, o escopo e o tônus se fortaleceram.

Diversos autores enxergam na data, a metamorfose derradeira das Jornadas de Junho. A proliferação de atos após a vitória da primeira demanda veio acompanhada da diversidade de causas (Campos Júnior, 2014; Gohn, 2014), amplificada por múltiplos recursos como cartazes, música e palavras de ordem (Barros, 2014; Lima, 2014; Mondaini, 2014), bem como rejeição de partidos e da cobertura midiática (Fernandes; Roseno, 2013) e a formulação da luta por mudanças sistêmicas (Scherer-Warren, 2014).

A data de 20 de junho marcou não só a escalada, ápice e maturação que levariam as Jornadas de Junho ao seu declínio, mas marcou a saída estratégia do MPL dos atos. Com a vitória do pleito pela redução tarifária, o movimento optou por se retirar. Entende-se que sua saída se deve não apenas pela vitória, mas pelo escopo ampliado dos atos que engoliram a própria lógica organizacional do movimento. Contudo, a participação do MPL como índice iniciador contribuiu para a modalidade de cultura política gestada a partir de então (Gohn, 2018).

Junho de 2013 como um acontecer político é marcado pela natureza renovada dos movimentos sociais, caracterizando novas manifestações e estas em rede; por um retorno e por uma recuperação do repertório de lutas, ressignificado pelas questões urbanas, tanto por seu mapa de conflitos como por sua ocupação simbólica; pela defesa da participação cidadã

e um interesse político exacerbado no episódico dos atos, mas genérico demais para impedir a diluição da diversidade da multidão.

O rompante dos atos que cresceu solidário e multiplicando-se em territórios urbanos diversos, disputando a narrativa midiática e governamental, ancorando-se na composição de uma multidão. Esta multidão, desejosa de mudanças, fazendo projetos por meio do reforço de laços socioespaciais (Hardt; Negri, 2005), constituiu-se de modo ruidoso, mas conflituoso.

Os sentidos políticos da primavera que se solidariza com a demanda pela mobilidade urbana - que abriga sentidos mais difusos do ir, do vir e das exclusões sociais - ganhou constituição caudal, a partir da reivindicação pelo direito a demandas plurais, destarte a variedade de pedidos vocalizados em todo o país. Contudo, essa pluralidade vocal entrou em atrito com sua própria polifonia. Isto é, as demandas de múltiplos subgrupos integrantes da odisseia não encontraram cooperação.

Embora os laços urbanos, sociais e políticos tenham constituído territorialidades solidárias e insurgentes, esse caráter utópico da multidão como entidade deflagradora da transformação não foi capaz de lidar com a herança sócio-histórica do país e com as divergências de formação e orientação de grupos sociais. Como adendo, o influxo político da participação social vivida episodicamente e defendida pelos sujeitos se deu de modo pulverizado e genérico, consequentemente criando circuitos de conflitos internos impeditivos sobre os próprios rumos.

A envergadura dos atos de junho de 2013 como unidade na diversidade - marcante no desdobrar das manifestações - pela imagem eloquente da multidão solidária e consonante, não se consolidou como uma frente de reconhecimento das diferenças em um sentido sociopolítico. Enquanto o circuito de protestos avançava, a diversidade e a pluralidade dos participantes revelaram divergências de conteúdo e demanda.

O apartidarismo como característica identitária do MPL se tornou uma etiqueta das manifestações, mesmo depois de seu desembarque do movimento e a amplificação das demandas. Porém, derivações foram verificadas, flexionando-se para uma rejeição a partidos políticos, a figuras de líderes políticos e ao antipartidarismo. Mesmo a presença de partidos entre filiados e seus signos não era tolerada nos atos.

Observa-se nesse contexto o intento de apresentar-se plural pelo apartidarismo, os atos incorreram na desmobilização, visto que os posicionamentos nos quais as agendas ganharam corpo foram deglutidas no conflito de autodefinição dos participantes. Ao sustentar o rosto multitudinário como fuga das práticas de siglas políticas, cuja imagem estava desgastada por casos de corrupção e crises de representatividade, a progressão dos protestos acabou por dispersar-se em sua própria conjuntura política.

Outros conflitos se ajuntaram aos atos como a interveniência de interesses corporativos sobre as demandas de classe (Scherer-Warren, 2014), bem como palavras de ordem autoritárias, se misturando ao influxo popular. Polos antagônicos se formaram na medida em que pautas progressistas e emancipatórias se cruzaram com

reivindicações autoritárias e elitistas. Este prospecto pode ter contribuído com o esvaziamento de demandas ou desgaste de orientação dos atos.

No campo das táticas e estratégias, oposições internas se verificaram entre aqueles que desejavam manifestações simbólicas e de ocupação, face aqueles que usavam de violência e depredação como estética e espetáculo. O anarquismo cibernético do Anonymous (Torinelli, 2015) e a frente antissistêmica dos Black Blocs (Novaes; Manso; Solano, 2014) operavam com táticas de violência, desordem e depredação como estratégia para a criação de palcos nos quais a agência era detonada por meio de atos violentos, chamando a atenção da opinião pública, da imprensa, do governo e do capital por meio da imagem do dado e do caos.

O intercurso inflamatório dos atos foi marcado pela produção de uma multidão territorialmente distribuída - como será discutido no acontecer espacial dos atos adiante -, porém a diversidade que marcava a unidade de uma frente reivindicatória una padeceu a partir de suas próprias características geradoras de volume sociopolítico, tornando seu desfecho carente de caráter propositivo prático ou na produção de utopismos claros - aspecto ainda a ser questionado em outro capítulo, acerca do que significa o fim efêmero e metabólico de uma mobilização em rede.

As Jornadas de Junho são frequentemente lidas apressadamente como um ciclo fortuito de protestos despolitizados e que justificam conjunturas políticas contemporâneas no Brasil, sobretudo no campo da proliferação de discursos autoritários e de extrema-direita. Contudo, sua corporificação como acontecimento político foge a restrições e enquadramentos comuns de manifestações populares, visto seu caráter caleidoscópico.

A metáfora do caleidoscópio é premente. Imagens sociopolíticas se alternavam produzindo desenhos reflexivos e prismáticos de uma conjuntura comum, mas marcada por combinações variadas, não homogêneas, cuja visão se altera a depender da angulação. Como circuito de atos, junho de 2013 revelou agrupamentos diversos inscritos em uma tessitura originária comum, a fornecer subsídios para seu desenvolvimento.

Na rua, entre *hashtags*, estiveram em marcha grupos com sua autonomia, demandas, práticas, estéticas e gramáticas circunscritas em um mesmo evento-fenômeno. Todavia, o primeiro anelo confesso entre os dias de protesto - marcados nos atos pré-evento e pós-evento - é o direito à liberdade de manifestar-se. Esse anelo pode ser compreendido como um anseio a construir a realidade por participação voluntária e expressão livre, ameaçadas por conjunturas decisórias temerárias - como o aumento das tarifas, o diálogo representativo diante dos casos de corrupção e demandas socioeconômicas já conhecidas do imaginário brasileiro.

Nesse encontro de grupos e performances, a rua se mobilizou, mas mobilizou outras instâncias ausentes ou alvo dos atos. E aqui se estabelece a interface caleidoscópica, em duas relações: entre manifestantes, direitos políticos e sistemas representativos, e no papel da imprensa e a comunicação alternativa nas manifestações. Nesse sentido, os atos provocavam instabilidades que não apenas demandavam respostas ou feitos consumados, mas põem em xeque

tramitações políticas e narrativas midiáticas. Reflexos dessas instabilidades de 2013 podem ser observados quase uma década depois.

Os manifestantes se articularam com muita evidência e veemência contra a corrupção, questionando representantes, os sistemas políticos e desejavam o exercício de expressar-se nas ruas. As respostas políticas (repressão policial, pronunciamentos, legitimação dos protestos e modificações a curto prazo, como o cancelamento do reajuste do transporte público) foram porosas e insuflaram a indignação insurgente que acabou por provocar atordoamento e dissabores no campo político, governamental e partidário.

Isto se verifica antes, durante e, sobretudo, depois das manifestações. Antes, pela repressão policial como medida de desmobilização e deslegitimação dos atos, revelando frágil traquejo para o diálogo e compreensão de atos populares. Durante, por meio de pronunciamentos como recurso de contenção e estancamento público-midiático ou com a surpresa da continuidade, mesmo com recuos. Depois, pelo dissenso de como a revolta poderia ser interpretada e o que se deveria fazer com seu resíduo.

Nesse sentido, a proposta de um plebiscito por reformas, que se afiguravam como uma forma democrática e participativa de decidir projetos de país, gerou resistências entre parlamentares, fazendo arrefecer respostas e interpretações consequentes de junho. A atuação letárgica durante os atos, pelo vórtice do modus político brasileiro, continuou, relegando a pedagogia das ruas a um momento episódico de aventura, sem implicações práticas.

As reivindicações alocadas no campo de políticas sociais como saúde, educação, emprego, mobilidade urbana, políticas de raça e gênero foram amortizadas na arena ideológica e do fazer político representativo. Por certo que as pautas, embora amplamente aceitas, eram multilaterais e genéricas. O que se reflete é que o som audível das vozes acerca dessas pautas não conseguiu, por letargia, constituir esforços práticos de políticas públicas e investimentos. Aqueles que não foram às ruas, as assistiram, leram e tuitaram, posto que mobilizações são telas que proporcionam experiências sociopolíticas instrutivas.

Do campo político ao midiático, a cruzada narrativa destaca-se como característica notável do período. A cobertura dos atos pela grande mídia se viu sob o empuxo de forças marginais de comunicação. O quadro se deu por meio de mídias (tradicionais e alternativas) e redes sociais (*on-line* e *off-line*). O contexto midiático forneceu uma camada comunicacional particular aos protestos, na medida em que a narrativa tradicional era ambígua, a narrativa autocentrada nos manifestantes produzia circuitos alternativos capazes de gerar curto-circuito na força da grande mídia.

No plano das mídias, a imprensa desempenhou um papel ambíguo no decorrer das manifestações. A narrativa convencional de tratar movimentos sociais e atos populares com suspeição e até criminalização cedeu espaço a narrativas benfazejas e elogiosas sobre os significados sociopolíticos

do momento. No entanto, ao que a princípio pareceu um ajuste de enfoque editorial, mostrou-se melhor como uma tergiversação sobre a substância desafiadora do momento.

Ora, o desafio estava entre reconhecer a legitimidade dos protestos posto seu teor e a solidariedade multiescalar que causava comoção, ou incutir narrativas de criminalização diante dos cenários de violência (como no debate sobre Black Blocs). Na dificuldade de definir tratamentos pela própria complexidade interpretativa do sobressalto do momento, a controvérsia midiática gerou dúvidas e sob suas brechas, circuitos alternativos de informação atuavam.

O usufruto das redes sociais *on-line* criou mapas e rotas de atuação diante da oferta informativa. As ruas produziam sua própria narrativa, dispensada entre *hashtags,* eventos em plataformas e transmissão de orientações práticas, tal qual um reduto similar a uma trincheira de informação, mas que se revelou laboratório cultural e de ação. Alternativamente, outras narrativas eram produzidas, gerando fissuras no tratamento midiático tradicional.

Esse processo permitiu o aumento do capital político-cultural dos atos sob o contraste do que se vivia e assistia nas ruas com o que se via e lia nos postos de comunicação institucionalizada. Às redes sociais *on-line,* soma-se seu rebatimento por meio das redes sociais *off-line.* As próprias ruas produziam e processavam informações cuja estrutura é notadamente menor do que a hegemônica tradicional, mas dada sua característica alternativa, alçou poderes de confronto e disputa.

Nesse ínterim, não só a operação anônima exerceu influência, mas grupos como a Mídia Ninja, Fora do Eixo e movimentos pela democratização da informação por meio de coberturas em tempo real e mais próximas das manifestações (Fônseca, 2013; Fontanetto; Cavalcanti, 2016). Novas formas de tratamento da informação, cobertura, apuração e difusão foram percebidas, tornando as redes (e também as sub-redes) redutos de fermentação e circulação de ideias sobre os acontecimentos.

Como um acontecimento político, as Jornadas de Junho de 2013 não podem ser compreendidas por caminhos unificados ou por meio de percursos que buscam homogeneizar os atos em campos de análise. A pujança das manifestações está, sobretudo, em sua característica de expor tensões, causar instabilidades e revelar os problemas contemporâneos - dissabores locais e globais, economia, Estado, política(s) e crises - em fractais materiais e imateriais.

Mendonça e Bustamante (2020) destacam que o autonomismo foi o principal ponto de partida para analisar as manifestações. Os autores destacam que a rejeição à hierarquia, o apreço à horizontalidade e a possibilidade de produção comunicativa autônoma criou um imaginário contencioso, capaz de permitir a articulação de repertórios conflitantes - em termos políticos, ideológicos, táticos e de classe - em um mesmo abrigo de manifestação.

Passando do imaginário autonomista, Singer (2013) sinaliza que as dinâmicas ideológicas foram importantes para a compreensão do complexo desenho de junho. Enquanto as esquerdas se concentravam em demandas materiais, as direitas se orientavam pelo combate à corrupção e o centro partiria de uma lógica oposta

ao status vigente a promulgar novas perspectivas a superar hábitos antigos, considerados ultrapassados. Para o autor, uma combinação materialista e pós-materialista pode caminhar concomitantemente nas ruas.

Mendonça (2017) lê as manifestações como expressões multitudinárias polifônicas que, na diversidade, se encontraram em um comum: colocarem-se nas ruas solidariamente. Para o autor, a sucessão de acontecimentos estabeleceu uma significação convidativa para a ocupação das ruas por meio da copresença, mesmo marcada por ideais conflitantes. No acontecimento social dos protestos, um comum se estabelecia como um festim para diferentes sujeitos e agendas.

Ricci e Arley (2014) fazem leituras de causas entrecruzadas e complexas na produção do acontecer político de junho de 2013, produzindo aproximações que não bastam a si mesmas. O esgotamento do modelo estatal-desenvolvimentista por meio de um desequilíbrio interno de forças, a ascensão de uma cultura conservadora advinda de camadas abastadas e das "novas" camadas médias que se indispuseram com os sistemas de representação e o próprio esgarçamento das instituições públicas produziram o caleidoscópio do momento.

3. Junho de 2013 como acontecimento espacial: das territorialidades insurgentes à transescalaridade

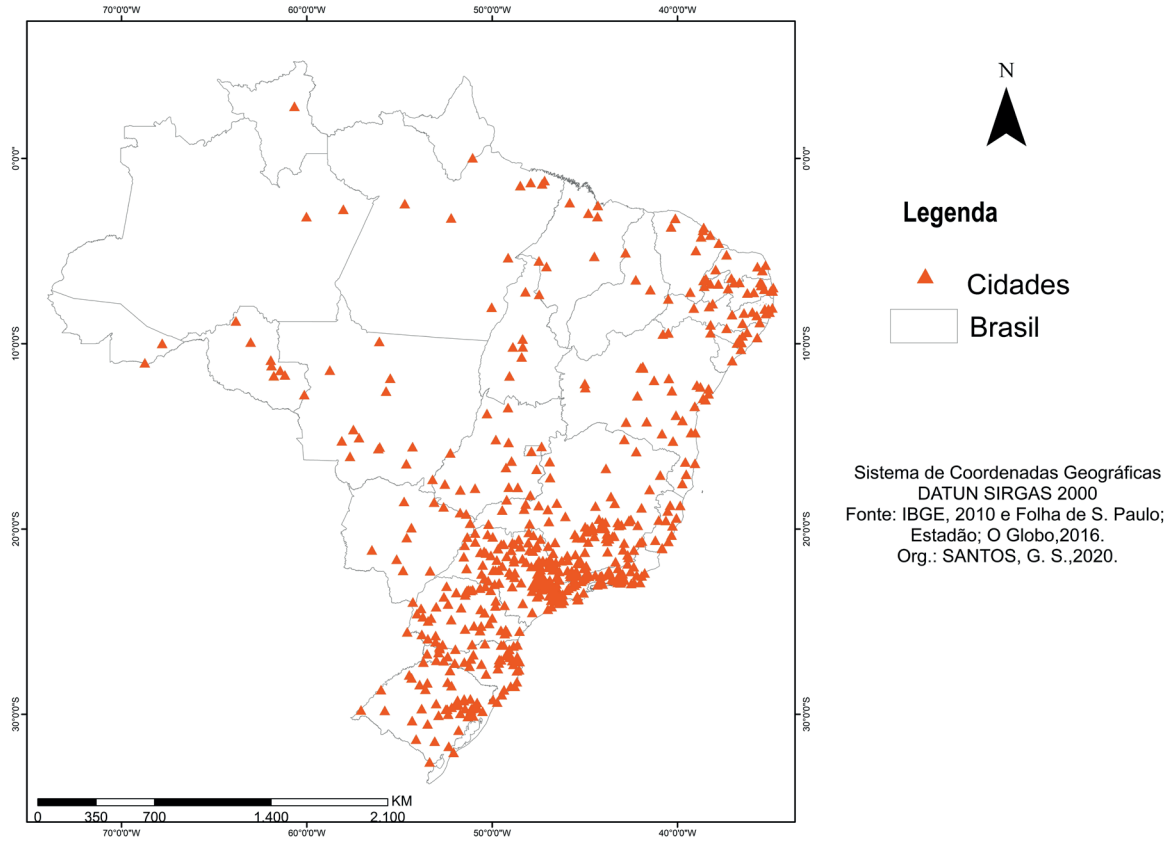
As manifestações foram particularizadas por início concêntrico e radicado em São Paulo, justificado pelos intentos do MPL e pela demanda do estado com o aumento de R$ 0,20 na tarifa, sendo capitaneado como índice ígneo para o detonamento dos atos subsequentes. Por flexão de iniciativas de mobilizações similares, o Rio de Janeiro começou a figurar como outra capital ao conferir contornos maiores à conjuntura dos protestos.

Com a metrópole paulistana como epicentro, Rio de Janeiro como segunda adesão, outras capitais formaram a propagação satélite dos atos, difundindo-se para além do espectro centro-sul do país. Manifestações foram registradas em 538 municípios brasileiros. Além das capitais, cidades de regiões metropolitanas, de pequeno, médio e grande portes se juntaram à configuração espacial das jornadas. Atos foram realizados também em 73 cidades de 25 países: Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Canadá, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Israel, Itália, Japão, México, Noruega, Peru, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia e Suíça.

A estimativa remonta a cerca de 2,7 milhões de participantes nas ruas (G1, 2013). A partir do mapa na Figura 1, observa-se a distribuição espacial dos protestos no período compreendido pelas jornadas. Do eixo Sudeste, flexões do centro-sul e reflexos no Nordeste e Norte podem ser acompanhadas. A odisseia, que tem início no contexto paulistano e grandes cidades, ganhou viscosidade nas contraturas e rugosidades de outros municípios, com seus gritos regionais.

São Paulo forma o primeiro nó de detonação que se esparge com mais força sobre cidades do Sudeste e Sul do país. No Nordeste e no Centro-Oeste,

Figura 1. Localização dos protestos por cidade e estado no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

a reprodução é mais esparsa, tendo o Norte menor participação. A difusão dos atos desencadeou uma ascendência entre estados e municípios, criando um efeito radicular não apenas em termos de localização, mas o conteúdo sócio-histórico e econômico foi ancorado paulatinamente, sendo posto em evidência na sequência dos atos.

Compreendendo com Certeau (2014) o mapa como mais do que um documento de relato e registro, mas como uma travessia delineada pelas demarcações, a distribuição espacial dos protestos de 2013 se adensa pela narrativa factual, mas sobretudo pelo conteúdo socioeconômico detonado pela ocupação das ruas, sob a acuidade das rugosidades que, por sua vez, emprestam testemunho sócio-histórico para que a progressão espacial se torne política. Isto é, os arrochos sociais de emprego, renda e serviços públicos (saúde, educação, transporte) são patentes não apenas na experiência social, mas estão espacializados nos itinerários cotidianos e nos lares dos sujeitos.

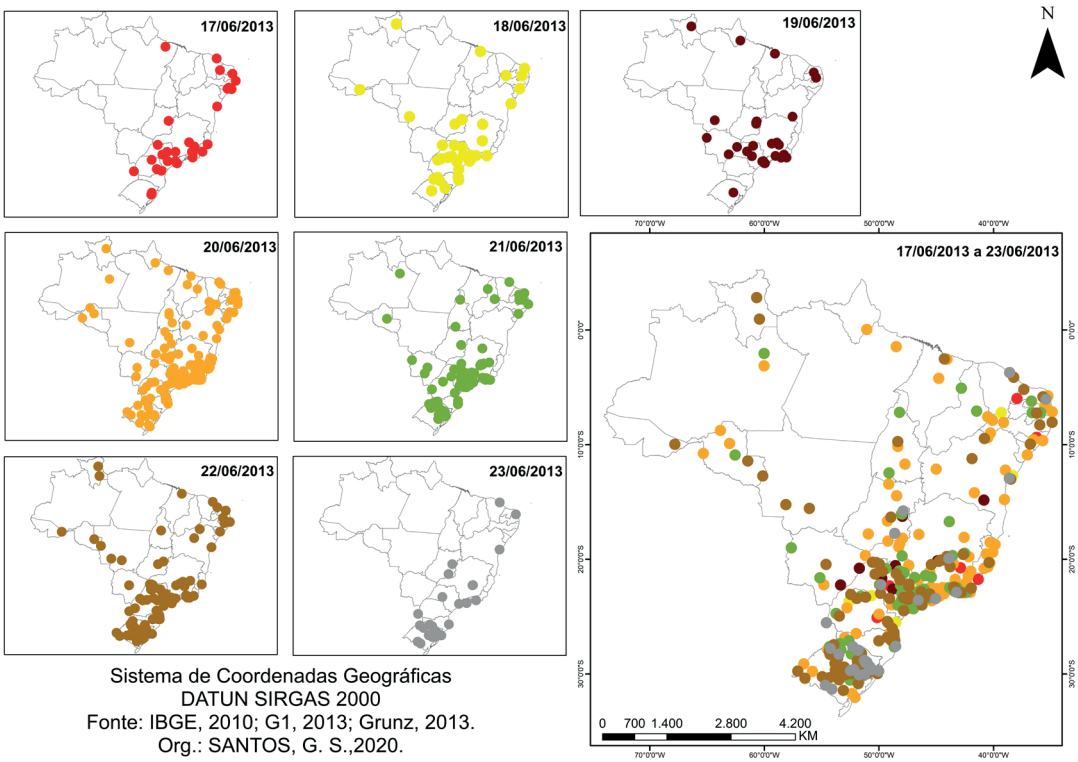
O testemunho incendiário dos primeiros atos espargiu fagulhas sobre outros contextos urbanos além das capitais e metrópoles, não apenas

como performance, mas depositando-se sobre as conjunturas circunstanciais que são próprias da formação de cada município ou região. E nesse percurso, tais contextos, entrelaçados sob programas de desenvolvimento e narrativas comuns à solidariedade imanente da categoria povo que, no adjetivo brasileiro, encontra seus comuns na partilha das vivências cotidianas, faz de junho um acontecer espacial.

O crescimento da onda de protestos se estabelece em 17 de junho, tendo a capital paulista como vitrine principal (Figura 2). No estado, outras oito cidades de pequeno e médio portes registraram atos. Outros 10 estados e o Distrito Federal manifestaram ocorrências no primeiro dia de jornadas: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Minas Gerais foi o único estado, além de São Paulo, a registrar atos fora das capitais, com ocorrências em três municípios de pequeno e médio portes junto à capital Belo Horizonte.

Os estados do Acre, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Roraima e Santa Catarina estrearam nos atos em 18 de junho. Cidades de

Figura 2. Evolução e cobertura dos protestos de 17 a 23 de junho de 2013



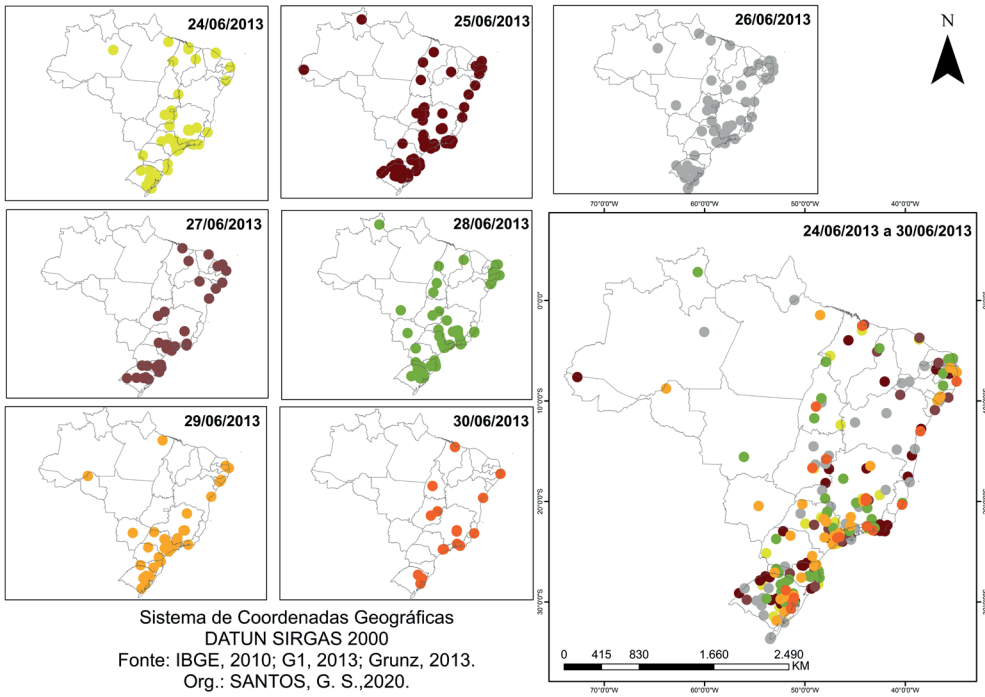
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

pequeno e médio portes catarinenses e sul-matogrossenses registraram atos, para além de suas capitais. Continuaram com manifestações - em capitais e cidades de pequeno e médio portes -, os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

A entrada do Amapá e do Mato Grosso nos atos passa a ser verificada em 19 de junho, já os estados do Amazonas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe integram as jornadas em seu quarto dia. Observam-se continuidades nos estados do eixo Sul-Sudeste. A partir de 20 de junho, os atos inauguram uma nova fase com a supressão do aumento das tarifas de transporte público em diversas localidades, com o desenvolvimento de atos polifônicos e com demandas diversificadas, não cessando com a negociação do pleito inicial.

O estado do Tocantins só figurou nos protestos em 21 de junho, ativando todas as unidades federativas. O dia 22 de junho guarda ressonância com a fase pós-suspensão do reajuste tarifário, apresentando capilaridade e continuidade em todos os estados, sob o empuxo de capitais e outros municípios. O arrefecimento começa a ser acompanhado a partir do dia 23, com a diluição de pautas e esgarçamento de contradições endógenas. Na semana final (24 a 30 de junho), os atos começam a se pulverizar, indicando o desfecho do ciclo de protestos, como se observa no mapa da Figura 3:

Figura 3. Evolução e cobertura dos protestos de 24 a 30 de junho de 2013



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul testemunharam ocorrências em todo o período. Brasília só deixou de registrar atos nos dias 21 e 29; Mato Grosso, Pará e Sergipe registraram ocorrências apenas em suas capitais, ao contrário dos demais estados. De 24 a 29 de junho, manifestações ainda foram acompanhadas nos 26 estados do país, tendo o dia 30 como o derradeiro e marcador do declínio dos protestos como corpo mobilizado, sob a premissa inicial. Atos subsequentes foram acompanhados em menor volume e dissociados dos pleitos iniciais.

Tendo São Paulo como nó central dos atos, a arqueadura se mostrou mais volumosa entre o Sudeste e o Sul do país. A mancha de atos, a seguir, encontra no Nordeste sua terceira maior trama, seguida do Centro-Oeste e da região Norte. A insurreição passa de um desenho localizado e monotemático, para um acontecer espacial territorialmente ativado e multidimensional. Nas ruas, os contrastes regionais do território brasileiro criaram alinhamento mobilizado.

A progressão dos atos em todos os estados do país sinaliza um processo de ativação territorial. O uníssono se forma na medida em que as singularidades de cada sujeito, cidade e região se enxergam em um processo de espelhamento, isto é, no contraste da situação particular, registra-se um singular que constrói uma trama comum. Essa trama do comum por meio das singularidades se infla na medida em que no ideário da multidão, a energia empreendida coletivamente ganha um estatuto político, mobilizador.

Quando vocalizam demandas que vilipendiaram as vivências e as trajetórias pessoais e dos seus (seja saúde, educação, emprego, mobilidade, seja redistribuição ou reconhecimento), os sujeitos configuram uma tessitura cujo significante é a multidão, que vive e assiste seus pares, territorialmente distantes em espaço, tempo e conjuntura, mas ao mesmo tempo contíguos e próximos pelo comum de vivências. E este comum possui propriedades territoriais.

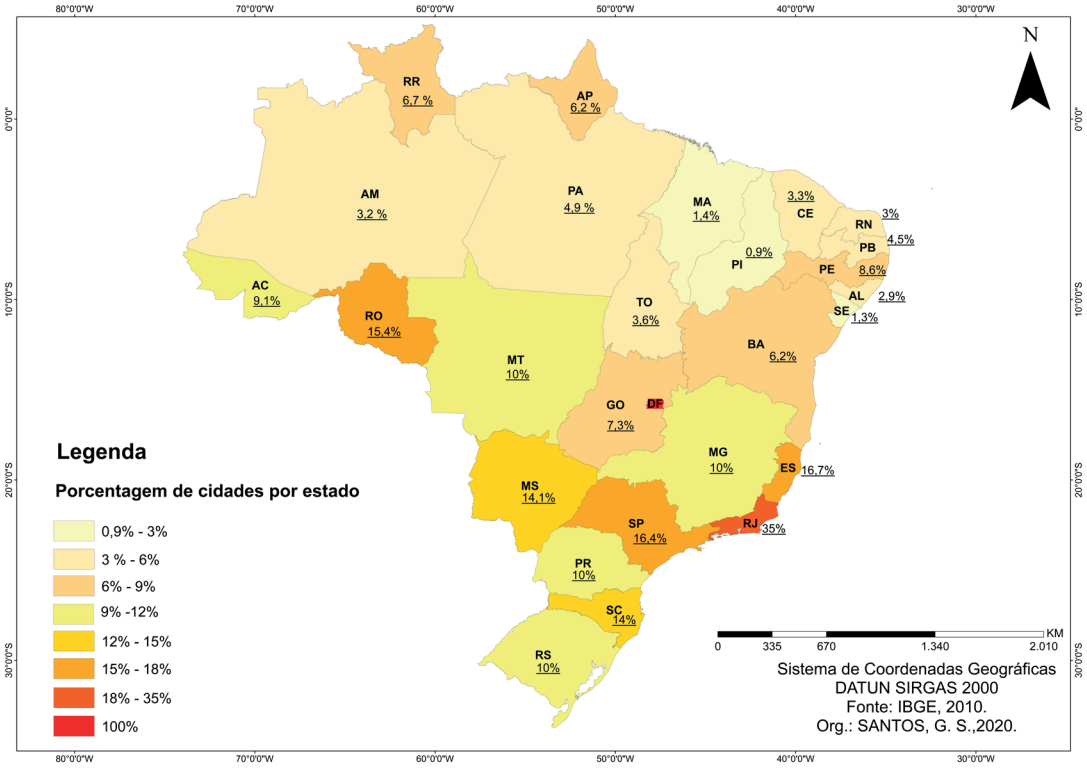
A sequência dos atos sinaliza um contágio que se pauta por meio da solidariedade mútua. Reconhecendo-se no comum das vivências de suas realidades, os manifestantes interpolam uma força multitudinária recíproca. Na reciprocidade dos sujeitos que, na insurgência partilham contextos adversos e/ou reclamam melhores condições para outros contextos de vida, forma-se uma soma de comunidades autorreferentes e unidas em solidariedade política, mesmo que distantes geograficamente.

A diversidade histórica, geográfica, econômica e cultural é alinhavada por meio de uma unidade sociopolítica multitudinária, fruto do acontecer político. Ao se acionarem como sujeitos, cria-se uma senda psicodinâmica de identificação com outras multidões, corporificando uma onda territorial relacional. Por meio do acontecer político de múltiplas vozes e variados contextos em uma mesma cena, desdobram-se territorialidades insurgentes (Santos, 2017; Santos; Cunha, 2018a).

As territorialidades insurgentes de junho de 2013 podem ser observadas em outro ângulo, a partir do contingente de protestos, em

densidade e participação, revelando retratos por estados da condição escalar das manifestações. Dos municípios que compõem os estados brasileiros, estabeleceu-se uma relação de volume de participação dos municípios - percentual de cidades com mais participação nos atos por estado - para retratar a conjuntura dos atos, como denota a Figura 4:

Figura 4. Densidade de participação dos estados nos protestos.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os 10 estados com maior participação nos atos por número de cidades participantes - respeitando o quantitativo de municípios das unidades federativas isoladamente - foram Rio de Janeiro (35,9%), Espírito Santo (16,7%), São Paulo (16,4%), Rondônia (15,4%), Mato Grosso do Sul (14,1%), Santa Catarina (14%), Paraná (10,8%), Minas Gerais (10,8%), Rio Grande do Sul (9,9%) e Acre (9,1%). Notadamente, Sudeste e Sul detém o maior volume de participação.

Considerando o contingente regional, a região Sudeste obteve um volume de municípios participantes de 14,3% (238 municípios), seguida da região Sul com 11,2% (133 municípios). As regiões Centro-Oeste e Norte registraram 9,4% (44 municípios) e 5,8% (26 municípios),

respectivamente. Por fim, 3,8% (69 municípios) remontam à participação do Nordeste. Quase 10% da população dos municípios brasileiros foi às ruas.

A escala localizada no eixo paulistano fixou nós que delimitam arcos em capitais do eixo Sudeste-Sul, deslocando-se a seguir para as demais regiões do país, abarcando capitais e cidades de diversos portes. Diferentes camadas escalares se estabelecem a partir do influxo derivado do MPL na capital paulistana. Emergiu uma política de escalas sob as feições de uma trama de escalas. Ao invés de negociações e ajuizamentos para um processo escalar, nota-se uma tessitura que reifica a espacialidade presente no ciclo de protestos (Cox, 1998; Souza, 2013). A escala - ou multiescala - mesma torna-se instrumento de visibilidade e insurgência por suas dimensões e atravessamentos, demonstrando seu caráter multitudinário, sua ativação territorial e atravessamentos socioespaciais.

Ao invés de um processo escalar linear ou contíguo, desvelam-se multiescalas que, guardadas as particularidades locais, se ativam simultaneamente por um movimento que cria uma arena para que agentes em diferentes recortes do espaço se movimentem em uma política espacial de ação. Nesse sentido, a envergadura do volume, densidade e ampliação sequencial de manifestações possui um conteúdo sociopolítico em que a escala remonta à potência.

Em junho de 2013, a combinação entre contextos e substâncias locais, regionais e nacionais se entrecruzam e se articulam para produzir uma escala múltipla. Isto é, ao mesmo tempo em que protestos eclodem em diferentes níveis de escalas, e nestas por meio de diferentes camadas, uma unidade política como arena se monta. Nesta arena, o conteúdo diverso - manifesto em demandas, vozes, grupos e participantes - dos protestos atravessa sua progressão temporal, gerando um processo transescalar.

O efeito transescalar - a unidade de diferentes escalas em sincronia mobilizada - é possível a partir das dinâmicas em rede encontradas nos planos escalares dos atos. Contudo, essa experiência de mobilização em que a simultaneidade de atos dialoga com a diversidade local foi apreendida a partir dos atos do MPL, que capitanearam o estopim do evento-fenômeno. Esse aprendizado contingencial, no entanto, se deu pela solidariedade germinada das vivências testemunhadas pelo olhar público e midiático dos primórdios das jornadas.

Considerações finais

Pode-se depurar que esta mobilização - marcada como um fenômeno extensivo e ostensivo por sua recência e particularidade - constitui-se de espacialidades e políticas de insurgência e de citadinidade particulares (Agier, 2011; Holston, 2013; Certeau, 2014). A dinâmica das redes ofereceu à mobilização ambiências de processamento da ação sociopolítica e dos sentidos de insurgência, sob o influxo dos contextos explosivos que ressoavam nos atos, a partir de seu estopim. O resultado prático é uma mobilização aquiescente, cuja potência reside em sua efervescência e volatilidade.

Na multiplicidade de participantes e de agendas postas nas ruas, diferenças foram evidenciadas em discurso, intenção e projeto. Contudo, as particularidades que desenvolveram a movimentação, colocam os atos de 2013 em um cenário particularmente diferente, em que o singular é múltiplo, o integrado é plural e a unidade é diversa. A controvérsia foi um marcador central das mobilizações.

Destarte os primeiros impactos, uma aderência inesperada é sentida com múltiplos focos de protestos sendo relatados não apenas no estado paulista, mas em outras partes do país, não restritos também à região Sudeste brasileira. A reverberação das vozes dos protestos que afirmavam um despertar e convidavam às ruas parecia contagiosa e possuiu a acústica necessária para que seu som se difundisse sem dispersão, agremiando sentidos contraditórios entre si.

O que unia as pautas em termos de luta pelo transporte público gratuito e de qualidade passou a congregar uma diversidade de pautas espalhadas por uma cartela de demandas que afetam a vida urbana. Todavia, o que implicava em diversidade de agenda, carregava uma prerrogativa de unidade. A polifonia das pautas não dividia, mas unificava um pulso nascido das ruas e capaz de destravar experiências nas/das ruas. E a dinâmica das redes é o elemento aglutinador desse processo.

A complexidade dos sentidos de junho de 2013 residiu na capacidade aglutinadora que o despertar de ondas de protestos em rede promoveu no território nacional, ativando espaços, afetos, sentidos e discursos. A interpolação desses sentidos é partícipe do vertiginoso e desafiador quadro sociopolítico delineado nos anos recentes da história brasileira e que, sem dúvida, as estéticas do gigante desperto ajudaram a decodificar.

As imagens e metáforas que se alternam em descrever ou explicar a sucessão de acontecimentos de junho podem ser enquadradas como uma apoteose de acontecimentos. Participantes, demandas, fatos, meios, táticas e processos se imbricam para produzir um traçado político múltiplo e vertiginoso. O acontecer político dos protestos de 2013 apresentava lumes diferentes na medida em que o olhar se concentrava sobre eles, revelando novos desenhos e rumos. Jornadas caleidoscópicas para sinalizar metamorfoses sociopolíticas do tecido social brasileiro.

Pela curtíssima duração do trânsito dos atos liderados pelo MPL aos atos sem seu controle e com sua consequente superação-ampliação, as escalas múltiplas e o processo transescalar se desenvolveram por meio de certa espontaneidade. Nesse ínterim, adicionaram-se fatos: políticos, pelo trâmite das mobilizações iniciais e pela recepção governamental; sociais, pelo espelhamento solidário de origens diversas e autoidentificadas no terreno relacional; e midiáticas, pela exposição e visibilidade da cobertura e a disputa de sua narrativa.

Referências

Agier, M (2011). *Antropologia da cidade*: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome.

Barros, M. (2014). Os idiomas misturados vindos da rua. In: Gonçalves, M. (org.) *As jornadas de junho:* os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, p.60-66.

Campos Júnior, J. (2014). Não se pode pensar estar fazendo algo diferente quando se aposta no mesmo caminho. In: Gonçalves, M. (org.) *As jornadas de junho:* os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, p.178-185.

Certeau, M. (2014). *A invenção do cotidiano:* artes de fazer. 22. ed. Petropólis: Vozes.

Cox, K. (1998). Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. *Political Geography,* 17(1), p. 1–23. DOI: https://doi.org/10.1016/S0962-6298(97)00048-6

Fernandes, E.; Roseno, R. F. (2013). *Protesta Brasil:* das redes sociais às manifestações de rua. São Paulo: Prata Editora.

Folha de S. Paulo. (2013). *Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP.* São Paulo: Grupo Folha, 7 jun. 2013. p. C1.

Fonsêca, D. (2013). *Não dá para não ver*: as mídias nas manifestações de junho de 2013. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert.

Fontanetto, R. M. B.; Cavalcanti, C. C. B. (2016). A cidade em narrativas: jornalismos tradicional e cidadão durante as 'Jornadas de Junho' de 2013 no Brasil. *Chasqui* (Equador), 131, p. 349-362.

Gohn, M. G. (2014). *Manifestações de junho de 2013 e praça dos indignados no mundo*. Rio de Janeiro: Vozes.

Gohn, M. G. *Manifestações e protestos no Brasil:* correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2018.

G1. (2013). *Protestos pelo Brasil*. G1 Brasil: 2013. Disponível em http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/. Acesso em: 15 jul. 2022.

Hardt, M.; Negri, A. (2005). *Multitud:* guerra y democracia en el a era del Império. São Paulo: Record.

Holston, J. (2013). *Cidadania insurgente:* disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

IBGE. (2011). *Indicadores sociais municipais.* Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica n. 28. Rio de Janeiro: IBGE.

Lima, M. C. (2014). O som e a fúria das ruas. In: Gonçalves, M. (org.) *As jornadas de junho:* os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, p. 117-128.

Mendonça, R. F. (2017). Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 66, p. 130-159. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i66p130-159

Mendonça, R. F.; Bustamante, M. (2020). Back to the future? Changing repertoire in contemporary protest. *Bulletin of Latin American Research*, 39(3). DOI: https://doi.org/10.1111/blar.13087

Mondaini, M. (2014).O especialista e os protestos de junho: a edição da cacofonia das ruas. In: Gonçalves, M. (org.) *As jornadas de junho:* os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Editora do Organizador, p.32-40.

Novaes, W.; Manso, B. P.; Solano, E. (2014). *Mascarados*: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração Editorial.

O Estado de S. Paulo. (2013). P*rotesto contra alta de tarifa para o centro de SP.* São Paulo: Grupo Estado, 7 jun. 2013. p. 1.

O Globo. (2013). *Protestos contra aumento de ônibus em quatro capitais.* Política. São Paulo: Grupo Estado, 7 jun. 2013. p. 1.

Ricci R., Arley, P. (2014). *Nas ruas:* a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento.

Santos, G. S. (2017). *#Vemprarua:* territorialidades de insurgência e ativismos on-line/off-line nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. 178f, Montes Claros, 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

Santos, G. S. (2021). *Espaços de insurgência e citadinidade:* novas práticas, performances, estéticas e gramáticas de mobilizações sociais em rede, a partir das Jornadas de Junho. 303f, Montes Claros, 2021. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

Santos, G.; Cunha, M. G. C. (2018a). As territorialidades insurgentes do gigante desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas dinâmicas territoriais. *Revista do Departamento de Geografia*, 35, p. 37-4. DOI: https://doi.org/10.11606/rdg.v35i0.143685

Santos, G. S.; Cunha, M. G. C. (2018b). Entre protestos e fluxos: rede e escala nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. *Elisée – Revista de Geografia da UEG*, 7(1), p. 70-84.

Scherer-Warren, I. (2014). Manifestações de rua no Brasil em 2013: encontros e desencontros na política. *Cadernos CRH*, 17(71), p. 417-431. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200012

Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP,* 97(3), p. 23-40. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003

Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira.* Rio de Janeiro: LeYa.

Souza, J. (2016). *A radiografia do golpe.* Rio de Janeiro: LeYa.

Souza, M. L. (2013). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Torinelli, M. C. (2015). *A máscara e a multidão: e*nquadramentos dos Anonymous nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015. 201f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba.

Recebido em 27/08/2024. Aprovado em 26/08/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

The instantaneous temporality of the public sphere: an observation of communicative practices in digital media

A temporalidade instantânea da esfera pública: uma observação das práticas comunicativas nas mídias digitais

La temporalidad instantánea de la esfera pública: una observación de las prácticas comunicativas en medios digitales

Emerson PALMIERI

emersonpalmieri93@gmail.com

Universidade de São Paulo (USP).

Is "time" a significant social category for conceptualizing the public sphere? This question almost inevitably directs our focus toward "space" as a social dimension for reflection and analysis. With the advent of digital media, however, another social dimension of the public sphere comes to the fore: time. We argue that a proper understanding of the digital public sphere must account for its temporal structures.

Keywords: Public sphere; Temporality; Presentism; Communication; Digital Media.

O "tempo" é uma categoria social de importância para refletir sobre a esfera pública? Este tópico quase inevitavelmente nos leva a tomar o "espaço" como uma dimensão social de reflexão e análise. No entanto, com o advento da mídia digital, outra dimensão social da esfera pública ganha destaque: o tempo. Argumentamos que uma compreensão adequada da esfera pública digital deve levar em conta uma orientação para suas estruturas temporais.

Palavras-chave: Esfera pública; Temporalidade; Presentismo; Comunicação; Meios Digitais

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2025.61.3.19523

CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

¿Es el "tiempo" una categoría social importante para reflexionar sobre la esfera pública? Este tema nos lleva casi inevitablemente a considerar el "espacio" como una dimensión social de la reflexión y el análisis. Sin embargo, con la llegada de los medios digitales, otra dimensión social de la esfera pública cobra prominencia: el tiempo. Argumentamos que una comprensión adecuada de la esfera pública digital debe considerar sus estructuras temporales.

Palabras clave: Esfera pública; Temporalidad; Presentismo; Comunicación; Medios Digitales.

Introduction

The topic of the public sphere almost inevitably leads us to treat 'space' as a social dimension for reflection and analysis. This is for good reason: since its consolidation in the social sciences, the concept of the public sphere has always been discussed in terms of its spatiality. This is evident, for example, in the early writings of Habermas (2011), where the bourgeois public sphere is described as the gathering of people in concrete spaces (places), such as cafés and salons. This spatial dimension also appears in his more abstract considerations on the constitution of a 'social space' generated through communicative action (Habermas, 1997, p. 92), as well as in more recent discussions on a possible spatial expansion toward the formation of a global public sphere (Garnham, 2007; Castells, 2008).

However, space is not the only dimension to explore within the concept of the public sphere. Anthony Giddens (1991, pp. 28-29) argues that modernity radically separates "time" from "space," with "time" gaining priority in the organization of social practices. Yet, with the advent of digital media and the Internet in the late 20th century and their increasing incorporation into daily life, we have witnessed the formation of a digital public sphere (Fuchs, 2021; Schäfer,

2015; Masip et al., 2019). In this context, another social dimension of the public sphere has become more prominent: time. Although a less explored category than space in the study of the public sphere, we argue in this article that a proper understanding of the digital public sphere must account for its temporal structures. The emergence of digital media, as some authors note, inaugurates or, rather, potentiates a new form of temporality defined by the immediate, the instantaneous, and the fleeting (Bauman, 2000; Schulz, 2012; Gehl, 2011). It remains unclear, however, how this new temporality impacts the domains of the public sphere - namely, the practices, networks, and channels for the formation and observation of opinion. If this "presentist" temporal regime is indeed more prominent with digital media, what effects does it have on the formation of communication in digital environments? It is important to note that digital media are not the first communication tools to establish this semantics of presentism. The written press, radio, the telegraph, and television - all these media, each in its own way, superimposed time over space, creating their own production rhythms and forcing social practices to adapt. For example, televised political debates are structured not according to their inherent complexity, but according to the television channel's schedule. Candidates are expected to answer challenging questions such as "how will you improve security?" within a two-minute timeframe. There can be no delays; otherwise, the channel's entire schedule would be thrown into disarray.

Aims and Organization

This paper proposes a model for interpreting the digital public sphere based on its temporal aspects, thereby outlining a framework we term the temporal structure of the digital public sphere. More specifically, we seek to demonstrate how this temporality of the instantaneous and the immediate shapes communicative practices within digital media, rendering them subordinate to time in two key aspects: pointillism and timing. The first aspect refers to the entrapment of topics and agendas in "eternal presents," which precludes communicative gains for future discussions. The second aspect pertains to a radicalization of the dissociation between space and time, whereby participation in communication is no longer guaranteed simply by being present in a given space, but also depends on the activation of that space at the "right" moment. However, this paper does not conduct an empirical investigation of communicative practices, though we suggest this as an avenue for future research. Instead, our endeavor is based on general observations of digital and social media, underpinned by theoretical interpretations. The text is structured as follows: a) first, we will briefly present the concepts of the public sphere and communication we are working with, highlighting the contributions of Jürgen Habermas and Niklas Luhmann; b) second, we will provide an overview of the relationship between modernity and presentist temporality to contextualize and explain the emergence of this temporal mode; and c) finally, we will discuss the two

aforementioned temporal aspects, pointillism and timing, analyzing their consequences for communicative practice and outlining the proposed model of the temporal structure of the digital public sphere.

Public sphere

The public sphere is the social dimension in which communicative practices related to topics of public concern occur. Therefore, following Habermas (1997, p. 92), we interpret the public sphere as a network in which content is communicated and opinions and positions on specific topics are formed. However, with respect to the reality of the digital public sphere, which we mentioned above, we depart from Habermas, as we do not consider the communications that occur within it to necessarily follow a rational dialogical model. With digital media, and even before them (Thompson, 1995), new forms of communicative interaction emerged based on communication models that are less symmetrical in terms of dialogue (equality of speaking positions) (Schrape, 2016) and are not necessarily guided by rational principles (Dahlgren, 2005). Furthermore, we emphasize that the public sphere is not merely about forming opinions and positions, but also about observing them. In this regard, Luhmann (1996, p. 185) defines the public sphere as a medium for second-order observation - that is, for observing what others are observing. In other words, the public sphere is not only enacted through its more "active" aspects - the acts of forming opinions and making comments—but also through its more "passive" aspects of observing opinions and comments that have already been produced. These latter aspects become particularly relevant with the advent of digital media, as these platforms store all communication produced within their environment. A video, a comment, or a social media post does not disappear the moment it is published, but remains available for future observation by any other agent.

Further clarification is also needed regarding our understanding of "communicative practices" or "communication," as the use of these terms affects our intended purpose in this text. Once again, we turn to a definition by Luhmann (1991, p. 203): for him, communication is a unit comprising three processes: a) the selection of information, b) the utterance of information, and c) the understanding of information. Luhmann's model of communication offers several key advantages for analyzing digital media: first, the model is not based on the notion of "transmission" but on that of selection. For communication to occur, a message does not necessarily need to be addressed to a specific recipient. It is sufficient that it reaches someone who then interprets it and derives an understanding from it. In digital media, where communication occurs in a decentralized, many-to-many fashion, as Castells (2007) notes, it is not meaningful to state that communicative practices are directed at specific interlocutors. Second, communication only occurs when these three stages are fully completed; therefore, understanding

is required. But "understanding," here, does not mean grasping the correct meaning of a piece of content. Rather, Luhmann (1991, p. 93) emphasizes that communication is an operation of meaning, which implies that a multiplicity of understandings can be generated from the comprehension of the same utterance. "To understand" simply means to acknowledge that a given utterance has occurred by responding to it. Communication only happens when an agent grasps ("understands") a given message; an utterance alone is not enough. Since it is common in the digital environment to see many comments without a reply or reactions such as "likes/dislikes," it is crucial to emphasize that these "empty messages," in principle, do not constitute communication. However, the fact that a message is "empty" is not an entirely adequate criterion for establishing the boundary between communication and non-communication, as it is perfectly possible for an observer to read these messages without displaying any verbal or non-verbal reaction. For this reason, it is more accurate to say that "empty messages" can have an impact on external readers but do not occur as communication within the digital public sphere (Ocampo, 2022). Finally, separating communication into these three stages clarifies, as we will see, the consequences that instantaneous temporality brings to the communication process in general, deepening the dissociation between them. For Luhmann (1991, p. 70), communication is a process that reproduces itself over time; therefore, changes affecting time also affect the structure of communication.

The presentist temporality

Presentist temporality asserts itself as a way of experiencing time that begins with the advent of modernity. The subject is vast, and it is not our objective to discuss in detail the relationship between time and modernity. We will instead offer general observations to outline the key characteristics of presentist temporality.

Concisely, presentist temporality can be defined as a mode of time characterized by a) an overvaluation of the present over the past and future, and b) a disconnection between these three temporal dimensions. These characteristics are manifest in what Koselleck (2004) calls the "temporalization of history." In modernity, time undergoes a process of acceleration and becomes forward-oriented, constantly moving toward an ideal of progress (economic, political, moral, etc.) - an end believed to be attainable through planning and rational calculation. This acceleration, Koselleck (2004) continues, permeates the realm of lived experience, which is devalued in favor of a supposedly more desirable future. According to him, this creates an asymmetry between experience and expectation, whereby the former (symbolizing the past) increasingly fails to serve as a guide for the latter (symbolizing the future). Simmel (1973) aptly illustrates this erosion of the space for experience in his analysis of

metropolitan life. He argues that human contacts in the urban environment—the quintessential site of the modern ideal—are marked by brevity and lack significant depth, as the modern subject is constantly pressured by a barrage of diverse stimuli.

In his work *Regimes of Historicity: Presentism and Experiences of Time* (2013), François Hartog explores in detail the dynamics of presentism in modernity. The experience of time shifts when discussing "early modernity" versus "late modernity." Hartog argues that the 20th century begins as progress-oriented and futurist, and ends as presentist (Hartog, 2013, p. 141), with a closed future and the promise of progress replaced by the threat of transience and uncertainty. However, futurism and presentism, Hartog continues (2013, p. 141), are not radical opposites, since signs of presentism can be found within futurist semantics. For instance, Marinetti's futurist manifesto proclaimed: "Time and Space died yesterday. We are already living in the absolute, because we have already created eternal, omnipresent speed" (Marinetti, n.d., cited in Hartog, 2013, p. 141).

The author's diagnosis offers a compelling overview of how presentism has evolved into the form it manifests today, in "late modernity."[1] There is a tyranny of the moment, driven by the pursuit of immediate gains. It is an era of flows, acceleration, and appreciation of mobility and the ephemeral (Hartog, 2013, pp. 10-11, 148). The horizon of presentism is open to ever-increasing acceleration, establishing a permanence of the transitory (Hartog, 2013, pp. 14-15). The difference is that, in late modernity, the ephemeral and the transitory are not justified in the name of a "hereafter" that promises to be better. They exist by virtue of the pure logic of aimless acceleration. This is a diagnosis shared by Hartmut Rosa in his theory of acceleration. Modern society, Rosa (2019) argues, can only reproduce itself over time through "dynamic stabilization"; it must be in constant motion to keep its structures and institutions functioning, whether in pursuit of a teleological ideal or not. Ultimately, with the rejection of the notion of progress, presentist temporality comes to be experienced as an accumulation of "moments." However fleeting and instantaneous these moments may be, they are overvalued. One cannot miss a moment, for they are unique: they neither return nor repeat. Michel Maffesoli (2003, p. 47) argues that there is little interest in concerning oneself with the future: we live the present intensely because we know it will end.

[1] We use this term suggestively to refer to the period beginning in the late 20th century, which several authors have described as another stage of modernity. However, we do not intend to engage in a debate over which term best characterizes this period (e.g., liquid modernity, reflexive modernity). As the term is employed here merely as a temporal marker, alternative designations could also be used.

The Temporality of Presentism in Digital Media

First, it is worth noting our understanding that there is no separation between technical media and culture. This means that subjects' forms of expression in the public sphere are conditioned by the media they use. We therefore reject an essentialist view of the public sphere that presumes the distortion of a supposedly pristine form of communication by digital media. Wolfgang Ernst (2013) argues that analyzing non-discursive cultural techniques reveals the discourses they are capable of producing. We follow this proposition here. For our purposes, this means that analyzing the networks and media where observation and opinion formation occur allows us to understand the potential and limits of the communication built within these spaces. More specifically, from the perspective of a temporal analysis, we start from the premise that time does not exist in itself; rather, it exists only through concrete processes of temporalization performed by media, as Mark Hansen (2009) states. Time and culture, time and technology, and technology and communication are thus intimately interconnected. The cultural techniques developed in the digital public sphere shape non-human agents that are beginning to dictate the pace of the temporal experience of communication (especially in recent years, with the development of artificial intelligence). In this regard, Hansen (2009) writes about the dissociation between human temporal experience and that which is enacted by non-human agents. As he argues, human cognition is technically distributed across technologies that operate on a non-human basis. As we will see below, this predominance of non-human time manifests both structurally, in the design of social media, and phenomenologically, in the human use of these tools.

In this sense, the presentist temporality that manifests within the digital media environment is a temporality created by these same media, even though they are themselves techno-cultural products of modernity. Modernity, however, is a product that relies on various communication media—for instance, the printing press—as demonstrated in the work of Elisabeth Eisenstein, *The Printing Press as an Agent of Social Change* (1980). The manifestation of technical artifacts as products of an accelerated modern semantics and the construction of modernity by means of technical artifacts that accelerate time are two sides of the same coin.

The emphasis on immediacy is a value shared by multiple platforms, which offer the option to filter for "most recent" content and for content that is being consumed "now." In comment sections, posts are typically read in reverse chronological order, as the most recent comments appear at the top of the page (Gehl, 2011). Facebook, for example, offers three options for displaying comments—most recent, most relevant, or all - but the platform's default setting is to show the most relevant. Furthermore, there is no option to display comments in chronological

order, even when "all comments" is selected. However, it is incorrect to speak of an "annihilation of time" by digital media, as Bauman (2000) suggests. Digital instantaneity ushers in new ways of experiencing time, which can manifest as different temporal sensations: they are immediate, continuous (ongoing), open, and live. With digital media, time becomes even more active, intense, and mutable (Coleman, 2018), compared to its experience in the early stages of modernity.

Among the characteristics introduced by the temporality of presentism and instantaneity, we wish to highlight two that, in our view, offer deeper insight into the workings of the digital public sphere: pointillism and timing. Although these aspects are intertwined in practice, we will analyze them separately for the sake of clarity.

Pointillism

In a similar vein to Hartog, Michel Maffesoli (2003, p. 51) refers to an "eternal instant," a phrase that characterizes the present as an eternal succession of moments. This implies a constant leap from one event to another, with no connection between them. Life is no longer composed of stages, but of moments in which people seek to live intensely (Maffesoli, 2003, p. 48). There is no longer any reason to direct present efforts toward a future experience, because the "future" is nothing more than a new present - that is, a situation disconnected from the past. Paradoxically, on the one hand, the temporality of the instant ushers in a relationship with time composed of an abundance of moments to be enjoyed. On the other hand, precisely because this temporality blocks a vision of the future - of a "beyond" - it becomes difficult to grasp the very notion that other moments will always follow. This contradiction gives rise to the idea of pointillism. A pointillist temporality is one that severs the connections between moments and events. It manifests as a temporal dyssynchrony, in which time is set adrift (Han, 2017, p. 77). It is a time marked by constant ruptures and discontinuities between events, rendering them autonomous monads (Bauman, 2007, pp. 45-46).

Instantaneous temporality transforms social media discussion spaces into ephemeral events. It is insufficient to think of social media as merely multiplying the channels for opinion formation. While this is indeed the case, to limit the argument to this proposition creates the impression that these spaces are perennial and constantly active, where communication, arguments, and validity claims are always being updated. What we observe, however, is the thoroughly ephemeral nature of these spaces. They emerge and vanish as events gain and lose relevance. At the time of this writing, for instance, an intense conflict is occurring between Israel and the terrorist group Hamas. This event is dominating news headlines daily. Consequently, digital profiles of media outlets, influencers, geopolitical YouTube channels, and individual user posts are all creating spaces for discussion and opinion on

this conflict, since the mainstream media holds a certain degree of agenda-setting power (Schrape, 2016; McCombs & Shaw, 1972; Esposito, 2013). Applying Maffesoli's and Bauman's aforementioned reflection on pointillism to this example, we can hypothesize that the "aftermath" of these discussions about the Israel-Hamas conflict will be experienced as if the heated deliberations on the topic had never occurred. If subsequent events have no connection to one another, people will simply forget the matter and move on, finding new controversial issues to debate and new content to consume. Should a new conflict between Israel and Hamas arise in the future, the previously used discussion spaces will not be reactivated to continue the debates held within them. Instead, new spaces will be created (new posts, new videos, new comment sections). New discussions will be initiated, but with arguments not drawn from previous debates. If there is no opportunity to participate in the public sphere by observing the arguments themselves - in the sense of the second-order observation discussed above - then there is no cognitive gain. This is due to the continuous pressure from "new" and "trending" topics.

We are not referring to cognitive gain in the sense of an increase in rationality, but rather in the sense of what Luhmann (1991, p. 204) calls "successful communication": agreement with a particular proposition (regardless of whether it is considered "rational" or "irrational"). This agreement establishes a link between past and future communication, as it allows what was learned in a prior conversation to be carried over into a future interaction. When this connection is blocked, communication becomes atomized and temporally desynchronized.

The emergence and disappearance of communicative spaces is not, in fact, a magical occurrence; rather, it is driven by a series of non-human mechanisms. In this regard, Issevenler and Munn discuss a process of temporalization, which pertains to the ways in which human and non-human agents construct their relationship with temporal reference points (Issevenler, 2023). The reference points the author works with is the Facebook feed, but we can also consider other markers, such as Instagram Reels or other mechanisms governed by algorithms. These algorithms continuously steer content to people as they use these platforms and become increasingly "optimized" as they collect more digital user data. Through these mechanisms, what occurs is what Issevenler (2023) calls a "temporal modulation of the subject." Human users attempt to adapt to this temporal flow operationalized by non-human agents: for example, we do not deliberately choose to spend our free time watching short videos on Instagram. Instead, we have leveraged the medium's technical—and, as Ernst (2013) would argue, non-discursive—possibilities to create compatible discursive spaces: ephemeral and personalized ones.

The disconnection between temporal moments is experienced by people through different sensations, which provide cues for observing the paths

that presentist temporality takes. A time adrift is not a static time, but one that updates itself in multiple directions. Coleman (2020) investigates the experience of "updating" among digital media users. "Updating" is an activity and a mechanism common to virtually all digital platforms: pressing the F5 key reloads the page, displaying new information on the screen. However, more than a technical mechanism, the "refresh" points to temporal sensations experienced by users. The prefix "re," the author argues, refers to a non-linear presentist temporality. The "refresh" is flexible, capturing sensations of constancy, return, skipping, restarting, difference and repetition, inertia and movement, thereby emphasizing its non-chronological nature.

These diverse experiences of user non-linearities allow us to consider how they might manifest in the communicative spaces of the digital public sphere, often merging with one another. We will now analyze some of these, without intending to provide a comprehensive framework. Inertia, for example, is expressed by one of Coleman's (2020) interviewees as the feeling that the present fails to develop or move forward. From a communication perspective, this relates to our argument that propositions cannot achieve long-term cognitive gains. Presenting a clever argument in a debate makes no difference, as it will not have a long lifespan, regardless of how many "likes" it receives. The feeling, Coleman (2020, p. 67) notes, is of "a 'cycle' in which nothing 'serious' is achieved." Regarding "skipping," the associated feeling relates to the ability to ignore the full scope of content and find only what is of personal interest. On digital platforms, comments are archived, and there is insufficient time to read everything that is written. Thus, a filter is necessary - a way to "skip." Comments will not necessarily be read, especially with a high volume of contributions. The more people who weigh in, the greater the chance a single comment will be overlooked by others. Return and repetition, in turn, can be seen in the communicative breakdown between a present argument and a future one. A validity claim advanced now will have to be advanced again in the future because, as we have pointed out, cognitive gains are blocked. Debates lack meaningful conclusions and simply fade away as interest in the topic wanes. The same conflicts recur, and not simply due to a lack of consensus among propositions. In our view, the problem lies at an earlier stage: it is difficult to reach consensus in a debate because the instantaneous nature of opinions makes it difficult to even discern the points of disagreement. For example, in one instance, I saw a comment from a man stating he was against discussions of gender identity because science says there are only two genders in nature, male and female. I replied, arguing that science refers to two sexes in nature, not two genders. He retorted: "Oh, here comes the professor!" I replied with a question mark. After that, he did not respond further, and the conversation ended. In this situation, no one learned anything: my counter-argument was met with mockery. As a result, I was unable to learn the basis of his disagreement with my argument, and he could not understand my point, as I was not given the chance to elaborate.

Temporality

If communications in the digital public sphere are characterized by ephemeral flows and moments that are soon forgotten, giving way to new flows completely disconnected from the previous ones (at least, a disconnection visible from a communicative perspective, as AI tools use their own programming to build connections between different content), it becomes necessary for individuals to engage, in some way (if at all), at the right moment—that is, the moment a given flow is active and users are on a platform, page, or group leaving comments and replies. In this regard, David Berry (2011, p. 144) speaks of a new type of public, the "riverine public." The term "riverine" refers to the act of observing information flows in order to capture them. Observers are simultaneously connected to and disconnected from these flows, as it is impossible to keep up with their speed. No matter how skilled an observer is, they will always be in the "middle." The sensation of being in the "middle" is part of a presentist temporality, as Coleman (2020) argues, which replaces a linear movement between past, present, and future with an infinite movement in the present. In communicative practice, being in the middle points to the impossibility of distinguishing the starting and end points of a discussion. The subject is always in motion, though without ever developing into more complex propositions. Despite always being in the middle, users are seen as super-processors: constantly providing updates, seeking content, and staying connected, able to follow every internet trend. This imaginary is not created from nothing but is the result of what Gehl (2011, p. 1234) calls "affective immaterial labor" - a demand from media corporations for individuals to process digital artifacts, which is then converted into information for these companies. Presentism does not pervade the digital environment by mere chance, but because this temporality can be converted into economic capital. We must remember, after all, that the digital public sphere is largely constituted by companies interested in profiting from what millions of social media users post, watch, read, and comment on online. As Hansen (2009) states, it is also the result of the technical expansion of temporalization beyond the "time of consciousness," as we begin to share our cognition with technologies that do not operate in a human mode of thought. Issevenler's (2023) description of the notification mechanism is an example of a tool designed to help users stay attentive to the latest trends.

The concept of instantaneity is also connected to the "riverside public." According to Berry (2011, p. 144), being a member of this public requires the ability to discern patterns and narratives and to aggregate data flows. From the perspective of communicative practice, this "aggregating" can be understood to mean that participation requires the ability to form a synthetic opinion on a given topic—one that is not overly complex, as it would otherwise require more processing time than the duration of the communicative flow itself. In this regard, Coleman (2020) also observed among his interviewees

certain sentiments that reflect these temporal demands, such as the need to react or respond rapidly to communication and the pressure to "keep up" with everything by constantly checking for updates. However, this does not mean a user will continue to check for updates on a conversation over the long term. They will do so only as long as that stream is active and before other content on social media captures their attention. Returning to my personal example, I would have to scroll through numerous Facebook notifications to locate the conversation about sex and gender, and this would be exceedingly difficult because a vast number of notifications on other topics have appeared in the interim.

The relevance of timing - of expressing oneself at the right moment - becomes apparent as the dissociation between space and time accelerates, causing a disconnection between the "enunciation" and "comprehension" stages of communication. In face-to-face environments, the "here" is necessarily linked to the "now"; it is impossible to ignore an utterance, as it is spoken, read, or heard in real time and must be addressed. In the digital environment, however, the mechanisms that ensure presence in space and time are different. Indeed, any form of communication that is not face-to-face establishes its own rules of presence. For example, a book can be read years, or even centuries, after its publication. A radio program can be heard by multiple listeners who are distant from one another. The digital environment also has its own specificities. Since digital communication is stored, it is not enough to merely be in a "place" (a channel, a profile page, etc.). One must also be present at the right moments, when the temporal flows of that environment are activated. This activation animates a new spatial branch of the public sphere, a new moment to be filled with opinions and comments. Otherwise, one risks inhabiting a dead communicative flow, where comments and opinions go unseen or unanswered, thereby preventing the full realization of a communicative practice. This revisits and reinforces our proposition that digital spaces for discussion and deliberation should not be understood as temporally permanent, but rather as temporary flows - as moments that come and go, lacking a coherent structure connecting them.

Storage

A final consideration must be made regarding the storage of communication. The question that arises is: how can it be argued that a logic of instantaneity prevails in digital media when these same media create the possibility of publicly storing all communication produced within their spaces, thereby making it available for future interactions and observations? The storage of digital communication does, in fact, create the technical conditions for others to observe specific spaces and conversational flows and to interact with them through reply functions, which notify the author of a given comment. The storage of communication also enables its use to optimize social media recommendation algorithms and reduce the degree of randomness in the content that reaches

users. Through "likes" and engagement, users signal to the algorithms that a certain type of content interests them, creating the possibility of discursive circulation within a specific content spectrum. However, this technical condition does not translate into an extensive communicative praxis in which old debates are constantly being revived. This is because social media employs other non-human temporal mechanisms that bypass the technical possibility of observing and participating in past discussions. Social media platforms, as previously mentioned, display comments by engagement or, chronologically, from most recent to oldest, thus prioritizing communication that occurs in the present. The same top-to-bottom (or newest-to-oldest) ordering occurs with content posts on platforms like Instagram, for example. The user must make a considerable effort to reach older contributions. Furthermore, the notification mechanism does not compel the author of a comment to reply, or to do so immediately. What is created is merely a potential for the "activation of the subject," as Issevenler (2023) argues. In other words, there is an opportunity for engagement, not an obligation. It is always possible to defer a response indefinitely while engaging with other content the platform offers. Another factor is the constant production of new content on social media, especially via the feed. The feed, as discussed by Issevenler, is another non-human agent that serves to divert users' attention away from older content and toward the "latest" and "new" items displayed on their home pages. From an individual user's perspective, once a piece of content has fulfilled its algorithm-feeding function, it is encouraged to be forgotten, regardless of whether a given topic has exhausted its potential for discussion. In this regard, Issevenler adds:

> *The discursive domain, the principal target of critical cultural analysis, is overcoded by the environmental agency of algorithms, introducing new temporalities that modulate its affective potential. Any content—be it an image on Instagram, a tweet on Twitter, or a post on Facebook—finds its space of expression and its affective potential upon its audience in relation to a fluctuating measure and velocity constituted by the distributed work of algorithms. Ideology does not haunt the subject, but rather notifies and signals to it. Thus, power is subjectivized through temporality.*

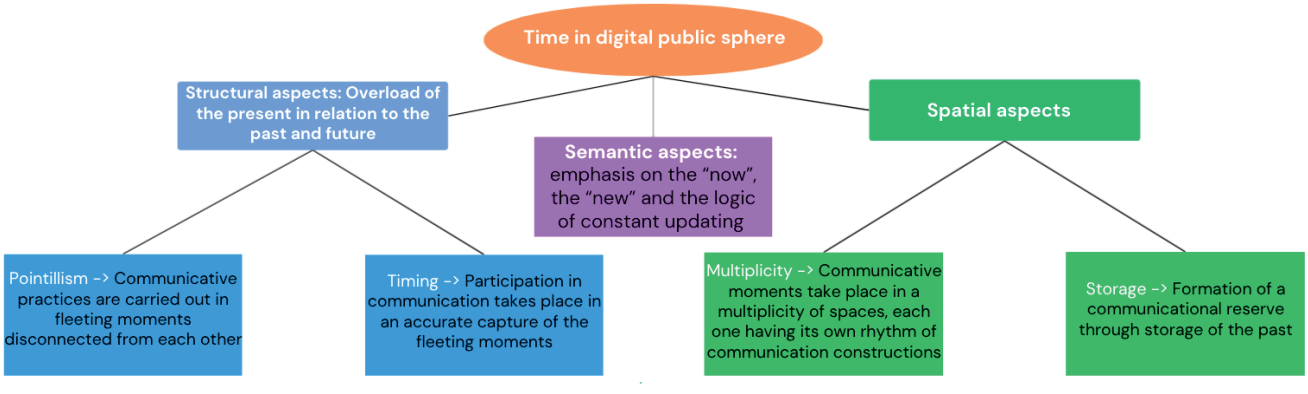
A Synthesis: The Temporal Model of the Digital Public Sphere

The temporal structure of the digital public sphere can be conceptualized through the argument of David Berry (2011, pp. 142-143), who views the Internet as a network based on real-time information flows. He argues that users can be in several of these flows simultaneously, as they can switch between platforms with just a few clicks. Consequently, we see a spatial and temporal atomization of information flows: spatial, because there are multiple disconnected flows, manifested in the multiplicity of discussion spaces created across various platforms. And temporal, because these flows are not constant like a riverbed. They appear as "moments," ending and restarting in a new flow of

communication that bears no relation to a previous one, even when these flows occur in the same venue (e.g., discussions in the same YouTube channel). However, it is inaccurate to say they occur in real time. Digital media functions more like a real-time "pacemaker," as Coleman (2020a) suggests. In other words, time is not external to these media but is instead produced by them, with each medium generating its own distinct temporality, as previously noted. Each medium, platform, social network, etc., generates its own communicative moments through the creation of new content, making it impossible to predict when a flow of communication and new opportunities for deliberation will arise. The notion of "real time" is misleading, as it suggests that everything we access on the internet is happening concurrently with our viewing of it, when, in fact, we frequently encounter communicative practices that have already concluded, having occurred days, weeks, or months prior. It is possible, indeed, that recent events may dominate the digital public sphere, as exemplified by the Israel-Hamas conflict, but this is not necessarily the case. In more niche communities, other topics may take center stage. In this sense, participants in the digital public sphere must develop strategies to capture these fleeting flows of communication that constantly appear and disappear, in order to ensure their participation, find active interlocutors, and engage an audience that will read and respond to their contributions. This can only be achieved by mastering the interpretation of the non-human mechanisms that drive contemporary digital temporality (algorithms, notifications, feeds, etc.).

Digital storage of communication offers the technical possibility of leveraging past opinions and

Figure 1. Schematic Models: The Temporal Structure of the Digital Public Sphere



comments, yet it undermines this very possibility by emphasizing a presentist semantics. In this sense, the landscape of the public sphere shaped by communication storage appears as a horizon of unexplored communicative potential; contributions, comments, and opinions collectively inhabit a vast communicational "junkyard," where the "junkyard" designation arises not from the exhaustion of the communication itself, but from its premature disposal in favor of the new. This "junkyard," in reality, is replete with valuable material in excellent condition that could be used to enrich contemporary discussions, but which is difficult to retrieve due to the very architecture of digital media.

Conclusion

We demonstrate the importance of time as an analytical category for conceptualizing the public sphere. In this paper, we explore the relationship between a contemporary temporality—one associated with instantaneity and the present—and communication practices within the digital public sphere. We provide a brief overview of how this temporality manifests in modernity and is expressed in digital communication through two aspects: pointillism and timing. Analyzing these aspects has enabled us to propose a new model for the temporal structure of the digital public sphere.

An important consideration must be made regarding digital media. Although they are inscribed within a specific modern temporal logic, and despite their technical structures further promoting a presentist temporality—particularly concerning opinion-forming networks in the public sphere—we do not argue that this exhausts the communicative potential of digital media. In contrast to more traditional communication media, Hansen (2006, 2009) argues that digital media affords individuals greater agency over media artifacts because its modes of use are more diverse. There is, indeed, a tendency to make superficial comments to attract "likes" and on platforms that overvalue recent content while undervaluing older content. However, this state of affairs is contingent; it does not definitively foreclose the structure or experience of the digitalization process. Digital media could well be used as a counter-cultural tool against accelerationism and to foster a practice of deeper discussion and argumentation. For example, compared to televised electoral debates, which last only a few minutes, political candidates could host debates lasting hours or even days on a social media channel. People could not only watch but also comment on the proposed points, enabled by the technical feature of a comment section directly linked to the content. In summary, then, our position is that digital media, with regard to communicative practices in the public sphere, further promotes a presentist temporality, but that these same media, through their uses and technical structures, also allow for other, non-presentist forms of mediation. It is not necessary to radically reject digital media and return to a pure, unmediated communication (if such a thing ever existed). The process of temporalization described by Issevenler, or Hansen's concept of shared cognition, need not be defined by accelerated temporal

markers or technical artifacts. Algorithms, for example, are useful as noise-reduction tools, allowing users to engage with topics of interest more easily, which opens up the possibility for interest groups to cohere and develop their own communicative flows, rather than becoming dispersed. However, a discussion of the unexplored potential of digital media is a topic for a future paper.

References

Bauman, Z. (2000). Time and space reunited. *Time & Society,* 9(2-3), p. 171-185. DOI: https://doi.org/10.1177/0961463X00009002002

Bauman, Z. (2007). *Vida para consumo* - a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro, Zahar.

Berry, D. (2011). *The philosophy of software* - code and mediation in the digital age. London: Palgrave Macmillan.

Castells, M. (2007). Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Communicatio*n, 1(1), p. 238-266.

Castells, M. (2008). The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science,* vol. 616, p. 78–93. DOI: https://doi.org/10.1177/0002716207311877

Coleman, R. (2018). Theorizing the present: digital media, pre-emergence and infra-structures of feeling. *Cultural Studies,* 32(4), p. 600-622. DOI: https://doi.org/10.1080/09502386.2017.1413121

Coleman, R. (2020). Refresh: On the Temporalities of Digital Media 'Re's. *Media Theory,* 4(2), p. 55-84. DOI: https://doi.org/10.70064/mt.v4i2.630

Coleman, R. (2020a). Making, managing and experiencing 'the now': Digital media and the compression and pacing of 'real-time'. *New Media & Society,* 22(9), p. 1680-1698. DOI: https://doi.org/10.1177/1461444820914871

Dahlgren, Peter (2005). The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation. *Political Communication,* 22 (2), p. 147-162. DOI: https://doi.org/10.1080/10584600590933160

Eisenstein, E. (1980). *The printing press as an agent of change*. Cambridge (UK): Cambridge University Press.

Ernst, W. (2013). From Media History to Zeitkritik. *Theory, Culture & Society,* 30(6), p. 132-146. DOI: https://doi.org/10.1177/026327641349628

Esposito, E. (2013). Zwischen Personalisierung und Cloud: Medialität im Web. In: Hartmann, F.; Voss, C.;

Engell, L. (eds). *Körper des Denkens.* Brill Fink, p. 231-253. DOI: https://doi.org/10.30965/9783846755297_014

Fuchs, C. (2021). The digital commons and the digital public sphere: How to advance digital democracy today. Westminster *Papers in Communication and Culture,* 16(1). DOI: https://doi.org/10.16997/wpcc.917

Garnham, N. (2007). Habermas and the public sphere. *Global Media and Communication,* 3(2), p. 201–214. DOI: https://doi.org/10.1177/1742766507078417

Gehl, R. (2011). The archive and the processor: The internal logic of Web 2.0. *New Media & Society*, 13(8), p. 1228-1244. DOI: https://doi.org/10.1177/1461444811401735

Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora Unesp.

Habermas, J. (1997). *Direito e democracia:* entre facticidade e validade. Volume 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Habermas, Jürgen (2011). *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp.

Han, B. C. (2017). *Sociedade da transparência.* Petrópolis: Vozes.

Hansen, M. (2006). Media Theory. *Theory, Culture & Society,* 23(2-3), p. 297-306. DOI: https://doi.org/10.1177/026327640602300256

Hansen, M. (2009). Living (with) Technical Time: From Media Surrogacy to Distributed Cognition. *Theory, Culture & Society,* 26(2-3), p. 294-315. DOI: https://doi.org/10.1177/0263276409103109

Hartog, F. (2013). *Regimes de historicidade* - Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica.

Işsevenler, T. (2023). Ashes to ashes, digit to digit: the nonhuman temporality of Facebook's Feed. *Subjectivity,* 30(4), p. 373-393. DOI: https://doi.org/10.1057/s41286-023-00173-8

Koselleck, R. (2004). *Futures Past* - On the semantics of historical time. New York: Columbia University Press.

Luhmann, N. (1991). *Soziale Systeme.* Grundriß einer allgemeinen Theorie. Frankfurt: Suhrkamp.

Luhmann, N. (1996). *Die Realität der Massenmedien.* Aufl. Opladen: Westdeutscher Verlag.

Maffesoli, M. (2003). *O instante eterno* - o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk.

Masip, P.; Ruiz-Caballero, C.; Suau, J. (2019). Active audiences and social discussion on the digital public sphere. Review article. *Profesional de la información*, 28 (2). DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2019.mar.04

McCombs, M.; Shaw, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly,* 36(2), p. 176-187.

Ocampo, S. (2022). Comunicación digital: Definición operativa y aproximación a la participación bajo la forma inclusión/exclusión digital. *MAD,* 46, p. 70-83. DOI: https://doi.org/10.5354/0719-0527.2022.68542

Rosa, H. (2019). *Aceleração* - A transformação das estruturas temporais na Modernidade. São Paulo, Editora Unesp.

Schäfer, M. (2015). Digital public sphere. *The International Encyclopedia of Political Communication,* v. 15, p. 1-7. DOI: https://doi.org/10.1002/9781118541555.wbiepc087

Schrape, J.-F. (2016). Social Media, Mass Media and the 'Public Sphere'. Differentiation, Complementarity and Co-Existence (October 05, 2016). *SOI Discussion Paper,* 1. DOI: https://doi.org/10.2139/ssrn.2858891

Schulz, Y. (2012) Time representations in social science. *Dialogues in Clinical Neuroscience*, 14 (4), p. 441-447. DOI: https://doi.org/10.31887/DCNS.2012.14.4/yschulz

Simmel, G. (1973). A metrópole e a vida mental. In.: Velho, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, p. 11-25.

Thompson, J. (1995). *The media and modernity:* A social theory of the media. Redwood City: Stanford University Press.

Recebido em 20/09/2024. Aprovado em 02/09/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Corpos em disputa: a análise da controvérsia das cirurgias profiláticas de Angelina Jolie

Disputing bodies: the analysis of the controversy of Angelina Jolie's prophylactic surgeries

Cuerpos in disputa: Un análisis de la controversia sobre las cirugías profilácticas de Angelina Jolie

Guilherme SANT ANA

gugasantlegas@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A partir da controvérsia instaurada pelas cirurgias profiláticas realizadas pela atriz estadunidense Angelina Jolie, o presente artigo pretende analisar o processo de interferência (Mol, 2009) que se processa entre as formas analógica e digital de performatização do corpo pelo conhecimento médico (Monteiro, 2005) e as concepções de saúde que decorrem do processo de emergência das referidas ontologias (Dumit, 2012). Para tanto, será utilizado um corpus formado por um conjunto de material jornalístico proveniente de distintos locais do globo – Brasil, Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e Índia –, a fim de cotejar as tonalidades particulares a partir da qual a controvérsia em questão tornou-se inteligível. Através do advento da análise temática, a interferência será traduzida sob a forma de quatro operadores: a) corporalidade digital e a performatividade dos números; b) ontologias corporais e interferências nos objetos saúde e doença; c) paciente-expert e o labirinto das decisões "informadas"; d) a dimensão cultural do cálculo de risco.

Palavras-Chave: Corpo; Ontologia; Interferência; Saúde; Risco.

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2025.61.3.17428

Based on the controversy brought about by the prophylactic surgeries performed by the American actress Angelina Jolie, this article intends to analyze the interference process (Mol, 2009) that takes place between the analog and digital forms of performing the body through medical knowledge (Monteiro, 2005) and the conceptions of health that arise from the emergence of these ontologies (Dumit, 2012). For this purpose, a corpus will be used consisting of a set of journalistic material from different parts of the world – Brazil, United States, England, Spain and India – in order to compare the particular tones from which the controversy in question became intelligible. Through the advent of thematic analysis, the interference will be translated in the form of four operators: a) digital corporeality and the performativity of numbers; b) body ontologies and interferences in health and disease objects; c) patient-expert and the labyrinth of "informed" decisions; d) the cultural dimension of risk calculation.

Keywords: Body; Ontology; Interference; Health; Risk.

A partir de la controversia generada por las cirugías profilácticas realizadas a la actriz estadounidense Angelina Jolie, este artículo busca analizar el proceso de interferencia (Mol, 2009) que se produce entre las formas analógicas y digitales de performatización corporal a través del conocimiento médico (Monteiro, 2005) y las concepciones de salud que surgen del surgimiento de estas ontologías (Dumit, 2012). Para ello, se utilizará un corpus de material periodístico de diferentes partes del mundo —Brasil, Estados Unidos, Inglaterra, España e India— para comparar los matices particulares a través de los cuales la controversia en cuestión se hizo inteligible. Mediante el análisis temático, la interferencia se traducirá en cuatro operadores: a) la corporeidad digital y la performatividad de los números; b) las ontologías corporales y la interferencia en los objetos de salud y enfermedad; c) el paciente-experto y el laberinto de las decisiones «informadas»; d) la dimensión cultural del cálculo del riesgo.

Palabras clave: Cuerpo; Ontología; Interferencia; Salud; Riesgo.

Introdução[1]

Em artigo de opinião intitulado *Minha escolha médica* (Jolie, 2013, n.p.), a atriz estadunidense Angelina Jolie anunciou sua decisão de se submeter, aos 37 anos de idade, a uma dupla mastectomia de caráter preventivo, realizada com o intuito de diminuir as chances de vir a ser acometida pelo câncer de mama. Por conta de uma mutação hereditária no

[1] Eu gostaria de agradecer a Marilia Luz David, Paula Sandrine Machado e Pablo Quintero pelas valiosas interlocuções e recomendações que permitiram ao presente texto alcançar seu formato atual.

gene, Jolie, segundo sua equipe médica, teria uma taxa de risco estimada em 87% para o desenvolvimento de câncer de mama e de 50% para câncer de ovário. Diante deste prognóstico, a atriz optou pela remoção de suas mamas, de seus ovários e de suas trompas de falópio: "quando eu soube que essa era a minha realidade, eu decidi *ser proativa e minimizar o risco* tanto quanto podia" (Jolie, 2013, n.p., grifo nosso). Segundo Jolie, a finalização da etapa inicial do procedimento profilático teria reduzido o risco de surgimento de câncer de mama para menos de 5%. A estrela hollywoodiana justificou a decisão de tornar pública sua experiência como uma forma de beneficiar outras mulheres tanto ao conferir visibilidade à temática da propensão genética associada ao aparecimento de cânceres quanto ao enfatizar a multiplicidade de formas para enfrentar o problema.

Se, por um lado, a recepção ao pronunciamento de Angelina Jolie encontrou acolhida majoritariamente positiva nos Estados Unidos, sendo qualificada, através das declarações de especialistas da área médica junto aos principais veículos de imprensa do país, como um gesto acertado, corajoso e inspirador (Reaney, 2015, n.p.; Doctors..., 2015, n.p.), cuja contrapartida imediata consistiu no acréscimo substancial do número de testagens genéticas realizadas por mulheres estadunidenses – fenômeno batizado como *Efeito Angelina Jolie* (Igoe, 2016, n.p.; Begley, 2017, n.p.) –, em outras partes do mundo, como no Brasil e na Índia, a suposta unanimidade foi encarada com mais ceticismo, sendo alvo de ponderações e questionamentos – panorama controvertido este que se manteve quando, quase dois anos depois, a atriz comunicou a concretização da segunda parte do seu tratamento preventivo, com a retirada dos ovários e trompas de falópio (Jolie, 2015, n.p.).

A narração empreendida por Angelina Jolie acerca de seu processo de tomada de consciência sobre as implicações da presença da mutação no gene BRCA1 contido em seu organismo fornece preciosas pistas para iluminar um significativo processo de *interferência* (Mol, 2008) cuja problematização será objeto de atenção prioritário do presente artigo, a saber, *como a emergência de uma nova forma de acessar o corpo, expressa pela performatização de uma ontologia genética, contribui para a remodelação tanto da compreensão como da experiência relativa ao objeto saúde*. Uma vez concebido o corpo sob a condição de um código informacional inerentemente defeituoso – é emblemático que Jolie chame sua mutação no gene BRCA1 como *faulty gene* (Jolie, 2013, n.p.) –, a saúde não mais se trata de uma experiência sensorial mediada por uma percepção subjetiva de bem-estar, mas, antes, se converte em uma experiência epistemológica altamente especulativa (Dumit, 2012), alicerçada na relação com o estabelecimento de parâmetros numéricos, que tende a minimizar as condições concretas e imediatas do presente em prol da exacerbação de uma vivência futura em potência. Neste sentido, a controvérsia em torno da pertinência

da decisão empreendida por Jolie está ancorada, fundamentalmente, em uma divergência ontológica entre uma concepção *analógica* de corpo frente a uma concepção *digital* (Monteiro, 2005).

O questionamento da ideia de corpo enquanto realidade unidimensional, com o objetivo de proceder a uma melhor caracterização do corpo digital, constituirá o foco de atenção das duas seções que abrem o presente trabalho. A primeira delas, nesse sentido, tem o objetivo de explicitar o caráter socialmente construído da noção de corpo com o intuito de situar o contexto de emergência da noção médica de corpo, que fornece subsídios para compreender o significado da versão analógica de corpo. A segunda, por sua vez, concentrará seus esforços em torno da especificação do processo de desmaterialização da noção médica de corpo analógico, a partir da modelação da performance corporal tributária do campo de conhecimento da genética. Tal movimento pretende fornecer as bases para o exame da controvérsia em torno da decisão empreendida por Angelina Jolie para lidar com a incerteza aberta em seu campo de visão pela presença da mutação do gene BRCA1 em seu organismo, dinâmica em questão contemplada na seção subsequente através da análise pormenorizada de uma pequena compilação de matérias jornalísticas que abordam as intervenções cirúrgicas realizadas pela estrela hollywoodiana.

1. A emergência da versão médica de corpo: performando um corpo analógico

Ainda que a hegemônica concepção médica de corpo, que forja as bases epistemológicas para a compreensão de *corporalidade analógica,* pareça-nos contemporaneamente como algo autoevidente, por conta da grande extensão social que a estabilização desse conhecimento alcançou ao longo do tempo, convém salientar que essa forma tanto de acessar a natureza do corpo quanto de definir uma noção específica de tratamento do sofrimento possui uma gênese histórica própria que remonta ao processo de institucionalização da medicina e, em particular, ao trabalho desenvolvido pelos primeiros anatomistas, durante o século XVI, com destaque para a figura de Andreas Vesalius. Portanto, há de se ressaltar que o corpo não deve ser pressuposto como uma entidade dada, unívoca, senão enquanto um processo de construção social cujos acessos diferenciais às suas materializações específicas dependem da relação que essa ideia estabelece com um sistema de inteligibilidade compartilhado responsável por fornecer as coordenadas sobre a constituição e as formas de relação desenvolvidas com sua natureza forjada (Le Breton, 2010).

Tendo como sustentação epistemológica o aparelho hospitalar e a prática da necropsia, a ideia médica de corpo está fundada em uma tripla disjunção, qual seja: a separação de si, marcada pela distinção do corpo da

totalidade do sujeito; a separação dos outros, estabelecida pela passagem de uma estrutura social coletiva para outra, cujas bases estão assentadas no processo de individualização; a separação do universo, marcando uma ruptura da homologia entre o homem e o cosmos (Le Breton, 1990). A configuração do corpo médico, portanto, é erigida a partir do estabelecimento de uma compreensão particular de doença fundada na despersonalização do sujeito e na tentativa de eliminação da dimensão simbólica que, até então, marcava a ideia holista de corporalidade e seus processos específicos de cura:

> *Doença e lesão estão umbilicalmente interligadas, não existe uma sem a outra. Essa montagem teórica é fundamental na construção de um modelo médico de interação pois a identificação produzida entre doença e lesão permite reduzir ao biológico todo o processo de adoecimento, excluindo componentes outros (psicológicos e sociais) que podem estar envolvidos nessas determinações (Camargo Jr., 1992, p. 211).*

O caráter espacialmente e temporalmente localizado das formas do adoecimento passa a ser substituído por uma concepção universalista e abstrata de doença, invariável de pessoa para pessoa e de local para local, compreendida como portadora de uma existência concreta, fixa e imutável, e manifestada através de sintomas que indicariam a presença de lesões e solicitariam intervenções – sob a forma de intervenções cirúrgicas ou medicamentosas – para sua devida eliminação. Alicerçada nessa concepção de corpo, portadora de uma lógica biológica própria e independente do sujeito, a medicina, enquanto conhecimento autorizado por via da instrução educacional, passou a reivindicar o monopólio sobre a cura legítima das doenças, valendo-se, para tanto, do aparato legal do Estado para combater tradições medicinais alternativas e curandeiros, cujas práticas, fundadas em outras compreensões de corpo, de pessoa e de cura, eram assumidas como expressão de charlatanismo (Le Breton, 1990).

Uma vez que a verdade sobre o corpo, presumido como um *receptáculo de enfermidades*, residiria na dimensão tangível das microestruturas histológicas, os sujeitos de sofrimento, em sua integralidade, são assumidos pela classe médica como potenciais fontes de erros de diagnóstico, dado que a natureza simbólica de sua constituição é reduzida à manifestação de uma subjetividade não científica que dificultaria o acesso confiável de tais profissionais à dimensão objetiva de suas estruturas anatômicas e fisiológicas, onde efetivamente estariam localizadas as lesões responsáveis pela manifestação concreta das doenças (Camargo Jr., 1992). O fato de que o processo de cura do conhecimento médico está orientado prioritariamente para a doença e não para os doentes torna patente a existência de uma distinção entre as percepções de tais profissionais e de seus pacientes em torno da compreensão que ambos possuem sobre o significado de doença. À diferença da compreensão médica sobre o objeto em questão

há pouco formulada (*disease*), Helman (2009) introduz a noção de enfermidade (*illness*) para marcar um contraponto entre essas perspectivas, de maneira a ressaltar a centralidade das práticas de significação individual e cultural dos pacientes na maneira como estes entendem o seu processo de adoecimento:

> *Enfermidade (illness) se refere à resposta subjetiva do paciente ao fato de não estar bem; como ele e aqueles ao seu redor percebem a origem e o significado desse evento; como isso afeta seu comportamento ou relacionamentos com outras pessoas; e os passos que ele toma para remediar essa situação. Enfermidade inclui não somente sua experiência de saúde debilitada, mas o significado que ele confere àquela experiência (Helman, 2009, p. 120).*

A diferenciação estabelecida por Helman, por tabela, coloca em primeiro plano a instância constitutiva da eficácia simbólica (Lévi-Strauss, 1975) no processo curativo dos sujeitos, fato este que coloca em questão a dimensão puramente fisiológica do corpo analógico, tal qual reivindicada pelo conhecimento médico, ao salientar que as respostas orgânicas aos princípios ativos não são objetivas e, portanto, idênticas a diferentes pacientes, mas, antes, estão condicionadas por contextos culturais que modalizam os efeitos bioquímicos por eles experimentados (Le Breton, 1990; Helman, 2009; Becker, 2008).

Uma vez situada a problemática a partir da qual emerge a configuração da noção analógica de corpo proveniente do saber médico, a seção seguinte se dedicará a pormenorizar melhor as bases conceituais que fornecem sustentação à *performance* da corporalidade digital.

2. A desmaterialização do corpo analógico

2.1 Objetos Sociotécnicos e Realidades Múltiplas

Um ponto de partida interessante para se questionar a natureza unívoca da ideia analógica do corpo formulada pelo saber médico pode ser encontrado na pesquisa realizada por Monteiro (2005) com cientistas que trabalhavam conjuntamente em um estudo cuja finalidade consistia em encontrar biomarcadores mais sensíveis para a realização do diagnóstico de câncer de próstata a partir da modelação de dados tributários do Projeto Genoma Humano utilizando a tecnologia dos *microarranjos gênicos*. O antropólogo interessou-se por saber se o trabalho realizado por tais pesquisadores provocava algum deslocamento na maneira segundo a qual eles concebiam a ideia de corpo. Salvo raríssimas exceções, tais profissionais compartilhavam uma visão ontológica unitária a respeito do corpo, o qual, seguindo a tradição cartesiana, era por eles assimilado enquanto instância que se contrapunha à imaterialidade da mente. Na acepção destes pesquisadores, seu ofício consistia em oferecer maior *objetividade* ao estudo da imperfeita matéria corporal mediante a implementação de um processo de matematização capaz de proporcionar o acesso à *verdade* acerca da natureza do corpo.

O entendimento de corpo que pode ser entrevisto a partir da visão majoritária dos profissionais interrogados pelo antropólogo reside em uma chave interpretativa de caráter representacional. Segundo tais estudiosos, a concretude da matéria corporal seria decodificada, de maneira mais sofisticada, através de sua conversão em uma linguagem numérica portadora de maior precisão científica. Não obstante, o corpo que eles dizem *enxergar,* ainda assim, seria rigorosamente o mesmo, afinal, tal modelação genética seria uma forma específica, porém complementar, de representar o corpo em si. Neste sentido, pode-se dizer que tais cientistas compreendem os instrumentos que utilizam em suas práticas laboratoriais sob a condição de *intermediários* (Latour, 2012), ou seja, objetos coadjuvantes inertes que não provocariam qualquer espécie de transformação no desenvolvimento do curso da ação, senão que serviriam apenas como amplificadores neutros do olhar acerca de uma realidade pressuposta como unívoca e essencial.

É justamente contra este tipo de compreensão da técnica que o pensamento desenvolvido por Haraway (1995) se insurge. Segundo a pensadora feminista, a construção de uma noção de objetividade baseada na criação de uma posição de sujeito desimplicada, universal e descorporificada serviria, na verdade, à dissimulação de formas localizadas de conceber a realidade que, não obstante, se reivindicariam como desinteressadas e, simultaneamente, inequívocas. A técnica, portanto, longe de expressar a ideia de transparência com a qual frequentemente tende a ser associada, de acordo com a perspectiva assumida por Haraway, institui um novo *campo de visibilidade* aos agentes, alterando o estatuto da realidade na qual estes estabelecem suas relações. Esta transformação acarreta profundas implicações políticas, pois o novo regime de visibilidade *materialmente* tornado acessível está pautado por uma forma de organização própria, responsável pela introdução de novos problemas, novas formas de classificação dos objetos e inéditas posições de sujeito a serem ocupadas. Os objetos sociotécnicos, sob este renovado prisma, passam a ser alçados à condição de legítimos *mediadores* (Latour, 2012), afinal, tais artefatos não se limitam à função de transportar significados prefixados, mas, na verdade, por intermédio dos deslocamentos que propõem no curso do desenvolvimento de uma dada ação, induzem à formação de novos significados, o que os torna parte constitutiva do processo de arregimentação da socialidade no interior da conformação de uma determinada rede, explicitando sua notável capacidade de agenciamento.

As concepções de Haraway e Latour corroboram o ponto de partida enunciado por Mol (2008), segundo o qual a realidade não antecede as práticas banais, senão se erige justamente em função destas. No entanto, a observação feita pela filósofa holandesa visa se desvencilhar da habitual ênfase semiótica à qual tal afirmação tende a ser vinculada para chamar a atenção à centralidade da dimensão *performativa* da vida material, aspecto este, por sua vez,

que pretende colocar em xeque a univocidade *ontológica* associada aos objetos. Assim, os instrumentos utilizados para permitir a manifestação concreta dos objetos não apenas alteram a natureza destes como, por conseguinte, estabelecem formas particulares a partir das quais pensamos e agimos com relação a eles. Portanto, não é possível afirmar que a ontologia de um tecido corporal acessada a partir de um microscópio seja idêntica àquela apreendida pelo mesmo tecido quando mapeado geneticamente por intermédio de um chip de DNA, visto que as propriedades que emergem de cada uma dessas *performances,* em que pese a existência de certas continuidades eventuais, não são coincidentes e, portanto, redutíveis umas às outras. Não obstante, ainda que possa haver um esforço ativo no âmbito da constituição de uma rede de associações entre humanos e não humanos para que uma dada expressão ontológica do objeto se reivindique como a realidade referencial, Mol (2008) observa que a realidade nunca é propriamente estabilizada, havendo, na verdade, a proliferação de uma multiplicidade de ontologias coexistentes e mutuamente interferentes entre si.

2.2 Corporalidade Informacional: Programação e Simulação

De acordo com Monteiro (2005), em sua apropriação no âmbito do discurso genético, a noção de informação corresponde ao caráter transmissivo de um conjunto de dados armazenados no interior de uma molécula de DNA que exprimiriam a linguagem responsável por fornecer instruções que organizassem a direção da atividade celular. Em conformidade com a prioridade ontológica da alma sobre o corpo, tal como em Descartes, a concepção genética de corpo postula a antecedência ontológica da informação ante a estrutura da matéria, o que acarreta uma noção de corpo enquanto uma entidade desmaterializada. A vida, segundo este entendimento, não diria respeito à incorporação específica da matéria, correspondendo, antes, à organização das *informações*, cuja codificação seria responsável por cristalizar a forma material particular assumida pelo corpo, aspecto este que conduz à compreensão de que a matéria seria uma sorte de acidente histórico.

Como contraparte deste entendimento informacional da vida, uma perturbação passa a se inscrever no âmbito da separação das fronteiras que caracterizam o pensamento moderno, qual seja, mais do que apenas um procedimento de transcrição dos códigos associados à expressão da forma vital, Monteiro (2005) assinala a possibilidade de se alterar a própria estrutura da matéria a partir da reprogramação do código genético. Neste sentido, o que usualmente é concebido sob a condição de natureza – resguardada por uma pressuposta noção de intocabilidade – passa a ser alvo de manipulação segundo uma escrita cultural, borrando os limites entre essas duas instâncias. Esta abertura pode servir como um precedente à atualização da noção

de eugenia, concebida sob a forma de aprimoramento da espécie através de um procedimento de seleção genética. Implícita à possibilidade de reprogramação da informação genética, parece emergir a noção de uma saúde inerentemente defeituosa a ser consertada, concomitante à eventual utopia de se alcançar um código genético puro, normatizado e referencial, que visasse à diminuição, tanto quanto possível, da probabilidade de erros de transmissão.

Outro aspecto importante de ser ressaltado diz respeito à mudança na estrutura da experimentação genética advinda da introdução de modelos computacionais de interpretação das informações. Neste sentido, Monteiro salienta que a experimentação genética, antes da incorporação de tais modelos, tinha um substrato material e correspondia à avaliação das consequências advindas de diferentes formas de realizar uma perturbação celular. Com o avanço da matemática, por sua vez, a experimentação se desmaterializa e converte-se numa verdadeira *simulação*, ou seja, pretende-se compreender os resultados de uma perturbação sem que se proceda à realização concreta desta junto a uma bancada de laboratório: "para isso basta 'ler as instruções', 'ler as especificações' e fazer as deduções necessárias. Isto é, ler o genoma e entender a cadeia de dependência entre os genes" (Setúbal, 2003 *apud* Monteiro, 2005, p. 111). A natureza simulada do corpo digital explicita um regime de temporalidade particular associado a tal estrutura ontológica vinculado à reiterada tentativa de antecipação de *cenários* futuros possíveis: a dimensão probabilística assume o centro da discussão do corpo digital, corpo este projetado para além de si mesmo, como uma forma *a se realizar,* cuja materialidade é concretizada através da estimação de parâmetros numéricos.

2.3 Interdependência Ontológica

Se, por um lado, a *performatividade* do corpo digital, realizada a partir da codificação genética e concebida sob a condição de uma informação armazenada passível de ser manipulada, resulta em uma ideia de desmaterialização corporal e induz à emergência de um conjunto de propriedades irredutíveis à ontologia analógica, por outro, como aponta Mol (2008), sua efetivação concreta não é independente de outras *performances* corporais sendo, antes, diretamente afetada por estas. A este respeito, um exemplo importante pode ser observado no processo de elaboração de tecnologias que visam à criação de perfis genéticos com o objetivo de criar formas de avaliação dos prognósticos acerca do curso do desenvolvimento do câncer de mama.

Conforme observam Coelho *et al.* (2017), o câncer de mama não diz respeito a uma manifestação patológica específica, mas a um conjunto de doenças de constituição heterogênea. Tradicionalmente, a classificação da agressividade de um tumor ampara-se na análise de propriedades morfológicas do tecido

maligno, realizada por um patologista com a utilização de um *microscópio*. Entretanto, o valor preditivo de tal procedimento tem alcance limitado, pois perfis morfológicos tumorais com características similares não necessariamente correspondem, nos casos empíricos particulares, a padrões semelhantes de evolução da doença em distintas pacientes. A utilização de biomarcadores moleculares, portanto, está associada à tentativa de encontrar parâmetros individualizados para aferir o curso da evolução do tumor. Todavia, convém ressaltar que a modelação do perfil genético, realizada com o propósito de se criar um novo sistema de classificações acerca do prognóstico do câncer baseado nas simulações computacionais, tem como ponto de partida a categorização tumoral preexistente da ontologia corporal analógica: "para o câncer de mama foram desenvolvidos e validados testes moleculares baseando-se nos papeis funcionais na caracterização do tumor e suas modificações" (Coelho *et al.*, 2018, p. 20). O mesmo ponto de partida, porém, dada a especificidade ontológica de cada *performance* corporal, não assegura pontos de chegada semelhantes, conforme pode ser atestado em uma pesquisa clínica baseada na tecnologia MammaPrint:

> *No estudo, que envolveu 11 hospitais europeus (nove deles espanhóis) foram recrutadas 6.693 mulheres que haviam sido submetidas a uma cirurgia de câncer de mama. Os pesquisadores avaliaram o risco de recorrência da neoplasia a partir dos dois sistemas: por um lado, o MammaPrint, que analisa 70 genes do tumor e, por outro, a ferramenta Adjuvant! Online, que calcula o risco de recidiva com base nos critérios clínicos e biológicos comuns. Os dois sistemas de avaliação coincidiram em catalogar 2.745 mulheres com baixo risco de reincidência e outras 1.806 com alto risco. Mas a discrepância entre ambas as ferramentas surgiu com 592 pacientes consideradas de baixo risco, segundo os parâmetros do Adjuvant! Online e alta reincidência para o MammaPrint, e outras 1.550 de baixo risco para o teste genético e elevado segundo os critérios tradicionais (Mouzo, 2016, n.p.).*

Assim, se o corpo analógico repercute na performatividade do corpo digital, a recíproca também é verdadeira: "o exame anatomopatológico realizado pelos patologistas ao microscópio utiliza marcadores genéticos complementares para definir quais são os subtipos tumorais existentes" (Coelho *et al.*, 2018, p. 20). Embora múltipla, entretanto, a realidade corporal não se estabiliza, sendo, antes, alvo de uma disputa ontológica. Ainda que a modelação matemática da biologia molecular reivindique o estatuto de porta-voz legítimo da realidade corporal, sua plena aceitação ainda é alvo de controvérsia. Dentre seus detratores, Monteiro (2005) aponta que um grupo de cientistas ressaltava o caráter inconclusivo da sensibilidade dos testes gênicos praticados àquele momento com a tecnologia dos microarranjos, sugerindo a importância de combiná-los à análise morfológica com o intuito de obter o melhor resultado diagnóstico. Uma

ala mais cética, porém, enfatizava a própria dificuldade de se traduzir a complexidade do funcionamento da vida à modelação matemática:

> *são tão poucos os detalhes conhecidos sobre os reais processos que ocorrem in vivo que se torna muito difícil avançar sem um grande número de pressuposições, muitas vezes arbitrárias, a respeito da natureza das não-linearidades e dos valores dos parâmetros que governam as reações (Vilar et al., 2003 apud Monteiro, 2005, p. 122).*

É precisamente essa controvérsia acerca da realidade do corpo o substrato central que modula as diferentes interpretações dos especialistas a propósito da escolha realizada por Angelina Jolie de se submeter a um conjunto de cirurgias de caráter profilático com a intenção de evitar a emergência de manifestações cancerígenas em seu organismo, tema este que será alvo de atenção pormenorizada na seção seguinte.

3. Angelina Jolie: entre as corporalidades analógica e digital

O *corpus* escolhido para a realização da presente análise contempla, além das duas declarações proferidas pela própria Angelina Jolie ao jornal estadunidense The New York Times sobre suas motivações para a opção pelas intervenções nas mamas e nos ovários, uma compilação de quinze matérias jornalísticas e artigos de opinião provenientes de distintos países como Brasil (Correio Braziliense; Gaúcha Zero Hora), Estados Unidos (Washington Post; Harvard Medical School; UCLA Anderson Review; Everyday Health; Stat), Inglaterra (Reuters; The Times; BBC), Espanha (El País, com duas contribuições) e Índia (The Economic Times; Mint). O acesso ao material em questão foi obtido por intermédio de um levantamento realizado no buscador Google a partir do emprego das seguintes palavras-chave: "Angelina Jolie Cancer"; "Angelina Jolie BRCA"; Angelina Jolie Surgery"; "Angelina Jolie Cirurgia". Por conta das limitações linguísticas do pesquisador, foi dada preferência às publicações jornalísticas escritas em português, espanhol e inglês.

Uma vez que o jornalismo se constitui como uma importante instituição no processo de construção social da realidade na contemporaneidade – pois mais do que apenas definir uma agenda de temas para os agentes pensarem, tem a pretensão moral tácita de direcionar as maneiras socialmente adequadas a partir das quais as pautas que anunciam *devem* ser compreendidas (Wolf, 1994) –, o critério utilizado para selecionar as matérias a serem analisadas no presente artigo consistiu na realização de uma depuração dos resultados obtidos na busca através da seleção de relatos cujo conteúdo se prestasse à *problematização* (Foucault, 1998) do saber médico sobre a intervenção escolhida por Angelina Jolie, tendo em vista a tomada de consciência da atriz estadunidense relativa à presença do gene BRCA1 em seu corpo.

A hipótese de fundo que norteou o problema de pesquisa desenvolvida ao longo deste artigo consistiu em

destacar o fato de que, embora a comunidade médica, em princípio, retoricamente se construa através de uma orientação global transcultural baseada em uma noção universalista de ciência que confere substrato à prática da medicina, por outro lado, seria plausível supor a existência de formas socialmente localizadas de avaliação da decisão empreendida por Jolie que pudessem indicar avaliações clínicas culturalmente diferenciais sobre a pertinência de tal decisão e, consequentemente, compreensões particulares sobre a noção de saúde acionadas pelos especialistas mobilizados no interior das diferentes discursividades jornalísticas analisadas.

Se, por um lado, o *corpus* analisado possui uma homogeneidade referencial fundada no caráter jornalístico do material a ser analisado, que concerne à pertença aos gêneros comunicacionais reportagem[2] e opinião (Bakhtin, 2003), por outro, é importante destacar a preocupação deliberada em contemplar uma heterogeneidade interna ao material baseado na circunscrição cultural diferencial da produção dos discursos jornalísticos, de maneira a aumentar a pluralidade de pontos de vista *tecno-morais* acerca da controvérsia suscitada pela opção de Jolie em realizar suas cirurgias profiláticas. Tal heterogeneidade da origem das fontes de informação tem a vantagem de atentar para a repercussão em escala global da problemática compartilhada publicamente por Jolie ao mesmo tempo em que enfatiza as nuances locais acionadas à compreensão do debate, responsáveis por introduzir indagações pertinentes acerca das *performances* de corpo e de saúde ao mesmo tempo em que ajudam a questionar o senso de unidade usualmente reivindicado pela prática médico-científica ao conceber-se enquanto um empreendimento transnacional.

Para além da pretendida diversidade cultural dos relatos jornalísticos, o corte final de quinze matérias para a análise, número este definido por conta das limitações temporais para a elaboração deste trabalho de modo a propiciar uma leitura mais criteriosa do material compilado, também procurou levar em consideração a pluralidade de enquadramentos (Goffman, 2012) que conferiram materialidade à cobertura midiática acerca das cirurgias profiláticas realizadas por Jolie. Assim, além das construções narrativas especificamente voltadas à confrontação dos pontos de vista médico sobre a decisão da atriz

[2] Convém ressaltar que um dos critérios secundários para a composição do corpus consistia em selecionar reportagens em detrimento de notícias, visto que o primeiro gênero jornalístico mencionado possui uma preocupação maior com a contextualização da informação e, para isso, elabora um relato mais aprofundado sobre a problemática explorada, com maior riqueza de dados e fontes (Lage, 2006), constituindo um material mais complexo para o mapeamento da controvérsia médica suscitada pela realização das cirurgias profiláticas por Angelina Jolie.

estadunidense, também foram produzidos ganchos jornalísticos significativos sobre as consequências sociais provenientes da publicização deste acontecimento – "*Were women foolish to follow Angelina Jolie into BRCA cancer gene testing?*" e "*The 'Angelina Jolie' Effect*" –, sobre formas de conscientização do público leitor sobre a probabilidade de ser acometido pela mesma mutação de Jolie – "*Breast Cancer: Are You at High Risk?*" –, além de relatos de experiência de mulheres que tiveram de passar pelo mesmo dilema enfrentado pela atriz – como em "*How statistics guided me through life, death and 'The Price Is Right'*" e "*BRCA Mutation: New Model Quantifies How Surgeries Reduce Cancer Risk*". A amplitude de enquadramentos jornalísticos constitui uma dimensão importante, na medida em que permite aportar dimensões adicionais sobre as concepções de corpo e saúde que estão vinculadas à situação vivenciada por Angelina Jolie.

Do ponto de vista procedimental, a metodologia empregada corresponde a uma *análise temática* (Braun; Clarke, 2006), cuja elaboração ocorreu através de uma leitura atenta do material previamente selecionado a fim de observar e assinalar a recorrência de certo conjunto de temas e problemáticas que configuravam a base das argumentações que compõem o presente *corpus* acerca da maneira como a dimensão da corporalidade de Jolie era narrativamente performada no âmbito do discurso jornalístico. Esse procedimento, baseado no cotejo entre as diferentes fontes de informação mobilizadas no interior do presente trabalho, deu origem à constituição de quatro eixos temáticos que serviram à delimitação do percurso de escrita das subseções que integram a presente análise e serão melhor especificadas em seguida. Por eixo temático deve-se entender a circunscrição de um foco argumentativo aglutinador específico, produzido através da comparação entre as construções narrativas do material jornalístico selecionado, cuja significação serve como elemento de tensionamento para uma interpretação do fenômeno baseada no diálogo com os aportes teóricos vinculados à argumentação em questão.

Ademais, cumpre assinalar a opção por um recorte temporal amplo no que diz respeito às datas de publicação dos textos mobilizados para a análise – considerando um marco que se inicia em 14 de maio de 2013, dia do primeiro anúncio realizado pela personalidade estadunidense, até a data de 22 de agosto de 2020 –, de modo a abarcar as diferentes apreciações da conversação social referente à decisão de Jolie para além da repercussão posterior aos seus artigos de opinião no jornal *The New York Times*. Ponderações sobre as decisões médicas de Jolie realizadas para além da imediaticidade da declaração da atriz estadunidense têm a vantagem de depurar um conjunto de discussões anteriores sobre a questão, possibilitando o desenvolvimento de uma reflexão mais distanciada que permite agregar novos elementos à

problematização prévia em virtude do diálogo com o conhecimento social acumulado sobre o dilema enfrentado pela referida atriz.

Diante do exposto, o primeiro eixo temático deste trabalho, introduzido pela avaliação pormenorizada das duas declarações proferidas por Jolie a respeito de sua decisão profilática, assinala a proeminência da corporalidade digital vinculada, sobremaneira, à reiteração da performatividade dos números, de modo a exprimir uma ambígua dimensão probabilística – que ora se configura como certeza, ora como incerteza.

Como forma de questionamento à retórica associada à ontologia corporal digital, o segundo eixo apresenta a estratégia de contestação acionada pelos especialistas que se opõem à realização de procedimentos preventivos, qual seja, a problematização da performatividade dos números mediante a explicitação da materialidade de um corpo analógico. Tal movimento, por sua vez, coloca em primeiro plano um processo de interferência entre as ontologias corporais analógica e digital e a configuração dos objetos saúde e doença, ressaltando as naturezas divergentes que cada uma dessas noções assume quando vinculadas à especificidade das performances corporais supramencionadas.

Como sintoma dessa multiplicidade ontológica, o terceiro eixo concentra suas atenções na atuação dos pacientes frente à resolução da controvérsia médica que se instaura diante de seus olhos. Assim, introduz-se a figura do *paciente-expert* ao mesmo tempo em que se tensiona o labirinto das *decisões informadas*, enfatizando, com o auxílio de Mol (2009), a dificuldade de sequer se pensar na existência de escolhas efetivas quando os objetos estão configurados segundo bases ontológicas distintas.

Construído a partir da observação da incongruência entre os parâmetros de riscos associados à incidência de câncer de mama e ovários tributários da manifestação dos genes BRCA1 e BRCA2 presentes nas matérias jornalísticas que integram o corpus analítico, o último operador pretende questionar o caráter universal frequentemente associado à construção das estimativas de risco em prol do reconhecimento da modulação cultural em suas formas de aferição.

3.1 Corporalidade Digital e a Performatividade dos Números

A configuração da controvérsia a ser desdobrada reside na divergência existente entre especialistas da área médica com relação à escolha de Angelina Jolie em se submeter a quatro cirurgias de caráter profilático com a finalidade de reduzir as chances de ser acometida por tumores malignos nas mamas e no útero, possibilidade esta vinculada à presença de uma mutação hereditária no gene BRCA1, responsável por evitar a formação de tumores em tais partes do organismo. Em sua primeira declaração ao jornal *The New York Times*, a atriz formula seu problema nos seguintes termos:

> *A verdade é que eu carrego um gene "defeituoso", o qual aumenta nitidamente meu risco*

> *de desenvolver câncer de mama e câncer de ovário. Meus médicos estimaram que eu tenho 87% de risco de câncer de mama e 50% de risco de câncer de ovário, embora o risco seja diferente no caso de cada mulher. [...] Quando eu soube que essa era a minha realidade, eu decidi ser proativa e minimizar o risco tanto quanto podia. Eu tomei a decisão de fazer uma dupla mastectomia preventiva. Eu comecei com as mamas porque meu risco de câncer de mama é maior do que meu risco de câncer de ovário e a cirurgia é mais complexa (Jolie, 2013, n.p.).*

Um primeiro aspecto que chama a atenção na fala da atriz corresponde ao modo como ela qualifica o BRCA1, isto é, enquanto um *gene defeituoso*. Esta imagem evoca imediatamente uma compreensão *digital* do corpo, uma vez que alude à noção de *informação* de uma dupla maneira. A primeira, através da associação com o erro na programação genética de seu organismo que, por sua vez, decorreria de uma falha de *transmissão* intergeracional, afinal, Jolie havia herdado a mutação genética em questão de sua mãe. Deste modo, a eventual transformação patológica na estrutura de sua matéria é assimilada pela atriz como consequência de um problema de escrita genética. Por trás dessa maneira de performar o corpo, há uma pressuposição mais profunda, a saber, a escrita genética seria inerentemente marcada por erros e, portanto, a ontologia digital conceberia o corpo como um objeto, desde o seu nascimento, doente *em potência,* pois, embora sua manifestação material possa não estar presente, as marcas linguísticas de sua prefiguração já estão.

A segunda maneira pela qual a noção de informação é ativada na enunciação proferida por Jolie corresponde à conversão da linguagem genética para a linguagem *numérica,* fazendo com que a imperfeição característica da materialidade corporal fosse abstraída e purificada pela *objetiva* lógica matemática através do probabilístico idioma dos *riscos.* Plenamente liberado do peso de sua ontologia analógica, o corpo digital, através de sua natureza intrinsecamente simulada, flutua em direção ao *futuro*. A declaração de Jesus Paula Carvalho – professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e chefe de ginecologia do Instituto de Câncer do Estado de São Paulo (Icesp) – em defesa da decisão adotada por Angelina Jolie acerca da retirada dos ovários, considerando que os portadores do gene BRCA1 mutado teriam 50% de chance de desenvolver essa doença, exprime bem essa colonização do futuro realizada pelo corpo digital: "É uma doença fatal na maioria dos casos. Esse é o drama porque, *se esperar para tirar depois, não dá mais. A doença já se desenvolveu*" (A polêmica..., 2014, n.p., grifo nosso). Por isso, seguindo as orientações de 2013 da *National Comprehensive Cancer Network* (NCCN), o médico recomenda que as mulheres portadoras de mutação nos genes BRCA1 e BRCA2 realizem a salpingo-ooforectomia profilaticamente entre 35 e 40 anos.

Logo, conforme aponta Dumit (2012), mais do que apenas quantificar a possibilidade de uma enfermidade, o risco é convertido como expressão da própria doença, reivindicando a

necessidade de intervenção médica. Entra em cena aqui, precisamente, uma dimensão fundamental presente no depoimento redigido pela atriz estadunidense, qual seja, o caráter performático dos números que, por meio da autoridade a eles atribuída enquanto signo de objetividade, confere inteligibilidade ao mundo assim como orienta práticas sociais, uma vez que eles modulam a maneira como os sujeitos percebem a si próprios e àqueles com os quais convive (Camargo; Lima; Hirata, 2021). Portanto, graças ao poder mágico incorporado pelos números, ao quantificar a chance de 87% de desenvolver câncer de mama e 50% para câncer de ovário, a equipe médica da estrela estadunidense instituiu não apenas uma certeza, mas uma verdadeira *sentença*.

Curiosamente, no entanto, se as altas cifras mencionadas por Jolie sobre sua probabilidade de ser acometida pelo câncer de mama e de ovário foram por ela assumidas sob a condição de uma fatalidade iminente, chama a atenção a *certeza* da atriz em ter se livrado da possibilidade de desenvolver tumores nestes órgãos apesar de as cirurgias preventivas não eliminarem integralmente tal risco, mas, na verdade, diminuírem seu limiar: "eu posso dizer aos meus filhos que eles não precisam ter medo de me perder para o câncer de mama" (Jolie, 2013, n.p.); "eu sei que meus filhos nunca irão dizer 'mamãe morreu de câncer de ovário'" (Jolie, 2015, n.p.). Um artigo veiculado no diário indiano *The Economic Times*, datado de 19 de maio de 2013, compreende essa condição indeterminada de saúde ocupada pela atriz após a remoção de suas mamas a partir de um provocativo paradoxo ontológico: "a *mutilação* oferecida pela indústria médica como opção para ficar 'quase livre' da doença" (Rautray, 2013, n.p., grifo meu). Trocando em miúdos, a perda da materialidade saudável do corpo analógico não implica a extirpação da doença do corpo digital. A disjunção ontológica apresentada acarreta, simultaneamente, uma disjunção temporal: um corpo analógico que, à luz do presente, é considerado saudável, quando performado através da especulativa ontologia digital, passa a ser assumido como doente.

3.2 Ontologias Corporais e Interferências Nos Objetos Saúde e Doença

Nesse sentido, as posições contrárias ou céticas com relação à intervenção cirúrgica como medida profilática para o enfrentamento dos virtuais cânceres de mama e ovário provenientes da mutação nos genes BRCA1 e BRCA2 buscam rematerializar o corpo ao concebê-lo a partir da ontologia analógica. Para tanto, esforçam-se por desmistificar o papel assumido pelos números enquanto abstração informacional. A este respeito, chama a atenção o título da matéria publicada pelo *The Sunday Times* de maneira a reativar o significado da palavra probabilidade: "O 'gene Jolie' não é uma *certeza* de câncer" (Lay, 2020, n.p., grifo nosso). A tentativa de restituição do corpo concreto ao tempo presente,

apoiada pela observação de sintomas manifestados, é uma arma acionada pelos adeptos deste ponto de vista, tal como pode ser atestado na declaração do cirurgião oncologista indiano Ramesh Sarin:

> *Devemos lembrar que estes são pacientes* ***perfeitamente saudáveis.*** *Testes genéticos podem oferecer apenas uma pontuação de risco para pacientes com mutações nos genes.* ***Não é conclusivo dizer que o paciente irá desenvolver câncer de mama.*** *Assim, a mutilação pode ser evitada se os pacientes optarem por quimioterapia preventiva ou mantiverem um rastreamento sistemático utilizando tecnologias como Ressonância Magnética.* ***É importante lembrar que nem todo mundo que portar em seus genes mutações hereditárias irá desenvolver câncer*** *(Krishnan, 2015, n.p., grifos meus).*

A declaração de Sarin demarca uma diferença significativa da ontologia analógica do corpo frente à digital, qual seja, a pressuposição do caráter inerente da saúde após o momento do nascimento. A doença, menos que uma virtualidade, corresponde à manifestação concreta de uma lesão (Camargo Jr., 1992) que pode vir a emergir em algum momento do curso da vida. Não obstante, este tipo de *performance* corporal valoriza, em grande medida, a autopercepção de bem-estar dos indivíduos com relação à sua fisicalidade corpórea enquanto importante parâmetro de avaliação na determinação da emergência de algum tipo de doença. Observa-se, desta maneira, que além de saúde e doença serem condições claramente demarcadas na concepção analógica de corpo, tais expressões voltam a se localizar no interior da matéria, à diferença da *performance* digital, na qual a preponderância da dimensão epistemológica ligada à avaliação de riscos intangíveis borra as fronteiras entre saúde e doença, fornecendo uma compreensão de saúde não como uma condição mas como um ideal a ser alcançado, ideal este alicerçado no sistemático e perpétuo tratamento *dos riscos* (Dumit, 2012).

Ademais, ao situar o diagnóstico no terreno do presente, a declaração do médico indiano explicita a incapacidade das ciências médicas em efetuar predições conclusivas sobre o processo concreto de desencadeamento de doenças, postura esta dissimulada pela concepção digital de corpo, uma vez que esta transita pelo terreno da ambiguidade instaurada pelos números, conferindo, através da lógica dos riscos, uma materialidade fática àquilo que, em princípio, seria *provável.* Nesse sentido, convém salientar que a ontologia digital do corpo é parte integrante de um processo de rearticulação da temporalidade na configuração da vida social contemporânea que passa a ser articulada em torno da preeminência das imaginações de futuro mediante o desenvolvimento de uma racionalidade pautada na ideia de *antecipação*:

> *Regimes de segurança e simulação trazem desastres futuros para o presente, a fim de nos ajudar a saber como nos organizar para os desastres inevitáveis que eles preveem. Independentemente de os desastres realmente ocorrerem, eles já impactam nossa vida presentes. Crucialmente, o futuro,*

> *cada vez mais, não apenas define o presente, mas também cria trajetórias materiais da vida que se desenrolam conforme antecipado por esses processos especulativos. A antecipação está rapidamente reconfigurando as práticas tecnocientíficas e biomédicas como uma orientação totalizante (Adams; Murphy; Clarke, 2009, p. 254).*

3.3 Paciente-Expert e o Labirinto Das Decisões "Informadas"

Um artigo escrito pelo cirurgião e escritor Ishrat Syed ousou conceder a voz a um dos desprezados ovários de Angelina Jolie com o objetivo de desacelerar a adesão cega e irrefletida à tortuosa magia evocada pelo corpo digital. Consciente de suas ambivalências ontológicas, assim como de seu destino iminente, o célebre ovário, a título de epitáfio, instila suas últimas doses de provocação:

> *Eu posso te dizer que **neste instante**, não há câncer em mim. Sim, carreguei um alerta legal de saúde. Dada aquela bagunça no BRCA1, havia uma chance razoável de que eu pudesse me tornar um trapaceiro. Na verdade, **há uma boa chance de que outras partes de Angelina possam se tornar invasoras também** – seu pâncreas, vesícula biliar, pedaços de intestino – não há como dizer, realmente. **Ela vai começar a se preocupar com isso logo?** A verdade é que cada parte do corpo pode ficar doente sem aviso prévio, assim como ficar bem sem motivo, também. Não gostamos desse pensamento. Gostamos de pensar que estamos no controle de nossos destinos, **e a genética é a astrologia de nossa época.** Lançamos nossos horóscopos em laboratórios sofisticados – e executamos seu veredicto. Se eu tivesse desenvolvido câncer, teria acabado exatamente onde estou agora – compartilhando esta lata de lixo de aço com meu irmão gêmeo. Minha excisão não foi tão preventiva quanto **preferencial. Um rito propício, realmente, um sacrifício para apaziguar a profecia genética** (Syed, 2015, n.p., grifos nossos).*

Uma dimensão extremamente importante evocada pela fala do ovário corresponde ao questionamento levantado por Mol (2008) sobre a real possibilidade de os indivíduos efetuarem, propriamente, *escolhas políticas*. Segundo a autora, a estruturação da política tradicional está alicerçada em um modelo representacional de mundo que coloca em questão o dilema de se optar, mediante processo deliberativo, pela melhor ou mais apropriada representação de mundo possível. Não obstante, um primeiro problema observado por Mol consiste na suposição, tácita a este entendimento de política, de que todas as informações não apenas estão disponíveis como são acessíveis a todos os participantes. Contudo, o ceticismo da filósofa holandesa a respeito desta crença reside no fato de que, na verdade, o que está sendo visto sob a condição de escolhas consiste na prefiguração aberta pelo acesso a uma ontologia particular do objeto. Assim, um instrumento técnico que nos permite adentar a uma nova realidade de um dado objeto, por consequência, modula o conjunto de possibilidades que temos para lidar

com o objeto em questão. Em outras palavras, Mol chama a atenção para o fato de que não apenas a escolha está contida na relação disponibilizada pelos instrumentos sociotécnicos como, também, estas realidades às quais acessamos preveem formas específicas de nos conceber enquanto sujeitos, modelando, assim o campo das nossas condutas possíveis: "Por isso, se é importante ter em conta as formas como os pacientes se *representam* (como clientes ou cidadãos), é pelo menos importante também perguntar como eles são *representados* nas práticas de conhecimento" (Mol, 2008, p. 74, grifos da autora); e prossegue: "serão os momentos fundamentais não aqueles onde os 'doentes' actuam como agentes, mas antes aqueles onde são (somos) definidos, medidos, observados, escutados ou performados [*enacted*], seja como for?" (Mol, 2008, p. 75).

Diante desse quadro, a performance do corpo digital autorrealiza não uma profecia, como observa o ovário de Angelina, mas duas: além da excisão propriamente dita de tal órgão, baseada na conversão da probabilidade em sentença, constrói a existência da própria espécie de *paciente-expert* encarnada pela atriz. Responsável pela vigilância perpétua concernente à sua própria saúde e dominada por um permanente estado de incerteza, esta figura ocupa o papel de uma espécie de sociólogo da ciência que, sob a prerrogativa de tomar *decisões informadas,* avança nos meandros das práticas científicas apenas para se perder em meio a um terreno movediço e infindável de controvérsias acerca de sua condição – com a ressalva de que, à diferença de um sociólogo da ciência propriamente dito, compete ao paciente a hercúlea tarefa de tomar uma decisão para estabilizar a controvérsia (Dumit, 2012). Nesse processo, Adams, Murphy e Clarke (2009) destacam a dimensão normativa do alerta e da vigilância enquanto emoções socialmente despertadas em virtude da obrigatoriedade de os sujeitos, na contemporaneidade, se manterem constantemente informados sobre o conjunto de futuros possíveis que se inscreve diante deles, cujas imaginações passam a fazer parte da conformação de suas trajetórias particulares de vida.

Enfrentando dilema similar ao de Jolie, com relação à presença da mutação no gene BRCA1 presente em seu organismo, a especialista em tomada de decisões médicas sob condições de incerteza Elisa Long, de 33 anos, viu-se, ironicamente, ela própria tendo de tomar uma decisão crucial acerca dos rumos de sua saúde ao descobrir, precocemente, ter sido acometida por um de câncer de mama. Na busca pela tentativa de racionalizar a inteligibilidade de sua enfermidade, a fim de estimar momentos considerados *ótimos* para a realização de suas intervenções cirúrgicas, a pesquisadora se deparou com um cenário científico que a deixou desconcertada: "O que mais me assustou, quando eu perguntei aos médicos sobre quando eu teria de realizar as cirurgias, foi que eu recebi muitas respostas diferentes. [...] Eu sou treinada em estatística e tomada de decisões médicas sob incerteza,

e fiquei perplexa" (Gill, 2018, n.p.). Paradoxalmente, quanto mais a pesquisadora atestava a dimensão incerta da prática científica na provisão de certezas definitivas, mais ela se apegava, enquanto tábua de salvação, à bússola *numérica*. Prova disso foi que ela resolveu se unir a dois colegas a fim de criar parâmetros estatísticos capazes de responder às indagações que, sem sucesso, havia feito aos especialistas médicos com relação aos momentos adequados para as mulheres portadoras de mutação nos genes BRCA1 e BRCA2 realizarem suas mastectomias e salpingo-ooforectomias:

> *Como minhas chances de câncer mudam se eu fizer uma salpingo-ooforectomia bilateral aos 28 anos em comparação a 38, ou a qualquer outra idade? Quanto as chances são reduzidas se eu só fizer uma mastectomia bilateral? E se eu nunca fizer uma cirurgia? E também: dadas as desvantagens de cada cirurgia, quais são as idades ideais para se submeter a cada uma, se for o caso? (Gill, 2018, n.p.)*

Entretanto, apesar de enfatizar que o melhor a fazermos é "coletar informações com tanta inteligência quanto possível e tomar decisões informadas" (Long, 2015, n.p.), a fim de defender o seu empreendimento, Elisa teve que realizar uma *pequena,* porém crucial, ponderação:

> *O modelo pode apenas estimar o risco médio de que qualquer portador venha a desenvolver câncer, sem identificar quem sofrerá ou não a doença.* ***Algumas mulheres que planejam seguir suas orientações para cirurgias profiláticas serão diagnosticadas antes de atingirem as idades recomendadas.*** *Um modelo não pode eliminar a aleatoriedade do câncer (Gill, 2018, n.p., grifo nosso).*

A declaração da *cientista* Elisa, neste sentido, vai justamente ao encontro da aparentemente absurda – e, para muitos, ofensiva – comparação realizada pelo idiota ovário de Jolie entre a ciência genética e a astrologia quanto à capacidade profética de ambas as formas de conhecimento proporcionarem segurança ontológica (Giddens, 1991). Ainda assim, Long se mantém fiel à ampliação da propagação da lógica de riscos, visto que sua intenção consistia em *traduzir* (Latour, 2012) seu modelo computacional para a forma de um aplicativo de celular, destinado à provisão de informações para mulheres acometidas por tais condições genéticas. Sobre este aspecto, Dumit (2012) aponta que quanto maior a quantidade de conhecimento, maior é o temor despertado nos indivíduos; por consequência, o aumento do temor acarreta a busca incessante por tratamentos para combater os moinhos invisíveis do risco.

Assim, de acordo com um estudo feito por Hawley *et al.* (2014), 70% das mulheres que optaram por uma mastectomia contralateral dupla, em função do aparecimento tumoral em uma das mamas, não precisaria ter retirado a mama saudável, dado que a possibilidade de acometimento desta pelo câncer seria menor que 3%. Para além da própria ausência de necessidade da cirurgia profilática em tais casos, uma observação que se

destaca no corpo do artigo corresponde à constatação de que as mulheres mais propensas a este tipo de iniciativa seriam justamente aquelas com maior grau de instrução educacional, sendo tal escolha justificada pela iniciativa proativa de diminuir a possibilidade de um novo surgimento cancerígeno na região. Em contraste, chama a atenção a recomendação realizada pela médica Judy Garber no que tange à realização da testagem genética para a detecção das mutações nos genes BRCA1 e BRCA2: "não faça o teste se você não estiver preparada para o resultado. [...] Se isso vai ser assustador e você não puder usá-lo para cuidar de si mesma, então não é o momento certo" (Broder, 2016, n.p.). Se Angelina Jolie encerra seu artigo para o *The New York Times* sobre a realização da retirada das trompas de falópio e dos ovários com a afirmação "conhecimento é poder" (Jolie, 2015, n.p.), a fala da doutora Garber relembra que, à luz da concepção epistêmica de saúde que emerge da ontologia digital, este mesmo conhecimento é, igualmente, uma imensa fonte de ansiedade.

3.4 A Dimensão Cultural do Cálculo de Risco

Dumit (2012) assinala que o conhecimento do nosso corpo, atualmente, tem cada vez menos relação com a experiência sensorial imediata, ocorrendo, na maioria dos casos, através da mediação dos fatos médicos. Sendo assim, a conversão do corpo analógico em informação, expressa segundo a lógica dos riscos, coloca em evidência uma importante questão formulada por Beck (2010), a saber, a partir de quais bases o cálculo do risco é formulado? Isso porque, dada sua natureza eminentemente inapreensível – pois quase nunca se é consciente de todas as variáveis que operam na constituição de um determinado fenômeno particular –, o risco seria intrinsecamente marcado por uma base inferencial limitada e precária. No caso específico da análise genética de Angelina Jolie, algo que chama bastante atenção quando se comparam as diferentes fontes de cobertura a respeito das intervenções profiláticas às quais ela se submeteu é a variabilidade de percentuais de risco de incidência de câncer de mama e ovário provenientes da presença da mutação no gene BRCA1 – a começar pelo relato da própria Jolie, no anúncio de sua excisão das mamas, que contrastou o risco *personalizado* das chances da atriz desenvolver tumores nesta região, assinalado em 87%, com o risco *médio* associado às portadoras do gene BRCA1, correspondente a 65%. A título de comparação, Gareth Evans, professor do Manchester Breast Center explicou: "O risco associado aos genes não é simplesmente um número exato como 87%. [...] Depende de outros fatores de risco e, portanto, o risco para alguém com uma mutação BRCA1 pode variar entre 50 e 95% para câncer de mama" (Angelina..., 2013, n.p.). A professora de genética Patricia Ashton Prolla, por sua vez, aponta que as portadoras de "mutação no gene BRCA1 têm um risco de 40% a 50% de ter esse tipo de câncer [ovário], além de ter 85% de possibilidade de ter câncer de mama" (Especialista..., 2015, n.p.).

Já uma reportagem do jornal *El País* coteja os números fornecidos por Angelina com percentuais diferentes – 40% de chance para câncer de ovário e 57% para a manifestação mamária –, os quais o jornalista responsável pela matéria atribui a *outros estudos* sem, todavia, discriminá-los aos leitores (Prats, 2015, n.p.). O jornal indiano *The Economic Times*, por fim, também sem apontar suas fontes para a informação, contrapõe o percentual de probabilidade de câncer de mama informado pela atriz estadunidense à afirmação segundo a qual "elementos conservadores na fraternidade médica colocam o risco em 43%, razão suficiente para se livrar deles" (Rautray, 2013, n.p.). O amplo espectro de valores informados pelas distintas publicações, por um lado, questiona o caráter absoluto e universal reivindicado pelos números, associados, com frequência, ao discurso da precisão matemática. Por outro, o mosaico resultante fortalece ainda mais a sensação de instabilidade e ansiedade derivada da lógica dos riscos, ao multiplicar uma nova consciência de incerteza à camada de incerteza já preexistente, uma vez que sequer um ponto de apoio mínimo esse cenário permite vislumbrar.

À parte a justificativa de que tais valores correspondem às condições específicas das experimentações a partir das quais os números foram calculados, Douglas (1996) assinala uma especificidade da estimação dos riscos que escapa à fria quantificação associada à pureza da matemática, a saber, seu caráter localizado, materializado através de práticas de *codificação cultural*. A este respeito, a psicóloga clínica indiana Aruna Broota atribui a drástica opção da atriz "à quantidade e intensidade da ansiedade da morte entre os americanos" (Rautray, 2013, n.p.). Além disso, ela enfatiza que os estadunidenses "estão falando sobre infecções, bactérias o tempo todo. [...] Sua ansiedade de morte é muito maior em comparação com a Europa. Eles estão psicologicamente apavorados com a morte" (Rautray, 2013, n.p.) A suspeita de que os parâmetros de riscos no território dos Estados Unidos se alicerçam em uma lógica da maior abrangência possível ganha ainda mais força com o estudo de Dumit (2012) sobre a indústria farmacológica. Em seu trabalho de campo, o antropólogo constatou que o controle sobre a realização de testes clínicos laboratoriais se encontra, atualmente, nas mãos da indústria farmacêutica. Assim, para ampliar o tamanho do mercado consumidor de seus produtos, vinculado sobremaneira ao estímulo do tratamento não das doenças senão dos riscos a elas associados, tal setor procura, portanto, interferir nos parâmetros de risco associados à saúde de maneira a absorver a maior quantidade de clientes potenciais para as soluções que oferta. Ainda a título do dimensionamento cultural do risco nos Estados Unidos, a médica Isabel Chirivella correlaciona a tendência anteriormente apontada, relativa à adoção da dupla mastectomia contralateral realizada por cidadãs estadunidenses nos casos de existência tumoral em apenas uma das mamas, à existência de um sistema

médico privado que, em virtude de sua natureza mercantil, estimularia tanto quanto possível a maximização dos procedimentos cirúrgicos – ainda que estes, no limite, pudessem ser desnecessários (Prats, 2015, n.p.). Para tanto, a elevação dos parâmetros de riscos, ancorada na especificidade da ontologia digital, constitui-se como medida importante para aumentar a sensação de insegurança e tornar tais pacientes mais propensas à realização das intervenções cirúrgicas.

Considerações finais

Quando questionada se a toda mulher portadora de mutação nos genes BRCA1 e BRCA2 seria recomendada a cirurgia profilática para a retirada dos ovários e das trompas de falópio, tal como realizara Jolie, a professora de genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Patricia Ashton Prolla foi taxativa: "Entre os especialistas de oncogenética, há um *consenso* de que, quando a mulher tem a mutação, deve fazer a remoção de ovários e trompas" (Especialista..., 2015, n.p., grifo nosso). A dúvida, segundo a especialista, não seria se fazer a intervenção, mas *quando*. Sobre a supramencionada indagação, Marcelo A. Calil, diretor-médico do Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC), posiciona-se contra o procedimento profilático, observando que "*ainda não há uma posição científica*, que está muito dividida quanto a essa ooforectomia profilática" (A polêmica..., 2014, n.p., grifo nosso). Se o problema formulado a ambos os médicos foi rigorosamente o mesmo, a problemática que conforma cada uma das respostas é bastante distinta, afinal, quando eles olham para aquele ovário, não estão vendo o mesmo objeto. Enquanto a geneticista está enxergando uma sequência de códigos e um defeito de escrita que pode *vir a causar* um grave transtorno em algum momento do futuro, o oncologista está avaliando um conjunto de marcadores sanguíneos e imagéticos que remetem à materialidade *imediata* do ovário. Assim, à noção abstrata de risco na qual se apoia Prolla, baseada na chance da informação *defeituosa* possibilitar o desenvolvimento de um problema na coordenação do crescimento celular, opõe-se uma noção concreta de risco acionada por Calil, qual seja, o próprio perigo da exposição da paciente portadora daquele ovário ser afetada tanto por alguma ação imprevista no intercurso do procedimento cirúrgico, como pela eventual perda da qualidade de vida decorrente da realização de uma operação injustificada em um corpo pressuposto como *saudável*. Paradoxalmente, se a não realização do procedimento cirúrgico elimina integralmente o risco concebido por Calil, por outro lado, a concretização da intervenção proposta por Prolla não extirpa integralmente o risco, tal como por ela percebido, da falha na transmissão das informações do código genético.

Esta breve contraposição entre os especialistas visa a sumarizar o foco a partir do qual a controvérsia em torno das decisões médicas realizadas pela atriz estadunidense Angelina Jolie foi abordada no âmbito deste presente artigo. Apoiado na concepção

de realidades múltiplas, tal como formulada por Mol (2008), procurou-se evidenciar que a divergência entre os especialistas não estava assentada em formas diferentes de se *representar* o corpo, senão em maneiras distintas de conceber a *realidade* do corpo. À diferença de meras ferramentas coadjuvantes, os objetos sociotécnicos que se relacionam com o corpo instituem ontologias específicas a ele relacionadas, cada qual com sua lógica interna particular. A *performance* material deste corpo, todavia, não corresponde a um processo isolado, mas, antes, ao abrir um campo de visão específico, afeta diretamente a maneira pela qual as realidades de outros objetos que orbitam aquela ontologia passam a ser acessadas e experimentadas. A este processo de constituição recíproca a filósofa holandesa atribuiu o nome de *interferência*. No caso da controvérsia a respeito da realidade corporal, procurou-se enfatizar que as distintas realidades acessadas por intermédio do corpo implicam, por sua vez, compreensões diferenciais do que seja *saúde* e *doença*, compreensões estas que estão na base do posicionamento dos médicos tanto para defender e aplaudir a escolha de Jolie, quanto para ponderá-la. Assim, enquanto o *corpo analógico*, concebido a partir da dimensão material, pressupõe a concomitância entre o início da vida e um estado de saúde, cujo referencial ainda está assentado na experiência que os indivíduos têm com as percepções de seus próprios corpos, o *corpo digital* parte da premissa contrária, visto que sua escrita encontra-se, de partida, corrompida. Deve-se considerar que o grau de corrupção desta escrita é traduzido para uma linguagem matemática. Se, por um lado, exprime uma medida estatística, contemplando uma ideia de potencialidade, por outro, a performatividade assumida por tais números faz com que eles se revistam de um ar mágico a ponto de serem assimilados como uma verdadeira sentença que, entretanto, borra os contornos entre saúde e doença, reivindicando uma postura integralmente vigilante por parte dos indivíduos, especialmente no que concerne à adoção de medidas profiláticas. O risco, portanto, passa a ser parte integrante da própria doença. A espera pela manifestação do sintoma, própria da ontologia corporal analógica – orientada pelo tempo presente –, é contrastada pela experimentação projetiva e abstrata do sintoma da ontologia digital – cujo horizonte temporal é a simulação do futuro.

Por fim, o contraste ontológico realizado ao longo deste trabalho em torno da noção de *corpo*, mais do que se prestar apenas ao questionamento do caráter unívoco e consensual usualmente reivindicado pela abstração Ciência enquanto forma de reprodução institucional e legitimação social, permite colocar em primeiro plano o enraizamento *cultural* de um tipo de saber que advoga em causa própria como universal. As práticas científicas, portanto, são localmente situadas, uma vez que estão inscritas no interior de sistemas de significação culturais particulares. Logo, a dimensão constitutiva da configuração cultural não pode ser desconsiderada na

avaliação da controvérsia em questão. Como assinalou Douglas (1996), tanto a produção dos parâmetros de risco como as consequentes formas de relacionamento social advindas da consciência coletiva em torno de tal estimativa não podem ser reduzidas à existência de uma normatividade exclusiva, cujo alcance e aplicação teriam validade global. Antes, os riscos são confrontados com uma matriz de valores e crenças preexistente, de modo a tornar sua existência compreensível aos membros de um grupo social particular. A este respeito, a publicação indiana *The Economic Times*, na esteira do caso de Jolie, apresenta uma instigante provocação contrafactual: caso testes genéticos quantificassem em 87% a chance de Brad Pitt – marido à época da estrela hollywodiana – desenvolver câncer testicular, será que ele estaria igualmente disposto a se submeter a um procedimento cirúrgico profilático? Para expressar ceticismo com relação essa possibilidade, o periódico promove uma interessante comparação: "Talvez não; os resultados do experimento fracassado de planejamento familiar da Índia são uma revelação. A maioria dos homens pensa que seu corpo é inviolável, pois é o ganha-pão e, portanto, eles evitam se submeter a procedimentos simples, como a vasectomia" (Rautray, 2013, n.p.). A especulação realizada pelo periódico coloca em questão a avaliação diferencial dos riscos de saúde com base em um recorte de gênero dentro da sociedade indiana, de maneira a enfatizar a maior predisposição das *mulheres* a cometerem incertos autossacrifícios visando a preservação do núcleo familiar – discurso maternal este que encontra eco na justificativa formulada pela própria Jolie a fim de proceder às intervenções cirúrgicas.

Referências

A polêmica retirada dos ovários. (2014). *Correio Braziliense,* Brasília, 12 de mar. de (2014). Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/impresso/2014/03/2597925-a-polemica-retirada-dos-ovarios.html>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Adams, V.; Murphy, M.; Clarke, A. E. (2009). Anticipation: technoscience, life, affect, temporality. *Subjectivity*, 28 (1), p. 246-265. DOI: https://doi.org/10.1057/sub.2009.18

Angelina Jolie has double mastectomy due to cancer gene. (2013). *BBC,* Londres, 14 de mar. de 2013. Disponível em: < https://www.bbc.com/news/world-us-canada-22520720>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Bakhtin, M. (2003). Os gêneros do discurso. In: Bakhtin, M. *Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, p.261-306.

Beck, U. (2010). *Sociedade de risco:* rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora: 34.

Becker, H. S. (2008). *Outsiders.* Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar.

Begley, S. (2017). Were women foolish to follow Angelina Jolie into BRCA cancer gene testing?. *Stat,* Boston, 5 de jan. de 2017. Disponível em: <https://www.statnews.com/2017/01/05/angelina-jolie-brca-testing/>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Braun, V.; Clark, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research,* 3(2), p. 77-10. DOI: https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Broder, J. (2016). Breast Cancer: Are You at High Risk? *Everyday Health*, Nova Iorque, 11 de out. de 2016. Disponível em: <https://www.everydayhealth.com/breast-cancer/living-with/breast-cancer-are-you-high-risk/>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Camargo, A. P. R.; Lima, R. S.; Hirata, D. V. (2021). Quantificação, Estado e participação social: potenciais heurísticos de um campo emergente. *Sociologias,* 23(56), p. 20-40. DOI: https://doi.org/10.1590/15174522-113100

Camargo Jr., K. R. (1992). (Ir)racionalidade médica: os paradoxos da clínica. Physis: *Revista de Saúde Coletiva,* 2(1), p. 203-230. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73311992000100008

Coelho, A. S.; Santos, M. A. S.; Caetano, R. I.; Piovesan, C. F.; Fiuza, L. A.; Machado, R. L. D.; Furini, A. A. C. (2018). Predisposição hereditária ao câncer de mama e sua relação com os genes BRCA1 e BRCA2: revisão da literatura. *Revista Brasileira de Análises Clínicas,* 50(1), p. 17-21. DOI: https://doi.org/10.21877/2448-3877.201800615

Doctors Approve of Angelina Jolie's Surgery. (2015). *NBC,* Nova Iorque, 24 de mar. de 2015. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/health/health-news/doctors-approve-angelina-jolie-s-surgery-n329456>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Douglas, M. (1996). *La aceptabilidad del riesgo según las ciencias sociales*. Barcelona: Paidós Studio.

Dumit, J. (2012). *Drugs for life:* how pharmaceutical companies define our health. Durham: Duke University Press.

Especialista afirma que conduta de atriz é agressiva, mas necessária, e explica quando se faz necessário o teste genético para descobrir a alteração no BRCA1 e BRCA2. (2015). *Gaúcha Zero Hora,* Porto Alegre, 27 de mar. de 2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/vida/noticia/2015/03/entenda-a-mutacao-do-gene-de-angelina-jolie-4727302.html>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Foucault, M. (1998). *História da sexualidade.* Vol. 2. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal.

Giddens, A. (1991) *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.

Gill, D. (2018). BRCA Mutation: New Model Quantifies How Surgeries Reduce Cancer Risk. *UCLA Anderson Review,* Los Angeles, 7 de mar. de 2018. Disponível em: <https://anderson-review.ucla.edu/brca-surgeries>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social:* uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes.

Haraway, D. (1995) Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu,* 5, p. 7-41.

Hawley, S. T; Jagsi, R.; Morrow, M.; Janz, N. K; Hamilton, A.; Graff, J. J.; Katz, S. J. (2014). Social and Clinical Determinants of Contralateral Prophylactic Mastectomy. JAMA *Surg.,* 149(6), p. 582-589. DOI: https://doi.org/10.1001/jamasurg.2013.5689

Helman, C. G. (2009). Doença versus Enfermidade na Clínica Geral. *Campos - Revista de Antropologia,* 10(1), p. 119-128. DOI: https://doi.org/10.5380/cam.v10i1.18582

Igoe, K. (2016). The "Angelina Jolie" Effect. *Harvard Medical School,* Cambridge, 14 de dez. de 2016. Disponível em: < https://hms.harvard.edu/news/angelina-jolie-effect >. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Jolie, A. (2013). My medical choice. *The New York Times*, Nova Iorque, 14 de mai. de 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/05/14/opinion/my-medical-choice.html>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Jolie, A. (2015). Diary of a surgery. *The New York Times,* Nova Iorque, 24 de mar. de 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/03/24/opinion/angelina-jolie-pitt-diary-of-a-surgery.html>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Krishnan, V. (2015). The science behind the breast cancer gene. *Mint,* Nova Délhi, 7 de abr. de 2015. Disponível em: <https://www.livemint.com/Politics/bGjRaZOTgcuD40dt1jCzzK/Angelina-Jolies-second-surgery-revives-debate-on-available.html>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Lage, N. (2006). *A reportagem:* teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record.

Latour, B. (2012). *Reagregando o social:* uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador-Bauru: Ed. EDUSC/EDUFBA.

Lay, K. (2020). 'Jolie gene' BRCA1 is not a cancer certainty. *The Times,* Londres, 11 de set. de 2020. Disponível em: < https://www.thetimes.co.uk/article/jolie-gene-brca1-is-not-a-cancer-certainty-sk8qzrr7b>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Le Breton, D. (1990). *Antropología del cuerpo y modernidad.* Buenos Aires: Nueva Visión.

Le Breton, D. (2010). *A sociologia do corpo.* 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Lévi-Strauss, C. (1975). O feiticeiro e sua magia. In: Lévi-Strauss, C. *Antropologia Estrutural.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Long, E. (2015). How statistics guided me through life, death and 'The Price Is Right'. *Washington Post,* Washington, 7 de ago. de 2015. Disponível em: < https://www.washingtonpost.com/opinions/how-statistics-guided-me-through-life-death-and-the-price-is-right/2015/08/07/1568f728-3aeb-11e5-b3ac-8a79bc44e5e2_story.html?utm_term=.7e57816a8c2c>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Mol, A. (2008). Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas In: Nunes, J. A.; ROQUE, Ricardo (orgs.). *Objectos impuros.* Experiências em estudos sociais da ciência. Porto: Edições Afrontamento.

Monteiro, M. S. A. (2005). *Os dilemas do humano:* reinventando o corpo numa era (bio) tecnologica. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 198 p.

Mouzo, J. (2016). Teste genético reduz até 14% a quimioterapia em câncer de mama. *El País,* Barcelona, 27 de abr. de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/20/ciencia/1461167222_054097.html>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Prats, J. (2015). Angelina Jolie: um (possível) câncer raro; uma decisão correta. *El País,* Valência, 24 de mar. de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/24/ciencia/1427202122_270731.html>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Rautray, S. (2013). Angelina Jolie triggers debate on mastectomy: Mutilation no option to becoming cancer-free? *The Economic Times,* Mumbai, 19 de mai. de 2013. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/angelina-jolie-triggers-debate-on-mastectomy-mutilation-no-option-to-becoming-cancer-free/articleshow/20124804.cms>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Reaney, P.; Begley, S. (2021). Cancer experts laud Angelina Jolie's decision to remove ovaries. *Reuters,* Nova Iorque, 24 de mar. de

2015. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKBN0MK0PW20150324>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Syed, I. (2015). I am Angelina's ovary – last words from a dying grey clump. *Scroll.in*, Mumbai, 28 de mar. de 2015. Disponível em: <https://scroll.in/article/716585/i-am-angelinas-ovary-last-words-from-a-dying-grey-clump>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

Wolf, M. (1994). *Teorias da comunicação.* Lisboa: Editorial Presença.

Recebido em 08/05/2024*. Aprovado em 08/09/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A economia linguístico-emocional de *Casa-Grande & Senzala*

The linguistic-emotional economy of *Casa-Grande & Senzala*

La economía lingüístico-emocional de *Casa-Grande & Senzala*

João Arthur MACIEIRA

joaomacieira@iesp.uerj.br

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ).

O artigo busca uma leitura do método historiográfico de Gilberto Freyre, tendo como foco suas dimensões estéticas, a fim de mostrar que a proximidade que sua historiografia assumiu com a ficção foi crucial na elaboração de seus argumentos. Tem-se, em especial, atenção à maneira que sua prosa elabora uma conciliação a posteriori na apresentação de conflitos, apaziguando a dimensão violenta da formação histórica da sociedade brasileira. A discussão gira em torno do debate a respeito das relações entre historiografia e ficção e da tese de Ricardo Benzaquen de Araújo a respeito do autor enquanto inscrito num contexto estético específico, no caso, o modernista.

Palavras-Chave: Gilberto Freyre; Historiografia; Dialética aberta.

The article seeks a reading of Gilberto Freyre's historiographical method, focusing on its aesthetic dimensions, in order to show the importance that the proximity that his historiography assumed with fiction was crucial in the elaboration of his arguments. Particular attention is paid to the way in which his prose elaborates an a posteriori conciliation in the presentation of conflicts, appeasing the violent dimension of the historical formation of Brazilian society. The discussion revolves around the debate about the relationship between historiography and fiction and Ricardo Benzaquen de Araújo's thesis about the author as part of a specific aesthetic context, in this case, the modernist one.

Keywords: Gilberto Freyre; Historiography; Open Dialectics.

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2025.61.3.17328

CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Este artículo examina el método historiográfico de Gilberto Freyre, centrándose en sus dimensiones estéticas, para demostrar que la estrecha conexión que su historiografía asumió con la ficción fue crucial para el desarrollo de sus argumentos. Se presta especial atención a la forma en que su prosa construye una conciliación a posteriori en la presentación de los conflictos, apaciguando la dimensión violenta de la formación histórica de la sociedad brasileña. La discusión gira en torno al debate sobre la relación entre la historiografía y la ficción y la tesis de Ricardo Benzaquen de Araújo sobre el autor como inscrito en un contexto estético específico, en este caso, el modernista.

Palabras clave: Gilberto Freyre; Historiografía; Dialéctica abierta.

Um prólogo

Este artigo foi escrito durante um curso sobre História da Literatura e Crítica Literária no Brasil, ministrado pelo Prof. Luiz Costa Lima para a pós-graduação, no já longínquo ano de 2021. Devo admitir que foi com alguma surpresa que recebi a informação de que passaríamos a segunda metade do curso analisando a trilogia freyriana, afinal de contas, se deveríamos estudar a história da crítica literária ou da literatura propriamente dita no Brasil, não seria o caso de nos voltarmos para os fragmentos da obra freyriana onde o autor tece comentários sobre literatos, sobre a natureza do fenômeno literário ou mesmo para suas obras ficcionais? Curiosamente, não. Passamos a segunda metade desse curso lendo e tecendo comentários sobre essas que são obras de leitura obrigatória em diversos cursos de ciências humanas. Mas por quê? Em parte - agora percebo - esse artigo é uma tentativa de responder àquela pergunta. Busco fazer isso partindo do seguinte princípio: *Casa-Grande & Senzala* é uma obra que se encaixa melhor no modelo ensaio-historiográfico e está preocupada com elementos relativos à historiografia propriamente dita, contudo, seu entendimento precisa passar pela análise estética dessa obra. Trata-se, aqui, de analisar algumas das possibilidades de leitura do livro de Freyre enquanto um livro, um texto que lerá lido e que despertará sensações naqueles que o leem. Sem elas, acredito, a apreensão do sentido de *Casa-Grande & Senzala* é diminuída.

Desde sua primeira versão, este texto foi reescrito algumas vezes, assim foi recebendo influências do tempo e de sua ação sobre este autor. Um exemplo: as manifestações na Avenida Atlântica, no Rio de

Janeiro, durante o 7 de setembro de 2022, marcada pela presença de apoiadores do então presidente e candidato à reeleição Jair Messias Bolsonaro. Trabalhei aplicando um survey sobre intenções de voto e questões gerais, sendo uma das perguntas sobre a autoidentificação racial dos entrevistados. De longe, essa foi a pergunta que me trouxe mais problemas; respostas que questionavam as intenções ou mesmo a eticidade dessa pergunta. Foi muito mais difícil para os presentes responderem se consideravam-se brancos ou negros do que, por exemplo, revelarem a média de seus salários. Muitos preferiram dizer que tinha *cor de brasileiro* ou que no Brasil não havia raças, pois todos somos frutos de uma mistura comum.

Foi o próprio vice-presidente que declarou, na época, que temos

> *uma herança cultural, uma herança que tem muita gente que gosta do privilégio [...]. Essa herança do privilégio é uma herança ibérica. Temos uma certa herança da indolência, que vem da cultura indígena. Eu sou indígena. Meu pai é amazonense. E a malandragem [...] é oriunda do africano.*

Continuando: "esse é o nosso cadinho cultural. Infelizmente gostamos de mártires, líderes populistas e dos macunaímas"[1].

Fosse em 2018 ou em 2022, uma espécie de explicação histórica bem pouco acurada pairava no ar, por assim dizer. As razões disso me escapam às possibilidades deste artigo, contudo, é bem possível que não tenha desistido dele justamente por acreditar na relevância do tipo de narrativa histórica elaborada por Freyre para a construção do discurso brasileiro sobre si mesmo até hoje. Desvendar, nem que seja uma faceta parcial desse discurso, é o que mobiliza este texto.

Introdução

Porque deveríamos nos preocupar com um livro escrito nos anos 1930, livro esse que hoje é lido nos primeiros semestres da graduação em História ou Ciências Sociais, enquanto exemplar da geração *ensaística* do campo? Livro, aliás, repleto de referências provindas dos campos da medicina, sociologia, antropologia e historiografia igualmente ultrapassadas. Diante desses fatos - que até poderiam desaconselhar a publicação deste artigo - apresento minha justificativa: *Casa-Grande & Senzala* atualmente pode e deve ser lido pelos estudiosos das ciências sociais na sua dimensão formal, sua existência enquanto livro. Uma análise funcionaria aqui enquanto aquilo que Silviano Santiago (2000) chamou nos anos 1970 de reescritura, de analisar as dimensões visíveis do texto de Freyre e recolhê-los a partir de um grau mínimo de sistematização.

A sistematização que proponho é a seguinte: pensando o texto enquanto uma narrativa que mimetiza seu próprio

[1] Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018. Acesso em: 07/09/2024.

objeto, minha hipótese é de que, ao identificar certa *plasticidade* na formação da cultura patriarcal brasileira, Gilberto Freyre passa a mimetizar essa mesma plasticidade na sua composição narrativa. Essa mimetização, acredito, assume uma função política na leitura do texto. Selecionei determinados momentos em que o texto apresenta uma contradição violenta, mas logo em seguida a suprime, normalmente por meio de uma solução estetizante. A plasticidade, resultado final do encontro entre raças e civilizações no Brasil colonial e seus desenvolvimentos nos séculos futuros, é também a chave para a composição de *Casa-Grande & Senzala*.

Por análise estético-formal, entende-se aqui uma abordagem que toma a narrativa freyriana como objeto dotado de coerência interna e estrutura própria de funcionamento, de modo que os recursos retóricos e as escolhas de composição não apenas acompanham o argumento historiográfico, mas o constroem. A 'ternurização' da violência, como argumentado ao longo do texto, é lida não como efeito colateral, mas como uma estratégia textual que dá forma a uma narrativa conciliatória, marcada por uma lógica interna de mediação e supressão estética do conflito.

A sistematização mencionada tem por base o seguinte princípio teórico: quando o texto apresenta um momento de contradição, o resultado histórico é a supressão do polo atrasado pelo mais avançado, ou seja, a destruição de um pelo outro, mas que leva a um resultado novo, plástico, capaz de absorver características do polo destruído. Por exemplo, o encontro entre brancos e povos originários no Brasil leva à supressão do indígena, especialmente das figuras masculinas dos povos originários; a violência do processo é descrita com clareza. Contudo, a dureza dessa violência é logo aliviada, a supressão de polos opostos encontra uma justificativa na própria história e, como veremos, na própria dimensão estética e erótica que compõe esses encontros de opostos.

A plasticidade - que salta do objeto para a forma textual - constituirá aquilo que gostaria de chamar de *astúcia* da narrativa freyriana: ela ofereceu não apenas uma composição narrativa acessível da história da formação do Brasil onde o papel das pessoas escravizadas ou dos povos originários não é apagado (portanto, em dia com as dimensões estéticas e literárias dos anos 1930, segundo Benzaquen de Araújo), mas a violência que leva à supressão desses perante o elemento europeu desaparece, diluindo-se a partir do próprio texto diante dos olhos do leitor.

O que está em jogo aqui é mais do que um simples recurso estilístico: trata-se de uma forma de pensamento histórico que incorpora a violência como etapa necessária — e, ao final, quase benigna — do processo civilizatório. Essa operação narrativa, que Benzaquen identificou como "dialética sem síntese", não apenas substitui o conflito real por uma harmonia aparente, como também oferece ao leitor um tipo de conforto estético que dificulta o enfrentamento político do passado. Ao estetizar a violência, Freyre constrói uma memória histórica marcada pela ambiguidade: ao mesmo tempo em que denuncia a

brutalidade do processo colonizador, oferece-lhe uma moldura afetiva que a torna palatável. Esse é o ponto central de sua astúcia narrativa — e também sua armadilha crítica.

É também uma tentativa de recuperar Freyre da inércia que parece ter se cristalizado ao final do último século, lê-lo de outra forma que não reafirmando sua inevitável inadequação ao contemporâneo. Foi o que se propôs Benzaquen de Araújo, mas também trabalhos mais recentes sobre a função do cronotipo ou dos gêneros em Freyre (Tavolaro, 2016; Fleming, 2023). Agora, trata-se mais de releituras que de reinterpretar, de dimensionar esteticamente essa obra que, em si mesma, sempre foi muito mais voltada à estética do que ao desenvolvimento conceitual.

1. Violência e mediação

A leitura de *Casa-Grande & Senzala* poderia suscitar o seguinte: a violência que marca a colonização no Brasil é resultado necessário de um processo produtivo, de uma destruição positiva: primeiro, foi inevitável. O país é resultado do encontro entre civilizações opostas e epistemologias distintas, encontros que - além de violência - levaram também ao prazer, ao cuidado, a uma espécie de estetização da civilização ocidental transplantada aos trópicos. A violência do processo está anunciada, mas ela é compensada, sobreposta pela dimensão estética identificada no objeto, mas que se apresenta na própria composição do texto.

Nesse processo, deve ser considerado ainda em elemento particularmente perverso: as civilizações violentadas, derrotadas no processo de formação do patriarcado brasileiro, retornam depois da consolidação do país na forma de bárbaros violentos, propagadores daquela mesma violência destruidora que os integrou enquanto elementos apagados da história desta civilização.

Numa referência às observações de Sílvio Romero, Gilberto Freyre descreve as revoltas sociais do XIX enquanto irrupção das culturas reprimidas pela formação violenta do patriarcado brasileiro, as manifestações tardias daquela destruição no tempo presente: "Os relapsos em furor selvagem observamo-los em movimentos de fins aparentemente políticos ou cívicos, mas na verdade pretexto de regressão à cultura primitiva, recalcada porém não destruída" (Freyre, 2003, p. 213). Revoluções de cunho liberal são descritas como "assanhamentos desordeiros", as "balaiadas, sabinadas, cabanadas" são marcadas por "elementos selvagens ou bárbaros", comentários em que Freyre continua a acompanhar Silvio Romero. Cito aqui o autor de forma direta, buscando evidenciar o quanto direto pode ser seu texto: "são freqüentes, entre nós, os relapsos no furor selvagem, ou primitivo, de destruição, manifestando-se em assassinatos, saques, invasões de fazendas por cangaceiros: raro aquele dos nossos movimentos políticos ou cívicos em que não tenham ocorrido explosões desse furor recalcado ou comprimido em tempos normais" (Freyre, 2003, p. 212).

Já o primeiro capítulo de *Casa-Grande & Senzala* indica a violência enquanto mediadora no contato entre as diferentes civilizações. O resultado é justamente aquela estetização da

civilização ocidental e destruição da outra, primitiva, atrasada. É o que está em curso quando Freyre comenta o processo de *sifilização* dos povos originários:

> *Costuma-se dizer que a civilização e sifilização andam juntas: o Brasil, entretanto, parece ter-se sifilizado antes de se haver civilização. Os primeiros europeus aqui chegados desapareceram na massa indígena quase sem deixar sobre ela outro traço europeizante além das manhas de mestiçagem e de sífilis.* ***Não civilizaram:*** *há, entretanto, indícios de terem* ***sifilizado*** *a população aborígene que os absorveu (Freyre, 2003, p. 110, grifos nossos).*

Deixemos de lado as discussões médicas ou mesmo históricas sobre a origem das doenças venéreas durante a invasão das terras americanas. A questão é que, em primeiro momento, em lugar de processo civilizatório, o que aparece é um processo de destruição. Os portugueses não só desaparecem na massa indígena, como lhes trazem sífilis. Entretanto - aí entram elementos como inevitabilidade e complementaridade do processo de formação do Brasil:

> *Precisamente sob o duplo ponto de vista da miscigenação e da sifilização é que nos parece ter sido importantíssima a primeira fase de povoamento. Sob o ponto de vista da miscigenação foram aqueles povoadores à-toa que prepararam o campo para o único processo de colonização que teria sido possível no Brasil: o da formação, pela poligamia [...] de uma sociedade híbrida (Freyre, 2003, p. 110).*

Essa vai desde o início da colonização, especialmente com a chegada do homem português, seguindo pela formação da família patriarcal na casa-grande, chegando até as grandes figuras de nossa cultura política, compreendendo, portanto, um arco que engloba toda a cultura brasileira, desde sua formação até os anos 1930. Independentemente do tipo de violência que se apresente enquanto fato histórico, a História parece servir para confirmar suas próprias teses (e, em especial, seu próprio princípio da violência apaziguada), enquanto conhecimento que confirma a inevitabilidade dos processos que levaram ao tipo de formação da sociedade brasileira no século XX.

Para Luiz Costa Lima, o núcleo do argumento cultural de Freyre, porque constituído pela ambiguidade, já era eminentemente político: tratava-se de apresentar o brasileiro num "sincretismo que se apresentaria fosse do ângulo das influências étnicas e culturais, combinando-se separadamente no português, fosse do ângulo político antropológico, pela convivência lado a lado de despotismo e confraternização" (Costa Lima, 1994, p. 8 *apud* Benzaquen de Araújo, 1994). E continua mais a frente:

> *a 'bicontinentalidade' do português — acentuando o caráter ambíguo, senão mesmo equívoco, da concepção gilbertiana de cultura — habilitaria o colonizador lusitano a conviver com o excesso do meio tropical, que, de seu lado, aumentaria o teor de hybris que o colonizador já traria consigo.*

Mas devemos ainda chamar atenção para outro fator importante desse mesmo argumento de Freyre, que vai diretamente da ideia de bicontinentalidade para a de bissexualidade: "A indecisão étnica e cultural entre a Europa e a África parece ter sido sempre a mesma em Portugal como em outros trechos da Península. Espécie de bicontinentalidade que correspondesse em população assim vaga e incerta à bissexualidade no indivíduo" (Freyre, 2003, p. 67).

Há de se considerar, contudo, que a maneira pela qual Freyre integra o elemento indígena à formação da sociedade patriarcal brasileira representa um salto em relação a determinadas camadas da intelectualidade nacional do século XIX. O próprio Machado de Assis não apenas desconsidera o elemento indiano [sic] enquanto formador da cultura nacional - portanto, os intelectuais interessados na construção de um sistema de textos não deveriam se apoiar nele durante sua empreitada - mas relega-o à tema de inspiração. Que Freyre desobedeça à diretriz sem recair no romantismo ao estilo dos poetas e escritores pré-machadianos significa, na verdade, uma vantagem para nossa leitura no século XXI, podendo tornar o livro mais atual.

É a forma através da qual Freyre integra os povos originários e escravizados na história da formação da civilização brasileira que interessa aqui: quais mediações foram necessárias, que padrões essa integração obedece, como essa integração ganha uma composição narrativa no livro, são questões que, apesar de conhecidas, talvez não tenham sido exploradas. O artigo não tem pretensões exaustivas, talvez apenas introdutórias: quer mais, como já foi dito, apresentar uma maneira de ler a obra de Freyre do que de interpretá-la.

Em suma: o negativo não compõe um quadro coeso - ele emerge, em *Casa-Grande*, como figuras que, apesar de não opostas, subordinadas à positividade do branco "civilizado" descendente dos portugueses. É claro que, em Freyre, essa violência assume uma plasticidade que "mascara", mas jamais exclui, essa subordinação.

Aliás, é do próprio Ricardo Benzaquen de Araújo e proposta inicial de ler Freyre numa chave em que suas "teses de conteúdo histórico-sociológico ali defendidas eram como que confirmadas, autenticadas pela própria maneira em que foram escritas" (Benzaquen de Araújo, 1994, p. 24). O autor identifica na composição da narrativa freyriana o mesmo motivo pendular, através do qual seus argumentos se compõem como num *zigue-zague* que levará até aquela chamada dialética sem síntese sobre a qual já comentamos: "expõe através de uma confissão de racismo para, no mesmo momento, distanciar-se decisivamente dela" (p. 27). A proposta de sua tese sobre Freyre e o modernismo reconhece claramente que

> *no mesmo movimento em que se afasta do racismo e admite a relevância de outras culturas, nosso autor teria criado uma imagem quase idílica da nossa sociedade colonial, ocultando a exploração, os conflitos e a discriminação que a escravidão necessariamente implica atrás de uma fantasiosa "democracia racial", na qual senhores e escravos se confraternizariam embalados por um clima de extrema intimidade e mútua cooperação (Freyre, 2003, p. 31).*

De fato, a argumentação de Benzaquen elabora um caminho muito interessante pela história do pensamento ocidental, desde o século XVIII até o contexto intelectual em que Freyre estava inserido. De modo que sua própria concepção da dualidade raça/cultura estivera marcada não pela aceitação das teses "bestiais" dos povos não ocidentais, mas pela transição - operada, em Freyre, pela influência do modernismo estético - entre aquelas e uma nova concepção positiva da mestiçagem. Isso quer dizer que as sociedades "impossíveis" - num sentido racista do termo, quer dizer, biológica e culturalmente inorgânicas, por conta da mistura entre povos ocidentais e não ocidentais - agora aparecem em Freyre enquanto as verdadeiras sociedades do futuro; marcadas pela maior ou menor aceitação da presença de elementos negativos (culturas de matriz africana, indígena etc.) no caldo geral da cultura hegemônica. Dessa perspectiva, o Brasil saiu na frente, e não, como a concepção racista mais dura que lhe acompanha, ficou para trás.

Entretanto, acredito que se deva tomar com cautela a ideia de que a transição para a leitura "culturalista" (em oposição à racial) das culturas modernas, presente também no modernismo estético brasileiro, não carregava consigo certas formas de *esconder* ou *matizar* a violência dos processos históricos que constituem a formação cultural das sociedades "do futuro", como o Brasil. A título de exemplo (que, estou certo, está longe de esgotar a complexidade da questão), olhemos com alguma atenção um poema de Mário de Andrade, *Acalanto do Seringueiro* (1927).

O poema inicia com uma descrição do desejo do eu-lírico de imaginar, desde uma escrivaninha localizada na cidade de São Paulo, um seringueiro no norte do país. Esse seringueiro é descrito, não a partir do que o poeta poderia imaginar sua formação cultural, mas de sua fragilidade física e ontológica: "Troncudo você não é./ Baixinho, desmerecido,/ Pálido, Nossa Senhora!/ Parece que nem tem sangue. /Porém cabra resistente/ Está ali. Sei que não é/ Bonito nem elegante..." (Andrade *in* Faria, A.; Gonçalves, D.; Soares, M., 2019, p. 142-44). Contudo, esse aparente distanciamento é compensado logo após com uma aproximação, uma marca de negatividade compartilhada entre poeta e trabalhador nortista:

> *Mas porém é brasileiro,*
> *Brasileiro que nem eu...*
> *Fomos nós dois que botamos*
> *Pra fora Pedro II...*
> *Somos nós dois que devemos*
> *Até os olhos da cara*
> *Pra esses banqueiros de Londres...*
> *(Andrade, 2018, p. 142-144).*

De certa forma, o disparate de identificar-se com o seringueiro depois de descrevê-lo como criatura sem sangue só pôde se justificar a partir do negativo, a partir da ideia de *brasileiro* e de *endividamento.* Condições que no poema, representam figurações do *cidadão* - "botar pra fora Pedro II", isso é, tornar-se cidadão de uma República e não súdito de um rei - e de cidadão de segunda classe num contexto de economia capitalista extremamente desigual - estar endividado, assim como o próprio Estado brasileiro sempre esteve, com os "banqueiros de Londres".

Mas o tom em que se estabelece essa identidade entre narrador e objeto é profundamente paternalista, marcadamente desigual nas concepções subjetivas emergentes entre os dois: “Seringueiro, eu não sei nada!/ E no entanto estou rodeado/ Dum despotismo de livros,/ Estes mumbavas que vivem” (p. 142-144). Esse mesmo poeta que queria, no início do poema “Apalpar você dormindo,/ Mansamente, não se assuste,/ Afastando esse cabelo/ Que escorreu na sua testa” (p. 142-144).

Uma distância impenetrável é estabelecida entre ambos. E, apesar de afirmar “nada saber” (talvez a melhor forma de dizer que sabe sim de algumas coisas), é poeta que é capaz de uma imaginação nacional, de conduzir a linguagem poética desde a metrópole até o interior do Acre, a fim de imaginar o doce e feio seringueiro em seu sono: “Nem ouvimos e nem nunca/ Nos ouviremos jamais.../ Não sabemos nada um do outro,/ Não nos veremos jamais!” (p. 142-144). E mais à frente: ‘Nem você pode pensar/ Que algum outro brasileiro/ Que seja poeta no sul/ Ande se preocupando/ Com o seringueiro dormindo” (p. 142-144).

Como aqui não se trata de fazer análise de poemas, interrompo meus comentários sobre Mário de Andrade. Essa digressão nos serviu somente para iluminar um elemento que interessa ao nosso texto: ainda que o Modernismo brasileiro seja um movimento plural e multifacetado, é possível encontrar, em certos momentos de sua produção – como no poema *Acalanto do Seringueiro* – uma sensibilidade conciliatória que busca imaginar o nacional por meio da mediação entre opostos, sem necessariamente equacionar suas desigualdades. Esse gesto, mesmo que não defina o Modernismo como um todo, espelha, em parte, a astúcia formal presente na obra de Freyre.

O que se conduzirá a seguir é uma tentativa de analisar o texto de Freyre de uma maneira similar, uma investigação da economia sentimental de sua narrativa, a fim de revelar-lhe algo de seu caráter violento, apesar de silencioso e, por vezes, muito sutil[2].

2. Ficcionalidade do Progresso

Uma pequena digressão em direção a *Ordem e Progresso* pode nos auxiliar nessa empreitada. Desde o título do segundo capítulo do segundo tomo de Ordem e Progresso (A República de 89 e o Progresso Industrial: considerações em torno da realidade e ficção de um progresso talvez contraditório), Freyre considera a possibilidade de ler um fenômeno histórico - a evolução econômica do país durante seu período republicano - enquanto conduzido por elementos ficcionais.

[2] Um exemplo desse tipo de análise, certamente baseada em termos distintos do que gostaríamos de propor, pode ser encontrado em Costa Lima (2009).

De modo que o capítulo, ao invés de se voltar para tabelas e gráficos de transformação socioeconômica (o que faz, com bastante moderação), gira em torno dos efeitos culturais e das dinâmicas sociais inauguradas pelo simples fato da ideia de progresso estar "nos ares" brasileiros de então, sem que esses ares correspondessem necessariamente à realidade concreta do país.

Aqui, Gilberto Freyre tem o mérito de ter produzido uma análise historiográfica, ainda em 1957, carregada de elementos que somente nos anos 1970 ganhariam forma consolidada na disciplina[3]. Refiro-me aqui à conjunção de instrumentos de análise mais tradicional com a atenção às dimensões narrativas do texto histórico, que só teria destaque na historiografia moderna a partir da obra de Hayden White (2019).

Freyre chega à conclusão de que o progresso - isso é, a modernização da economia, cultura e dinâmicas sociais, ao modelo europeu de então - era uma espécie de teatro, de armação guiada pelo Estado às custas da taxação de outras regiões menos desenvolvidas do país. Para o autor, aquela vibrante cultura moderna (e, em especial, urbana) havia emergido no Rio de Janeiro, capital do país, convencendo as classes intelectualizadas de que um progresso social havia, finalmente, chegado. Contudo, a coisa não passava de "uma indústria nacional em parte carnavalesca; e cujo progresso era antes ficção do que realidade" (Freyre, 2003, p. 478). Para fomentar seu argumento, Freyre utiliza de um método bastante eclético, elaborando analogias entre estilo arquitetônico e literário (p. 487-488), saltando até análises sociobiográficas comparativas entre figuras relevantes da cultura da época, como Santos Dumont e Emilio Cardoso Aires.

Não nos interessa nesse momento destrinchar o método freyriano de análise, mas vale a pena ressaltar que, nele, o que se perde (possivelmente) em precisão histórica, ganha-se em sofisticação no estudo do imaginário social do Brasil do fim do século XIX. Um comentário a respeito da Exposição Nacional de 1908, que deveria simbolizar a entrada do país no sistema de nações modernas, imagina que

> *os amazonenses e paraenses que se aventuraram a visitá-la, vindos do Extremo Norte ao Rio de Janeiro em patrióticos vapores do Llyod, devem ter sentido de perto a crueldade de um protecionismo que para eles e outros brasileiros de regiões de pouca ou nenhuma indústria manufatureira não significava senão aumento de preços, vida cara, existência precária (Freyre, 2003, p. 488).*

Trata-se aqui de um argumento construído por base na imaginação de sentimentos gerados pela modernização altamente desigual do país, da produção de uma contradição social em nome do desenvolvimento e

[3] Originalmente publicado em inglês em 1973.

progresso da cultura e das dinâmicas sociais antes existentes. O resultado entre essa modernização e o tipo de sociedade que antes existia no país é, para Freyre, contraditório (ou, na sua típica plasticidade linguística, *talvez* contraditório):

> *Ao progresso industrial e urbano no Brasil, na fase que imediatamente se seguiu aos longos anos, de algum modo estéril ou incaracterísticos, de ordem agrária e patriarcal, faltou a influência da ciência - ou arte - de valorização dos homens que completasse a de valorização das coisas. Várias foram as coisas da terra por ele valorizadas: peles, couros, madeiras, pedras, drogas, resinas, plantas, animais, minerais, águas passaram a ter um novo valor; e seu aproveitamento, pelos próprios brasileiros, passou a dar um novo sentido às relações dos homens com a natureza, dos homens com as águas, dos homens com os animais, diferentes das da época apenas pastoril ou somente agrária de economia. Faltou, entretanto, a esse novo sentido das coisas - o industrial - um critério também novo que impregna a mística brasileira do progresso de um corretivo ao que nela se inclinou, desde o fim do século XIX, a ser puro americanismo, quer como ritmo de tempo social, quer como técnica ou processo de ocupação de espaço também social; ou de domínio sobre o espaço físico (Freyre, 2003, p. 489).*

3. Dimensões eróticas da História

O desejo opera na elaboração textual de Freyre como motor que impede as definições de se manterem fixas. Apesar da história da formação do Brasil decorrer do encontro e transformação a partir de três tipos histórico-sociológicos - o português, o índio e o negro - as explicações do sentido que esses atores-personagens inserem no processo histórico tem pouco a ver com o *interesse*, no sentido racional do termo e mais com a dimensão erótica "livremente fantasiada", como disse Antonio Candido (2023).

Freyre tem uma visão historiográfica menos pautada na identificação dos "interesses bem-compreendidos" ao modelo de Tocqueville, e mais pautada pela dimensão erótica da vida dos sujeitos históricos. Os argumentos vão se elencando como se fossem os desejos, especialmente os sexuais, que conduzissem as práticas que moldam a cultura. No desenvolvimento de seu livro, fica explícito que aquela dialética sem síntese se pauta nos desejos de *possuir* e de *entregar-se,* o que permite a construção de personagens *ativos* e *passivos*.

Os primeiros brasileiros, segundo Freyre, são o resultado desse embate de desejos elaborados no encontro entre estes sujeitos históricos: o homem português e a mulher indígena nativa. Apesar de nunca tratar esse encontro de forma ingênua (leia-se desprovida de violência), a estrutura encontra seu equilíbrio: o homem português no seu desejo ativo de possuir e explorar e a mulher indígena, no seu desejo passivo de se entregar ao colonizador. A entrada da figura do negro no texto opera uma mudança, mas que mantém a forma da mesma estrutura. Será a vez da oposição entre senhores e seus escravos assumirem os polos, que passam agora ao sadismo de senhores e masoquismo de escravos.

O escravo aparecerá como lugar onde as contradições dos desejos do escravocrata se encontram – essa é também a conclusão de Benzaquen. De modo que, para Freyre, não são apenas violências destrutivas que coagulam os desejos personificados pelos dois polos; a mulher indígena faz parte das fantasias amorosas do português, o escravo é o primeiro parceiro de brincadeiras (mesmo as sexuais) do senhor de engenho quando criança. Freyre compensa as violências mais brutais do processo de formação do país - estupro e submissão à condição de coisa - com uma espécie de ternura, ela mesma inata ao português.

Essa ternura é mesmo a base do argumento que diferencia a colonização portuguesa e aquela conduzida por outras nações europeias ou a expansão territorial norte-americana. Diferente do inglês, até mesmo do espanhol, o português teria como que recebido na sua formação histórica (em especial, suas histórias de navegações e aventuras em terras estrangeiras distantes) uma espécie de *educação sentimental.* Por isso mais maleável na sua moral, na sua vida erótica e religiosa. Do outro lado, enquanto exemplo contrário, estaria a colonização inglesa (ou a belga, espanhola, e a formação dos Estados Unidos), que deram fruto a um tipo mais duro na sua conduta moral, que só pode produzir e continuar sua própria identidade segregando o escravo africano do convívio com os brancos civilizados e dizimando as populações indígenas originais.

De modo que a violência, apesar de considerada, aparece sob aquela mesma dialética sem conciliação; o português não poderia ser culpado por desejar aqueles que carregavam em si o desejo de serem dominados - a lição é que, ficando “elas por elas”, inevitavelmente o encontro entre esses desejos opostos complementares funda a cultura brasileira.

4. Homem português, mulher indígena

O início de *Casa-Grande* dá o tom do percurso a ser seguido até o fim da narrativa. Não é com argumentos provindos da história ou sociologia política, econômica, ou da análise de instituições que Freyre vai retirar as bases de seu argumento, mas de conclusões sobre os desejos e repressões que constituíram as relações entre portugueses, indígenas e negros escravizados.

O homem português aparece como personagem ativo dos primeiros passos da colonização; ao praticar sua dominação, não apenas obtinha prazer na condução dos atos de violência sexual, mas como que, ao fazê-lo, cumpria também com o destino de sua formação histórica e erótica. Do mesmo modo, pela via contrária, o polo passivo era propenso naturalmente à entrega e no ato de entregar-se ao polo ativo, encontrou prazer ao seu modo.

O português de *Casa-Grande & Senzala* caracteriza-se não pelo tipo de economia, política ou instituições desenvolvidas na sua sociedade, mas principalmente pela liberalidade com que conduz sua vida erótica:

> *Foi misturando-se **gostosamente** com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora (Freyre, 2003, p. 70, grifos nossos).*

Ou seja, a colonização portuguesa é bem-sucedida porque a natureza dos sujeitos que conduziram o processo é mais flexível que a de outros europeus; foi graças ao seu "atrevimento" de fazer filhos mestiços ao primeiro contato com povos de outras raças que o português teria ido mais longe que os outros. Evidentemente, não foi suficiente que Freyre simplesmente apresentasse esse argumento, pois há também um apelo para a dimensão subjetiva, a linguagem utilizada diminui claramente a violência do processo: para o português colonizador tratava-se de ir "misturando-se gostosamente".

Imediatamente depois da descrição da natureza do "macho atrevido" português, o que segue é a apresentação da mulher indígena brasileira. Ela não apenas ingressa no texto como uma figura desejada pelo português, uma vez que lembra a figura da mulher moura – essa parte integrante das fantasias amorosas/sexuais do colonizador – mas elas mesmas seriam desejosas de, "por qualquer buginganga ou caco de espelho", entregarem-se "de pernas abertas" ao português (2003, p. 71).

É crucial para o desenvolvimento de sua narrativa que Freyre ressalte o seguinte: "Do indígena se salvaria a parte por assim dizer feminina de sua cultura" (2003, p. 230). O homem indígena teria sido como que desapropriado de sua masculinidade durante o processo de colonização. Mais uma vez, a astúcia do texto freyriano não calca seu argumento na biologia, mas em motivos histórico-sociais: é sua insubmissão ao trabalho sedentário que "salva" o homem indígena da posição de escravo doméstico posteriormente assumida pelo homem e mulher negros. Já a mulher indígena, pelo contrário, ingressa e integra-se na sociedade brasileira principalmente pela sua entrega sexual e seus conhecimentos acumulados do cuidado da boa aparência e do mundo doméstico:

> *a atividade agrícola e industrial desenvolveu-se quase sempre pela mulher; pela mulher desenvolveu-se a própria técnica da habitação, a casa; e em grande parte a domesticação de animais. Mesmo a magia e a arte, se não se desenvolvem principalmente pela mulher, desenvolvem-se pelo homem efeminado ou bissexual, que à vida de movimento e de guerra de homem puro prefere à doméstica e regular da mulher. Os indígenas do Brasil estavam, pela época da descoberta, ainda na situação de relativo parasitismo do homem e sobrecarga da mulher. Eram as mãos criadoras da cunha que reuniam os principais trabalhos regulares de arte, de indústria, de agricultura (Freyre, 2003, p. 186).*

Não deixemos espaço para dúvida: a violência trazida da realidade histórica ao texto de Freyre é absoluta. Fala-se aqui de processos de destituição de terras, cultura e liberdade conduzidos

pelos portugueses. Mas a estética da narrativa é conduzida de tal modo (com muita habilidade, diga-se de passagem), que ela vai como que se "ternurizando", plasmando-se ao próprio resultado e assim apagando os traços violentos do processo.

De alguma maneira, isso também esteve presente na obra de outros ensaístas latino-americanos; entretanto, quando essa relação de desejos opostos se faz presente também em *El labirinto de la soledad* (Octavio Paz), como nos mostra Silviano Santiago, ela toma uma dialética distinta daquela de Gilberto Freyre. Também, segundo Octavio Paz (por via de Santiago), a mulher indígena do atual México entregou-se ao europeu invasor, mas nisso ela produz uma dimensão positiva em sua própria *ruptura* com seu passado cultural:

> *Ao se entregar, ao abrir-se ao conquistador europeu, a Malinche transgride os valores do seu povo, à semelhança do modo como agiu a nossa Iracema junto ao invasor português, Martim, como está na criação de José de Alencar. Passa para o lado do invasor e por isso – antes de ser vista como mediadora, como o pensamento cordial brasileiro compreendeu a nossa heroína – é julgada traidora desde o momento histórico em que se assenta o alicerce colonial da nação mexicana (Santiago, 2000).*

Tanto Paz quanto Freyre descrevem o mesmo movimento: homem europeu branco + mulher indígena do povo originário em união, por meio do encontro de um desejo ativo e outro passivo. Entretanto, aquilo que aparece no ensaísmo de Octavio Paz - a dimensão *ativa* da passividade, e, consequentemente, o ingresso da mulher indígena mexicana na História cultural - não encontra par em *Casa-Grande*; a mulher indígena ingressa na cultura brasileira enquanto *cuidado, embelezamento* (não do tipo ativo, que usa a aparência enquanto artifício, mas daquele que procura se mostrar disponível), tem papel somente enquanto parte menor numa cultura que não lhe pertence.

Em Paz, não: "A excluída não deveria ter um nome consagrado pela História e, no entanto, o tem... um nome consagrado, que persegue a história mexicana na condição de amante, guia e intérprete do conquistador espanhol Hernán de Cortés: Malinche" (Santiago, 2000). A cordialidade presente, seja em Freyre, seja em Alencar, não se faz presente na imaginação ensaística de Octavio Paz, ao descrever o ingresso do mesmo personagem na narrativa historiográfica da colonização mexicana.

Silviano Santiago - seguindo Octavio Paz - toma aqui um caminho do qual pretendo desviar. Lendo a negatividade presente na construção do feminino, ele saltará dessa condição de submissão à universalidade do negativo: "Desprezada a hierarquização de gênero típica do mundo patriarcal, não representaria ela 'o' ser latino-americano ou mexicano sincero e autêntico, que há muito deveria ter dado lição aos grandes intérpretes da latino-americanidade?" (Santiago, 2000). Interpretação demasiado ligada à reviravolta prevista na filosofia da

linguagem de Derrida, ela se aproxima daquela *verdade autêntica* que, nesse caso a mulher, no ensaio *O entre-lugar do discurso latinoamericano*, a literatura produzida no Novo Mundo tem de revelar à literatura europeia.

Talvez a atribuição de universalidade ao negativo - seja aquela na figura do feminino pela dominação masculina, seja aquela produzida pelo imperialismo europeu sob os povos colonizados - não constitua o melhor caminho de análise. De fato, é um objetivo distinto daquele que procuro aqui (e era sobre isso que me referia quando coloquei este texto numa posição heterodoxa em relação às suas referências). A atribuição de uma verdade autêntica, ancestral e pré-linguística ao negativo em Derrida - que se faz presente de modo marcante na leitura de Santiago - foi percebida por Jürgen Habermas como uma falida tentativa de escape da filosofia do sujeito (e mesmo como uma "charlatanice") (Habermas, 2000, p. 227-260). Não chegaremos a tanto. Entretanto, minha opção pela cautela no uso da *desconstrução* mora justamente na suspeita que aqui levantamos em relação à universalidade do negativo. Ela aqui nos serve apenas enquanto modo de revelar a violência da "dialética sem síntese" que é suprimida na linguagem de Freyre.

Em lugar de atribuir ao negativo um valor originário ou revelador de uma verdade profunda sobre a experiência latino-americana, este artigo propõe compreender sua função dentro de um regime discursivo que o neutraliza por meio da estética. A violência — seja colonial, sexual ou epistêmica — não é aqui celebrada como fonte de autenticidade, mas observada enquanto é dissolvida na forma literária. Trata-se de compreender como a linguagem de Freyre age para estilizar a dor, recodificando-a em afetos mais palatáveis ao leitor. Isso não exclui sua potência crítica — ao contrário, é justamente essa ambivalência que permite ver na obra freyriana um documento sobre os mecanismos simbólicos que sustentaram a conciliação ideológica da história brasileira.

5. A política do desejo

O tipo de estrutura apresentada na sua análise da primeira fase da colonização será a base para todo o livro. Segundo Freyre, pode-se usar os termos *sadismo* e *masoquismo* para descrever a base das relações entre o homem português e a mulher indígena, em primeiro lugar, mas principalmente a escrava negra:

> *Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio. O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra (Freyre, 2003, p. 113).*

Mas é no seio da família patriarcal que se encontra o lugar privilegiado para o desenvolvimento dessa relação sadomasoquista. Ela inicia mesmo na infância do futuro senhor de

engenho, quando esse ainda está por aprender a canalizar seus desejos: "Através da submissão do moleque, seu companheiro de brinquedos e expressivamente chamado leva-pancadas, iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico" (2003, p. 113).

Esse conjunto de experiências vai se desenvolver no jovem senhor de engenho para formar então um tipo de personalidade sádica que extrapola os limites da esfera privada e constitui mesmo a vida pública – entenda-se *política* – da sociedade brasileira:

> *Transforma-se o sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, gaios e canários - tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho (Freyre, 2003, p. 113-114).*

Esse argumento seguirá por mais quase duas páginas inteiras, descrevendo como a transição da estrutura do *sadismo x masoquismo* presente nas relações entre senhor e escravo encontra suas novas figuras do governo e do povo:

> *esse sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual e doméstica, têm-se feito sentir através da nossa formação, em campo mais largo: social e político. Cremos surpreendê-los em nossa vida política, onde o mandonismo tem sempre encontrado vítimas em quem exercer-se com requintes às vezes sádicos; certas vezes deixando até nostalgias logo transformadas em cultos cívicos, como o do chamado marechal-de-ferro. A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a focos de fácil profilaxia política: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar "povo brasileiro" ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático (Freyre, 2003, p. 114).*

E a seguir, Freyre apresenta seu quadro derradeiro da realidade política brasileira. Ela é apresentada numa enxurrada de contrários inconciliáveis. Para Freyre, seria preciso abdicar da crença de que as ideologias políticas correntes seriam capazes de compreender os problemas brasileiros. Como não há espaço suficiente aqui para discutir o tema, ficamos somente com o seguinte comentário: nem o conservadorismo, nem liberalismo seriam capazes de superar o tipo de mentalidade que se estruturou no Brasil, devido à sua formação histórica:

> *o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente européia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia (Freyre, 2003, p. 114).*

Para surpresa (ao menos, a possível surpresa do leitor contemporâneo), imediatamente após essa passagem, Freyre dirá que esse instável equilíbrio

guarda também suas vantagens, concluindo, inclusive, que essa pode ser uma grande marca diferenciadora do país no contexto dos anos 1930:

> *E não sem certas vantagens, as de uma dualidade não de todo prejudicial à nossa cultura em formação, enriquecida de um lado pela espontaneidade, pelo frescor de imaginação e emoção do grande número e, de outro lado, pelo contato, através das elites, com a ciência, com a técnica e com o pensamento adiantado da Europa. Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil. É verdade que o vácuo entre os dois extremos ainda é enorme; e deficiente a muitos respeitos a intercomunicação entre duas tradições de cultura (Freyre, 2003, p. 115).*

Conclusão

A proposta deste artigo foi reposicionar *Casa-Grande & Senzala* dentro de uma tradição ensaística cuja força não reside apenas nos argumentos históricos ou sociológicos, mas na maneira como esses são articulados por uma forma narrativa que suaviza conflitos e estetiza a violência. Longe de sugerir ingenuidade ou apagamento intencional por parte de Freyre, esta leitura propõe que é justamente no entrelaçamento entre desejo, linguagem e violência que se constrói a singularidade da obra. Uma leitura atenta à forma, portanto, permite não apenas retomar Freyre ao debate contemporâneo, mas também renovar as ferramentas com que a historiografia lida com os seus próprios limites expressivos.

Referências

Benzaquen de Araújo, R. (1994). *Guerra e Paz*: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930. São Paulo: Editora 34.

Candido, A. (2023). *Literatura e sociedade.* São Paulo: Todavia.

Costa Lima, L. (2009). *O controle do imaginário & a afirmação do romance*: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flandres, Tristam Shandy. São Paulo: Companhia das Letras.

Faria, A. A. M.; Gonçalves, D. S.; Soares, M. J. H. (orgs.). (2018). *Mário de Andrade e os trabalhadores*: antologia de prosa e verso. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG.

Fleming, C. (2023). Notas introdutórias sobre as relações de gênero na obra de Gilberto Freyre. *Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social,* Coluna Primeiros Escritos. Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 2023. Disponível em: https://blogbvps.com/2023/12/15/coluna-primeiros-escritos-notas-introduto-

rias-sobre-as-relacoes-de-genero-na-obra-de-gilberto-freyre-por-cleverson-fleming/. Acesso em 28 de out. de 2025.

Freyre, G. (2003). *Casa-Grande & Senzala*, São Paulo: Global Editora.

Freyre, G. (2004). *Ordem e progresso*, São Paulo: Global Editora.

Habermas, J. (2000). *O discurso filosófico* da modernidade. São Paulo: Martins Fontes.

Santiago, S. (2000). *O entre-lugar do discurso latino-americano*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Tavolaro, S. B. F. (2017). Gilberto Freyre e o tempo-espaço brasileiro: uma crítica ao cronótopo da modernidade. *Sociedade e Estado,* 32(2), p. 411–438. DOI: https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3202007

White, H. (2019). *Meta-História:* a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp Editora.

Recebido em 08/05/2024*. Aprovado em 11/09/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Desiguais e divididos: situação interseccional e ordenamento das hierarquias

Resenha de Costa, S. (2025). *Desiguais e divididos* – uma interpretação do Brasil polarizado. São Paulo: Todavia.

Unequal and divided: intersectional situation and ordering of hierarchies

Book review of Costa, S. (2025). *Desiguais e divididos* – uma interpretação do Brasil polarizado. São Paulo: Todavia.

Desiguales y divididos: condición interseccional y ordenamiento de las jerarquías

Reseña de Costa, S. (2025). *Desiguais e divididos* – uma interpretação do Brasil polarizado. São Paulo: Todavia.

Renato FRANCISQUINI

renato.francisquini@ufba.br

Universidade Federal da Bahia (UFBA).

*O livro **Desiguais e Divididos**, de Sérgio Costa, analisa as transformações recentes da política brasileira destacando o impacto dos desordenamentos e reordenamentos das hierarquias sobre as escolhas políticas de indivíduos e grupos sociais. A hipótese central é que as escolhas políticas resultam das mudanças nas "situações interseccionais" dos indivíduos e da forma como tais movimentos são interpretados discursivamente. A resenha sintetiza os principais achados do livro e apresenta questões para pensar os desdobramentos da análise realizada pelo autor.*

Palavras-Chave: Situação Interseccional; Desigualdades; Divisão Social; Ordenamento de Hierarquias.

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2025.61.3.20996

The book Desiguais e Divididos (Unequal and Divided), by Sérgio Costa, analyzes recent transformations in Brazilian politics, highlighting the impact of the disruptions and reorderings of hierarchies on the political choices of individuals and social groups. The central hypothesis is that political choices result from changes in individuals' "intersectional situations" and from the ways in which such movements are discursively interpreted. This review synthesizes the book's main findings and raises questions to reflect on the developments of the author's analysis.

Keywords: ***Intersectional Situation; Inequalities; Social Division; Ordering of Hierarchies.***

El libro Desiguais e Divididos (Desiguales y Divididos), de Sérgio Costa, ofrece un análisis convincente de las transformaciones recientes de la política brasileña, destacando cómo los desórdenes y reconfiguraciones de las jerarquías sociales han influido en las elecciones políticas de individuos y grupos sociales. El argumento central del autor sostiene que el comportamiento político resulta de los cambios en las "situaciones interseccionales" de los individuos y de las interpretaciones discursivas mediante las cuales tales cambios son comprendidos. Esta reseña sintetiza las principales aportaciones del libro y plantea cuestiones para reflexionar sobre las implicaciones de su análisis en la comprensión de la democracia brasileña contemporánea y de las dinámicas de la desigualdad.

Palabras clave: Situación Interseccional; Desigualdades; División Social; Ordenamiento de Jerarquías

O livro *Desiguais e Divididos* é um exercício exemplar da boa ciência social. A obra se debruça sobre eventos recentes da realidade brasileira, procurando entender as suas causas profundas e a articulação entre os fatores que ajudam a explicar o tempo presente. Parafraseando Raymond Aron (1987), o autor busca conferir coerência a uma realidade que, a olho nu, pode parecer apenas absolutamente caótica e acidental.

Em uma abordagem eclética, o texto dialoga com três matrizes analíticas, quais sejam, as explicações socioestruturais, ideológicas e culturais. A primeira dessas matrizes destaca a relação entre fatores econômicos e comportamento político. A abordagem ideológica, por sua vez, chama a atenção para o impacto dos discursos promovidos pela Direita por meio das novas tecnologias da informação e do

repertório de manifestações de rua de grupos ultraliberais e conservadores. As explicações culturalistas situam as mudanças nas atitudes políticas em transformações mais amplas nas hierarquias de gênero, raça e classe.

As três interpretações contribuem para entender como uma sociedade profundamente desigual vem se tornando uma sociedade cronicamente dividida. Cada qual, porém, torna-se insuficiente diante da complexidade das agudas transformações vivenciadas nas últimas décadas. A escolha por privilegiar uma dimensão singular implica desconsiderar justamente aquilo que é mais importante na dinâmica política e social, isto é, a articulação entre os diferentes elementos econômicos, ideológicos e culturais.

Sérgio Costa nos convida a ampliar e diversificar o olhar teoricamente informado sobre os dilemas do presente. Desde uma perspectiva multidimensional, "em sua fórmula analítico-teórica, a hipótese central deste livro é que existe um nexo forte e claro entre a *situação interseccional* de indivíduos e grupos e suas escolhas políticas" (p. 18). A ideia de "situação interseccional" atualiza o conceito weberiano de "situação de classe", incluindo as "múltiplas hierarquias sociais entrelaçadas e interdependentes" (p. 18).

O autor pretende, com isso, apreender os variados vetores que constituem as estruturas nas quais estamos inscritos, determinando a nossa posição nas hierarquias sociais. Além de extrapolar os limites das interpretações monocausais, essa estratégia desfaz certos preconceitos do senso comum, como a ideia muito difundida entre parte da Esquerda segundo a qual seria irracional às classes mais baixas aderir à Direita. Costa assume que há, sim, razão, ou razões, como prefere, para que as pessoas façam certas escolhas políticas. A busca pelas lógicas que permitem entender os movimentos do tempo presente não corresponde, é claro, à negação do caráter acidental dos acontecimentos. Nas palavras do autor, "[a] situação interseccional condiciona, mas não determina, as escolhas políticas. Afinal, *a contingência é a regra* que, na sociologia, não admite exceções" (p. 18, grifos nossos).

Se quisermos sintetizar o argumento que será explorado no livro, reduzindo perigosamente a sua complexidade, poderíamos dizer que as mudanças nas escolhas políticas observadas nas últimas décadas não são aleatórias e nem se explicam pelo mito da irracionalidade das massas. Elas decorrem dos deslocamentos de indivíduos e grupos nas diversas hierarquias sociais e da forma como esses movimentos são interpretados discursivamente. Em outras palavras, para entender adequadamente as razões do sujeito que apoiou os governos de centro-esquerda de 2002 a 2013, defendeu o impeachment em 2016 e votou na extrema-direita em 2018 e 2022, devemos olhar para as variações em sua situação interseccional e sobre a interpretação predominante acerca de suas causas.

Interpretar a mobilidade de indivíduos e grupos nas posições interseccionais não é um empreendimento simples.

As múltiplas formas de desigualdade constituem hierarquias complexas, de modo que ganhos em certas áreas podem vir acompanhadas de perdas mais significativas em outras. Não podemos desconsiderar tampouco a relatividade dos sentimentos de privação e privilégio. Ganhos econômicos podem ser relativizados por perdas em termos da posição relativa nas relações de gênero. O crescimento da renda pode ser impactado pela perda da exclusividade no acesso a certos espaços.

O livro está estruturado em cinco capítulos. O primeiro apresenta uma definição de desigualdade associada à ideia de "distâncias entrelaçadas", que permite entender as múltiplas faces das disparidades que impactam as oportunidades de que os indivíduos desfrutam de desenvolver e perseguir as suas concepções do bem. No capítulo 2, destaca-se o caráter relacional e interdependente das desigualdades sociais. Sugere-se que a constituição, a reprodução e a persistência das desigualdades decorrem das distintas oportunidades conferidas às pessoas para se valer dos recursos provenientes da cooperação social. Fechando a parte conceitual, o terceiro capítulo explora a constituição recíproca entre atores e discursos políticos. Partindo da ideia de articulação formulada por Stuart Hall, Costa evidencia a complementaridade entre duas questões que aparecem apartadas na literatura: a relação entre posições de classe e escolhas políticas e o entrelaçamento entre desigualdade social e diferença. Nessa perspectiva, a emergência das lutas políticas está associada à "articulação contingente de uma certa posição na estrutura social com um certo discurso sobre a diferença" (p. 81).

As seções finais do trabalho, os capítulos 4 e 5, são dedicadas à aplicação dos dispositivos teórico-conceituais desenvolvidos para a compreensão das transformações pelas quais passou a política brasileira desde o início do século XXI. Na visão do autor, o período se caracteriza por uma luta pelo desordenamento e o reordenamento das diversas desigualdades que marcaram a história da formação da sociedade brasileira.

O primeiro governo PT (2003-2016) foi marcado por inflexões na estrutura das hierarquias sociais. As políticas públicas implementadas no período, além de uma conjuntura internacional favorável, resultaram em uma redução relevante do Índice de Gini e na ascensão de um número significativo de pessoas ao que se convencionou chamar de nova classe média. Os efeitos de longo prazo dessas políticas, todavia, teriam sido ambivalentes. O crescimento da renda e do acesso a certos bens e serviços não alcançou igualmente todas as classes sociais. As evidências mencionadas no livro sugerem um crescimento concentrado nos dois extremos da pirâmide social. Além disso, não houve um impacto significativo na concentração da riqueza.

Em outra frente, a institucionalização de arranjos políticos voltados para combater as desigualdades de gênero e raça teve o intuito explícito de aprimorar a situação de poder de grupos historicamente marginalizados.

As estruturas institucionais, entretanto, foram posteriormente abolidas no governo Temer e profundamente ressignificadas na administração Bolsonaro.

Na interpretação de Costa, essas medidas teriam sido insuficientes para causar uma transformação expressiva nas hierarquias de poder. A reversão realizada já nos primeiros meses após o impeachment de Dilma Rousseff seria um sinal da frágil sustentação dos resultados obtidos. Nesse sentido, os governos de centro-esquerda teriam contribuído apenas marginalmente para modificar as desigualdades que constituem a nossa sociedade.

Essa conclusão parece-me questionável. Embora seja inevitável reconhecer a destruição causada pelos sucessores, há inúmeros ganhos de longo prazo que mereceriam ser considerados. A despeito de todos os ataques sofridos, o PT segue competitivo eleitoralmente. Para usar a linguagem do autor, as pessoas que se beneficiaram ou que interpretaram de maneira positiva o desordenamento das desigualdades aderiram a discursos mais à Esquerda, cujo principal representante no sistema político continua sendo o PT. A lealdade de uma parte da população a um partido que tem entre as suas pautas centrais a luta contra a pobreza é um resultado que não pode ser minimizado. Ademais, há políticas cujos resultados ainda estão por ser adequadamente aferidos. Este é o caso, por exemplo, das políticas de acesso ao ensino superior[1].

É certo que algo se moveu nas estruturas da sociedade brasileira a partir de 2013. A literatura produziu inúmeras interpretações sobre as manifestações de rua que eclodiram em cidades de todo o país em junho daquele ano. Costa sugere que as insatisfações e esperanças que impulsionaram os protestos emergem dos deslocamentos nas situações interseccionais e dos diferentes sentidos discursivos atribuídos a esses movimentos. Tais modificações impactaram as relações sociais convencionais e trouxeram à tona conflitos que eram mantidos em estado latente.

As eleições presidenciais de 2014 atestam certo descompasso entre o que acontecia na sociedade e no sistema político. A vitória apertada de Dilma Rousseff foi seguida por um período de más notícias no campo econômico, com recessão e aumento da inflação, e no campo político, com a entrada em cena da Operação Lava-Jato. A Direita se lança, então, às ruas e renova seu repertório de ação política com manifestações organizadas por associações que haviam ganhado protagonismo em junho de 2013.

Costa sustenta, porém, que o desdobramento do processo de impeachment teria sido definido em um âmbito distante das ruas. Para o autor, a

[1] Ver Lima e Campos (2025).

parcela mais privilegiada da sociedade atuou decisivamente para levar a cabo o afastamento de Rousseff. A escolha dessa via teria menos a ver com a política econômica do governo do que com a perda das conexões seletivas que os milionários mantinham com o Estado, causada pelas investigações dos órgãos de controle.

Parece-me importante incluir outras variáveis nessa equação. Como mostra Laura Carvalho (2018), a perda de arrecadação durante o governo Dilma foi causada pela extensão das isenções fiscais, mobilizadas pelo governo Lula durante a crise de 2008 como instrumento contracíclico. A autora chama essa medida de "Agenda FIESP", o que torna difícil entender o apoio da entidade ao impeachment. Seria a possibilidade de obter ganhos maiores com o governo Temer? A promessa de uma agenda mais favorável aos seus interesses?

É importante considerar também o papel do PSDB, que, embora derrotado nas eleições presidenciais, controlava o governo do estado mais populoso do país e dispunha de uma bancada numerosa no Congresso Nacional. O partido foi fiador do impedimento de Dilma e um de seus principais articuladores junto ao empresariado. As lideranças do partido não contavam, porém, que o governo Temer seria um desastre e a cruzada "anticorrupção" atingiria partidos de todos os lados do espectro ideológico.

O sucesso eleitoral de Bolsonaro, até pouco tempo antes apenas um caricato deputado do baixo clero, pode ser explicado pelo encontro entre o discurso neoliberal e neoconservador e um público frustrado com os recentes desordenamentos/reordenamentos das desigualdades. Nas palavras do autor,

> *a campanha de Bolsonaro e de vários outros candidatos que adotaram a mesma retórica logrou construir um discurso abrangente capaz de articular insatisfações políticas referidas a diferentes situações de classe em suas múltiplas interseções com raça, gênero, sexualidade e religião (p. 141).*

É no mínimo curioso recordar que quatro anos antes a retórica da extrema-direita parecia inaceitável. Algo se transformou na opinião pública para tornar certos discursos não apenas aceitáveis, mas eficazes na mobilização de afetos e na conquista de apoio na população. Os grupos que votaram em Aécio e Bolsonaro, pelos dados demográficos, são muito semelhantes. Por que estes grupos passaram a considerar este discurso aceitável? Wendy Brown (2019) sugere que a ascensão da extrema-direita nos EUA seria uma externalidade de longo prazo da expansão da razão neoliberal. As semelhanças entre o trumpismo e o bolsonarismo permitem suspeitar que haveria fatores em comum a explicar o caminho seguido pelos dois países.

O governo Bolsonaro foi marcado por um fortalecimento da estrutura de comunicação, cujo famigerado "gabinete do ódio" estava lotado ao lado do escritório da presidência, e pela cessão ao Congresso Nacional da administração do orçamento público. A combinação destes dois elementos permitiu ao então presidente manter o apoio do grupo mais radicalizado do bolsonarismo e preservar seu

mandato ao longo dos quatro anos, não obstante as suas ações (e omissões) na pandemia. Mas não foi suficiente, por outro lado, para assegurar a ele um segundo mandato.

Nesse período, a oposição, no sistema político e na sociedade, se reorganizou e reorientou o seu discurso. O resultado da eleição presidencial de 2022 reafirma o padrão que vinha sendo construído desde meados da década de 2010. Os homens, brancos, de classe média e alta, sobretudo evangélicos, apoiaram a reeleição do então presidente. As pessoas mais pobres, as mulheres, a população negra e habitantes do Nordeste, de outro lado, definiram a vitória de Lula.

A eleição de Lula, porém, não fez arrefecer as tensões sociais. Ao longo da campanha, houve aumento preocupante da violência política e foi sendo construída a narrativa de descredibilização do sistema eleitoral. Não foi por mera coincidência que assistimos, no fatídico 8 de janeiro de 2023, à invasão dos prédios dos três poderes pela horda bolsonarista que promoveu a destruição da estrutura física do Estado, esperançosa de que destruía também a entidade simbólica a que damos o nome de governo[2].

Na leitura de Costa, o estado de profunda divisão em que ora se encontra a sociedade é o resultado de uma extrapolação das disputas materiais e simbólicas para fora do sistema político. O que no debate público se denomina "polarização", por vezes de maneira leviana, seria, em verdade, um conflito acerca da manutenção ou da subversão das hierarquias nas diversas esferas sociais. Se, hoje, os jantares de família já não têm a paz de outrora, é porque estas disputas, não sendo processadas adequadamente pelas instituições políticas, invadiram o cotidiano dos cidadãos.

Por fim, cabe indicar três "peças mal encaixadas" mencionadas no livro: a questão religiosa (a ascensão dos evangélicos e sua adesão à extrema-direita), o problema do falseamento deliberado da realidade e a influência política dos milionários. Embora seja necessário reconhecer a imensa diversidade de denominações e orientações ideológicas, há uma tendência entre os evangélicos a votar em candidatos ligados ao bolsonarismo e à extrema-direita. Uma hipótese aventada no livro é a de que a posição geral dessa parte da sociedade seria no sentido do reordenamento das desigualdades, sobretudo aquelas vinculadas a uma visão tradicional de família.

No caso do segundo elemento, Costa, mesmo identificando o poder da máquina digital construída pela extrema-direita, sustenta que a parte mais significativa dos seus discursos atua no nível ideológico, na disputa sobre o significado dos eventos em um mundo compartilhado. Não haveria,

[2] Os responsáveis pelo que hoje se reconhece como uma tentativa de golpe de Estado encontram-se ora em processo de julgamento.

assim, um impacto ontológico, a criação de um outro mundo, com lógica e regras próprias. Essa conclusão me parece duvidosa. Como lembra Hannah Arendt (2016), o esforço deliberado para desconstruir a "verdade factual" acaba por desfazer a urdidura política necessária à democracia.

A última peça mencionada pelo autor se refere a um problema longevo da sociedade brasileira. Até bem pouco tempo atrás, a literatura especializada reconhecia no financiamento privado de campanhas a chave para entender a influência de certos grupos sobre as decisões políticas. Parte importante dos escândalos de corrupção se vinculava à concentração do financiamento de campanhas em um número reduzido de empresas, muitas das quais mantinham negócios com o Estado. No entanto, desde 2015, as pessoas jurídicas estão proibidas de financiar campanhas e partidos, ao mesmo tempo em que se criou um robusto sistema de financiamento público. A despeito dessas mudanças, os milionários continuam exercendo um forte poder de veto sobre o sistema político.

O autor reconhece na atuação desse grupo um dos fatores cruciais para explicar a enorme dificuldade de se realizar mudanças estruturais que promovam uma sociedade mais justa. O Brasil segue uma tendência identificada por Piketty (2014), que chama a atenção para o fato de a desigualdade vir recrudescendo mesmo em sociedades economicamente desenvolvidas. O que explica a enorme dificuldade de se implementar um imposto sobre grandes fortunas ou mesmo a cobrança de tributos sobre dividendos, uma vez que os beneficiários dessa estrutura, como bem nos lembra Costa, são uma elite muito reduzida? Neste ponto, o autor admite a insuficiência dos modelos desenvolvidos até aqui para entender o problema. Poderíamos, contudo, avançar algumas hipóteses relacionadas ao arranjo institucional e ao manejo dos mecanismos políticos, à carência de um projeto coerente, entre outros.

Sérgio Costa nos convida a lançar um olhar teoricamente fundamentado sobre as transformações recentes na sociedade brasileira. Os achados reunidos no livro, ancorados em uma rica e diversificada conceitualização, conferem coerência aos eventos analisados, sem, com isso, desconsiderar a contingência típica dos assuntos humanos. Trata-se de uma abordagem que interessa ao público acadêmico, letrado na literatura mobilizada, mas que alcança também leitores que não estão familiarizados com a linguagem sociológica.

Referências

Arendt, H. (2016). "Verdade e política". In: Arendt, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

Aron, R. (1987). *As etapas do pensamento sociológico.* São Paulo: Martins Fontes.

Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo:* a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. (Trad.) São Paulo, Editora Filosófica Politeia.

Carvalho, L. (2018). *Valsa brasileira:* do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia.

Lima, M.; Campos, L. A. (orgs.). (2025). *O impacto das cotas:* duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. São Paulo: Autêntica.

Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI.* São Paulo: Intrínseca.

Recebido em 18/08/2025. Aprovado em 29/08/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Uma defesa do liberalismo e as vantagens e desafios de se viver o modo de vida liberal

Resenha de Lefebvre, A. (2024). Liberalism as a way of life. Princeton: Princeton University Press.

A defense of liberalism and the advantages and challenges of living the liberal way of life

Book review of Lefebvre, A. (2024). Liberalism as a way of life. Princeton: Princeton University Press.

Una defensa del liberalismo y las ventajas y desafíos de vivir de acuerdo con el modo de vida liberal.

Reseña de Lefebvre, A. (2024). Liberalism as a way of life. Princeton: Princeton University Press.

Julia MOURA

juliasmoura@gmail.com

Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O objetivo da resenha é apresentar o livro ***Liberalism as a Way of Life*** *(2024) de Alexandre Lefebvre. Neste texto o autor efetua uma defesa do liberalismo de modo original e surpreendente, pois seu objetivo central é demonstrar de que modo o liberalismo em democracias liberais não mais se restringe à cultura pública, mas transbordou para a forma como vivemos. Além de descrever tal contexto, Lefebvre busca, também, mostrar as vantagens desta forma de vida e a importância de seu cultivo para a manutenção do mesmo. Destaca-se, porém, que o autor enfatiza que há uma corrupção dos elementos de liberalismo que caracterizam o mundo atual, com ideais como a meritocracia, racismo e capitalismo, que nos mostram que não vivemos no âmbito do liberalismo e sim de modos híbridos que o autor caracteriza de* ***Liberadom.*** *O*

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2025.61.3.21047

caminho percorrido por Lefebvre tem como referenciais teóricos dois teóricos contemporâneos: John Rawls e Pierre Hadot. Em relação a Rawls, Lefebvre se insere como herdeiro e crítico dos principais elementos do projeto teórico rawlsiano ao articular com originalidade e de modo surpreendente algumas das principais ideias da ***Justiça como Equidade*** *como exercícios espirituais no ideal de uma forma de vida, ideia inspirada em Hadot. Trata-se de livro que consegue, como poucos, articular densidade teórica argumentativa com uma leitura clara e envolvente.*

Palavras-Chave: Liberalismo; John Rawls; Pierre Hadot.

The purpose of this review is to present Alexandre Lefebvre's book ***Liberalism as a Way of Life*** *(2024). In this text, the author defends liberalism in an original and surprising way, as his main objective is to demonstrate how liberalism in liberal democracies is no longer restricted to public culture, but has become part of the way we live. In addition to describing this context, Lefebvre also seeks to show the advantages of this way of life and the importance of cultivating it in order to maintain it. It should be noted, however, that the author emphasizes that there is a corruption of the elements of liberalism that characterize the current world, with ideals such as meritocracy, racism, and capitalism, which show us that we do not live in the realm of liberalism, but rather in hybrid modes that the author characterizes as Liberadom. Lefebvre's path has two contemporary theorists as theoretical references: John Rawls and Pierre Hadot. From Rawls, Lefebvre can be seen as heir and critic of the main elements of the Rawlsian theoretical project by articulating with originality and in a surprising way some of the main ideas of Justice as Fairness as spiritual exercises in the ideal of a way of life, an idea inspired by Hadot. This is a book that, like few others, manages to articulate theoretical density with a clear and engaging style of writing.*

Keywords: Liberalism; John Rawls; Pierre Hadot.

El objetivo de la reseña es presentar el libro ***Liberalism as a Way of Life*** *(2024) de Alexandre Lefebvre. En este texto, el autor realiza una defensa del liberalismo de manera original y sorprendente, pues su objetivo central es demostrar cómo el liberalismo en las democracias liberales ya no se restringe a la cultura pública, sino que ha desbordado hacia la forma en que vivimos. Además de describir este contexto, Lefebvre busca también mostrar las ventajas de este modo de vida y la importancia de su cultivo para su mantenimiento. Cabe destacar, sin embargo, que el autor subraya la existencia de una corrupción de los elementos del liberalismo que caracterizan el mundo actual, con ideales como la meritocracia, el racismo y el capitalismo, los cuales nos muestran que no vivimos plenamente en el ámbito del liberalismo, sino en formas híbridas que el autor denomina* ***Liberadom****. El recorrido de Lefebvre tiene como referentes teóricos a dos pensadores contemporáneos: John Rawls y Pierre Hadot. En relación con Rawls, Lefebvre se presenta como heredero y crítico de los principales elementos del proyecto teórico rawlsiano al articular, con originalidad y de manera sorprendente, algunas de las ideas centrales de la* ***Justicia como equidad*** *como ejercicios espirituales dentro del ideal de una forma de vida, una noción inspirada en Hadot. Se trata de un libro que logra, como pocos, articular densidad teórica y argumentativa con una lectura clara y envolvente.*

Palabras clave: Liberalismo; John Rawls; Pierre Hadot.

O livro *Liberalism as a Way of Life* (2024), de Alexandre Lefebvre, tem um objetivo declarado em suas primeiras páginas: trata-se de uma defesa não só do liberalismo, mas do liberalismo como uma forma de vida que vale a pena ser vivida e cultivada. Sua tese será desenvolvida através da especificação do que é liberalismo hoje, dos seus princípios e ideais – e esta última parte considero a mais interessante e inovadora – da tentativa de demonstrar como o liberalismo estrutura a nossa ideia de nós mesmos. O motivo para esta defesa: oferecer uma forma de vida integrada e proeminente que está disponível hoje (2024, p. 07).

No primeiro capítulo, "A água em que nadamos", Lefebvre resgata a famosa conferência do escritor David Foster[1] Wallace para ilustrar a concepção de liberalismo que irá sustentar ao longo do livro. Como se sabe, na palestra em questão, Wallace resgata uma piada-parábola: há dois peixes jovens nadando na água e encontram um peixe mais antigo que pergunta para eles como está água, mas os dois peixes continuam nadando. Depois de um tempo, param e perguntam um para o outro: "O que é água?". A metáfora da água guiará a defesa do liberalismo pretendida pelo autor que coloca os atuais críticos do liberalismo como os "peixes antigos" e seus defensores como os "peixes jovens" (2024, p. 11). Neste sentido, é provável que leitores desta resenha já percebam que, querendo ou não, provavelmente já estão inseridos na metáfora, como peixes antigos (críticos do liberalismo) ou peixes jovens (seus defensores).

O que constitui o liberalismo? Peixes "jovens" afirmarão: direitos individuais, liberdades civis, democracia, constituições. De fato, estes são, segundo o autor, elementos que constituem o liberalismo, mas não são o próprio. Retomando a metáfora da água, estes elementos descrevem os corais, a vida marítima, mas não descrevem a própria água (o liberalismo). Já os críticos do liberalismo, "os peixes antigos", percebem que estes elementos são secundários ao liberalismo. O essencial para eles é que o liberalismo é uma visão de mundo e um sistema de valores. Lefebvre situa-se entre estas duas perspectivas. Considera que a crítica que entende o liberalismo como a água (peixes antigos) assume a perspectiva correta do liberalismo (ainda que discorde da conclusão destes sobre a forma precária de vida que decorre dela). Neste sentido, tal alinhamento de escopo distancia Lefebvre de concepções do liberalismo baseadas em direitos ou de uma doutrina política. Logo, a sua proposta é sobre um tópico político, mas que se situa melhor na esfera da ética, pois trata, fundamentalmente, do bem viver

[1] O ensaio "*This is Water*", de David Foster Wallace, deriva de um discurso de formatura proferido em 2005 no Kenyon College.

e, mais do que isso, se conecta com uma literatura de autoajuda (2024, p. 13). A forma como se conecta é por entender o liberalismo em um escopo abrangente que "pode ser a base de uma concepção de mundo pessoal, uma forma de viver e uma orientação espiritual". Neste sentido a "boa vida" (entre outras) seria a forma de vida liberal (2024, p. 13).

O argumento proposto é descritivo e normativo. Descritivo por ter como tarefa demonstrar para as pessoas (pelo menos em democracias liberais) que elas já são liberais em um sentido robusto (2024, p. 17). É normativo por considerar que esta é a forma boa de vida (não superior, evidentemente, pois afirmar isto seria antiliberal). No entanto, a conclusão de que nadamos em "águas liberais", para manter a metáfora, não nos deve fazer sentir que agora basta continuar nadando. De tal modo, há um desdobramento que o autor denomina de espiritual, pois se trata de defender que uma forma de vida liberal não decorre de se viver ou de se ter sido socializado em democracias liberais e sim de se compreender que viver esta forma de vida é demandante e exige cultivo pelos indivíduos.

Lefebvre apresenta, assim, um dos trabalhos mais originais e, certamente, surpreendentes do atual estado da arte sobre o liberalismo. Original pois conecta com robustez teórica o pensamento de dois autores que pertencem a tradições e áreas diferentes da filosofia em um livro que costura referências *pop* e experiências pessoais do autor; surpreendente por sustentar seu argumento em uma interpretação não ortodoxa mas muito atualizada das novas leituras do pensamento rawlsiano[2].

Para situar o liberalismo, dado a polissemia do termo, Lefebvre apresenta os autores que inspiraram seu livro: John Rawls (1922-2002) e Pierre Hadot (1922-2010). Sobre Rawls, Lefebvre se posiciona não como alguém que fará mais uma tese sobre notas de rodapé ainda não exploradas de *Uma Teoria de Justiça* (TJ), mas sim através de uma interpretação "não ortodoxa" (2024, p. 23) que situa Rawls como o filósofo moral, isto é, alguém que sistematizou as tendências existentes da sociedade, bem como a autocompreensão de seus membros, e assim consegue guiá-los para direções promissoras (2024, p. 23).

O objetivo não é exegético. Pode-se afirmar mesmo que é um convite para um autorreconhecimento de nós mesmos nas páginas de TJ. Este reconhecimento, identificado pelo elemento central da teoria, é a ideia de que *a sociedade deve ser concebida e estruturada como um sistema equitativo*

[2] Neste sentido, percebe-se a apropriação da tese de Paul Weithman do livro *Why Political Liberalism* (2011) que influenciou discussões contemporâneas de razão pública, além da temática da reciprocidade como elementos de seu livro que refletem em maior ou menor medida alguns dos caminhos recentes da literatura na área.

de cooperação. Esta, segundo Lefebvre, é a ideia fundacional de TJ, mas não se trata de uma invenção ou de uma dedução de seus princípios. A sugestão de Lefebvre é a de que cidadãos de democracias liberais se reconhecem nesta formulação (ou, pelo menos, a sustentam publicamente). Neste sentido, a definição de liberalismo a partir de Rawls decorre de uma certa concepção de nós mesmos.

Há importantes desdobramentos do foco no sistema equitativo de cooperação como o núcleo central do liberalismo: o primeiro é que ajustes à sociedade são necessários para que esta se mantenha em tais termos; o segundo é que a sociedade não se mantém através de uma concepção de bem comum; e o último ponto é o que coloca a reciprocidade no núcleo dos laços sociais. Trata-se de uma compreensão de sociedade na qual as pessoas se percebem de determinada forma pois não são somente autointeressadas mas igualmente interessadas nos seus concidadãos, que buscam a sua vantagem mas também honram os termos equitativos de cooperação.

De Hadot, Lefebvre se inspira em duas ideias: a primeira é da filosofia como um comprometimento com uma determinada forma de vida, além da ideia de exercícios espirituais (o que informa a parte II do livro, na qual o autor conecta alguns dos principais conceitos de Rawls – como razão pública, posição original, equilíbrio reflexivo – com estas práticas).

Quanto a uma questão essencial, porém, Lefebvre se distancia de Rawls, isto porque o autor considera que a cultura de fundo está imersa em um transbordamento dos valores liberais, que não se restringem apenas à cultura política. Ou seja, ele amplia a ideia de cultura política liberal para os outros aspectos de nossa vida.

Dialogando de modo mais próximo com os liberais contemporâneos, mais especificamente com a tradição rawlsiana (isto é, reconhecendo que sociedades contemporâneas liberais são constituídas pelo pluralismo e que a ideia de que estados democráticos contemporâneos não devem favorecer determinadas doutrinas – concepções de boa vida – em detrimento de outras), Lefebvre manifesta sua rejeição de um elemento desta interpretação: a ideia de que as pessoas (cidadãos) são constituídas por dois componentes: os valores políticos e suas doutrinas abrangentes. Seu argumento questiona esta concepção de pessoa e afirma que *atualmente* poucas pessoas podem afirmar concepções de uma vida boa que está fora dos valores e atitudes liberais (2024, p. 62).

Lefebvre estende o método de Rawls, levando a sério o desafio que é colocado: mostrar que os valores liberais são latentes, mas se Rawls se manteve na esfera da cultura política pública da sociedade, Lefebvre orienta-se para a cultura de fundo também (*background culture*) (2024, p. 84). Para demonstrar isso, caberá a Lefebvre, no que ele denomina do "coração" do livro, demonstrar de que modo o liberalismo nos forma.

Os capítulos 5 e 6 formam, assim, o coração da tese de Lefebvre. É neles que a argumentação se move entre a teoria, a cultura *pop* anglófona — que

o autor considera parte da "cultura de fundo" — e uma reflexão sobre os desvios do liberalismo. Os exemplos escolhidos são sugestivos, mas também levantam dúvidas sobre até que ponto conseguem sustentar a ideia de que vivemos, de fato, submersos em águas liberais. O caso dos *slurs* em inglês, por exemplo, aparece como sinal de que sociedades democráticas não mais tolerariam certos insultos dirigidos a minorias. Mas talvez esse exemplo esteja cada vez mais instável, já que o debate em torno da liberdade de expressão e do discurso de ódio segue sem consenso e, em alguns contextos, tem-se acentuado, com dissensos capturados pelo contexto de polarização e divisionismo que democracias liberais têm enfrentado. Já outros exemplos propostos pelo autor parecem ter maior ressonância, como o repúdio público à crueldade dos tiranos. Basta lembrar Bolsonaro e suas declarações cruéis durante a pandemia — declarações que, mesmo em meio a divisões políticas, foram amplamente percebidas como nefastas. Nesse sentido, a crítica à crueldade ressoa de modo mais profundo com comunidades que ainda se veem como liberais.

Séries como *The Good Place* e shows como o do comediante David Chapelle seriam mais exemplos de como o "liberalismo" nos molda. Lefebvre ainda aponta para corrupções do liberalismo (chamadas de *liberaldom*), ilustradas pela meritocracia e pela pornografia. Seus exemplos buscam demonstrar como os valores e critérios liberais atuam no âmbito das nossas sensibilidades, não estando restritos à lei e à política (2024, p. 113). O transbordar do liberalismo, no entanto, não significa que vivemos em uma sociedade liberal. Ao contrário, seu diagnóstico é o de que vivemos no mundo do *Liberaldom* (traçando um paralelo com a ideia de *Christiandom do Kierkegaard*), neste sentido, ideais liberais são apropriados por outras doutrinas e forças iliberais.

Em seguida, no cap. 6, *Liberaldom* surge como crítica à ideia de que, mesmo imersos nas águas liberais, há grande dificuldade de se agir de acordo com o que o liberalismo demanda e, também, para expressar a corrupção do liberalismo quando o mesmo se mistura com outras ideologias ou sistemas (exemplos como capitalismo, meritocracia e racismo são citados). Trata-se de um diagnóstico que se relaciona com o objetivo do livro ao mesmo tempo em que mostra o que o livro não pretende: buscar pensar o modo de vida liberal (como viver bem) e não como "resolver" o liberalismo. Neste sentido, Lefebvre se distancia do projeto institucional e passará (Parte II) a pensar com o foco nos agentes a partir da teoria de John Rawls. Um caso citado pelo autor que vale resgatar trata dos esforços que liberais fazem para conferir vantagens aos seus filhos ao colocá-los em escolas particulares em um posicionamento que pode ser entendido como incoerente sobre o que o modo de vida liberal exigiria.

Na segunda parte do texto, Lefebvre se afasta do diagnóstico inicial — o de que vivemos no *Liberaldom* — para formular três questões centrais: em que consiste o modo de vida liberal?

por que deveríamos desejá-lo? E de que maneira podemos cultivá-lo? Para enfrentar essas perguntas, ele recorre a alguns conceitos fundamentais de John Rawls, tratando-os como verdadeiros exercícios espirituais. Nesse movimento, aproxima-se da leitura de Pierre Hadot, para quem a filosofia não é apenas teoria, mas uma forma de vida — algo capaz de envolver e transformar a totalidade da existência (2024, p. 138).

Com o objetivo de responder a estas questões, Lefebvre desenvolve a ideia de reciprocidade no âmbito pessoal como valor que nos reconcilia com os outros e com nós mesmos. Ao estabelecer esta ideia como um princípio da psicologia, ele atualiza as discussões de psicologia moral, que Rawls considera fundamentais para a discussão da estabilidade de *Uma Teoria de Justiça,* mas vai além de Rawls ao sinalizar os motivos que tornam o liberalismo uma forma de vida que vale a pena ser vivida, ainda que, de fato, vivamos no *Liberaldom* com suas corrupções.

Que estamos todos imersos nas águas liberais é a constatação que provavelmente poucos questionarão. Que devemos continuar nadando nestas águas e como nos orientar da melhor forma em suas correntes é a novidade que o livro oferece. Há muitos motivos para ler a defesa de Lefebvre do liberalismo como forma de vida: para estudiosos de John Rawls, há no livro engajamento teórico robusto em diálogo com interpretações recentes da teoria e com os achados recentes da abertura do arquivo Rawls[3]; para peixes jovens (novas correntes liberais) fica o convite para pensar o desdobramento dos principais elementos do liberalismo para além do âmbito institucional com o foco na esfera das relações intersubjetivas. Neste sentido, a análise do autor sobre a razão pública, equilíbrio reflexivo e posição original com a perspectiva da mutualidade é salutar. Trata-se de elemento pouco tematizado pela área e, talvez por isso mesmo, a reflexão liberal tenha se distanciado de discussões importantes de nosso tempo.

Para os críticos do liberalismo, o livro exemplifica e apresenta com clareza o que seria o modo de vida inteiramente liberal e estabelece argumentos intrínsecos para este modo de vida. Neste sentido, isto é, com o foco nos benefícios existenciais de se viver uma vida liberal, Lefebvre se desloca do objetivo de Rawls de modo significativo. Tal distanciamento é reconhecido por Lefebvre que lembra que, enquanto Rawls considera em sua teoria todos os cidadãos de uma sociedade, o seu texto é direcionado para aqueles que se consideram como *inteiramente liberais*, que seria o grupo de pessoas para quem o justo é equivalente ao bem, este definido como viver de acordo com os valores

[2] A abertura do arquivo pessoal de Rawls em 2004 tem sido fonte de estudos nos últimos anos que contextualizam, aprofundam dimensões pouco exploradas da teoria rawlsiana e introduzem novos debates e interpretações da teoria.

do liberalismo (liberdade e equidade). Assim, ele reposiciona os elementos para o debate crítico ao liberalismo em outras bases e também mostra que não há debate quando críticos do liberalismo colocam princípios liberais como de segunda categoria.

Aos que acompanham os debates do Liberalismo Político, fica a questão sobre o papel do "político" nesta leitura. A mesma pode ser exemplificada na análise do livro sobre razão pública – um dos exercícios espirituais – oferecida por Lefebvre. Ao lembrar que a razão pública pode tanto intensificar como apaziguar dissensos, o autor afirma que a razão pública é um meio para democracias liberais se consolidarem não *apesar,* mas *a partir* de desacordos sobre valores políticos (2024, p. 222). Resgata, para tal, a ideia rawlsiana de amizade cívica. Sua ênfase, porém, não será na análise do que se pode expressar neste âmbito e sim na capacidade de nos ouvirmos em nossos dissensos e nas vantagens (*perks*) de um modo de vida que se aproxime da ideia de viver em boa (feliz) vizinhança. Esta visão de razão pública, ainda que ilustre um modo de vida que poucas pessoas negariam ser desejável, distancia-se de debates importantes da literatura contemporânea sobre as condições da reciprocidade e a razão pública (inclusiva ou não inclusiva, isto é, a discussão substantiva sobre quais argumentos devem estar presentes neste âmbito).

Traçando um paralelo entre críticas que são feitas às concepções mais libertárias de razão pública, isto é, de que elas partem de uma concepção de sociedade apoiada por um grupo de pessoas que *individualmente* apoiam uma determinada forma de sociedade, o foco no modo de vida liberal, ainda que tenha valores relacionais, tais como equidade e reciprocidade em sua estrutura, limita-se a demonstrar que este é um modo de vida que vale a pena ser vivido para aquelas pessoas individualmente.

Importante lembrar que uma das ideias de John Rawls sobre o liberalismo político é a de uma reconciliação entre o conjunto de valores pessoais (doutrinas abrangentes) e políticos (concepções políticas); Lefebvre inverte esta leitura, com a ideia de que de uma concepção política liberal decorre uma doutrina abrangente de liberalismo, demonstrada pelo fato de que seus valores se tornam capilarizados em sociedades liberais (estão presentes na cultura de fundo).

Não fica claro, porém, se a concepção de sujeito inteiramente liberal está inflacionada pelo político (concepção política) ou deflacionada de político (contente por poder viver o modo de vida liberal) e os desdobramentos desta leitura. Neste sentido, mais poderia ser dito sobre os deveres de civilidade que decorrem deste modo de vida. De todo modo, argumentado de forma coerente com a visão defendida de que há diversão em ser livre e justo, o texto tem ritmo, referências e originalidade que poucos livros de filosofia política oferecem.

Referências

Lefebvre, A. (2024). *Liberalism as a way of life.* Princeton: Princeton University Press.

Rawls, J. (2008). *Uma teoria da justiça.* São Paulo: Martins Fontes.

Wallace, D. F. (2009). *This is Water: some thoughts, delivered on a significant occasion, about living a compassionate life.* Londres: Little, Brown and Company.

Weithman, P. (2011). *Why political liberalism?.* Oxford: Oxford University Press.

Recebido em 02/09//2025. Aprovado em 07/10/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.